

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

CLÓVIS MOURA: UMA VISÃO CRÍTICA DA HISTÓRIA SOCIAL
BRASILEIRA

Érika Mesquita

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação do
Prof. Octávio Ianni.

*Este exemplar corresponde ao original
aprovado da dissertação defendida por
Érika Mesquita em 09/12/2002 e
orientada pelo Prof. Octávio Ianni.*

BANCA

Prof. Octávio Ianni (Orientador)

Prof. Kabengele Munanga

Prof. Fernando Antônio Lourenço

Prof^a Élide Rugai Bastos (Suplente)

Prof. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (Suplente)

Campinas, dezembro/ 2002



200307046

UNIDADE BC
Nº CHAMADA UNICAMP
M562c
V _____ EX _____
TOMBO BCI 52562
PROC 16-124703
C _____ D _____ X _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 13/03/03
Nº CPD _____

CM001B0726-7

16 124703

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Mesquita, Érika

M562c

Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira /
Érika Mesquita. - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Octávio Ianni.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sociologia - Brasil. 2. Relações raciais - Brasil -
Aspectos sociais. 3. Escravidão - Brasil - História. I. Ianni,
Octávio, 1926 - II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

***“Sonhar é preciso, desde que realizemos o sonho
meticulosamente e o confrontemos passo a passo com a
realidade.” (Vladimir Ilitch Lênin)***

***Dedico este trabalho carinhosamente à
minha mãe Maria,
ao meu pai Ariovaldo (in memoriam)
e aos mestres Octávio Ianni e Clóvis Moura
com admiração e carinho.***

AGRADECIMENTOS

O caminho do conhecimento é árduo e solitário, mas muito e infinitamente gratificante.

Inicio meus agradecimentos primeiramente pela pessoa que confiou em mim desde o começo, e sem a qual este trabalho simplesmente não se realizaria, o querido e admirado mestre, e neste momento também orientador, prof. Octávio Ianni, a quem também dedico esta dissertação.

Dedico, este “sonho” concretizado à minha mãezinha, Dona Maria, mulher guerreira, e aproveito para agradecer por sua existência, por tudo que tem feito por mim, e por sua eterna dedicação e amor, que contribuiu para que eu alcançasse mais este vôo. E saudosamente dedico ao meu pai a quem também devo muita gratidão. Reflito orgulhosa que está concretizado o seu legado: o gosto pelos estudos.

Sou grata em especial aos professores do IFCH, Josué Pereira da Silva, Fernando Antônio Lourenço, Célia Maria Marinho de Azevedo e aos professores do IE, João Manuel Cardoso de Mello, Fernando Antônio Novais e Geraldo Di Giovanni (Gera) pelo carinho com que me receberam e pelos preciosos ensinamentos, conselhos e indicações.

Agradeço imensamente as contribuições dos professores componentes da banca de defesa, professores Kabengele Munanga e Fernando Antônio Lourenço.

Agradeço a CAPES pelo importante apoio durante toda a pesquisa.

Estendo também minha eterna gratidão a minha irmã e revisora Ediléia Mesquita, pela força e por tudo, e à Catarina simplesmente por sempre estar ao meu lado, mesmo que em pensamentos.

Agradeço aos grandes amigos Myrian Wonsik e Nilson que me acolheram em Campinas, e mais que isto, em seus corações.

Agradeço aos também amigos Estela e Newton Cano pela amizade e ao pequeno Gabriel por seu sorriso. A Tatiana pelo ombro e palavras de perseverança e inquietude. À Rita de Cássia A. de Souza companheira de sonhos, pela amizade e pelo carinho de sempre. À Roseli, agradeço por entender minha ausência e pela força e confiança que nos poucos momentos que nos encontramos me passou. Ao amigo Newtinho por ter contribuído (mesmo sem saber) para ascender ainda mais minha chama pelo conhecimento. À Antônio Cruz, pelos inesquecíveis momentos de carinho e amizade. À amiga de sempre e de baladas campineiras, Maria Cecília Sodré. As amigas da economia e grandes companheiras Neide, Bia e M nica. Ao amigo petista Antônio Prado, pelas proveitosas e transcendentales conversas. Ao Marquinho de Cristina, pelos encontros mineiros. Ao Raúl, exímio ouvinte e amigo especial. Aos amigos do Cesit, em especial ao Lic rio e ao Gori pela disponibilidade e palavra amiga. Ao Willian por me ajudar na ‘mudança’ e em tudo lá em casa. Aos queridos companheiros de luta Fred o e Fabiana, Wagner e Antônio Miguel. Aos amigos e vizinhos, o casal Renata e Bira, pela dispendiosa presta o de favores, conselhos e ombro amigo.

Raquel Caldas, più che una insegnante di italiano, un'amica. A colega, igualmente apaixonada pelo Vale, agora na categoria de professora-amiga, Tereza Luchiari. Ao sempre presente César, pelo carinho e amizade. A Giuliana, Jair, Paula e Luci, companheiros de mestrado, pelos raros, mas felizes encontros. Ao querido amigo e grande mestre Ribas pela amizade e fiel postura solidária e revolucionária. Ao Isaías, pelos ensinamentos marcantes no começo de minha jornada intelectual. À Dona Carmolina por seus valiosos ensinamentos de suprema sabedoria e verdadeira humildade. Ao Carlinhos (Cacá) e a Lena pelo carinho de sempre.

Agradeço em especial à Christina do IFCH, sempre por sua atenção, competência e carinho. Ao simpático Alberto do IE e a querida Val do IG pela disponibilidade de sempre. Ao José Carlos (Muchacho) e ao Luciano da biblioteca do IFCH, a Almira e ao Marcinho da biblioteca do IE e a linda Belkis (Bel) da biblioteca do IEL, pela ajuda ao longo dos muitos empréstimos e busca de livros.

À Gisa, pela paciência, receptividade, carinho e amizade.

E, finalmente agradeço e também dedico este trabalho, ao mestre e amigo Clóvis Moura. Por sua atenção, disponibilidade, simpatia e pelos incomensuráveis conhecimentos e ensinamentos que com ele pude aprender. Enfim, por ser esta pessoa muito especial que conheci, meu muito obrigado infinitamente por tudo.

Resumo

O objetivo deste trabalho é expor a contribuição da visão crítica de Clóvis Moura sobre a história social do Brasil. O sociólogo Clóvis Moura trabalha e debruça-se em especial na questão do negro no país, questionando a “democracia racial e social”, no qual enfoca a não inserção deste dignamente na sociedade e o sempre existente racismo mutante e velado à brasileira. Traz à tona e revê o papel da resistência negra, principalmente no período escravista, a enfocando como um processo não esporádico e de sua importância para a transformação da então ordem social. Aponta, enfim, em suas acepções como a história social do Brasil cobra um alto preço dos setores subalternos, principalmente dos negros. Nosso autor procura por este viés de interpretação, não canônico, pensar a nação e o país, revisitando a história e o pretérito para questionar o presente, elencando os problemas, para então propor a edificação de um país futuro, este, palco de uma verdadeira e concreta nação.

Abstrat

One of the intentions of this dissertacion is to expose the contribution of Clóvis Moura's critical views on Brazil social history. The work of the sociologist Clóvis Moura concerns the Negro issue in Brazil, questioning either the "racial and social democracy", which doesn't allow the Negroes to actually take part in the society in a dignified way and and endless and mutant racism stile persisten in Brazil. He also shows and reviews the role of the negro resistance, mainly during the slavery period, regarding it as something that hasn't happen sporadically and showing its importance to the transformation of the social order of that time. He indicates how the Brazilian social history demands a high price to be paid specially by those who belong to the low classes, i.e. mainly the Negroes. This author seeks through his non canonical way of interpretation to think the nation and the country revisiting the history and the past to question the present, listing the problems and only then suggesting the construction of a future country that would be a real and concrete nation.

SUMÁRIO

Apresentação.....	1
Capítulo I – Imagens de Brasil.....	5
1.1 – Clóvis Moura e a questão racial na formação do Brasil...	18
Capítulo II – O Brasil Colônia, esboços de uma nação?.....	33
2.1 – O Escravismo pleno.....	41
Capítulo III – O Brasil Império e suas contradições.....	65
3.1 – O Escravismo tardio.....	98
Capítulo IV – O Brasil República e a não inclusão do negro.....	141
Capítulo V – O intelectual Clóvis Moura e sua visão crítica.....	175
Bibliografia.....	193

Apresentação

*“Depois da destruição do jugo colonial e do advento da forma republicana, parecia que nada mais havia senão cruzar os braços. Engano. Resta-nos ainda humanizar o país.”
(Carlos Drummond de Andrade)*

A questão nacional expressa-se como um dos grandes temas do pensamento brasileiro. Observa Ianni:

“Será que no Brasil se procura pensar o Brasil excessivamente? Então, o Brasil é um estranho país que vive se pensando.” (Ianni, O. 2000)

Em decorrência desta surge outra questão não menos importante, a questão “racial”, cara aos afro-brasileiros, que arcaram com o ônus social da constituição do país que aí se apresenta. A história social brasileira sempre pôs em pauta variadas proposições sobre o país e seu povo, e uma contribuição importante para se pensar a nação, é a dada por Clóvis Moura. Moura se atém na história social do negro, que segundo ele é duplamente sofrido, pelo racismo e pela posição social última e ínfima que a maioria deles ocupa na sociedade.

A contribuição de Moura para taquigrafar a história social do país se dá no uso de uma visão radical da história, ou seja, pensá-la pelo viés da contradição social. Esta visão radical da história esculpida em suas idéias e em sua cosmovisão, é o que singulariza nosso autor. Moura é mais um mapeador do Brasil, que utiliza da ferramenta – análise marxista, para interpretá-lo, seguindo as pegadas deixadas por Caio Prado Júnior, mas que no andar por inúmeras veredas, deixa as suas. Clóvis Moura, como um autor contemporâneo dialoga com os precursores do pensamento social, e neste profícuo diálogo revisa suas proposições, corrige suas teses, endossando ou não, enfim, colabora autenticamente para a análise do que seja o Brasil.

Desta forma taquigrafava as várias e caras para a esfera subalterna negra, formas de Brasil. Justamente pelo fato de discutir com algumas das principais idéias dos autores maiores¹ e de outros contemporâneos, utilizamos pontuar neste trabalho, suas proposições essenciais, ora utilizando das acepções com as quais ele dialoga, ora propondo outros férteis diálogos. Pelo fato de Moura se encontrar no grupo denominado revisionista da história social, procurei confrontar suas intelecções com as de alguns autores que também trabalham sobre este prisma. O que pretendemos ao elencar certos temas de sua análise, foi demonstrar o quão suas proposições são fecundas e importantes para (re)pensar a história social do país, enfocando os setores subalternos, e em especial os negros, deixando claro que nenhuma parte deste trabalho pretende ser exaustiva no que tange a historiografia e interpretações de tal ou qual evento ou análise.

¹ Leia-se: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Florestan Fernandes.

No primeiro capítulo tracejamos uma constante dos cientistas sociais em pensar o Brasil, e enfocamos no viés do que seja a nacionalidade, da formação social brasileira e da questão racial para através deste norteamo taquigrafar o país. Buscamos integrar as proposições de Moura nesta úbere discussão. Segundo ele a dinâmica do período escravista foi dada pela luta de classes escravo versus senhor, e que o escravo foi um ator principal na transformação dos modos de produção no país, portanto, passando de trabalhador escravo para trabalhador livre. Mas as classes dominantes, astutamente, para perpetuar e garantir a continuidade do modelo arcaico de sociedade, cujos negros estavam majoritariamente na base da pirâmide social, assim dando prosseguimento na cômoda hierarquia senhor e escravo, brancos e negros, agem na reificação dos mecanismos de barragem social para ascensão do negro. Logo, a arianização, o branqueamento social e posteriormente o mito da 'democracia racial' apoiado na mestiçagem e o racismo velado e mutante, foram alguns destes mecanismos de seleção e discriminação que marcaram os negros e os apartaram, e que continuam a fazê-lo, de uma inserção digna no que seria a atual sociedade capitalista dependente.

Nos capítulos II, III e IV contemplamos as intelecções e diálogos de Moura para discorrer sobre a escravidão, a rebeldia negra e o papel ativo do escravo na formação da sociedade, e que desta forma procura taquigrafar, as várias e caras para a esfera subalterna negra, formas de Brasil: o Brasil Colônia, o Brasil Império e o Brasil República. Nestes capítulos ele faz uma retomada histórica sobre a presença do elemento negro, ressaltando sua grande importância na formação do país e do que vem a ser o brasileiro.

Também nesta sua revisão histórica, ele deslinda sobre as origens do "racismo à brasileira", revisitando a estrutura escravocrata, o período de transição do escravismo para o capitalismo e, enfim, o capitalismo dependente, épocas pelas quais busca focalizar a exímia e determinante atuação das elites para o fomento e a eficiência deste racismo caleidoscópico.

O último e seguinte capítulo, esboça sobre o intelectual Clóvis Moura, expondo algumas de suas posturas e acepções, que lhe confere a insígnia de intelectual radical. Radicalidade na forma de interpretar a história de um país, que lhe confere um comprometimento com a mudança e a transformação social, ecoando na abordagem que utiliza em seus trabalhos. Como observa Konder:

[O intelectual marxista] "comprometido com um projeto revolucionário precisa reconstituir o quadro, compreender os problemas postos pela vida, avaliar as condições materiais, para poder entender criticamente as iniciativas, as propostas, os anseios, o ânimo com que os homens se movem na arena de luta na qual se vêem colocados." (Konder, L. 1991 p. 32)

E é com este rigor e comprometimento que Moura apresenta sua interpretação de Brasil, análise esta que realça o alto custo pago em sua grande monta pelos negros, para o soerguimento de um Estado com sua seleta e excludente sociedade. Daí e em decorrência vem a relevância de se debruçar sobre o tema escravidão que embora pareça um problema do passado, não o é, pois "seu legado ainda vive, como revela qualquer estudo da distribuição de renda por cor. Ademais, as

recentes descobertas de trabalho forçado na agricultura e no garimpo em condições de cativeiro em diversas partes do país no início do século XXI demonstram que ainda paira a sombra da escravidão sobre o Brasil e que as forças da ganância e do poder que tornaram tal instituição durável antes de 1888 não desapareceram, porém simplesmente se transformaram num contexto moderno.” (Schwartz, S.B. 1992 trad. 2001 p. 57)

Capítulo I

Imagens de Brasil

“Quero a utopia, quero tudo e mais, (...) quero a alegria, muita gente feliz, quero que a justiça reine em meu país, (...) quero a liberdade, quero o vinho e o pão, (...) e os meninos e o povo no poder eu quero ver.(...) Assim dizendo a minha utopia, eu vou levando a vida, (...) doido pra ver o meu sonho teimoso um dia se realizar.”
(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Os cientistas sociais presentes e pretéritos buscam taquigrafar o que seria o Brasil nação, como e o quando se formou, se é que já se formou, se é heterogêneo ou único, múltiplo ou regionalista, etc. Desde os primórdios do século XVII, brasileiros ou não, conhecedores das leis, da literatura ou da religião procuraram pensar sobre o Brasil com suas peculiaridades várias aduzidas num vasto e rico território. E este estenografar intensifica-se durante o dinâmico e turbulento século XIX, principalmente após a Declaração de Independência, princípio da formação do Estado Nacional, adentra o século XX, e torna-se mais evidente em especial nas conjunturas críticas, quer sejam políticas, econômicas, sociais ou todas conjugadas.

“Muitos estão interessados em compreender, explicar ou inventar como se forma e transforma a nação, quais as suas forças sociais, seus valores culturais, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Preocupam-se com o significado das diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, além das sociais, econômicas e políticas. Meditam sobre as três raças tristes, explicam a mestiçagem, imaginam a democracia racial. Procuram as desigualdades regionais, raciais e outras na natureza e na história passada. Inquietam-se com o fato de que a maior nação católica do mundo flutua sobre a religiosidade afro e indígena. Espantam-se com o divórcio entre as tendências da sociedade civil e as do poder estatal. Debruçam-se sobre o passado próximo e remoto, buscando raízes nos séculos de escravidão. Atravessam o Mar Atlântico para encontrar origens lusitanas, africanas, européias. Olham no espelho das europas procurando modelos e ideais para se vangloriarem ou estranharem.” (Ianni, O. 1992 p.27)

E é nesta ânsia de, no mínimo, equiparar-se com o moderno mostrado pelo “primeiro” mundo, ou mundo “adiantado”, ou mundo desenvolvido, que pensadores brasileiros interiorizaram teorias externas para “evoluir” e modificar a realidade interna; como também ocorreu na aceitação de teorias científicas sobre raça¹, para justificar a inferioridade de tratamento dada aos negros, em todo o Brasil Colônia, bem como na tentativa de arianizar o Brasil Império, prolongando-se subrepticiamente pelos então primórdios do Brasil República. Essa busca pelo moderno se verificou igualmente no

¹ A maioria dos sociólogos (e biólogos) contesta a idéia de que raça biológica seja um conceito que signifique alguma coisa em especial, isto em virtude do imenso volume de cruzamentos que, ao longo da história, que caracterizou a população (raça) humana como um todo. O consenso é que raça existe como um conjunto socialmente construído de categorias baseadas em esteriótipos físicos, psicológicos e morais usados sobretudo para fundamentar a desigualdade social, bem como a prática de discriminações e o preconceito. Podemos dizer que no Brasil, o conceito de “raça” atualmente tem sido definido como uma classificação, baseada na cor da pele.

imitatus feito pelo Estado brasileiro, de modos de Estado de nações que os constituíram para si de acordo com sua evolução histórica; que para a realidade do Brasil tem o ar de modos postíços, como salienta Oliveira Vianna, com relação as instituições políticas e aspectos culturais que o Estado brasileiro importou para se constituir. Este empréstimo de modo de governo e de “cultura”, nos remete a questão da modernização do Estado brasileiro, que para igualar-se às grandes nações-metrópoles devia, no entender dos segmentos dominantes, rigidamente seguir os ditames políticos, culturais e econômicos taquigrafados na história destes países tidos como “mais adiantados”.

“É o caso dos povos latino-americanos, que não têm feito outra cousa senão pedir – desde que se fizeram livres e soberanos – ou à Inglaterra, ou à França, ou aos Estados Unidos, parte ou mesmo o sistema inteiro de suas instituições políticas, cujos efeitos admiram nestes países de origem e esperam que, adotando-as nos seus, devam produzir os mesmos resultados.” (Vianna, O. 1987 vol. I p.65)

É importante percebermos que as mazelas brasileiras, como é o caso também do racismo, eclodem significativamente quando o país está em crise política e, ou econômica. Neste aspecto a crise deu-se em meados do século XIX no Brasil Império, com a “carência” de braços baratos² para a substituição do trabalho compulsório, fermentado pelo fim do tráfico negreiro e pelas campanhas imigrantista e abolicionista, que avivará o Movimento Republicano culminando com a queda da última monarquia das Américas. É neste íterim que intelectuais da época começaram a indagar qual era a face do povo que compõe a nação. Desgostosamente verificaram que a nação era composta predominantemente por negros e mulatos, o que explicaria o “atraso” brasileiro. Logo, seria necessário um progressivo *branqueamento* da população para retirar do país esse marasmo moral e social que o envolvia. Entendiam que o Brasil não estaria nos rumos da modernização e do desenvolvimento, sendo composto por um povo inferior.³ E, antagonicamente conforme se observava nos países do velho mundo desenvolvidos e modernos, a população era majoritariamente branca – desde logo, superior.

² Trataremos sobre o tema imigração e abolicionismo no capítulo referente ao Brasil Império

³ Deteremos apenas em exemplificar alguns nomes da intelectualidade brasileira que em fins do século XIX refletiam sobre o povo brasileiro e a formação da nação. Encontramos então Nina Rodrigues, que ao pensar numa identidade nacional e na construção da nação, afirmava que era devido a população brasileira, formada majoritariamente por mestiços, negros e índios, que estaria o país, portanto, fadado a inferioridade como nação. Desde logo, era urgente “aprimorar a raça”, ou seja branqueá-la. Observamos também que a questão racial era a base da interpretação de Euclides da Cunha em Os Sertões. Que sem maiores delongas, analisava a “mestiçagem como um retrocesso”. Logo, estava na inferioridade da qualidade do povo os males da nação. Em Sílvio Romero encontramos duas posturas interpretativas. Primeiramente defendeu o branqueamento e a mestiçagem como mecanismo de recuperação das “raças subalternas”. Posteriormente deu uma guinada em sua maneira de pensar, passando a questionar o aspecto positivo da miscigenação. Reprovando então a fusão das “raças”, declarava o produto resultante do cruzamento que era o mestiço essencialmente inferior a brancos e negros. Ressaltamos aqui as interpretações de um autor, digamos visionário para sua época, Manuel Bonfim. Bonfim pioneiramente observou a inter-relação entre os debates sobre o povo brasileiro e a formação da nação, com as relações entre o então país periférico – Brasil com as metrópoles imperialistas. Bonfim condena o comportamento das elites, de verem o negro apenas como máquina, assim condenou o racismo e as muito em voga na época, teorias racialistas que o sancionavam. E ao contrário dos outros intelectuais, punha em questão, como sendo responsável pelos “males de origem” do país o parasitismo tacanho das esferas dominantes e não como queriam muitos, o caráter degenerescente da presença dos negros e da miscigenação, qualidade esta que posteriormente será ressaltada e lapidada por Gilberto Freyre.

Põe-se em questão a imigração européia, a arianização e a miscigenação para paulatinamente embranquecer a população. A miscigenação, portanto, se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro. A fusão das raças era vista como mecanismo de formação da nação, e desde os tempos coloniais era a base de uma futura raça histórica brasileira, logo de um tipo nacional, é claro, direcionado para o branqueamento gradativo da população. O papel do imigrante é o de clarear a pele do brasileiro do futuro, pois a nacionalidade já tem sua cultura, sua língua e sua religião. E este homem tipo-ideal é construído nos moldes do padrão europeu: branco, educado, refinado e católico.

“No Brasil das últimas duas décadas do século XIX e da primeira do XX, por exemplo, a mestiçagem torna-se ponto central para a compreensão dos destinos da nação. Nessa virada de século, por exemplo, são evidentes as personalíssimas elaborações que dele fizeram Silvio Romero, Euclides da Cunha, Graça Aranha, entre outros. Profundamente influenciados pelo positivismo, que teve nos tópicos “degeneração”, “barbárie” e “enfermidade social” unidades básicas de análise, estes autores viam no cruzamento racial e na educação, se bem que por vezes até de forma conflitiva e incoerentes, uma possível solução para os males do Brasil – quer dizer, uma das poucas saídas possíveis para o triunfo e regeneração da etnicidade branca no país.” (Echazabal, L.M., in Maio, M.C. & Santos, R.V. 1996 p.108)

A inferioridade racial explica o porque do atraso brasileiro, tese defendida por Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. A noção de mestiçagem aponta para uma saída deste ciclo vicioso, de que o país é atrasado por causa da inferioridade de seu povo. E eis que surge, Gilberto Freyre que soube captar e reverter a *qualidade* do povo brasileiro – a mestiçagem – como um fator importante na construção da nação. Daí surge a questão da formação do povo brasileiro pela união das três raças, resultando numa mistura ímpar, híbrida e plástica que é este povo pardo, materializado na figura do mulato, do mameluco, do cafuzo e de todos os resultados das variadas miscigenações ocorridas ao longo dos anos.

Freyre faz com que as diversas formas de sociabilidade superem os equívocos entre raça e cultura, introduzindo a idéia de “raça social”⁴ no imaginário social brasileiro, cujo ser negro, branco ou mulato (mestiço) não afirma-se pela cor da pele, mas sim mediante variadas formas culturais e sociais de apreender o mundo.

“Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro (...). [E mais concretamente], na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de embalar meninos pequenos, e em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra.” (Freyre, G. 1957 p. 279)

⁴ A definição de “raça social” tomada por Charles Wagley é a seguinte: “que se refere a um grupo de pessoas que é julgada como similar em sua natureza essencial socialmente definida, do que resulta as relações raciais serem mais relações de estrutura social do que de raça geneticamente concebida.” (Wagley, C. *apud* Guimarães, A.S.A. 1999 in Revista Tempo Social – USP 1999 pp. 75 – 91)

Com Freyre criou-se o mágico e mítico conceito de “democracia racial”⁵, que por um lado enalteceu a categoria de povo (massa) mestiço adaptável e miscível constituinte da nação, e que por outro lado, criou uma utópica igualdade entre os brasileiros das diversas cores e classes sociais, reificando assim o racismo já existente. Logo, camuflando a realidade, que é a da sempre existência no país de um preconceito de cor, este cruel e de difícil combate, pois é intrínseco e está embutido nas entrelinhas da formação da sociedade brasileira.

A criação do ser nacional talvez tenha sido materializada pioneiramente na literatura com o livro *Macunaíma* – um herói sem caráter de Mário de Andrade, com o protagonista Macunaíma, que *per si* apresenta a complexidade do Brasil, e do ser brasileiro, ou seja, branco, índio, negro, selvagem, bárbaro, civilizado, europeizado, ocidentalizado, místico, católico, culturalístico, animista, retrógrado, moderno, urbano, rural, capitalista, utilitarista, cordial, etc. Em síntese é a busca da identidade nacional. O que é, ou quem é o ser brasileiro nas suas inúmeras esferas que compõem e contribui para a construção da nação.

Outra interpretação da utilização deste conceito de democracia racial de Freyre, se dá na ótica da inserção da sociedade brasileira no capitalismo monopolista, na qual podemos entender neste conceito a imanente idéia de concorrência, de meritocracia, forma básica de sociabilidade na sociedade capitalista, na qual o povo brasileiro foi sendo inserido. Esta mudança ocorreu com a passagem da relação comunal presente nas casas grandes, portanto, de uma relação simples, para uma relação complexa das diversas esferas de vida que foi se gerando com o processo de diferenciação decorrente da urbanização, da integração da economia capitalista “nacional” na mundial e com o crescimento da ocidentalização, que resultou neste processo de mobilidade social, denominado por Freyre de democracia racial.

“A democracia racial é certamente um mito, mas é também um sonho em que a maioria dos brasileiros de todas as cores e classes sociais deseja acreditar com paixão. Enquanto ele obviamente permite uma tremenda hipocrisia e ofusca a realidade do racismo, o mito da democracia racial é também um discurso moral que afirma que o racismo é nocivo, desnatural e contrário à brasilidade. (...) Ao mesmo tempo o mito nega a realidade de sua própria opressão, também lhes dá a certeza de sua igualdade inerente, fundamental e lembra a seu opressor como deve se comportar um bom brasileiro. (...) O conceito de democracia racial, como mito e como sonho, parece operar como uma totalidade, sem que sejam feitas as distinções entre as suas pretensões descritivas e os seus imperativos morais. Como tal, os afro-brasileiros não podem aceitá-lo nem rejeitá-lo totalmente. Eles ficam aprisionados entre a esperança e o silêncio, entre a resistência e a resignação.” (Sheriff, R. 1993 p. 5 *apud* Hasenbalg, C. 1996 pp.243 – 244 *in* Maio, M.C. & Santos, R.V. (org.) 1996)

⁵ Na inteligência de Jessé de Souza, Gilberto Freyre teria sido o criador do conceito ‘democracia racial’ ainda na década de 30, mas não foi ele o pioneiro a utilizar o termo, que só se forjará nos idos da década de 50, tendo como pano de fundo a redemocratização do país, a ressurgência dos movimentos negros, bem como os estudos sobre o negro na sociedade brasileira. (Souza, J. 2000 pp. 135 – 155 *in* Revista Estudos Afro-Asiáticos 2000) Outra interpretação do ‘mito da democracia racial’ foi feita por Antônio Sérgio Guimarães no qual este autor entende que “A denúncia da democracia racial como mito dá-se, portanto, no contexto das críticas à democracia política como farsa e passa a ser a principal arma ideológica dos negros para ampliar sua participação na sociedade brasileira, nos anos 80, seja em termos materiais ou culturais.” (Guimarães, A.S. A.2001p.1comunicação apresentada no XXV Encontro Anual da ANPOCS)

O que o mito de uma democracia racial existente faz, é dar sustentação a uma etiqueta e regra implícita de convívio social, pela qual é de bom tom e se deve evitar falar em racismo, já que esta fala se contrapõe a uma imagem enraizada do Brasil como nação. Logo, se evitando falar em racismo inibem-se possíveis ações reivindicatórias, quer individuais ou coletivas; pois reivindicar o quê numa sociedade anti-racista. Portanto, a democracia racial não é menos real que discriminação e racismo.

“Enquanto a democracia “produz” uma sociedade sem segregação “racial” e legalmente universalista, a discriminação só é possível porque existe, anteriormente a ela, uma outra “ideologia” que contesta a ideologia da democracia racial. Essa “ideologia” hierarquiza os corpos de acordo com sua “aparência”. As desigualdades entre os mais claros e os mais escuros, (...) são o resultado de um “mercado de cores”, livre em princípio (a “democracia racial”), mas restrito na prática pela contra-ideologia da hierarquização das “raças” (o “racismo”).” (Fry, P. in Revista USP 1995/96 p. 126)

Pensamos que a democracia racial não é de todo falsa, pois ela é uma das facetas que construiu o Brasil, e o fez como ele é, e como ele apresenta para a maioria população. Então o ideal de democracia racial coexiste com a cruel e excludente realidade de um racismo velado. O conceito de democracia racial também não deixa de ser uma poderosa construção ideológica que tem por objetivo manter as diferenças “raciais” fora da arena política.

“No Brasil, a nação foi formada por um amálgama de crioulos (mestiços), cuja origem étnica e racial foi “esquecida” pela nacionalidade brasileira. A nação permitiu que uma penumbra cúmplice encobrisse ancestralidades desconfortáveis.” (Guimarães, A.S.A. 2000 p.45)

Esbarramos agora com a questão da nação. Primeiramente devemos ter em mente que a constituição da nação é um processo contínuo, nunca acabado, sempre se refazendo, que nos remete a um sentimento de filiação, de se reconhecer neste conjunto de características e atributos. E para se chegar a este conjunto de atributos, que é uma definição social da identidade nacional ou nacionalidade, é preciso unificar processos econômicos, culturais, territoriais, ou seja, *igualizar* a totalidade com *símbolos* com os quais a nação se reconheça. Isso foi feito com a racialidade, pois era necessário criar o ser brasileiro de modo positivo, como o fez Gilberto Freyre. Para isto era mister incorporar adereços e elementos de vários ancestrais, africano, europeu e ameríndio, mesclar com a brasilidade, misturar com o *modus vivendi* no Brasil e temperar com uma releitura brasileira dos legados trazidos do país do qual emigrou ou é descendente. Neste íterim camufla-se antepassados que entrem em desarmonia com o processo de criação da nação. Portanto, esconde-se nesta brasilidade, que é a identidade nacional, características africanas, incorporadas a nacionalidade brasileira, particularmente incômodas, mas perfeitamente aceitável diluída no todo, como atributo da mestiçagem racial e cultural, da qual é constituída a nação brasileira.

É bom lembrarmos que a nacionalidade brasileira foi gerada no ventre de um projeto elitista, e esta mesma nacionalidade não estendeu a cidadania a todos os brasileiros. Portanto, *“as diferenças*

são importantes e foram historicamente construídas. O ingresso ativo do negro brasileiro na organização de classe é um processo ainda não finalizado. Porém, de uma ou de outra forma – ativos ou passivos – ,sempre participaram da sociedade como uma totalidade. (...) A nacionalidade é um campo da luta entre os homens, que vivem em sociedades marcadas pelas classes sociais, e que a constróem pactuando e negociando a partir de situações de desigualdade.” (Guilhermo, R.R. 1987pp.58 e 60)

A nação brasileira democrática é ainda um projeto de construção (é claro, apenas de uma pequena parcela da sociedade) da verdadeira nação, esta realmente e verdadeiramente democrática. O mito da democracia racial vem de certa forma contribuir para que haja *mobilidades* de categorias sociais, propiciando ares de “democracia”, pois “todos são iguais perante a lei”. Talvez isto se configure como um paliativo polivalente que disfarça ou mesmo ameniza a caleidoscópica face do racismo brasileiro. Esta variada gama de racismos, diferindo de intensidade e qualidade ocorre porque o Brasil é um país multifacetado e plural, com regiões distintas de um todo ainda por se amalgamar. Temos portanto, um racismo heterofóbico, mutável e adaptável a cada região ímpar deste país.

“Assim é o racismo brasileiro: sem cara. Travestido em roupas ilustradas, universalistas, tratando-se a si mesmo como anti-racismo, e negando, como anti-nacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro.” (Guimarães, A.S.A. 2000 p.57)

É interessante observar que a democracia racial é um ideal a ser alcançado também no cerne das lutas de classes, aí encontramos a premissa dos movimentos de esquerda que pretende justamente a igualdade de condições para todos. Mas se partirmos da idéia que estamos vivendo numa sociedade capitalista, e que o capitalismo está fincado na base da desigualdade, pois uns possuem bens ou capital e outros não os possuem, como então obter a tal igualdade de condições, se temos uma base destoante, e que naturalmente gera, ou melhor, recria desigualdades? Chegamos a um impasse que está ocorrendo atualmente com as esquerdas, que é o de erguer a bandeira das diferenças, principalmente culturais e sociais. Logo, é uma questão de retórica e linguagem difícil de se explicar, já que a bandeira da esquerda foi justamente e de modo geral fincada na igualdade. (Pierucci, A.F. *in* Revista Tempo Social – USP, 1990) É portanto tarefa difícilíssima, tanto em termos práticos como teóricos, louvar e defender as diferenças sobre uma base igualitária.

“(...) louvar de um lado a diversidade e estimular as diferenças e, de outro, tentar mostrar que estas diferenças são contingentes, não necessárias; são transitórias, não permanentes; são fruto do meio, não da natureza; são adquiridas, não inatas, posto que os seres humanos são todos iguais.” (ibidem p. 17)

É uma tarefa difícil sim, pois segundo Pierucci a adesão das esquerdas ao direito à diferença não convence, não pode ir até o fim. E a saída seria quebrar este axioma igualdade versus diferença, pois, se melhor analisarmos esta antítese, ela oculta a interdependência dos dois termos, “*porquanto*

a igualdade não é a eliminação da diferença, e a diferença não obsta a igualdade” (ibidem p.16). Significa, portanto, passarmos a analisar a diferença como individual, todo o indivíduo é único e diferente e assim romper com este ciclo vicioso: de que quem prega a diferença não a pode fazê-lo sobre o pano da igualdade, e vice-versa. O que pode ser um senão, é justamente as barreiras entre estes campos ideológicos se fundirem ou tornarem indistintas, aumentando o risco de surgirem os efeitos perversos na ação afirmativa pessoal e ou coletiva no combate as igualdades forjadas, realçando então pejorativamente as diferenças, principalmente no que tange a questão étnica como um todo.

“Para a direita liberal, o combate ao racismo supõe uma guerra contra a pobreza e as medidas que promovem o crescimento econômico e o pleno emprego para os negros. A interessante questão que se colocaria é saber se, ao combater a pobreza do negro, está-se combatendo automaticamente o racismo? Na esquerda radical, lutar contra o racismo significa transformar profunda e radicalmente a estrutura de uma sociedade de classe. Ambos os discursos, embora tenham alguns pontos positivos a discutir, cometem o erro de ignorar a diferença, biológica e cultural, como um dos elementos fundamentais, estruturador e classificador dos problemas tidos apenas como de mercado e de instrução nas sociedades nas quais o racismo, apesar de não ser mais institucionalizado, existe no tecido social.” (Munanga, K. 1996 in Munanga, K.(org.) 1996 p. 80)

Uma medida de abrandar o racismo seria a adoção de políticas públicas de ação afirmativa⁶, como foi feito nos Estados Unidos, podemos dizer com relativo sucesso. A questão é como aplicar estas “equal opportunity policies” num país cujo racismo é mutante, no qual temos dificuldades de sequer reconhecer a sua existência, e cujas minorias são de difícil classificação, já que possuímos um “preconceito de marca” que se suaviza quanto menos marcas de natureza física, psicológica e social o indivíduo possua.

“Nos Estados Unidos e no reino Unido, onde foram implantadas há mais de vinte décadas, elas visam oferecer ao grupo negro algo para compensar as desvantagens devidas a sua situação de vítima do racismo. (...) Pretendem oferecer aos negros daqueles países as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente.” (ibidem p. 91)

Podemos pensar perfeitamente na visão de mobilidade social, numa das inúmeras interpretações do conceito de democracia racial de Gilberto Freyre, mas esta mobilidade é menos fácil de ser alcançada pelos negros daí a “ajuda” com as políticas públicas de caráter afirmativo, para que possa amenizar os males da ocorrência do racismo ao longo de anos sofridos pelos negros, transformando-os numa categoria menos preparada para enfrentar a concorrência inerente a sociedade capitalista. Sem dúvida existe sim o racismo, só que Freyre preferiu não colocá-lo em pauta, pois senão abalaria o seu conceito de democracia racial como um todo, composto para englobar principalmente os negros e não-brancos. Logo, se Freyre abordasse os anos de escravidão,

⁶ Em nosso entender talvez uma possível saída para a inserção dos negros em diversas esferas da sociedade seria a adoção e aplicação de políticas de ação afirmativa tornadas leis pelo Estado com datas pré-fixadas para findar-se, com possibilidade de prolongamento, de acordo com o grau de necessidade de cada uma destas esferas sociais.

diferente do modelo de análise que utilizou, que foi o de salientar apenas para o caráter de cooperação da escravidão⁷, seu conceito entraria em crise.

Caso mencionasse mesmo que intrinsecamente o racismo, denotaria a seu conceito uma não-democracia racial, o que não era interessante, pois o enaltecimento do mestiço (mulato), era a base na criação da identidade do ser brasileiro, numa mescla de cultura erudita européia – os bacharéis mulatos – (subentende-se a ascensão social via educação ou incorporação do modo de ser branco) e de uma cultura popular índio-afro-brasileira – (o asseio, a alegria e a luxúria), trabalho a que se propunha.

Portanto, *“a estereotipia negativa contra o negro e o aprofundamento das diferenças entre os grupos étnicos, ontem senhores e escravos, ganharam novas dimensões, pois foram ideologicamente evocados para assegurar as vantagens políticas, econômicas e psicológicas nas mãos dos antigos dominantes e de seus descendentes. Isto feito, a classe dominante continuou a reproduzir-se, reproduzindo, entre outros, racistas e racializados, superiores e inferiores.”* (ibidem p.81)

Então qual é a posição governamental em resposta ao “racismo” num país de suposta democracia racial? Não há resposta, por que não há racismo. Deste modo propalam as elites dominantes, repudiando o racismo velado existente no país e o anti-racismo, pois como querem entender, não fazem parte da fisionomia do Brasil, cujas possíveis atitudes discriminatórias são abordadas como resultado das diferenças socioeconômicas imanentes a uma sociedade capitalista dependente na qual se enquadra o país.

Pensarmos em Brasil moderno é voltarmos ao amadurecimento de um incipiente sentido de Estado Nacional consolidado com a Independência em 1822⁸. E claramente observarmos como este “novo” Estado prolongou e garantiu a continuidade hierárquica da vida social da época por vários decênios, bem como reificou o colonialismo, o servilismo, o conservadorismo, etc., o que resultou na permanência do escravismo, que estruturou e deu o tom da música do Brasil Colônia e Império, no qual alguns de seus acordes e musicalidade, ainda se ouve ao fundo, se prestarmos a devida atenção.

“Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política.” (Ianni, O. 1992 p. 33)

⁷ De acordo com os estudos de Élide Rugai Bastos, Gilberto Freyre optou pela tendência de “integração ou equilíbrio de elementos antagônicos.” (Bastos, E. R. 1986 p. 74 in Moraes, R., Antunes, R. e Ferrante, V.B. (org.) 1986) Logo, a escravidão apresentou-se para Freyre como um acordo sistêmico entre escravo e senhor, ou seja um pacto social.

⁸ A partir de 1822, a nação brasileira passava a ser pensada e intrinsecamente ligada ao Estado, e este por sua vez “definía seus contornos como uma comunidade politicamente imaginável, retornando aos termos de Benedict Anderson.” (Jancsó, I. & Pimenta, J.P.G. 1999 in Mota, C.G. (org.) 1999)

Está claro que a “Independência” do país constituída em 1822 não significou um rompimento com o passado, onde havia um Estado conservador em funcionamento, que continuava em plena atividade, apenas com a diferença de ser autônomo. O país herdara uma rançosa e obsoleta organização, repleta de lusitanismos, feita para atender a uma nobreza parasitária e sem papel positivo, apresentando-se com características próprias de um Estado capenga, ou seja, repartições desnecessárias e serviços indispensáveis em falta.

É acertada a observação de Caio Prado Júnior de que:

“Fez-se a independência praticamente à revelia do povo, e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto.” (Prado Júnior, C. 1977 p.48)⁹

A sociedade brasileira, no início do processo de modernização em meados do século XIX estava dividida entre o Estado, sua elite administrativa e a elite econômica feita dos decadentes remanescentes dos senhores de engenho do nordeste e dos economicamente crescentes fazendeiros de café, além de uma pequena classe de industriais e de um povo que mal se podia identificar como uma coletividade, sendo uma verdadeira massa amorfa formada de homens excluídos econômica e socialmente, quer estes livres ou escravos. Essa massa de descontentes aliados de qualquer processo produtivo, e vivendo em situação de miséria e sem papel social, é o termômetro da contradição, demonstrando que algo não ia bem – este algo subentende-se a própria constituição desigual da sociedade, agora sendo questionada. E num processo de *débâcle* social, que sofrerá posterior pactuação e acomodação, acontecem inúmeras revoltas, rebeliões e tumultos em todo o país, onde a população busca um lugar, reivindica, contesta intensamente a sua participação quer econômica ou social na formação da nação. Nesse período a construção da famigerada identidade nacional propalada pela elite brasileira *“emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo social do país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno”* – o negro. (Jancsó, I. & Pimenta, J.P.G. 1999 in Mota, C.G.(org.) 1999)

“O Segundo Reinado constitui talvez o período mais interessante da evolução brasileira; para aqueles pelo menos que desejam, através da história, obter um conhecimento atual do país. De fato, ele representa, depois de acalmadas as lutas políticas e sociais que vêm desde a Independência, a fase de transição entre o passado colonial e o presente de nossos dias. A significação histórica do Império se mede pelo grau com que se fez aquela transformação da estrutura colonial para a moderna. (...) A complexidade do Brasil de hoje, em que encontramos lado a lado uma civilização moderna e que se emparelha à dos povos mais desenvolvidos da atualidade, e formas antiquadas que sobraram da colônia, explica-se precisamente pela história do Segundo Reinado, onde se situa, em sua parte fundamental e essencial, o processo da modificação parcial sofrida pelo país.” (Prado Júnior, C. 1979 p. 191)

⁹ Ver: Prado Júnior, C. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, Cap. III, 1977, Editora Brasiliense, São Paulo – SP

É de suma importância tratarmos do pilar fundamental da formação do país ao longo da Colônia e do Império – o escravismo, bem como o caminhar dos fatos gerados pela então sociedade que resultou em seu término. Logo, a Abolição é um episódio marcante na história do país e que também contribuiu em sua formação. Segundo Joaquim Nabuco¹⁰, a escravidão foi que formou o Brasil como nação, e é a instituição por excelência que ilumina o exercício de pensar o passado, com uma intensidade superior a qualquer outra. É justamente a partir dela que se definiu a economia, a organização social, bem como a estrutura de classes, o Estado, o poder político e a própria cultura.

“Pode-se descrever essa influência, dizendo que a escravidão cercou todo o espaço ocupado do Amazonas ao Rio Grande do Sul de um ambiente fatal a todas as qualidades viris e nobres, humanitárias e progressivas, da nossa espécie; criou um ideal de pátria grosseiro, mercenário, egoísta e retrógrado, e nesse molde fundiu durante séculos as três raças heterogêneas que hoje constituem a nacionalidade brasileira. (...) [A escravidão] ela criou uma atmosfera que nos envolve e abafa todos, e isso no mais rico e admirável dos domínios da terra.” (Nabuco, J. 2000 pp. 102 – 103)

Talvez seja o fim do escravismo em 1888, como estrutura social, a queda da última pilastra que impedia terminantemente a inserção do país no ritmo da modernidade, pois o escravismo convivia com estradas de ferro, com navegação à vapor, com uma indústria manufatureira em plena expansão, com jornais diários, com bancos, dentre outros auspícios da sociedade moderna. Como estrutura-estruturante o escravismo, de certo modo se confundia com o Brasil, pois o país se dispunha de acordo com a ordem ditada pela escravidão. E por assim ser, o escravismo foi abatido em doses homeopáticas, pois o país estava impregnado dele, e que até a década de 1870, não se entendia por parte das elites econômicas dominantes, um Brasil sem o escravismo nem o contrário.

“A escravidão procurou, por todos os meios, confundir-se com o país, e, na imaginação de muita gente, o conseguiu. Atacar a bandeira negra, é ultrajar a nacional. Denunciar o regime das senzalas, é infamar o Brasil todo.” (ibidem p. 168)

Portanto, Abolição e República se confundem e segundo Emília Viotti “a abolição não é propriamente causa da República, melhor seria dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país (...) O mais que se pode dizer é que a abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao trono, precipitou sua queda.”¹¹ A Abolição foi então o último suspiro de uma estrutura social arcaica, que por sua vez já vinha definindo-se desde 1822, e com grave acentuação deste quadro em 1850 devido as novas condições técnicas implantadas no país. A proclamação da República é o resultado de profundas transformações que vinha-se operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras,

¹⁰ Ver: Nabuco, J. *O Abolicionismo*, 2000 Publifolha, São Paulo – SP

¹¹ da Costa, E. M. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1987 p. 328, Editora Brasiliense, São Paulo – SP

contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão, e conseqüentemente sua queda e fim, numa ânsia desenfreada na busca pela modernidade.

“Desde a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, mas em escala crescente ao longo das décadas posteriores, muitos estavam preocupados com a questão nacional. Interessados em recriar o país à altura do século XX. Queriam compreender quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil. Apaixonados ou indiferentes, aflitos ou irônicos, perguntavam-se sobre os dilemas básicos da sociedade nacional, de uma nação que se buscava atônita depois de séculos de escravidão: agrarismo e industrialização; cidade, campo e sertão; preguiça, luxúria e trabalho; mestiçagem, arianismo e democracia racial; raça, povo e nação; colonialismo e nacionalismo; democracia e autoritarismo.” (Ianni, O. 1992 p. 26)

E neste tentar decodificar a nação surgem inúmeras questões que se fizeram cada vez mais presentes para um entendimento e esboço do que vem a ser o Brasil, e todas correlacionadas ao tema modernidade, ou seja, pensar o país pelas dimensões de uma nação desenvolvida, que caminha para o progresso, cujo Estado-nação deveria igualar, imitar, seguir a receita destes ícones da modernização. Que concomitantemente deveria lidar como o empecilho dos regionalismos e atributos vernáculos, que inúmeras vezes impediam a implantação na íntegra e genuinamente de um modo de ser hodierno europeu ou norte-americano. Particularidade esta especificidade é devido justamente as características latentes de um país de formação ímpar como é o Brasil. A importação de um *modus* de organização quer seja ele: cultural, social, econômico ou político não vem puro, límpido para o país, em sua adaptação a outro *habitat* ocorre sempre uma transmutação e uma mudança, o que resulta em superficialismos, artificialismos e contradições.

Como apresenta Caio Prado, o Brasil é formado por contradições, e talvez só fazendo uso de uma análise dialética da história do país pode-se dar conta de compreender melhor o presente, tendo por base toda uma complexidade pretérita.

“(...)a dialética de nosso desenvolvimento se expressa, em vários momentos de nossa história, no conflito entre as tentativas de implementação de projetos universalistas nacionais de transformação social e a preeminência do particularismo dos grandes negócios na ordenação de nossa trajetória. Isso pode ser constatado no “modo retrógrado pelo qual o Brasil rompeu o estatuto colonial e entrou para o concerto das nações independentes”: incorporando instituições e idéias fundamentais para a construção da nação, mas sem quebrar a ordenação social e econômica formada na colônia ...” (Rêgo, R.M.L., 2000 pp. 28 – 29)

As contradições, de ordem econômica, política, social e cultural, podemos analisar como as pilastras mestras da construção da sociedade desde seus primórdios. Contradições e antagonismos que edificaram um país repleto de mazelas, que se fizeram crônicas, com discrepâncias e divergências de largo alcance, compreendendo desde a diversidade com a qual o Brasil foi formado indo até as interpretações e análises do que seria, ou como se entende este multifário país.

E voltamos novamente a indagação: será o Brasil uma nação? É interessante a interpretação de Milton Santos¹² quando observa, que o espaço total das nações periféricas é pontual e descontínuo, e apenas o critério do lucro é o que norteia o aproveitamento do espaço e a inserção do seu povo no processo produtivo, e assim sendo, questiona o Brasil-nação. Deslinda que, para se chegar a uma nação de fato, o aproveitamento do espaço deveria atender aos interesses da comunidade e não aos interesses da economia internacional, conjuntamente ou não, com a elite econômica local. Configuraria nação um país composto por um povo miserável, massificado e com a grande maioria de pessoas vivendo em baixíssimas condições de vida? Em nossa acepção, no contexto brasileiro, o termo nação, está correlacionado com um entendimento de nacionalidade e identidade nacional. Ou seja, muito longe do que realmente seria concretamente uma verdadeira nação.

“As causas desse descompasso devem ser buscadas em outras áreas. O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente.” (Ribeiro, D. 1997 p. 452)

Pensando neste aspecto dependente e subordinado do país, Caio Prado articula a imagem do Brasil “moderno” com seu conceito de “modernização conservadora”, no qual mostra que as “inovações” aqui ocorridas estão intimamente ligadas com a conservação e conseqüente continuidade do velho, isto é, manutenção da ordem vigente, cuja classe privilegiada e dominante nunca perca seu posto de poder, quer social, econômico ou político. E para esta manutenção desta continuidade preserva-se até a bem pouco tempo, o modelo colonial agro-exportador de economia¹³, ditando por assim dizer, as regras estruturais da sociedade.

¹² Santos, M. *Técnica Espaço Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional*, 1998 Editora Hucitec, São Paulo – SP

¹³ Modelo agro-exportador que perdurou até a década de 60. Nesse momento o país inseri-se na crescente industrialização. Analisamos que Caio Prado entende gradativamente a industrialização brasileira em geral, que surge e se desenvolve “por forças de circunstâncias ocasionais”, em momentos conjuntamente determinados como nas duas guerras mundiais e nos períodos de crises cambiais agudas: em suma, ela seria “fruto de expedientes ocasionais destinados a resolver problemas prementes de abastecimento”. (Prado Júnior, C. 1994 p. 350) Posteriormente Caio Prado para remover tal debilidade vai conceber a industrialização como um fator orgânico à vida brasileira “quando se puser a serviço da solução dos problemas fundamentais do Brasil”, ou mais especificamente, quando corresponder às “tarefas de ocupação, colonização e humanização do território brasileiro”, do contrário, “poderemos ter insuladas e desconectadas atividades industriais modernas fornecedoras de certos bens que amenizam a vida de pequenas parcelas da população do país e adornam estritos setores de seu território.” (*ibidem*, p. 359) Logo, identifica sobretudo na origem qualitativamente acanhada, mal disposta e mal coordenada do mercado interno o problema central da indústria brasileira. Situação essa derivada do passado, em que as atividades econômicas foram organizadas essencialmente para fornecer produtos primários ao mercado externo, sem se apoiar e muitos menos sem se articular “nas necessidades e atividades fundamentais e essenciais da massa da população brasileira e do país em geral.” (*ibidem*, p. 362) Logo, podemos entender na proposição de Caio Prado que, por ter sido a economia brasileira estruturada de forma “defeituosa”, a industrialização brasileira não cumprirá um papel histórico relevante, que é o de servir de elo principal na construção de uma coletividade organicamente integrada e autônoma – a nação. Nesse entendimento Caio Prado subestima o caráter evolutivo e estruturador da industrialização brasileira,

“A reprodução dessa “dinâmica colonial” na estrutura da sociedade brasileira se constituiu em importante fator de impasses para a construção da nação. Esta foi uma preocupação constante de Caio Prado. A construção da nacionalidade brasileira somente poderia ser produto da ação das forças de negação que emergiram das contradições profundas do sistema colonial. Essas contradições se configuraram no caráter regionalizado do desenvolvimento das atividades produtivas, no caráter excludente da economia monocultora e latifundiária, no desestímulo ao fortalecimento de um mercado interno e, finalmente, na dependência de nosso dinamismo econômico a interesses e fatores externos à sociedade brasileira. Daí a preocupação de Caio Prado em apontar os limites de vários processos de transformação da sociedade brasileira, os quais, de fato, eram portadores de “continuidades do sistema colonial”.” (Rêgo, R.M.L., 2000 p. 28)

Ainda persiste a pergunta: temos uma nação constituída e acabada? Qual é a fisionomia do Brasil? Podemos pensar no lema estampado na bandeira brasileira – Ordem e Progresso – no qual expressa o grande desejo de ser moderno, pela aliança do progresso nas várias esferas da sociedade com a racionalidade e a ordem, atributos de uma nação civilizada, e por assim dizer, moderna, aos moldes europeus, e desde logo, encharcada de acepções positivistas. Ou por outro lado, não seria “Ordem” como um imperativo para a maioria da população, base da pirâmide social e “Progresso” para uma minoria da população rica, elitizada e poderosa, mas que necessita desta devida “Ordem” para continuar a progredir.

Mas se refletirmos na sentença Ordem e Progresso, dentro de uma certa dinâmica controlada e esquematizada pelas elites dominantes temos um progresso dosado, ou seja, que não venha a prejudicar as mesmas, política e principalmente economicamente. Portanto, esta ‘modernidade’ seria uma modernidade pela metade, uma pseudo-modernidade, porque em alguns aspectos, principalmente no que tange a economia e a tecnologia, é o Brasil moderno, em outros aspectos como sócio-cultural e político, o arcaísmo não desgrudou das bases desta sociedade. Está claro que nos aspectos culturais e políticos a transformação se torna ainda mais lenta e cercada por arcaísmos, e no sentido econômico o processo modernizante é mais acelerado. Aspecto este que dificulta enormemente a interpretação do que seja o Brasil-nação, bem como do Brasil moderno. Cabe a indagação, será realmente moderno? Se moderno, em quê e para quem?

“A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna, ou de que o Brasil já é a oitava potência econômica do mundo ocidental e cristão.” (Ianni, O. 1992 pp. 92 e 93)

principalmente o processo desenvolvimentista pós década de 50, particularmente o caracterizando como um remanescente estrutural que se recompõe, sem conseguir absorver em sua análise elementos estruturais novos, estes advindos da industrialização. Concluímos que a subestimação que o autor deu a industrialização, e desde logo, o peso que deu ao passado colonial recorrente o fez simplificar as tarefas da revolução brasileira, quando lhe impôs um restrito programa de reformas no campo. (Prado Júnior, C. 1987)

1.1 Clóvis Moura e a questão racial na formação do Brasil

Os cientistas sociais nesta busca incessante para entender a realidade brasileira, apresentam com variadas interpretações, estilos, e explicações, elegendo como base de análise o poder estatal, o grupo social, o fator econômico ou a cultura como viga mestra para compreender esta sociedade caleidoscópica e multifacetada. (Ianni, O. 1992) É válido lembrarmos que inúmeros modos de pensar a realidade são provenientes do passado, são releituras. Muitas das obras da qual valemos atualmente para depreender o presente respondem, ou tentam responder indagações reinterpretando o pretérito, sendo válidas para a atualidade como premissa para uma crítica ou para continuação de um modo de pensar. Sendo assim, pensar o Brasil é o exercício mental que fascinou e atraiu intelectuais, compreendê-lo em sua totalidade parece uma tarefa complicada, pois seu processo estrutural é dinâmico, e vista por uma perspectiva histórica, a formação do Brasil se coloca diante de nós, em cada época, como um labirinto histórico, no qual se combinam vários passados.¹⁴

Temos nesta grande leva de intelectuais que repensaram o Brasil, as preocupações de Clóvis Moura, refletindo sobre a questão do negro na formação da nação. A obra de Moura sobre o negro parte de uma interpretação oposta a de Gilberto Freyre, que entendia a escravidão branda no país, repleta de um grande paternalismo por parte dos senhores, e de escravos dóceis e aceites de sua condição servil. Moura buscou valorizar a resistência negra, (a escravidão para ele nunca teve a brandura propalada por Freyre) e seu importante papel contra a sua condição de escravo, portanto seu caráter dinâmico na construção da nação. O que percebemos, que sempre incomodou nosso autor e dirigiu suas indagações, foram os dilemas presentes na constituição da nação, evidenciando a marginalização de negros e mulatos, tendo como um dos muitos resultados, um racismo caleidoscópico à brasileira.

É importante salientarmos que Moura escreve sua “resposta” a Casa Grande & Senzala (1933) na década de 50, em seu livro *Rebeliões da Senzala*, publicado em 1959. Enquanto a maioria dos estudiosos do problema negro, pertencentes à sua geração, ainda procuravam em suas pesquisas desvendar o lado antropológico, etnográfico e folclórico do negro no país, Moura dirigiu suas pesquisas para o campo histórico-sociológico. Segundo ele, *“seria nesta área de ação que encontraria a melhor explicação para compreender a situação do negro na época da escravidão.”* (Moura, C. 1988) Observamos que Moura apoiado nos fatos pretéritos, pode desconstruir iniquidades a respeito da história do negro e assim trazer à tona outros elementos analíticos, revelando-se, como mais uma fecunda contribuição para se pensar sobre a formação da sociedade brasileira.

Para podermos analisar suas proposições sobre o negro, e sua história no país, devemos voltar ao início da colonização nos trópicos. Sabemos que a exploração dos produtos primários

¹⁴ Logo, escrever ou reescrever a história, bem como pensar através da sociologia, da antropologia, da geografia humana, da economia ou da ciência política é estabelecer possibilidades e não certezas.

brasileiros deveu-se muito ao trabalho compulsório do negro. A grande empresa lucrativa, principalmente nos séculos XVII e XVIII, que foi a do comércio triangular para alguns países europeus, principalmente a Inglaterra, resumidamente se apresentava no tráfico de escravos vindos da África, de matérias-primas vindas das Américas e de produtos manufaturados europeus finos, para atender a classe aristocrata nas colônias americanas e de pacotille (pacotilha), que eram bugigangas com cores berrantes e contas de vidro que atendiam ao gosto do africano no escambo por negros. Este mercantilismo garantia um grande lucro¹⁵ às empresas possuidoras de companhias de comércio, no qual o tráfico de escravos, o escravo em si, coisificado, e o resultado de seu trabalho, era uma das pilstras deste sistema mercantil, e portanto, peça fundamental.

A exploração deste trabalho compulsório escravo¹⁶ estava estritamente subordinado ao capital externo, entenda-se europeu, que dirigia o processo de acumulação deste, sem se preocupar com o processo de produção das riquezas, que se transformariam em capital, isto é, se era lícito ou ilícito, ético ou não. E da “necessidade” deste trabalho escravo, os europeus racionalizaram pensamentos e criaram (para a época) teorias científicas, umas mais, outras menos sofisticadas para legitimizar a superexploração¹⁷ destes indivíduos no novo mundo¹⁸.

No então Brasil Colônia existia por sua vez uma dicótoma ideológica baseada em duas premissas, uma destinada aos senhores e administradores da coroa e outra para os escravos. Aos senhores passava-se uma imagem do escravo (negro) desvinculada de uma dimensão humana superior, determinismo este, que servia para que continuassem a usar do escravo compulsoriamente, e que permanecessem abençoados por Deus através da igreja, sem nenhuma mácula de pecado, pois estes negros eram animais bestificados que estavam destinados ao trabalho de servir o branco, seu amo, no qual o castigo ou morte aos menos obedientes não vincularia a nenhuma transgressão do preceito religioso católico.

Por sua vez, a idéia transmitida ao escravo, pregava uma posição humilde deste diante de sua condição servil, pois seus sofrimentos nesta vida encontrariam com certeza salvação eterna. E na

¹⁵ “Em 1718 William Wood disse que o tráfico de escravos era “a fonte e origem de onde os outros negócios fluíam.” Alguns anos depois, Postlthwayt descreveu o tráfico de escravos como “o primeiro princípio e fundamento de todos os outros, a moela mestra da máquina que põe toda a roda em movimento”.” (*apud* Williams, E. 1975 p. 57)

¹⁶ O senhor sempre numa posição privilegiada, sorve o trabalho, e não só o trabalho, no escravismo mas a pessoa do escravo visto como mero objeto de uso por este para obtenção de lucros estratosféricos. Logo possibilitando que do outro lado do Atlântico ocorresse a acumulação primitiva, como nos disse Marx, responsável pela introdução definitiva do capitalismo em todos os rincões deste planeta. E, por suposto, perpetuando a desigualdade e impossibilitando a integração destes sempre excluídos homens que verdadeiramente trabalharam para a construção da nação brasileira, e que muito contribuíram para o enriquecimento de muitas nações européias.

¹⁷ Segundo Arendt, o racismo vem para reforçar a ideologia imperialista.

¹⁸ Da necessidade de justificação deste saque colonial, Montesquieu que condenava teoricamente a escravidão, quando observa a escravidão negra revela: “Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que eu diria: Tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram de escravizar os da África a fim de utilizá-los no desbravamento das suas terras. O açúcar seria muito mais caro se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz tão achatado, que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a idéia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo uma alma boa, num corpo completamente negro. (...) É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, de os considerarmos homens, começaríamos a acreditar que nós próprios não somos cristãos.” (Montesquieu, B. 1973 p.215)

comparação entre o escravo obediente e seu senhor, Deus escolheria o primeiro, pelas agruras sofridas na Terra para seu reino celeste, como nos revela Padre Antônio Vieira em seus Sermões “(...) *Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado (...) porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão (...)*” (Vieira, A. 1959 vol. XI p.305) “(...) *seguro têm os escravos, ainda em comparação de seus senhores, o maior favor, e o maior agrado dos olhos da Mãe de Deus (...)*”. (Vieira A. 1959 vol. XII p. 93) Percebemos portanto, que vem desde ao século XVII a fomentação da idéia de que o escravo deveria se subjugar ao senhor, por que assim ele seria bom não só aos olhos deste, mas também e o mais importante, aos olhos do ubíquo Senhor da Terra e do céu¹⁹. Moura, deslinda que a igreja foi de uma grande valia para os intentos escusos da colonização na América tropical e potente instrumento ideológico para abrandar os descontentamentos e a rebeldia negra. Na intelecção de Moura fica exposto ainda que a obediência pregada pela igreja, tinha como objetivo amenizar as relações classistas entre escravos e senhores, logo, escamoteando o caráter econômico no qual estava envolta as relações coloniais, e da qual a igreja era parte integrante.

“(...) Neste sentido, apela-se para o aparelho ideológico dominador, no caso e tempo, a Igreja Católica, a fim de desarticular o mundo do negro, e rebeldia do escravo, em cumprir sua função” (Moura, C. 1988 p.54)

Mesmo com todo este aparato ideológico e enquanto durou a escravidão, enfatiza Moura, os negros colocaram sua situação de cativos em questão, ao se rebelarem, quer individualmente ou coletivamente contra essa estrutura. Nós acrescentamos que os cativos não a aceitavam, mesmo quando adotavam uma postura aparentemente obediente e conivente com a esperada por seu senhor. Postura que para nosso autor, era característica de um negro alienado, isto é, não radical, portanto, de menor valia no propósito de contribuir para por em xeque a escravidão.

Clóvis Moura salienta que com as revoltas, quilombos, insurreições e suicídios, os escravos nortearam a criação do *ethos* da sociedade brasileira. Pois foi justamente os comportamentos rebeldes dos negros que fizeram com que a classe dominante fomentasse a criação de um aparelho repressor e ideológico no Estado brasileiro, trazendo intrinsecamente a discriminação racial. Essa segregação posteriormente culminaria nos problemas de cunho social que perduram até nossos dias. As elites dominantes souberam utilizar dos caracteres físico-sociais (cor – fenótipo), bem como dos aspectos culturais e religiosos deste povo “inferior” para deixá-los sempre à margem de uma sociedade branca, superior, católica e moderna. Moura demonstra ao revisitar as teses dos

¹⁹ Conforme salientou David Brion Davis, no século XVII a contradição inerente a escravidão gerou um profundo dualismo no pensamento ocidental, com a separação entre uma crescente valorização da liberdade na Europa e uma economia mercantil em expansão fundada na América, sobre a escravidão negra. Com isso, a maior parte dos juristas e filósofos optou por ignorar tal discrepância e aderir a teorias clássicas da escravidão, tidas como universais. A tendência em apresentar a escravidão como uma questão de política pública acentuou-se ao longo deste século, quando os negócios coloniais tornaram-se elementos decisivos nas disputas pela hegemonia internacional. Houve então um deslocamento da atenção, que se concentrara basicamente no pecado original e nos direitos naturais, para as questões mais práticas de interesse nacional e os melhores meios de obter e governar um contingente de trabalho colonial, fazendo assim recuar os motivos morais da escravidão. (Davis, D.B. 1968)

intelectuais brasileiros da época, que estes em seus pareceres, entendiam que os negros e mulatos, eram elementos que causavam na sociedade profundo pesar, apresentando-se como personificação dos males, que resultavam na inferioridade da nação brasileira²⁰. Afirma Moura que:

“Esse tipo de estrutura de Estado (despótico na sua essência) altamente centralizado e tendo como espinha dorsal e suporte permanente dois segmentos vitalícios (o Conselho de Estado e o Senado) foi montado prioritariamente para reprimir a luta, entre os escravos e a classe senhorial. Não foi por acaso, mas por isto mesmo, que o Brasil fosse o último país do mundo a abolir a escravidão.” (Moura, C. 1988 p. 22) *“Enquanto se formava e desenvolvia na base uma sociedade multirracial, as nossas elites intelectuais se municiavam de armas para provar a necessidade de acabarmos com o mascavo nacional e nos transformarmos em uma nação branca.”* (Moura, C. 1983 p.42)

Desde logo, a escravidão foi um grande passo, mas não o único, para a marginalização dos negros e mulatos no posterior Brasil república. Essa marginalização que é proveniente de um preconceito racial tem, segundo Moura, um agravante na sociedade pós-abolição, a condição social na qual os ex-escravos seriam automaticamente colocados. Na teoria, passamos de uma sociedade hierarquizada na dialética senhor e escravo, portanto, lugar do negro e lugar do branco, para uma sociedade capitalista, regida pela competição, na qual, negros e brancos fazem parte deste novo processo econômico, podendo cada qual individualmente lutar para “ter seu lugar ao sol”. Mas na prática a realidade é outra, os negros entram na sociedade de classes em grande desvantagem, esta dada pelo preconceito racial. E é claro, a elite branca tratou de importar teorias racialistas ou recriá-las de acordo com a realidade brasileira, pensando ações ou formas de macular o negro como trabalhador e, naturalmente como pessoa, para sustentar inalterada sua posição privilegiada nesta nova dinâmica social.²¹ Observa Moura:

“Na medida em que a massa negra ou de mestiços entra no mercado de trabalho friccionando-o, procurando incorporar-se ao centro do sistema de produção do qual foi expulso, não querendo mais aqueles empregos tradicionais que lhe eram impostos e procura forçar a mobilidade social vertical, reivindicando posições, cargos e vantagens que eram reservados aos brancos, o preconceito se aguça. (...) A chegada desses elementos negros e mestiços que pretendem deslocar-se dos estratos inferiores em que se encontram, procurando disputar, no mesmo mercado, em nível superior, os empregos e cargos que estavam sendo ocupados por outros elementos, cria expectativas de comportamento específico no segmento ameaçado. Através de um processo quase sempre inconsciente, procuram manipular mecanismos de defesa que os resguardem e protejam da ameaça latente que tais elementos representam. Daí aproveitarem as diferenças étnicas desses grupos ou segmentos, apresentando-as como sendo marcas

²⁰ Nesta mesma época, na qual estava em voga a superioridade européia, solidarizou-se em meio a alguns escritores brasileiros a teoria da “*degenerescência latina*”, refletida nas constantes críticas aos povos ibéricos, considerados os mais atrasados da Europa, pela sua fácil miscigenação com povos considerados inferiores, os negros e os índios, formando nações fracas etnicamente e sem progresso. Portanto, a formação da nacionalidade brasileira sempre representou um estorvo para os construtores de uma nação nos moldes europeus, dada a incongruência entre a importância dos negros e mestiços na vida social e teorias racialistas importadas, que não se encaixavam com a feição de um Brasil mestiço.

²¹ Na acepção de Florestan Fernandes, na ânsia de prevenir futuras tensões sociais, estas hipotéticas, a classe branca dominante preferiu fechar as portas que poderia colocar negros e mulatos no mesmo patamar que o branco no âmbito de direitos e garantias sociais, e com isso “acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.” (Fernandes, F. 1978 vol. I p. 253)

inferiorizadoras. Esse pensamento racionalizado, por seu turno, funciona como uma ideologia resguardadora desses interesses e, depois de certo tempo, se automatiza e passa a integrar o conjunto do pensamento social global.” (Moura, C. 1977 p. 52)

Para cimentar a posição vantajosa, a elite branca passa a divulgar o sofisma de que o negro foi outrora bom escravo, aquele que vivia nas fazendas para e pelo seu senhor²², sendo o senhor, por sua vez, igualmente bom, lhe dando toda proteção da qual precisava. É evidente que as revoltas, as fugas para quilombos, e todo o dinamismo de grande parte dos negros contra essa abjeção que foi a escravidão, é simplesmente omitido e esquecido, ou ainda analisado como uma anomia ou patologia social que não se encaixava num todo harmônico constituído por partes diametralmente ajustadas em seus discrepantes papéis na sociedade. (Moura, C. 1988, 1994) No entender de muitos historiadores e sociólogos, critica Moura, a priori, o negro era passivo e masoquista, e quem por benevolência aboliu a escravidão foi a princesa Isabel, num glorioso ato de amor, e sem maiores preocupações em preparar e nortear o caminho a ser seguido por esses indivíduos, desde então *esquecidos* às margens da cidadania.

É interessante notar que a atitude do negro, segundo Moura, era variável conforme sua proximidade da classe senhorial, e revela que, *“a postura do escravo negro, por outro lado, variava de acordo com a posição que ele ocupava no sistema de estratificação da classe escrava. É evidente que uma mucama, um escravo doméstico, morando na casa-grande e sofrendo o impacto ideológico do pensamento dominante (escravocrata) e já previamente selecionado a partir da sua compra, não tinha o mesmo potencial crítico ou revolucionário de um escravo do eito nos canaviais do Nordeste, na mineração de Minas Gerais, ou de um escravo “de ganho” urbano.”* (Moura, C. 1983 p. 35)

O negro que é atualmente contestador, é um mau cidadão na concepção da elite branca, porque não consegue entender que seu lugar é à sombra do branco. Não compreende, por suposto, que seu fardo natural é o de servir o branco, de estar em uma posição sempre abaixo dele, e não de competir com ele. Esta elite idealiza que o escravo era bom²³ quando aceitava sua condição e mantinha uma relação cordial com seu senhor, e o mau, por sua vez, era aquele que se rebelava contra sua dada situação de servidor. (Moura, C. 1977)

Por suposto, seria um bom cidadão aquele negro e não-branco que aceita sua situação inferior a do branco, que aceita trabalhos aviltantes, que colabora para a manutenção da ordem. Logo,

²² Muhammad Ali (Classius Clay) definia muito bem esta dicotomia de valores dos escravos em relação aos Estados Unidos, existente também no Brasil. “Durante a época da escravidão os negros que viviam nas casas dos senhores – e não os das plantações – sentiam-se identificados com os interesses do senhor. Sofriam com o senhor, caíam doentes e alegravam-se com as boas colheitas que, naturalmente, nenhum benefício traziam a eles. Outros negros, segundo me fez ver meu amigo Malcolm, eram verdadeiramente conscientes da sua escravidão e não se solidarizavam com os interesses dos seus senhores. O típico negro doméstico, sensível e abnegado é o personagem da novela “Cabana do Pai Tomás””. (Lauriano, J. 1969 p. 24)

²³ Segundo Herbert Spencer, os conceitos “bom” e “útil” tem essência semelhante, “de sorte que a humanidade pelos juízos “bom” e “mau” resumiria e sancionaria as suas experiências inolvidáveis acerca do que é útil e conveniente, ou inútil e inconveniente. Segundo esta teoria, é bom aquilo que, em todos os tempos, se revelou como útil, e daí logo “o seu valor essencial”.” (Nietzsche, F.W.1990 p.4)

muitos negros e não-brancos interiorizaram essa ideologia de que realmente o negro possui menor capacidade que o branco e foi feito para servi-lo. Portanto, a ideologia de superioridade da “raça” branca pregada aos negros e não-brancos, é a da necessidade de ser como os brancos para se integrar nesta sociedade competitiva, que é ideologicamente branca. E, por suposto de agir como tal, discriminando o negro que quer ser negro, ou seja contestador, destoante e diferente. Nas palavras de Moura:

“Vemos, portanto, que ruindade e bondade são conceitos criados por uma classe social que detém condições de estabelecer o que é bom e o que é mau de acordo com valores e idéias dominantes. São valores já estabelecidos e que se chocam com os emergentes na sociedade, pois, nem sempre, ou melhor, quase nunca, aquilo que é bom para os estratos que se situam no cume da pirâmide, coincide com o que é bom para aqueles que se encontram na sua base. Por outro lado, o conceito de moral e a formalização de uma ética são também condicionados pelo tipo de estrutura social existente que lhe imprime o ethos fundamental e dominante.” (Moura, C. 1977 p.28)

Moura buscou todavia compreender como o negro e os diversos mitos raciais²⁴ foram reificados através da história pela classe dominante das sociedades ocidentais incluindo a brasileira. Sendo assim, analisou como e com quais armas o negro pode contar para de forma explícita ou implícita questionar sua posição de inferioridade perante o branco, ou ao contrário, simplesmente aceitar o preconceito e interiorizá-lo, passando a se condicionar pelos modos com os quais os brancos agem, se tornando “um negro de alma branca”²⁵, ou seja, discriminando os outros negros que possuem uma posição antagônica a sua e que não querem este “embranquecimento”.

²⁴ Analisando as teorias raciais presentes no Brasil, devemos partir dos seguintes dados antagônicos: o século XIX foi testemunha de dois movimentos opostos, de um lado os movimentos abolicionistas que triunfaram no Novo Mundo, cuja escravidão recuava sob o impacto das mudanças econômicas, e de outro, pensadores europeus e norte-americanos estavam ocupados em elaborar as teorias das diferenças raciais, pois havia a necessidade de ideólogos que justificassem o saque colonial e a escravidão negra, que lhe era inerente. No curso do século, segundo Skidmore (Skidmore, T.E. 1976) emergiram três escolas principais de teoria racista. A primeira foi a escola etnológico-biológica, que sistematizou sua formação filosófica nos Estados Unidos das décadas de 1840-50, na qual os cientistas sustentavam a premissa que as variadas raças humanas eram o resultado de diferentes mutações das espécies (poligenia) e do determinismo biológico, a idéia principal era que, das variedades de diferenças físicas se poderia esperar como seguimento, outras diferenças, que seriam conhecidas como culturais. Os nomes expoentes desta escola são: Louis Agassiz, Samuel Morton, Josiah Nott e George Glidden. Ver também: Gould, S.J. *A Falsa Medida do Homem*, 1999. Editora Martins Fontes, São Paulo – SP. O segundo bloco de pensadores racistas a emergir nos Estados Unidos e Europa partiam da suposição de que as raças humanas, as mais diversas, podiam ser diferentes umas das outras, mas com a branca permanentemente e inerentemente superior a todas. É neste ínterim que surgiu após a guerra franco-prussiana (1870-71), proposto por Houston Stewart Chamberlain, o arianismo, elevando a superioridade da raça anglo-saxônica. A terceira escola de pensamento racista era o darwinismo social, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que não se transmitiriam caracteres adquiridos, nem por meio de um processo de evolução social. “Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo o cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de tipos puros, e portanto não sujeitos a processos de miscigenação, e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social.” (Schwarcz, L.M. 1993 p. 58) Sendo assim estas três teorias foram norteadoras do pensamento racial no Brasil até o final da década de 20. A inferioridade do negro e do índio e a superioridade da raça ariana era aceita como fato de determinismo histórico pela elite intelectual brasileira.

²⁵ Franz Fanon criou a metáfora “máscaras brancas”, observando comportamentos de negros que entendem que para ascenderem socialmente devem identificarem-se com o modus vivendi dos brancos, em todas as suas esferas. (Fanon, F.1976)

Sabemos que desde o embarque nos navios negreiros na África, o negro individualmente externava seu descontentamento em tornar-se escravo e muitos deles entravam numa prostração profunda,²⁶ e assim fisicamente debilitados, faleciam. Nos tumbeiros e em terras brasílicas era muito comum o suicídio e o infanticídio como sinal particular de protesto. Logo, uma contestação coletiva era mais difícil, e as revoltas nos navios ocorriam com menor freqüência, pois os mercadores de escravos, as prevendo, traziam negros das mais diferentes tribos e nações, portanto, com dialetos, os mais diversos possíveis, justamente para precaverem-se destes imprevistos coletivos, que em menor grau do que revoltas em terra, ocorriam.

Estas manifestações de inconformismo do negro com a situação de cativo, criaria o estereótipo na sociedade brasileira do negro como pessoa de má índole, não confiável, possuidora de um caráter vil e inzoneiro. De acordo com Moura, esse entendimento a respeito do caráter do negro rebelde, feito pela classe dominante, era perfeitamente explicável, pois essa elite esperava e induzia um comportamento pacífico deste, que como sendo animais (pessoas) destinados ao trabalho, deveria aceitá-lo de bom grado, sem questionamentos ou revoltas. Como as revoltas sempre estavam presentes onde quer que se apresentasse a escravidão, a rebeldia negra era mal interpretada pelos dominantes, que esperavam a passividade e a obediência do negro. Florestan Fernandes deslinda sobre o assunto que:

“Em suma, a imagem do ‘bom negro’ associa-se a expectativas bem definidas de submissão, lealdade e conformismo diante da situação de interesses da ‘raça dominante’. Quanto mais o negro e o mulato se identifiquem com os ideais da personalidade democrática, concatenados em torno da figura do cidadão [pós-abolição] e dos direitos fundamentais da pessoa, tanto mais eles são incompreendidos, avaliados etnocentricamente e depreciados. Ao inverso, quanto mais se prender ao modelo do criado fiel e devotado ou fizer jus aos atributos correlatos (mesmo sem ser empregado ou dependente), mais o ‘negro’ encontra correspondência afetiva, compreensão e consideração no ânimo do ‘branco’.” (Fernandes, F. 1978 vol. I p. 292)

Na acepção de nosso autor, encontramos a mesma proposição de comportamento considerado ideal para a classe dominante, isto é, a do negro submisso:

“Seria a escrava que deixava de amamentar o seu filho para dar leite ao do senhor, numa atitude conformada que se perpetuou no símbolo masoquista da Mãe Preta, símbolo que é apresentado como o comportamento ideal do escravo.” (Moura, C. 1977 p.18)

Como já foi dito, a imagem anômala era a daquele negro que procurava solução, quer individual ou coletiva para por fim a condição de escravo ou de submisso. Esta imagem do mau escravo e posteriormente de mau cidadão, foi também reificada, quer biologicamente ou ideologicamente através de vários mecanismos de marginalização, como o de ser este não detentor de capacidade para desfrutar responsabilmente da liberdade na nascente sociedade brasileira.

²⁶ Conhecida como Banzo. Segundo João Ribeiro, citado por Zilá Bernd, o banzo é “uma moléstia estranha que é a saudade da pátria, uma espécie de loucura nostálgica ou suicídio forçado, não deixa de ser uma forma de o mais fraco mostrar a sua força, de protestar contra o tratamento desumano dispensado pela maioria dos senhores brancos.” (Bernd, Z. 1984 p.24)

Criaram então clichês de que o negro não teria condições para tornar-se livre, pois se *“dissiparia na cachaça, no amor livre, nas drogas, na malandragem e no jogo”*. (Moura, C.1977 p.97) E esta imagem (do negro como irresponsável, perigoso e malandro) que foi construída maliciosamente pelas elites no alvorecer de uma sociedade capitalista dependente, ainda sobrevive no *ethos* da atual estrutura social²⁷.

Apresenta Moura que um dos modos pelos quais a elite branca brasileira tentou abolir o mal que representava a presença negra no país, por suposto, ligado inseparavelmente à inferioridade do sangue africano, foi lançar mão da teoria racista do embranquecimento da nação. Essa ideologia enquadrava o negro e o não-branco como causa fundamental de todos os males da nação, e responsável por macular a sociedade com sua personalidade anômala.

Não podemos deixar de notar que para Moura, a ideologia do branqueamento foi elaborada e calcada na questão da cor (raça) primordialmente, mas que está embutido nela o fator econômico, ou seja, o aspecto da empresa lucrativa de imigrantes europeus, que por traz deste ideal arianizante pretendia também lucrar. Houve então o segundo tráfico, que além de proporcionar à empresa imigrantista lucros, também oferecia lucros ao grande cafeicultor, que com a entrada de mão-de-obra assalariada branca, a que este preferia com relação ao trabalho do egresso da senzala (negros e mulatos) garantia-lhe uma reserva de mão-de-obra, que fez com que o salário pago aos então trabalhadores braçais não fosse elevado, mantendo a continuidade dos lucros para o fazendeiro na venda do seu produto, o café, no mesmo patamar, isto é, pouco variável em relação ao antigo regime de trabalho. A inteligência que Moura nos apresenta que a paulatina e crescente preferência dada pelos senhores latifundiários aos homens livres para o trabalho no eito, no escravismo tardio, está justamente ligada a rebeldia negra que encarecia o trabalho compulsório, fazendo com que os fazendeiros preferissem o trabalho assalariado. Para o autor, as diversas formas de revolta escrava foram relevantes para a liquidação da escravidão.

Por sua vez, o fator econômico foi representado pela grande empresa imigracionista que se montou, tendo em vista o fator racial, que é o branqueamento da nação. Ademais, se nessa ideologia vem embutido não só lucros sociais mas lucros financeiros, não poderia ser mais bem vinda à arrivista elite branca do país. Moura observa que:

“O que se pretendia essa substituição do trabalhador nacional pelo alienígena era satisfazer uma teia de interesses que se conjugavam dentro de uma visão capitalista dessa transação, com capitais em jogo e interesses ideológicos e políticos que se completam. (...) Razões econômicas determinaram o sucesso da

²⁷ Texto retirado de e-mail divulgado pela Internet-abril de 2000, conteúdo também charges de chacota ao negro.

“O branco com uniforme: coronel; o preto com uniforme: carregador

O branco com pistola: precavido; o preto com pistola: assaltante

O branco com maleta: executivo; o preto com maleta: traficante

O branco com chofér: milionário; o preto com chofer: preso

O branco jogando bilhar: elegante; o preto jogando bilhar: vicioso

O branco se coçando: alérgico; o preto se coçando: sarnento

O branco lendo jornal: intelectual; o preto lendo jornal: procurando emprego

O branco com asas: anjo; o preto com asas: morcego.”

substituição de um tipo de trabalhador inferior por outro superior. Assim como a substituição do escravismo indígena foi justificada pela altivez do índio e a docilidade do negro, a substituição do trabalho do escravo negro pelo do imigrante branco foi também justificada pela incapacidade do ex-escravo (isto é, o negro e o não-branco nacional) realizar o trabalho no nível do europeu superior. (...) As grandes firmas imigrantistas, grupos interessados nesse processo e especuladores em geral não viam evidentemente o imigrante como superior, mas o viam como investimento que daria lucros a quem administrasse os mecanismos imigrantistas.” (g. do aut.) (Moura, C. 1983 pp. 89 e 90)

Sua análise contempla também que a ideologia do branqueamento da nação foi criada para, concomitantemente com o aspecto econômico, dispor o negro à classe mais subalternizada, ou melhor, lumpenizada da sociedade, envolta numa extrema miséria, resultante da precarização dos trabalhos a ela oferecidos, bem como da falta destes. Neste dramático quadro que se encontrava (e ainda se encontra) a maioria dos não-brancos e negros, muitas vezes sem meios de sobrevivência, acabavam sendo acometidos por inúmeras doenças, que devido a uma baixa imunidade resultante de uma alimentação insuficiente e de más condições de higiene eram, e continuam sendo letais a esta população de excluídos, que paulatinamente e sutilmente são eliminados da sociedade brasileira, sem nenhum pesar para a classe dominante.²⁸ (Moura, C.1977)

Esta ideologia do branqueamento se apresentava também como mais uma justificativa para trazer de outros países, aquele tipo de trabalhador que deveria corresponder ao tipo ideal de brasileiro, escolhido pela classe dominante, o branco.

“O simbólico assume neste caso especial um papel quase decisório na seleção do trabalhador brasileiro. O que se chamou de borra da escravidão e posteriormente de mascavo nacional é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o bom é o branco.” (Moura, C. 1983 p. 38)

Após o final da escravidão, a ideologia dominante, obviamente se eximiu de fornecer ao ex-escravo por mínimas que fossem, possibilidades compensatórias do período de cativo, para que ele pudesse adentrar dignamente nesta nova realidade, isto é, no mercado de trabalho livre, e ser plenamente incorporado. Mas, muito pelo contrário, incumbiu-se em reafirmar as diferenças entre brancos e negros atribuindo a imagem do negro, como um ser incapaz e irresponsável para o trabalho livre, devido a inerente ausência de moral, logicamente vinculando a imagem do negro ao vadio e ao malandro²⁹.

²⁸ Podemos correlacionar com os dias atuais, que vítimas da violência, os jovens negros e não-brancos, tem uma baixa expectativa de vida, comparada a dos jovens brancos. (Folha de São Paulo, 21/07/2002)

²⁹ “Atualmente pode-se constatar a permanência desta idéia – a vagabundagem do negro – transformada em tema historiográfico, destituído da argumentação racista do imigrantismo. Ao contrário convencionou-se explicar a “recusa” do negro em trabalhar devido ao “fator herança da escravidão” ou “traumatismo” do escravo, pois para ele a liberdade seria o contrário do trabalho. Assim o negro teria se marginalizado devido à sua incapacidade para o trabalho livre, o que se explica hoje por ter sido ele escravo, e não mais por ter “sangue africano”. Por sua vez, esta transmutação da representação imigrantista racista – negro vagabundo –, em tema histórico – ex-escravo incapaz, deve ser entendida dentro do contexto suscitado pelo mito da democracia racial, engendrado este a partir das imagens paradisíacas de um país escravista sem preconceitos raciais” (Azevedo, C.M.M. 1987 pp. 254 – 255)

A maioria dos negros e não-brancos, prejudicados por uma abolição que lhes dava a liberdade física, mas não a dignidade de cidadãos, foram inseridos na sociedade capitalista nascente pelas portas dos fundos, sendo marcados irreversivelmente pela situação econômica, permanecendo em desvantagem com relação aos brancos. Logo, a grande maioria não conseguiu sair do último estrato social no qual foram jogados. E ainda continuam sendo taxados pela classe dominante de perversos, de possuidores de uma má índole e indignos de atributos morais respeitáveis, devendo evidentemente a sua própria natureza psico-social.

Esta mesma elite deposita o ônus da situação precária da maioria dos negros a eles próprios³⁰, que não souberam aproveitar as “oportunidades democráticas” que lhes foram oferecidas com a passagem do escravismo ao capitalismo dependente. O problema dos egressos da escravidão foi tido como uma questão social, para afastar o real âmbito da questão que era o político, não cogitando de forma alguma a sua responsabilidade nesta suposta integração, melhor dizendo, nesta pseudo-integração da maioria dos negros na sociedade capitalista, incorporados a uma economia de miséria e de luta pela sobrevivência.

“O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. (...) O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Desta forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa por uma população cristã, européia e morigerada.” (Moura, C. 1988 p. 79)

De acordo com Moura, é com a ideologia do branqueamento da população brasileira que dinamiza-se o preconceito de cor. Que contudo ao privilegiar o trabalhador branco estrangeiro, tenciona ainda mais esta eclética barragem contra o elemento negro e não-branco, ou seja, reifica o racismo caleidoscópico, com o intuito de sempre manter as massas enegrecidas sob controle. Moura deslinda que:

“Esse preconceito que atua como elemento restritivo das possibilidades do negro na sociedade brasileira poderá ser constatado: a) no comportamento rotineiro de grandes faixas brancas da população em todo o território nacional; b) nas relações inter e intrafamiliares; c) no critério seletivo para a escolha de empregos e ocupações; d) na filosofia de indivíduo, grupos, segmentos e instituições públicas ou privadas; f) na competição global entre camadas que compõem as classes sociais etnicamente diversificadas da sociedade brasileira.” (Moura C. 1988 p. 76)

Clóvis Moura expõe que este intitulado preconceito de cor nada mais é do que uma denominação eufemística do racismo³¹ existente claramente no Brasil. Que é um racismo

³⁰ Interpretação esta apresentada como real por muitos sociólogos e historiadores, que na ótica de nosso autor, interiorizaram o pensamento da classe dominante sem questionamentos, talvez por também fazerem parte dela.

³¹ A questão do por que da existência do racismo, como se caracteriza e sobre quem o pratica, Albert Memmi nos revela algumas de suas conclusões: “Em suma, o racismo surge como um biologismo exagerado e um elitismo interesseiro: ora, o primeiro é cientificamente pouco sério e o segundo não depende da ciência. O racismo consiste em realçar as diferenças,

multifacetado, mutável historicamente e que se adapta de acordo com regionalizações deste imenso e heterogêneo país.

É relevante notarmos que numa germinante nação, em que a maioria da população é composta por negros, mulatos, e mestiços a elite elide o elemento minoritário branco, que também a compõe, logo, repleto de boas qualidades biológicas e conseqüentemente morais como modelo, tipo ideal representativo de uma suposta superioridade étnica da sociedade brasileira. E é claro, em contrapartida temos o elemento negro como a antítese. É uma situação trágica, o negro, elemento que praticamente possibilitou a construção econômica e social do país, juntamente com o mestiço grande maioria edificadora do mesmo, ser preterida pelo elemento branco – minoria –, na eleição do então estereótipo do homem brasileiro, e estendendo-se esta opção também no nível da cultura, de uma escolha explícita de um estilo europeizante e europeizado³².

Então é fácil concluirmos que quanto mais branca for a tez de um indivíduo, maiores possibilidades este terá de ascensão social. Para o negro por sua vez, tipo ideal negativo, sempre houve mecanismos de barragens para dificultar sua ascensão social, levando em consideração sua cor, entendida como resquício da escravidão, e que traz consigo toda uma simbologia inferior, somado aos fatores estruturais que a própria sociedade competitiva não lhe ofereceu. Isto é, para as camadas mais baixas da população, compostas majoritariamente por negros e mulatos, as possibilidades de ascensão social são ainda mais estreitas. Não houve então oportunidades igualitárias para que o negro e o não-branco integrassem satisfatoriamente no processo capitalista dependente instalado no Brasil, ficando eles em sua grande maioria fadados as periferias, favelas e ruas. Para Clóvis Moura ainda não houve a integração dos negros na sociedade capitalista, e não haverá, neste tipo de sociedade que carrega em sua essência a desigualdade e o capital. (Moura, C. 1983)

A questão não é só numérica com relação a constituição da população brasileira, está intrínseco também na escolha do branco como tipo ideal, um fator racial e econômico. O fator racial é a exposição de um julgamento feito pela elite que propalava o negro, como pertencente a uma raça com menos valores que a branca. Racionalização esta, que tinha por objetivo deixar o negro numa posição inferior à branca, na passagem de uma estrutura escravista para uma capitalista

numa valorização destas diferenças e, finalmente, no uso desta valorização em proveito do acusador. O racismo é no fundo uma arma econômica. O discurso racista não passa de um desses álibis usados para mascarar uma conduta de apropriação dos recursos naturais e, se necessário, de “exploração do homem pelo homem”. Uma opinião não basta para fazer um racista, o racismo é, ao mesmo tempo, a ideologia e a manifestação ativa de uma dominação, e o racismo, por sua vez é sua sombra, e seu prolongamento inevitável. Portanto, o racismo é um discurso e uma ação; um discurso que prepara uma ação e uma ação legitimada por um discurso.” (Memmi, A. 1993)

³² “Na nossa cultura há uma ambigüidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambigüidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. Assim, o índio era europeizado nas virtudes e costumes (processo tanto mais fácil quanto desde o século XVIII os nossos centros intelectuais não o conheciam mais diretamente); a mestiçagem era ignorada; a paisagem amaneirada. No período de 1900-1920, vimos que o caboclo passou por um processo de idealização; no plano sociológico, Oliveira Vianna elabora a partir de 1917 a sua ridícula teoria das elites rurais, arianas e fidalgas, como foco de energia nacional.” (Candido A. 2000 p.110)

dependente. Pois tudo era novo na então nascente estrutura social, e esta classe dominante temia que seu status quo e sua posição na então sociedade fosse alterada³³, daí a utilização de vários mecanismos de preconceito e discriminação (racismo) contra negros e mulatos.

Visto que a nação ao invés de embranquecer-se, miscigenava-se ainda mais, passado o período de enfática tentativa arianizadora da nação, só restava a classe dominante modificar de uma maneira positiva a ideologia racial. E, observando que a elite branca passava por uma crise ideológica, na qual ela não se encontrava, ou melhor, não se espelhava numa sociedade predominantemente mestiça, e para camuflar ainda mais este pluriracismo, a *intelligensia* brasileira, a trabalho da classe deliberante, cria o conceito de *democracia racial*. Mito este, por décadas, motivo de orgulho nacional perante a comunidade internacional. Que comprovadamente possuindo larga eficácia ideológica no seu intento, que é desarticular o aparecimento de uma maior consciência crítica do negro no país.

Partindo da premissa, de que a miscigenação era um fato social irreversível, o mito da 'democracia racial' veio para encobrir as diferenças classistas e conseqüentemente sociais, ligadas ao negro, cada vez mais discrepantes nesta sociedade de capitalismo dependente. Concomitantemente veio para enaltecer o mestiço, exemplo palpável da igualdade entre as raças no país e da ausência de preconceitos. Uma das justificativas é que houve e continua a haver uniões sexuais, quer entre negros e brancos, ou entre brancos e índios, cujos frutos são: o curiboca, o cafuzo, o mameluco, o caboclo, o mulato, etc., agentes formadores desta nação mestiça, logo ileta de discriminações raciais.

É fato que com a elevação da categoria mestiço, muitos mulatos se desvincularam da condição de negros. Indivíduos que possuíam fenótipos que os desviavam da categoria de negro e os aproximavam da de brancos, se auto denominavam brancos e agiam como tal. Pertencer a cor branca tem suas regalias e aceitações numa sociedade racista como a brasileira. Assim muitos mulatos, afro-descendentes que se consideravam brancos e brasileiros, fugiam de suas raízes, e aderiram a ideologia dominante, visando com estas ações, melhorar sua condição social e inerentemente econômica. Mas não só mestiços que se queriam brancos, muitos negros também modelaram-se ao comportamento branco, e esta submissão à cartilha moral branca, concretiza a figura racista criada pela mitificadora democracia racial que é a "do negro de alma branca".³⁴ E esta

³³ Colocamos a questão da alteração de posição social da aristocracia branca pelos negros e mulatos na passagem da sociedade escravista para a capitalista, tendo como análise o medo que esta "remota" possibilidade provocava na elite, pois mesmo sem condições reais de acabar com o escravismo, os negros sempre questionaram, e por que não dizer criticavam, mesmo sem ter consciência disto, a sua vil situação em comparação com a de seus senhores, com ações de revolta, sendo o quilombismo a expressão máxima da contradição fundamental daquela sociedade. (Moura C. 1988)

³⁴ "Aderindo à ideologia racista da cor, o sujeito cauciona o mito negro fabricado pelo branco. Não apenas aceita sua cor como um predicado pejorativo como pensa que suprimindo-a enquanto representação do espaço do pensamento, suprime sua identidade negra. (...) O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de "tornar-se gente". (Souza, N. S. 1983 pp.12,13 e 18)

íntima relação cor e classe social faz com que o racismo brasileiro seja talvez o mais cruel, e o mais difícil de se combater, pois é mutável e velado.

Assim, os êxitos dos elementos mulatos e negros aceitos nos estratos dominantes não beneficiavam o negro como tal, pois eram vistos como uma imitação do bom exemplo do próprio branco. E seus deslizes, por sua vez, eram atribuídos à incapacidade inerente do negro e ou mulato. Enfim, aqueles que se moldavam aos brancos eram a exceção que confirma a regra, e com isto apresentavam-se evidências de que o domínio do negro pelo branco era em si necessário e que se faz em benefício do próprio negro. Nas palavras de Moura:

“(...) esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetaram uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado, uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil. Como vemos, a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador.” (g. do aut.) (Moura, C. 1988 pp. 63 e 64)

A miscigenação e a figura do mulato, após a Abolição, preencheram representações sociais relevantes para dar continuidade ao multifário racismo velado brasileiro. Na nova ordem social competitiva com modificações apenas nas disposições política e econômica, os “negros de alma branca”, que obtiveram a possibilidade de ascender socialmente, foram elegidos como exemplos de mobilidade social, e apresentados como sinônimos da concretude da então “democracia racial”. De uma tática e bem elaborada ideologia, que é o mito da “democracia racial” construiu-se uma profícua e tergiversante solução para a questão racial no Brasil, até a bem pouco tempo.

Este ideal democrático, de que o Brasil vivencia uma igualdade no tratamento entre os representantes das diversas “raças” que compõem a nação, paulatinamente exerce uma função inversa, dificultando o combate a este pluriracismo existente no país. O racismo no Brasil não é um racismo bipolar como nos Estados Unidos³⁵, nitidamente marcado pelo preconceito de marca, balizados por dois pólos bem distintos e opostos. De acordo com Clóvis Moura, na sociedade brasileira o racismo vem como um agravante de um preconceito classista e de cunho econômico.

Portanto, a ideologia racial do branco manifesta inúmeras faces e visa facilitar um ajustamento nas situações sociais desiguais surgidas das relações com negros e mulatos. Por essa razão, essa apresenta os indivíduos negros como os próprios responsáveis pelas posições inferiores ou

³⁵ Discrepante do Estados Unidos onde o preconceito racial, segundo Oracy Nogueira, “divide a sociedade em dois grupos com consciência própria, como duas castas ou dois sistemas sociais paralelos, em simbiose, porém impermeáveis um ao outro, apesar de participarem fundamentalmente da mesma cultura”, o preconceito no Brasil “tende a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um *continuum* que vai de extremamente ‘negróide’ de um lado, ao completamente ‘caucasóide’ de outro” (Nogueira, O. 1998 p.192)

desvalorizadas que ocupam na sociedade, e deve-se então procurar nos próprios negros e mulatos a causa do seu insucesso na luta pela vida. E, algumas dessas causas expostas pela classe deliberante para fundamentar sua situação social seria sua inferioridade “racial” e, por suposto a de não possuir caráter empreendedor, mas sim imitador. Esse racismo velado é um elemento importante tanto nas relações de dominação social como nas de mercado de trabalho. Segundo Moura:

“(...) através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição.” (Moura, C. 1988 p. 72)

Mas, apesar de alguns negros ou mulatos terem conseguido uma boa posição social, o racismo de cor não deixa de ocorrer, logicamente em maior grau para os negros³⁶ do que para mulatos, que precisam sempre provar nitidamente seu valor moral para uma sociedade extremamente racista, e que se prega anti-racista,³⁷ pois, a base de seus argumentos é justamente a “democracia racial”.³⁸

Moura nos revela, que esta herança da escravidão, que muitos cientistas sociais afirmam estar no negro, não está nele, mas sim na classe deliberante branca, que cria e recria valores discriminatórios, e que através destes, vem conseguindo reificadamente barrar o negro em todos os níveis quer social, econômico, cultural e psicológico. Portanto, um dos efeitos esperados é a obstrução de uma consciência negra crítica que lutaria para se livrar desta dupla opressão sofrida pelo negro, a racial e a econômica.

Reflete com relação ao negro brasileiro e sua situação precária herdada da escravidão, como não sendo um simples problema de classe, embora este esteja embutido e também faça parte integral do racismo à brasileira. Ele critica estudiosos do negro no Brasil que pensam o racismo sob a luz apenas da questão classista, entendendo ser este tipo de análise puro reducionismo. Comenta nosso autor: *“É simplificar – dentro de categorias muito gerais – um problema bastante complexo.”*(...) que inúmeros cientistas sociais partindo da idéia *“de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de imaginação sociológica ao tratarem do problema do negro.”* (Moura, C. 1983 p.29)

³⁶ O negro é associado ao mau, ruim, sujo; negra é a noite, são as trevas, é sinônimo de medo e de insolitez. Por sua vez o branco é a transcendência, sinônimo de pureza, manifestação do Espírito, da idéia e da Razão. O branco corresponde ao belo, justo e bom. E este modo de pensar maniqueísta correlacionando negro = mau e branco = bom ainda está embutido no ethos de nossa sociedade.

“A imagem do negro criminoso, bicho-papão invocado pelas mães quando os filhos não querem dormir, tido como criminoso costumaz pelos órgãos de repressão, é uma constante no subconsciente brasileiro.” (Moura, C. 1983 p. 26)

³⁷ “No Brasil, o ideário anti-racista de negação da existência de “raças” fundiu-se rapidamente com uma política de negação do racismo como fenômeno social. Entre nós existiria apenas “preconceito”, ou seja, percepções individuais equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais.” (Guimarães, A. S. A. 1999 p.149)

O racismo para Clóvis Moura está imbricado em todas as fases históricas da formação social brasileira, se apresentando como uma das bases da “nação”. Eufemisticamente denominado preconceito de cor, tem suas raízes na forma como o país foi colonizado, logo, não sendo um epifenômeno, e sim parte ativa e formadora do *ethos* da realidade sócio-político-cultural do país. Moura explicita sua indignação de que não pode-se deixar continuar esta situação de permissividade escamoteadora do racismo, mas que devemos trazê-la à tona incisivamente, para que com uma maior conscientização da sociedade, possamos refazer conceitos e exigir medidas políticas, sociais e educacionais efetivas e drásticas, para tentar reverter este quadro sócio-cultural brasileiro. (Moura, C. 1988)

Para ele a suposta nação foi pautada e construída com base na exclusão de muitos, estes em sua maioria, negros e mulatos, e que por suposto possui uma esfera dominante que não se coloca, desde seu primórdio profundamente uma preocupação com o bem-estar da população, que com seu suor diário os enriquece. Logo, buscando compreender o passado, podemos desvelar um pequeno perfil de um país voltado para o “negócio” como demonstra Caio Prado, e ainda nação por se fazer. Como podemos notar, o país ainda está em formação, seu semblante está por ser desvelado, sua aparência e suas feições aos poucos vão sendo vistas e examinadas. O Brasil é ainda, fazendo uma analogia, semelhante a um adolescente que busca entender-se, num processo de contínuo aprendizado, envolto por transformações anatômicas que dão o tom de uma por vir fisionomia mais permanente e quem sabe de uma futura madurez.

“Sob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros, continua em aberto a questão nacional. Em perspectiva ampla, a história do Brasil pode ser vista como a de uma nação em processo, à procura da sua fisionomia. É como se estivesse espalhada no espaço, dispersa no tempo, buscando conformar-se ao nome, encontrar-se com a própria imagem, transformar-se em conceito.” (op. Cit. 180)

³⁸ De acordo com as intelecções de Florestan Fernandes, o brasileiro tem preconceito de ter preconceito, ou seja, “o que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência a considerá-lo como algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique).” (Fernandes, F.1972 p. 23)

Capítulo II

O Brasil Colônia, esboços de uma nação?

“Daí as façanhas que criavam a nossa história nos XVII e XVIII séculos; o sem conta de revoltas debeladas ou quilombos dissolvidos por aqueles minúsculos exércitos de capitães-do-mato, através de batalhas ferocíssimas e sem nome.” (Clóvis Moura)

Refletiremos primeiramente a interpretação de Moura sobre o Brasil Colônia, que em sua leitura é inteiramente vinculado ao estatuto da escravidão, e nem poderia deixar de ser, pois esta instituição contribuiu para a formação da nação brasileira desde seus primórdios, em 1549,¹ quando fora desembarcado os primeiros escravos.

Moura não entra no mérito de como a Europa e seu Antigo Regime² trouxe à tona o escravismo, enterrado a mais de dez séculos. Segundo ele a escravidão surgiu no país por dois momentos distintos que se integram. O primeiro foi o de dar seguimento no Brasil aos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão, e o segundo foi o de continuação, de um molde que já havia dado certo em outras feitorias e colônias no novo mundo. O autor passa a comentar sobre o sistema colonial implantado no país, da necessidade do pacto colonial e, por suposto, dos portugueses chegados no país, do escambo com os nativos, de uma constrangedora experiência de tornar cativos os indígenas, de um comércio triangular, do tráfico negreiro, da acumulação primitiva do capital³, e conseqüentemente do desenvolvimento do capitalismo nas nações centrais⁴ e seu desdobramento nas nações periféricas, constituindo numa paisagem de dependência destas nações às antigas metrópoles.

¹ As primeiras levas de escravos vindos da África para o Brasil se dá por volta de 1549, quando o primeiro contingente é desembarcado em São Vicente. Alguns historiadores apontam a data de 1511, na nau Bretoa, enviada ao Brasil por Fernando de Noronha em que já se encontravam negros a bordo, portanto a presença negra no Brasil, pode-se dizer que confunde-se com a formação da colônia. (Moura, C. 1989) Segundo Maurício Goulart; “Os primeiros negros devem ter chegado ao Brasil entre 1516 e 1526, quando da instalação dos primeiros engenhos, trazidos pelos seus próprios senhores ou encomendados por estes. Apenas em 1550 é que começam a chegar grandes levas destinadas ao mercado, e só depois, em meados do século XVII, é que o negro substitui, de forma preponderante, o índio, como mão-de-obra na colônia.” (Goulart, M. 1975 pp. 95 e 100)

² Novais, assim define o Antigo Regime: “Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo, interagem reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo um termo da tradição de *Antigo Regime*.” (Novais, F. A. 1995 p.66)

³ “A colonização do Novo Mundo na Época Moderna, ou antes a exploração colonial ultramarina organizada nas linhas do antigo sistema colonial, configura um poderoso instrumento de *aceleração da acumulação primitiva* no contexto do capitalismo mercantil europeu; envolve, efetivamente, um processo de transferência de renda das colônias para as metrópoles, ou mais exatamente das economias periféricas para os centros dinâmicos da economia europeia, renda que tende a se concentrar na camada empresarial ligada ao comércio colonial.” (Novais, F. A. 1995 p. 114)

⁴ “Na verdade a identificação das circunstâncias históricas nos permite reduzir a multiplicidade dos capitalisms nacionais a certos padrões de formação de capitalisms em diferentes nações. Por isso mesmo, podemos denominar de capitalismo originário (Inglaterra) ao capitalismo que se conforma num mundo ainda imerso na era da acumulação primitiva e num país de passado feudal. De capitalismo atrasado (Alemanha, França, etc.) àquele capitalismo que se constitui na etapa concorrencial do capitalismo em países de passado feudal. De capitalismo tardio (países da América Latina) ao capitalismo que se forma na etapa monopolista do capitalismo, em nações de passado colonial.” (Oliveira, C. A.B. de, 1986 p. 61)

“A nação colonizadora, no caso específico Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjugava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível os nativos lutarem com o instrumental de que dispunham. A expansão mercantil de Portugal, que no caso presente desempenhou o papel de nação dominadora, já era fruto e resultado de todo um processo anterior de subversão econômica, verificado no Velho Continente” (Moura, C. 1988 p.39)

Logo, sua acepção toma o capitalismo como “modelo analítico”, para compreender as especificidades de organização de cada sociedade.⁵

Para compreendermos melhor o retorno do escravismo, claro, um escravismo da era moderna com suas características e particularidades, é mister conhecermos toda uma fase importante, a da *transição*⁶ do sistema feudal para o sistema capitalista, que faz retornar circunstancialmente o escravismo. Para se chegar ao mercantilismo, houve uma crise no sistema feudal, ocorrida com o renascimento do comércio. Esta reativação do comércio é que gerou a mudança. Foi como uma adaptação, um rearranjo da já impactante economia de mercado, que resultou na restauração do mercantilismo e o desenvolvimento do setor urbano. Estes puderam promover a lenta dissolução de laços servis nas áreas próximas às grandes rotas de comércio e o enrijecimento da servidão nos locais em que o contato com o mercado é feito apenas pelas camadas superiores da ordem feudal. (Novais, F.A.. 1995)

Com a crescente divisão social do trabalho, agrava de um lado as condições da servidão, o que gera no campo as insurreições camponesas; e que nos setores mais urbanizados levam os trabalhadores a se proletarizar, abrindo por assim dizer uma grande crise social. *“Nesta fase intermediária, em que a expansão das relações mercantis promovia a superação da economia dominial e a transição do regime servil para o assalariado, o capital comercial comandou as transformações econômicas, mas a burguesia mercantil encontrava obstáculos de toda ordem para manter o ritmo de expansão das atividades e a ascensão social.”* (Catani, A.M.1980 p.79) Daí vem a necessidade econômica de apoios externos vindos das economias coloniais para fomentar a acumulação primitiva de capital. Portanto, a ‘Colonização Moderna’ integra um processo mais amplo, que é o de constituição do modo de produção capitalista.

⁵ Segundo Novack: “O capitalismo é um sistema econômico mundial. Nos últimos cinco séculos se desenvolveu, de país a país, de continente a continente, e passou por sucessivas fases, de capitalismo comercial, industrial, financeiro, a capitalismo monopolista de Estado. Cada país, mesmo atrasado, foi conduzido a uma estrutura de relações capitalistas e se viu sujeito a suas leis de funcionamento. Por isso cada nação entrou na divisão internacional do trabalho em bases do mercado mundial capitalista. Cada uma participou numa forma peculiar e em grau diferente na expansão do capitalismo, e jogou diferentes papéis nas distintas etapas do seu desenvolvimento.” (Novack, G. 1977 p.36 *apud* Moraes, A.C.R. 2000 p.55) Logo na caracterização do escravismo nas Américas, para os estudiosos que tomam o capitalismo um modelo, o escravismo colonial se qualifica como outro modo de produção, como entende Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. E para aqueles como Fernando Novais e Eric Willians que concebem o capitalismo como uma teoria da história, o escravismo surge como uma estratégia para sua instalação em novas regiões.

⁶ Transição, já se entendeu com certa propriedade, é tudo em história, a ponto de a própria história poder se definir como o estudo da transição. (Ortega y Gasset, 1991)

“É neste contexto e inseparavelmente dele que se pode focalizar a expansão ultramarina europeia e a criação das colônias do Novo Mundo. A colonização europeia moderna aparece, assim, em primeiro lugar como um desdobramento da expansão puramente comercial. Foi no curso da abertura de novos mercados para o capitalismo mercantil europeu que se descobriram as terras americanas, e a primeira atividade aqui desenvolvida, importou no escambo, com os aborígenes, dos produtos naturais; o povoamento decorreu inicialmente da necessidade de garantir a posse em face da disputa pela partilha do novo continente; complementar a produção para o mercado europeu foi a forma de tornar rentáveis esses novos domínios.” (Novais, F. A. 1995 p.67)

Diante disso, se ajustavam novas áreas às necessidades de crescimento da economia europeia. Desse modo a expansão ultramarina deu-se como resultado da superação de obstáculos que a economia europeia encontrava para dar continuidade ao seu ritmo de crescimento.

“Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial de comércio – o comércio colonial; é, mais uma vez, o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital), que comanda todo o processo da colonização. Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo. E assim a Europa pôde contemplar o espetáculo deveras edificante do renascimento da escravidão, quando a civilização ocidental dava exatamente os passos decisivos para a supressão do trabalho compulsório, e para a difusão do trabalho “livre”, isto é assalariado. Assim, enquanto na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII transitava-se da servidão feudal para o trabalho assalariado, que passou a dominar as relações de produção a partir da revolução industrial, no Ultramar, isto é, no cenário da europeização do mundo, o monstro da escravidão mais crua reaparecia com uma intensidade e desenvolvimento inéditos.” (Novais, F. A. 1995 pp. 97 e 98)

Portanto, a gênese da economia colonial está ligada aos desdobramentos do capitalismo comercial europeu. Os dois momentos desta gênese são: numa primeira fase as atividades coletoras bastante rudimentares, caracterizada pela extração de pau-brasil em um período marcado pela circulação de mercadorias. Já num segundo momento, há a superação do aspecto meramente mercantil e entra no mérito a montagem de uma sociedade nova, engajando-se assim as preocupações da ocupação do território, do seu povoamento, da valorização de novas áreas e de sua integração *dependente* nos ditames da economia europeia.⁷

De acordo com Caio Prado Júnior a essência – ou o sentido – da colonização do Brasil *“(...)se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país” e determinará os elementos marcantes dessa sociedade.* (Prado Júnior, C. 2000 p.20) Segundo ele os objetivos da colonização portuguesa, se resumiam em montar aqui uma empresa colonial, um “negócio” unilateral. O objetivo definidor do

⁷ A expansão ultramarina e os primeiros passos da conquista da América pelos ibéricos foram marcados pela transladação geográfica do imaginário europeu, povoado por lendas e narrativas de viagens e descrições de lugares fantásticos, habitados por seres monstruosos e repletos de imagens de riqueza e erotismo. No processo de conquista da América as lendas e projeções foram sendo devassadas e se desencantaram, no entanto, mantiveram-se ainda duas visões fundamentais: a edenização da natureza e a demonização dos homens, calcadas na dualidade entre Deus e o diabo, que cercava o pensamento religioso desde o início do período colonial. (Silva, J.T. *in* Revista USP 1991/1992)

caráter fundamental da economia colonial brasileira foi de uma produção extensiva para o mercado externo, motivado pelo lucro, embutido aí o mecanismo de acumulação, também externo, que determinou a articulação das atividades econômicas, das instituições e das relações em torno do atendimento de necessidades externas a sociedade brasileira, e não das necessidades da grande massa da população, que só participava com sua força de trabalho.

Caio Prado entende que o sentido da colonização só pode ser compreendido dentro de uma obra maior, a obra da metrópole, que se articula e se define no contexto do intenso desenvolvimento do comércio europeu e da acumulação primitiva do capitalismo. E afirma que, *“se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.”* (Prado Júnior, C. 2000 p.20) E é esse caráter inicial que determinará a evolução dessa sociedade e dessa economia.

Clóvis Moura concorda com a acepção caiopradiana, e igualmente entende a Colônia vinculada e analogamente subordinada aos interesses externos. Ele entende que esta “qualidade” da formação do país gerará um tolhimento de uma economia nacional, perpetuando assim a grande massa de excluídos, que ele vê em sua maioria como sendo negros e não-brancos, que não conseguirão se integrar nesta economia dependente, ou se integrarão precariamente, miseravelmente. Clóvis contesta a tese de Florestan Fernandes, de que com o desenvolvimento da industrialização no país, principalmente em São Paulo, detectado em meados de 50, os restos de excluídos (negros e mulatos) que outrora – pós abolição – não haviam se inserido na ordem capitalista, encontraria neste momento a oportunidade de inserção.⁸ Assunto que será tratado no capítulo IV.

“Podemos ver, o nível de subordinação da economia brasileira ao centro explorador-comprador. Era uma economia que não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes à abertura de uma via independente de desenvolvimento. Este estrangulamento, porém, não era apenas econômico, mas também fiscal, pois um verdadeiro alude de dívidas, impostos, obrigações e contribuições arrecadados pelos funcionários do reino, determinava que quase nada ficasse na colônia para reinvestimento técnico e acumulação capitalista.” (Moura, C. 1994 p.44)

“Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário”. (Novais, F.A. 1995 p.105) Novais também extrai da obra de Caio Prado, o sentido da colonização portuguesa, e a identifica como um desdobramento da expansão comercial europeia procurando apontar os mecanismos do Antigo Sistema Colonial, que por sua vez, definiria a estrutura produtiva da Colônia, transferidora de renda para a metrópole. Portanto, a introdução do

⁸ “Depois de 1945, o crescimento econômico constante e a necessidade de procurar a mão-de-obra dentro da sociedade nacional abriu muitas portas que antes estavam fechadas ao “negro” e ao “mulato”. Mesmo firmas que fazem restrições abertas “ao trabalhador de cor” tiveram de proceder de modo mais ou menos tolerante. Isso facultou a inclusão ao sistema de trabalho o maior número de “pessoas de cor”. (Fernandes, F. 1972 p. 33)

trabalho escravo dos africanos estaria vinculado e adequado a esse mecanismo que visava, colonizar para o capitalismo nascente. Então, podemos dizer que a restrição ao acesso à terra para economia de subsistência, produção em larga escala voltada para o mercado externo e escravidão, garantiriam o sentido da colonização. Clóvis Moura endossa a tese de fronteira aberta/trabalho compulsório, e entende que o escravo seria fruto do capital mercantil.

Temos também a interpretação de Maria Sylvania de Carvalho Franco⁹, que entende ser o escravo e principalmente o homem livre e pobre uma nova categoria de trabalhadores, estabelecida pelos ditames do capital mercantil, portanto, um atalho em direção ao proletariado, já que as fazendas se constituíam em verdadeiras empresas coloniais. Franco frisa *“que a organização das fazendas indica um estilo de vida cuja qualificação é produzir para enriquecer. Seu caráter de empresa aparece claramente marcado sobre sua estrutura material, sobre a organização do trabalho, sobre as relações de dominação.”* (Franco, M.S.C.1969 pp. 230 – 231)¹⁰

Nosso autor entende que os escravos no Brasil era uma nova classe de trabalhadores, e que viriam a ser uma nova categoria de trabalhadores. Mas esta nova categoria de trabalhadores se materializará por vir a ser, quando do encaminhar para o final do séc. XIX, quando depararíamos com uma classe não-branca de excluídos, vivendo à margem da então ordem capitalista, sendo por assim dizer uma nova classe de trabalhadores, os biscateiros, conhecidos atualmente como os trabalhadores informais.

A questão da alienação do escravo se dá, segundo Moura, desde logo, pelo seu caráter de mercadoria, dessa forma um ser coisificado¹¹. Assim, pensamos ter que analisar como Moura enxerga a luta de classes no seio da sociedade colonial, para tanto buscamos sua fonte de inspiração conceitual – o materialismo histórico de Marx¹². Sabemos, que para o materialismo histórico, a noção de luta de classes relaciona-se diretamente à de mudança social, portanto a classe explorada constitui-se no mais potente agente de mudança. *“Assim, a negação existe anteriormente*

⁹ *Homens livres na ordem escravocrata*, 1969, Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo – SP

¹⁰ Moura salienta e questiona Maria Sylvania, pois os homens livres da qual a autora nos fala, são os do final da ordem escravista, ou seja, de um período de decadência do sistema escravista. Logo, a autora tem razão em denotar uma nova categoria de trabalhadores, que neste momento se emergia. Mas, no escravismo pleno, para nosso autor, existiam os senhores da aristocracia e as elites dominantes e os escravos. Em um determinado momento, Moura deslinda que os poucos homens livres e pobres que existiram neste período, eram nada mais nada menos que escravos disfarçados.

¹¹ De acordo com Marx: “O escravo não vendia a sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria.” (Marx, K. 1954 p. 22)

¹² Em nossa compreensão, para Marx o aparecimento das classes sociais está vinculado a circunstâncias históricas bem específicas, ou seja, aquelas em que a criação de um excedente possibilita a apropriação privada dos meios de produção. Portanto as classes sociais são decorrência de determinadas relações de produção, e a configuração básica de classes expressa-se, de maneira bem simplificada num modelo dicotômico, de um lado os possuidores de meios de produção e de outro, os que não os possuem. A crítica feita pelo marxismo vai de encontro à propriedade privada dos meios de produção e seus resultados, que são a exploração de uma classe de produtores não-possuidores, por uma de possuidores, provocando a desumanização nas relações sociais entre produtores. Diante disto as classes sociais vêm se enfrentando numa luta constante, velada ou explícita. De acordo com Marx e Engels a história das sociedades, que tem por base a apropriação privada dos meios produtivos pode ser descrita como a história das lutas de classes, acepção que procura enfatizar as contradições presentes numa estrutura classista e o antagonismo de interesses que caracteriza uma relação entre classes. (Engels, F. e Marx, K. 1999)

à própria modificação, a noção de que as forças históricas libertadoras se desenvolvem no seio da sociedade estabelecida é uma pedra angular da teoria marxista.” (Marcuse, H.1967 p.42) E é sob este prisma que Clóvis Moura vê a classe dos escravos, como *classe em si*, e a facção dos escravos rebeldes¹³, denomina de grupos diferenciados e peças fundamentais na extinção do trabalho escravo, logo, agentes revolucionários transformadores da sociedade.¹⁴ Sublinhamos que este grupo seria mais que um grupo em si, portanto, um grupo para si.¹⁵

“A dinâmica da sociedade brasileira no que diz respeito à passagem da escravidão para o trabalho livre teve, assim, no quilombola, no elemento rebelde e que por isto mesmo negava o regime existente, um fator positivo. (...) A rebeldia era, portanto, uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade e servia não apenas para equacionar, mas dinamizar a realidade.” (Moura, C. 1988 pp.273, 274 e 275)

Moura legitima a sua acepção de que houve no escravismo uma luta de classes que transcorreu por todo o país, principalmente na Colônia e no período regencial, empiricamente através das inúmeras manifestações de resistência relatadas em seus trabalhos, como os diversos quilombos, as insurreições e rebeldias, quer elas coletivas ou individuais, que marcaram o perpassar de um fecundo momento da história brasileira.

Em contraposição está a interpretação de Gilberto Freyre¹⁶, que nega o escravo como coisa, e o vê como um ser humano levemente limitado, o qual, por sua vez tem espaço para manifestar como agente do ambiente em que convive com os seus senhores. É notório para Freyre que a escravidão teve um *modus* de coexistência pacífica, foi acolhedora e patriarcal. Outra visão moderada e contratual da escravidão está na obra de Sílvia Hunold Lara, cujo papel do escravo enquanto sujeito histórico, limitava-se ao papel que lhe cabia no escravismo, logo, inserido num processo de acomodação na então sociedade que a ele se colocava, assim, descartando a interpretação de violência neste modo de sociabilidade, cujo castigo físico apresentava como uma dimensão pedagógica.¹⁷

¹³ Moura entende como escravos rebeldes não apenas o quilombola, mas aquele que mesmo nas senzalas criavam grupos de resistência, como cantos e batuques, “que funcionavam como mecanismos de distensão contra a rigidez do regime de trabalho a que estavam submetidos.” (Moura, C.1977 p.161) Não sendo portanto os escravos *conservadores* que já conformados com sua situação, preferiam se acomodar, e aceitar sua labuta para melhor sobreviver, evitando castigos, que agravariam ainda mais sua parca existência.

¹⁴ Não concordamos com o caráter fundamental dado pelo autor aos negros rebeldes. Entendemos que o fim do escravismo deu-se por fatores externos e internos conjuntamente, que corriam a revelia de uma classe negra rebelde; de certo ela contribuiu, mas a ser definidora, há um grande trajeto. Tomando nesta análise o conceito de hegemonia gramsciano, a partir do momento que a escravidão foi entendida pela classe dominante como desnecessária e empecilho na obtenção de lucros pela mesma, houve a mudança e a disseminação da idéia contrária a mesma, concomitantemente difundindo a idéia de uma sociedade de homens livres e “iguais”.

¹⁵ “(...) os escravos devem estar *livres para* a sua libertação antes de poderem tornar-se livres, e em que o fim deve ser operante nos meios para atingi-lo. A proposição de Marx de que a libertação da classe trabalhadora deve ser ação dessa própria classe enuncia isso *a priori*.” (Marcuse, H. 1967 p. 56)

¹⁶ Ver *Casa Grande & Senzala*, Capítulos IV e V, 1963, Editora Universidade de Brasília, Brasília – DF

¹⁷ Segundo Gorender, em sua análise do trabalho de Sílvia Hunold Lara, *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*, 1988 Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ; ela nega a coisificação do escravo, “sob o argumento de que isto excluiria sua existência como pessoa, mas também empreende outra tentativa dulcificante da escravidão: a de rejeitar que o escravismo se apoiasse na violência. O conceito de violência seria inteiramente inadequado e

Moura não vê a escravidão sob a luz dos conceitos de aculturação, sincretismo, assimilação e principalmente de acomodação entre brancos e negros, mas a compreende como um conflito entre partes opostas e distas. Entende que o conceito de acomodação, que muito utilizado nos estudos sobre o negro até a década de 50, substitui e escamoteia o que realmente ocorria entre senhores e escravos, que era uma luta de classes. Diante disto, há a necessidade do emprego da violência contra os escravos que, desde logo, teriam de ser forçosamente transformados em animais-trabalhadores, digo coisa, peça, mercadoria que trabalha, para gerar renda e lucros aos seus donos e concomitantemente à metrópole. E inversamente, havia a violência empregada pelos negros, que descontentes com a sua posição de escravos revoltavam-se fugindo, matando senhores e capitães-do-mato, ou a si próprios, incendiando plantações, envenenando famílias de senhores ou envenenando-se e aos seus, fazendo emboscadas, aquilombando-se, etc. Portanto, os dois lados desta peleja era regado e movia-se pelo emprego da violência, que era nesse contexto, um dos elementos constitutivos da escravidão; que não tinha nada de morna, nem sequer de moderada.

Podemos dizer que foi a substituição do nativo pelo negro escravo, nas áreas dominadas pelo sistema de *plantation*, que o trabalho se instituiu na então colônia. Nesse contexto, trabalho subentendia trabalho braçal que praticavam os escravos nas fazendas, e este mesmo trabalho passou a ser sinônimo de trabalhos praticados por negros, então, ação infamante. Desta forma virá, como relata Moura, boa parte da imagem deformadora que o elemento negro carrega, pois foi recriada, recondicionada e reenforcada pela elite branca tendo por bases os valores escravistas.¹⁸ (Moura, C. 1977)

Temos então a questão da pouca e incipiente utilização do nativo, e é neste íterim, que Clóvis Moura e Fernando Novais ressaltam e concordam na acepção econômica e ideológica da não adaptação do indígena ao trabalho sistemático nas lavouras de açúcar. Ambos estão de acordo também que o apresamento do nativo era proveitoso apenas internamente, enquanto o tráfico constituiu-se numa grande empresa transoceânica de comércio, diga-se de passagem, mais interessante para a metrópole e bastante lucrativa, que doravante contribuiu incisivamente para a acumulação primitiva¹⁹.

inútil para caracterizar a escravidão, ainda mais porque, ao fazê-lo, se sugere que outros regimes, como o capitalismo, não precisam da violência. (...) o castigo físico, medido e moderado, era aceito pelos próprios escravos como justo. (...) O escravo que se acomodava era agente histórico mais relevante do que aquele que simplesmente repelia a escravidão. Tendo o escravo como ator, a escravidão deixava de ser imposta e se convertia em relação contratual. (...) A historiadora conclui que, ao invés de insistir na denúncia da violência, cumpre recuperar os escravos como sujeitos históricos, como agenciadores de suas vidas em condições adversas, não apenas como vítimas.” (Gorender, J. 1990 pp. 22-25) Lembremos que a escravidão foi imposta o que descaracteriza um contrato entre partes iguais.

¹⁸ Essas barreiras, quer ideológica ou física elaboradas pela classe dominante contribuíram para que os negros posteriormente não se integrassem plenamente na sociedade competitiva. A elite deslindava que os negros possuíam as mesmas chances e ferramentas que o branco, logo, não conseguiam integrar-se na sociedade competitiva num nível satisfatório de sobrevivência devido a sua anomia social, ou melhor, a sua personalidade patologicamente desregada.

¹⁹ Moura assim constrói seu argumento: “O tráfico de africanos, ensina-nos Marx, desenvolveu-se na fase histórica da acumulação primitiva que precedeu ao surto do capitalismo industrial (séc. XVII a XVIII), como uma empresa tipicamente comercial, um fator a mais daquela acumulação. Tratava-se de uma empresa de certo modo autônoma que, se estava condicionada pelo seu mercado, em grande parte também o condicionava. O mercado era a agricultura dos gêneros

Para Clóvis Moura, o fator primordial é justamente a institucionalização do comércio de escravos, extremamente lucrativo, voltamos então a ressaltar esse contexto que levava a substituição do nativo pelo negro.²⁰

“Mas, somado a essa necessidade, para se compreender a substituição do indígena pelo negro na escravidão brasileira não podemos deixar de analisar um dos aspectos mais importantes, se não o fundamental: a transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil, como o emprego de grandes somas de dinheiro na aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o comércio de carne humana. Tal transformação exigiu e determinou que o predador de índios fosse esmagado pelo traficante que vinha com todo um equipamento de domínio econômico pacientemente estruturado e penetrava nas cartilagens da economia da época com uma série de atividades correlatas altamente compensadoras.” (Moura, C. 1988 p.44)

Outro aspecto também significativo foi a condenação da escravidão dos nativos pela Igreja Católica – expressada pela ideologia inaciana, e do inerente papel de servidores – escravos – que portavam os negros africanos, e portanto, a não condenação destes para o trabalho compulsório. Segundo Ronaldo Vainfas²¹ o não sucesso da escravidão dos nativos deu-se pela diminuição drástica do contingente de nativos devido a ocorrência de surtos e epidemias trazidas pelo branco, que dizimavam em pouco tempo centenas de índios, diminuindo a mão-de-obra para as lavouras. E por ser a economia tribal baseada em uma atividade recoletora, os índios não se acostumando ao trabalho sedentário, fugiam para o interior do país, território longe dos portugueses, ou moviam ataques às povoações coloniais. E finalmente, a vinda dos jesuítas para a Colônia, datada de 1549, envolta em seus aldeamentos e missões, baseadas num projeto de comunidades camponesas, promoveu a disputa entre estes e os colonos pelos nativos. Depois de muitas lutas, foram vitoriosos os jesuítas, com a criação, proveniente da metrópole da lei que instituiu a “liberdade dos índios”, decretada em 30 de julho de 1609. Intrinsecamente esta política régia ligava-se aos interesses lucrativos do tráfico africano, que lhe renderia pomposos benefícios fiscais. (Vainfas, R. 1986)

Para Moura os jesuítas colaboraram, fundamentaram e racionalizaram a oposição feita contra a escravidão dos nativos, o que não ocorreu com os negros africanos e seus descendentes, estes vistos como peças – *instrumentum vocale* – de trabalho. Já com relação a escravidão negra, os padres da Companhia de Jesus²² pregavam a sua legalidade, pois os jesuítas tinham a clareza da

tropicais, que se desenvolveu a partir do século XVI como parte integrante do sistema colonial da fase do capitalismo manufatureiro, vale dizer como um outro fator da acumulação primitiva. (...) Foram portanto esses interesses mercantis externos, ligados à agricultura colonial e ao tráfico de africanos, uma outra grande razão da predominância da escravidão negra no Brasil.” (Alves, T. Sobre escravos, índios e negros no Brasil *in Para todos*, Rio de Janeiro, julho de 1952, p. 29 – *apud* Moura, C. 1988 p. 45)

²⁰ Conforme Celso Furtado; “O vulto dos capitais imobilizados que representava a importação de escravos africanos que se cogitasse dessa solução alternativa quando o negócio demonstrou que era realmente rentável. Contudo, ali onde os núcleos coloniais não encontravam base econômica firme para expandir-se, a mão-de-obra indígena desempenhou sempre um papel fundamental.” (Furtado, C. 1967 p.13)

²¹ *Ideologia e Escravidão – letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, 1986, Editora Vozes, Petrópolis – RJ

²² Padre Antônio Vieira, Antonil, Benci e Padre Manoel Ribeiro da Rocha

inferioridade do negro²³, que sendo considerado um ser humano inferior foi lhe dado o cativo da escravidão. Nosso autor não entende que os padres possuísem uma ideologia moderadora²⁴ da escravidão, pois os religiosos foram os primeiros racionalizadores do sistema escravista no país.

Para Moura a inserção de escravos no então Brasil Colônia foi obra de um comércio ou tráfico intercontinental rendoso para a metrópole, e que convenientemente trouxe o lucrativo trabalho compulsório negro, e embutido nele um incipiente racismo. Racismo este, entendido como preconceito de cor, correlacionado com a função trabalho, cujo somente homens de tez negra trabalhavam braçalmente, diante disso trabalho físico, era visto como coisa aviltante, e subentendia-se ocupação de negros, sendo estes escravos.

Como podemos perceber no entender de Moura, a constituição de uma sociedade recheada de mazelas se deu durante a fase colonial, em uma base de desigualdades sociais, devido a uma preocupação em sanar problemas inerentes a classe dominante, quer aristocrata ou burguesa, e não os da grande massa da população, então constituídas de escravos. Característica essa de uma colonização voltada para o “negócio”,²⁵ com uma produção nacional voltada para o mercado externo, acontecendo concomitantemente com a importação de “ideologias e modos de pensar”, males estes que nasceram com o projeto português, e que adquiriram sua própria autonomia. Caio Prado verificando a formação do Brasil destaca que é a massa, uma crescente população sem inserção na esfera produtiva, donde analisa a origem do povo como um subproduto do sistema colonial. (Prado Júnior, C. 2000) Moura, acompanhando este viés interpretativo acrescenta que este subproduto, ou melhor, esse povo-massa é composto em sua maioria por ex-escravos e descendentes que não tiveram oportunidades para ingressar “dignamente” na estrutura capitalista competitiva, que se instalou no país a partir do último decênio do século XIX.

2.1 O Escravismo pleno

Moura para melhor analisar o escravismo colonial o divide em escravismo pleno e escravismo tardio. Entende como o escravismo pleno, aquele que ocorreu desde a vinda dos primeiros escravos

²³ Uma das inúmeras explicações do fenômeno da escravidão negra dada pelos jesuítas, invoca-se a origem dos africanos, descendentes do “perverso Cham”, que teriam migrado para a região após o dilúvio universal. Outra seria: “A razão da cor é atribuída aos raios de sol, infligidos por milênios aos africanos, a ponto de queimá-los e torná-los negros e de cabelo retorcido. Tendo que explicar, ainda, por que não nasciam negros no Brasil, apesar do sol, argumenta com o regime de ventos: enquanto os da Guiné vinham “por cima da terra”, trazendo “ruins vapores” que não abrandavam o fogo do sol, os do Brasil vinham por mar, “frigidíssimos e frescos”, atenuando o calor e permitindo a cor baça.” (Vainfas, R. 1986 p.80)

²⁴ De que os religiosos argumentavam com os senhores que apenas fossem comedidos os castigos aos cativos, ou seja, sem excessos, e que as punições fossem uma forma de disciplina e não de tortura. Moura observa que pregações dos jesuítas aos escravos, estas sim podem ter ocorrido, para justamente propagar a ideologia de obediência e resignação dos cativos ao seu destino, pois seriam recompensados com o “reino do céu” ao término de sua caminhada aqui na Terra.

²⁵ Segundo Azevedo Amaral: “Durante mais de dois séculos a situação das populações distribuídas pelo território já ocupado no Brasil foi assim nitidamente a de simples colonos empenhados em aproveitar as riquezas naturais do país, sem quaisquer preocupações sérias de constituírem uma coletividade coordenada por vínculos políticos e assim unida em um bloco capaz de tornar-se a base de uma verdadeira nacionalidade.” (Amaral, A. 1938 p.17)

em 1549 até a extinção legal do comércio de negros em 1850, com a Lei Eusébio de Queiróz, e por sua vez, o escravismo tardio aquele que engloba de 1850 até 1888, com a abolição da escravidão. O escravismo tardio recebe este título de tardio, a nosso entender, com a intenção de mostrar que a então arcaica escravatura convivia com inovações vindas da modernidade²⁶, como jornais diários, ferrovias, bancos, estradas de rodagem, etc., e principalmente com a inserção do trabalho livre e da, cada vez maior divisão social do trabalho, desvelando que já não estava cabendo mais o trabalho compulsório.

No escravismo pleno encontramos a rebelião negra, que segundo Moura ajudou a constituir uma das inúmeras faces do futuro Brasil, colaborou para compor o *ethos* nacional, pois criou mecanismos para contê-la que perpetuou-se e aperfeiçoou-se durante o colonialismo e após ele. Neste período é que se encontram as lutas intestinas dos negros contra a escravidão. A propósito, o que norteia o autor para repensar a formação do Brasil, é justamente a contribuição do elemento negro e de sua resistência a escravidão, principalmente nas rebeliões e quilombos. Desse modo, o negro amalgamou-se no seio da escravidão de maneira ativa, pelo menos no período do escravismo pleno, pois no escravismo tardio o negro, de acordo com o autor, agia de forma precária ou passiva, isto quer dizer que agiam por ele, ou seja, há uma grande intervenção do movimento abolicionista em suas ações, questão que enfocaremos no capítulo seguinte.

Moura procura analisar o escravismo a partir da dinâmica de suas contradições estruturais, pois sabemos que é em meio as contradições que se desenvolvem as mudanças, graduais ou velozes de um processo.²⁷ O que caracteriza o escravismo pleno para Moura, é que enquanto neste período a escravidão era uma instituição ou estrutura sólida, somente os escravos lutavam radicalmente para extingui-la. (Moura, C. 1988) A palavra radicalmente aqui nos faz entender que é o comportamento dos negros fugidos ou que participavam de rebeliões, principalmente o papel do quilombola.

Para o autor o elemento escravo possui caráter dicotômico, ele foi o grande pilar de uma economia latifundiária e colonial, era *“o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho”*. (Moura, C. 1988 p.32) E concomitantemente foi o escravo, quando rebelde, nas suas variadas formas de comportamento de não aceitação de sua condição de cativo, uma das bases fundamentais que contribuiu para passagem do trabalho compulsório para o livre. Foram então agentes ativos deste processo histórico, e não como entende Fernando Henrique Cardoso, no qual os escravos são apenas testemunhas, portando, como elementos passivos da história.(Cardoso, F.H. 1962)

²⁶ “A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica da história brasileira.(...) No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, e caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro.” (Prado Júnior, C. 1994 p. 192)

²⁷ Esbarramos nesse ínterim na questão de crise de um determinado sistema, que é o ápice da oportunidade histórica para uma transformação do mesmo ou mudança. Mas é salutar salientarmos que em nosso entender não está contido no zênite de uma dada crise a direção de uma possível mudança.

“É neste processo longo, doloroso e contraditório que temos de situar as lutas dos escravos e avaliar o seu conteúdo social e a sua relevância histórica. Assim como a escravidão foi uma instituição nacional, a luta dos escravos contra ela também se espalhou por todo o nosso território. Do Rio Grande do Sul até o Amazonas eles lutaram contra o instituto que os oprimia. Os quilombos, as insurreições, guerrilhas, assassinatos de feitores, de capitães do mato e de senhores, o bandoleirismo, incêndios de canaviais, roubos a colheitas e rapto de escravas, quando não o suicídio, tudo isto era um fenômeno sociologicamente normal porque correspondia à contrapartida de negação ao modo de produção escravista.” (Moura, C. 1988 p. 28)

É uma resultante, no entender de Moura, a participação dos escravos nos vários movimentos sociais que pulularam por todo o Brasil Colônia e Império. Os escravos se encontravam na base da pirâmide social e, por suposto, constituíam a classe produtiva, não apenas produzindo mercadorias, mas sendo-as. Demograficamente eram maioria e não tinham direito algum, pois se encontravam coisificados; a classe de senhores ideologicamente deslindava, que os negros não nascidos no país, não eram considerados brasileiros, quanto mais cidadãos, devido a sua própria condição de mancipios. Esta situação de privação da liberdade e, portanto, de descontentamento dos cativos, os levaram desde sua chegada aos trópicos a participarem de lutas, insurreições e levantes formados em seu meio, ou juntamente com outras camadas sociais descontentes. Estes episódios são corriqueiros e perduraram durante o período histórico escravocrata brasileiro. (Moura, C. 1988)

Cabe aqui uma ressalva, Moura deixa bem nítido em seus trabalhos que existem duas classes contraditórias e dependentes – os senhores e os escravos – . O que não fica muito claro em seus estudos, é que com a colonização propriamente dita, e com um incipiente processo de urbanização dado com a mineração no sertão das Minas e mais tardiamente, com a vinda da família real para o país e efetivamente no escravismo tardio, há uma diversificação nas atividades produtivas, dada pela crescente divisão social do trabalho, que transferida para o contexto brasileiro, fez surgir uma grande gama de trabalhadores livres ou não, e uma estratificação social ampla e além do mais regional. Moura não dá conta disso, e se atém a resistência negra como um todo, dentro de um quadro clássico de oposição²⁸, que denomina por “antinomia básica” – classe dominante (senhores) versus classe dominada (escravos).²⁹

²⁸ “Assim, na sociedade escravista, o domínio do senhor sobre o escravo se constitui no eixo fundamental de exercício de poder, tanto na esfera econômica quanto na política e ideológica. Esse eixo vai constituir um ponto central em torno do qual se articula toda a estrutura de poder, e se desenvolve o conflito que acabará por dar a tônica da dinâmica social. Isso não significa dizer que ignoramos o fato de outras classes e conflitos estarem articulados nessa realidade.” (Guimarães, C.M.1996 p.145 in Reis, J.J. & Gomes, F.S. (org.) 1996) Essa mesma aceção se aplica à Clóvis Moura. Mas contrariando estes autores temos a posição de Lana Lage que não entende o conflito senhor versus escravo como sendo daí que viria a transformação da sociedade, mas vendo que “a dinâmica se dá, a nível interno, a partir dos conflitos entre diferentes setores da classe dominante, comprometidos de formas diversas com as mudanças que se operam no capitalismo.” (Lima, L.L.G. 1981 p.64)

²⁹ Cabe aqui essa análise de Carlos Nelson Coutinho de que, “se é verdade, como lemos no *Manifesto Comunista*, que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”, então é tarefa dos marxistas definir com precisão quais eram as classes sociais que formavam a estrutura do Brasil nas épocas colonial e imperial e como se processavam as lutas entre elas.” (Coutinho, C.N. 2000 pp.252 e 253)

Segundo Lana Lage da Gama Lima, “*“o mundo dos brancos” vai abrir para o negro perspectivas de aprofundamento nas suas manifestações divergentes, e isso se dá justamente nos momentos definidos como de crise política e econômica, quando saltam à tona as contradições do sistema.*” (Lima, L.L.G. 1981 p. 71)

Moura deslinda também que com a fragilidade da sociedade e de sua classe dominante quando envolta com crises, de qualquer âmbito, era decorrente a ocorrência de rebeliões ou mesmo revoltas dos escravos, devido a esfera detentora do poder estar ocupada com outros assuntos, principalmente invasões estrangeiras e problemas com o fisco, comuns no Brasil colonial. Ele evidencia que não é somente em meio a crises que eclodem manifestações de descontentamento por parte do cativo, estas ocorrências sempre se deram em todo o território, mesmo que não fosse coletivamente, sempre havia em algum rincão deste imenso país, um escravo se matando ou voltando ferozmente contra seu senhor ou capataz, materializando sua insatisfação com a situação de cativo, e suas decorrências: como os maus tratos, uma precária vida material, além dos extenuantes castigos.

Quem participava juntamente com os escravos de movimentos políticos de contestação era a camada de homens livres e pobres, ou seja, as camadas mais baixas que devido há uma difícil ascensão social no período colonial, excetuando o auge do período aurífero, integravam estes movimentos “*que tinham como desiderato modificar ou pelo menos atenuar as condições que eram impostas pelo estatuto colonial.*” (Moura, C. 1988 p.77) Segundo Moura a participação do elemento escravo nos movimentos político-sociais contestatórios nem sempre estava voltada para um mesmo foco. O comportamento do cativo vai desde ser *conservador*, isto é, não participar do levante, seguindo os mandos de seu senhor por temor ou por outro tipo de estratégia menos confrontatória, até uma posição *radical*, fugir para as matas onde se encontravam os quilombos³⁰.

As principais manifestações que marcaram a participação do negro, como forma de resistência a escravidão no período colonial, no entender do autor, são: a Revolta dos Alfaiates na Bahia em 1789, as insurreições baianas do século XIX, principalmente a de 1835, e o quilombismo, que esteve sempre presente enquanto perdurou o escravismo, ressaltando o mais importante: o Quilombo dos Palmares.³¹ (Moura, C.1977)

O que Moura nos acrescenta de novo na análise da Revolta dos Alfaiates, é perceber o alto grau de participação dos escravos neste movimento, e de repensarmos sobre a importância dada a

³⁰ Para Emília Viotti, os quilombos eram: “Fatores de inquietude das populações livres durante todo o período da escravidão, desde a época colonial foram os quilombos. Reunidos em grupos, os escravos fugidos assaltavam as fazendas e as estradas, pondo em perigo a vida dos passantes. Ocultos nas matas, plantavam suas roças, insuficientes na maioria das vezes, para o próprio sustento. Acuados, viviam de furtos.” (da Costa, E. V. 1982 p.305) Segundo Lana Lage os quilombolas não atacavam, a não ser para se protegerem quando eram atacados, e sobreviviam com uma suficiente agricultura de subsistência. (Lima, L.L.G 1981)

³¹ Moura relata outras rebeliões e insurreições da qual participaram os escravos, mas secundariamente, pois essas rebeliões eram elaboradas em cima de interesses políticos, principalmente de caráter emancipacionista, da qual o escravo adere por acreditar num utópico fim do escravismo, engordando assim, a massa do contingente rebelde.

participação dos chamados intelectuais da conspiração, principalmente Cipriano Barata, figura segundo ele, equivocadamente exaltada pela historiografia.

Merece consideração analisarmos o pano de fundo destas insurreições baianas, que foi justamente uma cidade do Salvador decadente desde 1763, data da transferência da sede da colônia para o Rio de Janeiro. Essa transferência político-administrativa trouxe como consequência dificuldades econômicas para Salvador, cuja a qualidade de vida de toda a sua população decaiu velozmente, e verificou-se uma grande parte de seus moradores vivendo em condições miseráveis e tendo como agravante para os vendeiros, sobrecargas de tributos metropolitanos. Esse clima geral de descontentamento estimulou a propagação no meio intelectual³² – médicos, farmacêuticos, padres, professores – de idéias libertárias vindas dos ímpetus franceses venturosos no velho continente. (Prado Júnior, C. 1994) Moura analisa que essas idéias foram de encontro a vontade da enorme classe baixa e pobre da população, composta por negros e mulatos forros, estes, escravos, soldados, artesãos, sapateiros e alfaiates que buscavam uma nova estrutura social, principalmente no que dizia respeito ao aumento do soldo dos soldados e ao fim da escravidão. E numa importância menor pleiteava o programa da revolta, a liberdade de comércio e a instauração de um governo democrático e independente de Portugal. (Moura, C. 1988)

De acordo com Moura o que impulsionou o levante não foram os intelectuais, e sim a ala revolucionária, ou seja a esfera popular, composta quase na sua integralidade por escravos e ex-escravos.

“Se é verdade que esses intelectuais desejavam acabar com o estatuto colonial ou supunham fosse possível atenuar a situação em que se encontrava a capitania – e neste particular exerceram papel que deve ser destacado –, o certo, porém, é que recuaram, tergiversaram, vacilaram à medida que os acontecimentos se precipitavam e tomavam caráter mais radical e a ele aderiram os artesãos, alfaiates, sapateiros, ex-escravos e escravos. Enquanto os intelectuais teorizavam sobre um possível papel libertador dos franceses, a ala mais popular do movimento, sem muito teorizar, apresentava uma posição programática para a ação imediata contra o estatuto colonial. Será por tudo isto entre as camadas mais empobrecidas da população de Salvador que o movimento encontrará base social e irá consolidar-se política e militarmente. Queriam a emancipação do Brasil do jugo português, um regime de igualdade para todos, onde não mais houvesse preconceito de classe ou raça e cada um fosse julgado pelo seu merecimento.” (Moura, C. 1988 p.79)

Outra intelecção do autor, que merece abordarmos sobre essa trama, é a posição valorosa imprimida pela historiografia à participação do médico e jornalista Cipriano Barata na conspiração. Segundo Moura muitos historiadores, “e inclusive Caio Prado Júnior”³³, exageram a posição de

³² Os líderes intelectuais que pregavam idéias libertárias da revolta foram: Agostinho Gomes, o médico Cipriano Barata, os tenentes José de Oliveira Borges e Hermógenes de Aguiar, o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, o padre Francisco Gomes e o professor Francisco Barreto.

³³ Cipriano José Barata de Almeida, na acepção de Caio Prado Júnior foi um incansável revolucionário na luta pelas causas populares. Nas palavras de Caio Prado, Cipriano Barata esteve “(...) envolvido em todos os grandes movimentos populares de que aquele período é tão fértil. E nunca esmoreceu nem vacilou. Além disso, não se contentou, como tantos contemporâneos daquela época de revoluções e profundas modificações sociais, em influir do alto e de longe nos destinos do país. Foi diretamente ao povo, compreendendo a força revolucionária que aí se abrigava; e é na agitação popular,

Cipriano Barata no movimento. Moura descrê de sua participação incisiva na revolta, e cogita que talvez a tenha articulado incipientemente, mas abandonando quando essa fugiu ao controle das elites, representada também nas pessoas dos intelectuais.

“Cipriano Barata foi implicado nos acontecimentos que estamos analisando, quando o temor das autoridades via olhos e atividades subversivas por toda parte. Mas nele não se envolveu. Não mostrou, mesmo, grande simpatia pelo movimento dos artesãos. Os seus depoimentos perante as autoridades e outros documentos apreendidos desmentem cabalmente a sua participação. Durante a Devassa, ao ser inquirido, declarou, sobre a distribuição de papéis sediosos, que “em certa ocasião depois que se espalharam os papéis sediosos e libertinos no mês de agosto (...) ele se lembra de se haver justamente indignado contra todos aqueles que estavam em semelhante artefato, (...) Mas, dando cheque-mate, citaremos trecho da carta de Cipriano Barata a um amigo, onde diz: “Temos escapado de grande desastre da rebelião de escravos, mulatos e negros; ainda o sangue de todo se não aqueceu, visto o perigo a que temos andado expostos.(...) Meu amigo, cautela com essa canalha africana (...)” (Anais I v. p.184 apud Moura, C. 1988 pp.78 e 79)

A questão que também podemos levantar com relação aos dirigentes da época é a abstenção em pensar seriamente o problema do escravismo, pois esta estrutura determinava as conjunturas sociais e os horizontes mentais, igualando os representantes das diversas esferas da classe dominante. Nas palavras de Jancsó e Pimenta:

“Todos, [intelectuais e dirigentes] sem exceção, eludiram esta questão, desqualificando o problema do escravismo como variável política a ser contemplada pelas cortes, fazendo-o mediante o artifício de tê-lo presente pelo seu contrário: a questão da cidadania. E com o escravismo subsumido pelo seu inverso, pôde fluir com plena desenvoltura a retórica liberal dos representantes das elites baianas e das de todas as outras partes do Reino do Brasil.” (Jancsó, I. & Pimenta, J.P.G. 1999 in Mota, C.G. (org.)1999)

Também questiona a posição de Cipriano Barata, Décio Saes, que vê na parcela dos intelectuais, estes parte da denominada por ele de pequena burguesia, incorporados desde logo na camada média da população, uma postura escravista e não seu contrário. Na intelecção de Daes:

“Ora, essa pequena burguesia escravista podia desejar a repartição igualitária da riqueza acumulada pelos grandes proprietários; mas jamais poderia desejar a subtração de sua própria ‘riqueza’ (os escravos). Examinemos a lista dos ‘conspiradores’ baianos processados em 1798: Cipriano Barata (médico) possuía cinco escravos; Fortunato da Veiga Sampaio possuía dois escravos; Hermógenes Pantoja (tenente) possuía dois escravos. É difícil imaginar que esses ‘revolucionários’ propusessem à pequena burguesia escravista, por eles politicamente representada, a inclusão da Abolição no conjunto das transformações econômicas e políticas a serem realizadas em caso de vitória.(...) Cipriano Barata desaconselhava a insurreição e pedia ‘cautela com essa canalha africana’, declarando que ‘o tempo pede circunspeção.’” (Saes, D. 1990 pp.323-324)

sobretudo pela imprensa, que procurou impulsionar os acontecimentos.” (Prado Júnior, C. 1977 p. 201) Na acepção Mouriana, Cipriano Barata escrevia tão somente para uma parte da elite, que podemos denominar de classe média, composta por pequenos comerciantes e profissionais liberais, que descontentes com a tutela lusa, buscavam essencialmente a independência. Moura entende a militância de Barata atrelada somente aos movimentos nativistas, que pretendiam manter a “ordem” vigente, desde logo o escravismo.

E é com delações, possivelmente vindas da classe dos intelectuais³⁴ coagida com as proporções tomadas pelo levante que as milícias governamentais sufocam a conjuração com o derramamento de sangue de escravos, conjuntamente com os demais componentes de camadas populares de Salvador. Dá então extrema participação de escravos e ex-escravos no levante, Moura cita alguns nomes de indiciados ao término do conluio, marcando indubitavelmente a origem popular do mesmo.

“João Nascimento era pardo; Manuel Faustino dos Santos, pardo livre; Inácio da Silva Pimentel, pardo livre; Luís Gama de França Pires, pardo escravo; Vicente Mina, negro escravo; Inácio dos Santos, pardo escravo; José, escravo de D. Maria Francisca da Conceição; Cosme Damião, pardo escravo; José do Sacramento, pardo alfaiate; José Félix, pardo escravo; Felipe e Luís, escravos de Manuel Vilela de Carvalho; Joaquim Machado Pessanha, pardo livre; Luís Leal, escravo pardo; Inácio Pires, Manuel José e João Pires, pardos escravos; José de Freitas Sacoto, pardo livre; José Roberto de Santa-Ana, pardo livre; Vicente, escravo; Fortunato da Veiga Sampaio, pardo forro; Domingos Pedro Ribeiro, pardo tambor-mor do Regimento Auxiliar.” (Moura, C. 1988 p. 82)

Para Fernando Novais os acontecimentos que moveram a Conjuração Baiana não foram meramente sociais e sim possuíam um elemento imanentemente político, que era o início da crise do sistema colonial. O movimento emancipacionista, como o foi o conluio baiano expressa uma tomada de consciência do funcionamento do sistema colonial. E que *“pouco a pouco, mas irreversivelmente, “tomou-se consciência, aqui, de que a Europa estava ‘chupando toda a substância’ das colônias; (...) Tinha-se sobretudo, a trágica consciência de que se podiam ‘levantar os povos do Brasil’” (...)* E, no limite, a ligação com a metrópole, não só é ilegítima, é vista como dominação, exploração: rica de recursos, a colônia vive na maior miséria, porque *“a Europa, como esponja”, lhe explora “toda a substância”.*” (Novais, F. A. 1995 pp.172, 173 e 174) Essa conscientização, mesmo que incipiente configurava-se numa *“situação pré-revolucionária”, na qual os parâmetros estruturais, que dão o quadro de possibilidades dos processos, não oferecem outra alternativa além do confronto”*(*ibidem*, p. 174), portanto, a emergência da crise, deu-se com o estopim de alguns destes movimentos emancipatórios, de cunho sobretudo político.

O historiador Francisco Iglésias aponta o cunho extremamente social, assim como Moura, da Conjuração Baiana, *“a baiana [conjuração] foi mais social, pregando a subversão em consonância com a palavra jacobina dos exaltados elementos da Revolução Francesa, divulgada através de manifestos e jornais como “pasquins sediciosos”. Demais, a maioria era de negros, soldados e alfaiates.”* (Iglésias, F. 1993 pp. 85 e 86)

³⁴ De acordo com Emília Viotti da Costa: *“Os movimentos revolucionários sofreriam de uma fraqueza congênita: às enormes distâncias geográficas, à dissociação entre as províncias, à falta de meios de comunicação e transportes há que somar-se as enormes distâncias sociais que separam a reduzida elite dos letrados da massa inculta, composta de escravos, negros e mulatos livres ou alforriados, descendentes de escravos e brancos miseráveis. A desconfiança que os primeiros sentiam em relação à “plebe”, que esperavam ver levantar-se contra eles, é claramente manifesta.”* (Costa da, E.V. *in* Mota, C. G. (org.) 1995 p. 95)

A relevância na análise de nosso autor sobre a revolta de 1798 é que quem efetivamente a moveu foram os escravos. Segundo Moura, após a elaboração intelectual do levante feito no seio da classe média e esta devido a radicalização do movimento, debandou e abandonou o intento, deixando-o a cargo dos escravos a execução do plano revolucionário. Logo, foram os escravos que na sua luta em busca de liberdade levaram adiante o levante; e que após a derrota foram culpados, condenados e punidos.

Com relação as insurreições baianas, Moura as divide em três ciclos distintos: o primeiro de 1807 encerrando-se em 1813, ciclo que ele intitula de *Primeiras Insurreições*, o segundo indo de 1814 até 1830, e o terceiro com a grande insurreição de 1835 até desaguar num movimento abortado em 1844, denominado por ele como *Insurreição Esquecida*. (Moura, C. 1988)

As *Primeiras Insurreições* foram uma das primeiras tentativas dos escravos baianos de lutar contra o estatuto da escravidão. A característica igual para todas estas revoltas, num total de três, que formam o que Moura denominou de *Primeiras Insurreições* é que foram armadas para atacar a cidade de Salvador, num ato de contestação ao escravismo, e acabaram descobertas e sufocadas no caminho pelas tropas da coroa, por um ação delatora de um de seus membros. Resultando em vários prisioneiros condenados a prisão, outros deportados e outros mortos. A primeira destas três insurreições ocorre no início do ano de 1808, iniciando o ciclo de revoltas, conduzidas por escravos maometanos. A segunda “em 26 de dezembro de 1808 – antes de completar um ano que se haviam levantado – os haussás e nagôs dos engenhos do Recôncavo embrenham-se nas matas, fugindo dos seus senhores. Ali ficarão aguardando os escravos da capital que cedo a eles irão se unir; no dia 28 de dezembro, fogem os de Salvador e fazem junção com os que se encontravam nas matas. Oito dias depois – 4 de janeiro de 1809 – iniciam juntos a ação com grande violência, atacando indistintamente a todos, destruindo, incendiando propriedades e matando.” (Moura, C.1988 pp.157 e 158) Quatro anos depois tem início a terceira revolta, com um número de seiscentos escravos, que na madrugada de 28 de fevereiro de 1813, com o intuito não completado de ocupar a capital da província, seguem em marcha destruindo plantações e causando pânico aos fazendeiros da região. (*ibidem* p.158)

Com a Revolta em Cachoeira em 1814, tem início o segundo ciclo de insurreições baianas, com os cativos lutando em prol do fim da escravidão. Cachoeira era uma vila, de grande importância da então província baiana, pois possuía uma mínima infra-estrutura urbana, difícil de se encontrar naqueles idos, e local onde se achavam grande número de engenhos, por suposto, possuindo grande número de escravos. A Revolta se inicia quando “em 20 de março de 1814 (...) o juiz de fora de Maragogipe era cientificado de que os escravos do distrito de Iguape, pertencente à vila de Cachoeira, se haviam sublevado e praticado desordens.” (Moura,C.1988 p.160) Foi então imediatamente mobilizados as milícias para por fim a revolta, no que sabido efetuou-se a prisão de três negros haussás. Por conta da quantidade de engenhos e conseqüentemente de um grande número de cativos, e portanto da possibilidade, quando não, da ocorrência de rebeliões escravas, a

área do Recôncavo, onde se situava a vila de Cachoeira, recebeu recursos financeiros, vindos tanto da coroa, quanto dos senhores-de-engenho para uma melhoria substancial da segurança, investindo ostensivamente em medidas repressivas. (Moura, C.1988)

Ainda dentro deste segundo ciclo, Moura cita quatro revoltas ocorridas respectivamente em 1822, 1826, 1828 e 1830³⁵, e comandadas também por negros maometanos. Todas elas voltadas com intuito de abalar o regime escravocrata, é importante levarmos em consideração que esses rebeldes tinham por assim dizer, uma *consciência possível*, nos termos de Goldmann, e contestavam a escravidão dentro de suas limitações. Buscavam sua liberdade e a de seus comparsas, mas apenas com certas preocupações de cunho social, atacando de forma coordenada o que considerava seus inimigos, almejando uma revolução de maneira abrangente. Externavam seu descontentamento de serem cativos, no qual julgavam responsáveis por sua situação os brancos pertencentes a classe dominante; diante disto atacavam estes, que eram considerados seus verdadeiros algozes. Buscavam a liberdade a todo o custo, e certamente gostariam de ver cair por terra este regime opressor. Outros elementos que compunham a base da pirâmide social baiana, como camadas empobrecidas quer branca, parda ou negra eram simpáticas a essas insurreições, por vezes participando ativamente, *“mesmo soldados, um deles foi preso na revolta de 1835 por estar lutando ao lado dos escravos rebeldes.”* (Moura, C. 1977 p.131) Para Moura, as revoltas maometanas, apenas possuíam uma conotação religiosa, mas não pretendiam estabelecer sua religião, ou pregar os preceitos islâmicos, e sim, o que essas revoltas revelam, a seu entender, é a contradição entre as classes sociais. É mais um momento de expressão coadunada entre a luta pelo fim da escravidão e a luta de classes, por uma melhoria da situação da população pobre, englobando aí também os escravos.³⁶

³⁵ “Insurreição da Vila de São Mateus – No ano de 1822 estouraria a rebelião com o objetivo de tomar o poder e instalar um reinado nos moldes dos existentes no continente africano. Segundo lemos no documento citado, os pretos, escravos e forros organizaram uma sedição contra todos os “brancos e pardos”. Ao que parece e tudo leva a crer, o movimento foi sufocado no seu início. Mas as prisões se sucederam – as autoridades, alarmadas com a série de revoltas dos escravos, estavam em constante vigilância e alguns cabeças foram remetidos para a cadeia da capital.” A segunda revolta deste ciclo foi a do Quilombo do Urubu – “O primeiro foi de escravos do Engenho Vitória – hoje Usina Vitória –, perto de Cachoeira, e que estourou no dia 22 de abril de 1827, ainda nem bem haviam terminado as repressões ao anterior. Os escravos desse engenho, seguindo o exemplo dos seus companheiros que sucessivamente se vinham levantando contra o instituto da escravidão, revoltaram-se com certa violência, só podendo ser debelada a insurreição dois dias depois de iniciada.” O terceiro levante escravo se deu pouco menos de um ano depois, no dia 11 de março de 1828. “Na madrugada daquele dia uma parcela de cativos dos engenhos próximos a cabrito aliava-se à parte amotinada dos escravos da capital e se prepararam para realizar um ataque contra a Cidade do Salvador, depois de reunidos na Armação. (...) Antes, porém, de iniciarem o ataque, foram surpreendidos pela polícia que contra eles marchou, encontrando-os próximo a Pirajá. Ali o corpo de polícia e o 2º Batalhão de Linha deram combate às forças dos escravos, saindo os últimos derrotados, após sangrenta luta.” A quarta e derradeira insurreição, ocorreu em 1830, na manhã do dia 10 de abril. “Esse movimento, ao que tudo indica, surgiu mais ou menos de improviso e teve uma duração mínima, apesar da violência dos movimentos iniciais e seus êxitos, sendo logo arrefecido e desbaratado pela repressão policial.” (Moura, C. 1988 pp.166 – 172)

³⁶ Na acepção de Décio Freitas sobre a Revolta Malê de 1835, há uma intrínseca ligação ao antiescravismo postulado pela Inglaterra, dando ao levante a conotação totalmente antiescravista. Segundo Décio Freitas: “(...) sua luta foi secundada pelos ingleses. Mas o antiescravismo inglês jamais cogitou de mobilizar os próprios escravos, ou quando menos apoiar-se neles para liquidar o sistema: semelhante solução seria de todo incompatível com a índole e os interesses do capitalismo inglês. Há indícios de que a grande insurreição escrava de Salvador, de 1835, recebeu o discreto apoio de comerciantes ingleses, mas esse apoio foi dado provavelmente a título pessoal.” (Freitas, D. 1982 p. 113)

Posição destoante tem Herbert S. Klein, que também deslinda sobre essas revoltas islâmicas na Bahia. Em sua inteligência, as revoltas ocorreram sem a participação de brancos pobres, pardos ou negros livres, ou seja, das camadas empobrecidas da população, só participando dos levantes negros escravos maometanos. Revela que “*as séries de revoltas escravas islâmicas na Bahia rural e urbana, entre 1808 e 1835, são típicas deste isolamento e muito especiais em seus matizes religiosos.*” (Klein, H.S.1987p.232) Já Edison Carneiro vê nestes levantes além da conotação religiosa, uma conotação racial: “*A revolta dos Malês [e as outras insurreições baianas] (...) tiveram caráter principalmente religioso e foram desfechadas com o fim de matar brancos, tomar o poder e banir a religião cristã, em nome de Alá.*” (Carneiro, E.1966) Fica-nos a impressão destas interpretações, de somente ser relevante nesses motins seu cunho religioso, o que para Moura, era o que menos importava. Para ele a religião servia apenas como meio para expressar, mesmo que intrinsecamente, a alienação sofrida pelos escravos. Era uma maneira inteligível de se fazer ouvir coletivamente, e nesse contexto de criar uma ponte de solidariedade entre os envolvidos, justificando assim a presença de escravos e livres.

Clóvis Moura aborda a Revolta dos *Malês*³⁷ de 1835, como sendo a insurreição de escravos mais importante na história do Brasil Colônia. Deteve grande importância pois demonstrara alto grau de organização em sua fase de preparação, composta por reuniões secretas regulares, detendo um fundo monetário para as despesas do levante e de posse de um plano militar detalhado, contendo posições estratégicas e funções distribuídas a todos os participantes, coligando-os à ação de quilombolas. “*É verdade que ainda não possuíam – nem era logicamente possível nas condições em que se encontravam – um programa político. A única consigna capaz de uni-los era, segundo pensamos, a conquista da liberdade, o fim do cativo.*” (Moura, C. 1988 p.173)

Moura percebe que a maioria dos historiadores procura abordar esta grande revolta, apenas na fase de seu estopim encaminhando para o butim da revolução, ignorando sua fase crucial que foi o período de incubação e de preparação do levante. Moura busca trazer à tona esta fase de preparação, mostrando a habilidade e a organização dos escravos, só não sendo maiores devido a fatores estruturais da sociedade da época, que os afetava limitando seu horizonte de ações. De acordo com sua análise para depreender a revolta, os escravos de diversas nações e envolvidos no levante se reuniam em várias casas espalhadas por diversos locais na capital da província, inclusive possuindo um clube secreto que funcionava no Bairro da Vitória, de grande valia para a organização do movimento. (Moura, C. 1994)

³⁷ Moura vai buscar a origem etnolingüística da palavra *malê*, e nos revela que em estudos feitos por Vivaldo da Costa Lima, a palavra *malê* “foi imposta de fora para dentro do grupo, isto é, não eram esses negros que assim se autodenominavam, mas eram denominados pelos grupos de fora.” (...) “Os escravos haussás, na Bahia, como se poderá ver nos autos e processos existentes no seu Arquivo Público, sempre se chamavam *musulmi*, pronunciando a palavra *musurumin*, porém nunca *malê*. O termo, portanto, não designa etnicamente o grupo rebelde cujas lideranças sempre se disseram muçulmanas. Daí as hipóteses levantadas de que o mesmo era pejorativo, chegando-se, até, fantasiosamente, a afirmar que era uma corruptela de má lei, isto é, de negro que não respeitava a lei, rebelde, inconformado. (...) Vários autores opinaram que a palavra deriva de *Mali*, nome de um reino muçulmano do vale do Níger, habitado pelos *malinkê*.” (Moura, C. 1994 p.58 – 59)

“Esse clube ficava localizado nos fundos da casa do inglês de nome Abrão e exerceu um papel dos mais importantes na estruturação e deflagração do movimento. Era uma casa de palha construída pelos próprios escravos para suas reuniões. Seus principais cabeças eram os escravos nagôs: Diogo, Ramil, James, Cornélio e Tomás, além de outros de menor porte. Reuniam-se regularmente para discutirem os planos da insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade, de negros de saveiros de Santo Amaro, Itaparica e outras partes do Recôncavo. .

O levante estrategicamente organizado, possuía suas bases e redes de comunicação intrinsecamente espalhadas pela cidade. Sua proposta contaminava muitos negros que, na surdina, a confabular e a disseminar, construam o motim.

“Outro lugar importante de reuniões era a casa do preto forro Belchior da Silva Cunha, segundo depoimento da preta velha Teresa. Ali se encontravam os elementos mais importantes para discutirem os detalhes do plano. Nesse local faziam-se “ajuntamentos umas vezes de dia e outras de noite”. Recebiam os escravos que se reuniam nesse local, ainda segundo depoimento da escrava Teresa às autoridades, a visita amiudada de um mestre que “é escravo que faz fumo” e “mora junto da igreja de Guadalupe e he de Nação Tapa”. Esse escravo, esclarece por fim, era conhecido pelo nome de Sanim;(…) Na casa do forro Belchior reuniam-se os principais cabeças do levante, traçando planos e discutindo detalhes com elementos do Recôncavo, de outras partes da cidade e possivelmente com quilombolas.(…) A casa de Pacífico Licutã era outro centro de conspiração. Esse líder pregava abertamente no Cruzeiro de São Francisco a insurreição. Sabia ler e escrever, ensinando aos demais os mistérios das rezas malês. Foi depositado sob penhora por dívida do seu senhor aos frades Carmelitas, não participando, por isto, da insurreição.(…) Manuel Calafate será outro líder do movimento. Na loja (porão) do segundo prédio da Ladeira da Praça, onde morava, reuniam-se, conspirando. De lá partirão os primeiros tiros da insurreição, depois do movimento ter sido delatado.(…)Reuniam-se, ainda, na porta do Convento das Mercês. Os escravos daquele convento, dirigidos por Agostinho e Francisco, juntavam-se aos de outras procedências, discutindo os métodos de conseguirem a liberdade. Também atrás da rua do Juliano, na casa de um preto chamado Luís, os escravos faziam ponto de ajuntamento. Também a casa do preto Ambrósio, de nação nagô, residente no Taboão, onde a polícia, depois do movimento, encontrou “papéis com escritos em caracteres arábicos”, era ponto de ajuntamento, assim como a casa do crioulo José Saraiva e da preta Engrácia. Havia, ainda, reuniões na casa do inglês Malror Russell, onde foram aprendidos inúmeros objetos.” (Moura, C. 1994 pp.63 a 66)

A revolta foi delatada, e por isso apressou-se a execução do levante. Salvador fica em pé de guerra, a polícia buscando reforços e os revoltosos tentando levar o intento adiante. Com o grande número de policiais, unidos com a cavalaria e a infantaria, caíram vencidos os revoltosos, que depois da derrota sofreram uma brutal repressão. Segundo Moura:

“O número de escravos mortos durante o levante foi bastante elevado. Talvez tenha chegado à casa dos cem; uns em combate ou afogados, outros nas prisões [foram efetuadas 281 ao todo entre escravos e libertos], vítimas do tétano e dos maus tratos, além dos que foram condenados à morte e executados.” (Moura, C.1988 p.182)

A derrota em seus intentos nesta revolta, deveu-se no entender de Luiz Luna, ao comportamento exaltado dos negros, e da não harmonia para uma unificação de forças entre os próprios negros; e este comportamento era proveniente da fé maometana, na qual quem não confessasse a mesma fé se via na condição de seu inimigo irrevogavelmente. Daí o caráter pouco organizado já nas bases desta revolta, pois nem todos os revoltosos professavam a fé islâmica. (Luna, L.1976)

Podemos concluir que, com um número significativo de participantes ou em pequenos bandos, os escravos baianos do século XIX, sempre buscaram a liberdade e, por suposto, a dignidade para uma população que vivia à margem da condição humana, preceito que movia os revoltosos organizadores da Revolta de 1835. Talvez a importância do levante para Moura esteja no intento pretensioso, visto por ele, que era não só o de liberdade mas o de uma mudança na estrutura social da época, com o fim da escravidão.

Terminando o último ciclo de revoltas temos a intitulada por Moura *Insurreição Esquecida*,³⁸ esta ocorrida já no Brasil imperial.³⁹ Escreve que no “segundo ciclo de insurreições citadinas da capital baiana, encontramos documentos que se reportam a uma que se verificou no ano de 1844, quando – pela última vez, presumivelmente – os escravos daquela província se levantaram tentando extinguir o regime servil. Os documentos que comprovam a existência dessa revolta fazem dilatar ainda mais o ciclo de insurreições baianas, até agora dado pelos historiadores que o estudaram como encerrado em 1835.” (Moura, C. 1988 p. 183)

Assim nos relata Moura, um preto chamado Francisco Lisboa, reunia-se com outros em sua casa, localizada no Aljube, com o intento de organizar uma revolta. Cada conspirador contribuía com uma importância em dinheiro, que era destinada as despesas da insurreição. Consta que estas reuniões eram bastante concorridas, e que muito disso se devia a Francisco Lisboa, que era um velho revolucionário, muito respeitado por ser veterano da Revolta de 1835. As reuniões do levante eram intercaladas entre sua casa e a do negro Marcelino de Santa Escolástica. A delação teria ocorrido em virtude de um desentendimento entre Francisco Lisboa e sua amásia Maria. Francisco foi preso imediatamente, visto pelas autoridades como um indivíduo de alta periculosidade, e Marcelino conseguiu fugir. (Moura, C. 1988) “Depois dessas informações tudo é mistério. Nada mais conseguimos apurar; (...) Parece que o esquecimento caiu sobre essa revolta.” (ibidem p.184)

Fica claro para nós que Moura busca na historiografia dados que comprovem o dinamismo dos escravos contra seus senhores, com sua *sine qua non* atuação nas numerosas revoltas ocorridas no período escravista, sustentando sua tese que a resistência negra teve papel determinante na destruição do escravismo, desde logo, na construção da história do país.

³⁸ Segundo Luiz Luna, os documentos dessa revolta são escassos, mas foram consultados por Clóvis Moura, o único autor que se ocupa dessa sedição e assim mesmo, o faz por falta de documentos de modo superficial. (Luna, L. 1976)

³⁹ Estamos citando esta revolta ocorrida nos idos do Brasil Império, por fazer parte das insurreições baianas, e ter sido realizada por negros maometanos com um mesmo tipo de organização do motim, de tática e de objetivo final.

“Desde que a escravidão foi instituída que o escravo iniciou a luta para aboli-la. Mesmo nos navios negreiros ele se revoltou. O escravo rebelde foi uma força social ativa e permanente no processo de modificar-se o tipo de trabalho existente no Brasil. (...) o mecanismo de resistência escrava se manifesta de várias formas: a fuga, o quilombo, as insurreições, os crimes e os suicídios.” (Moura, C.1977 p.130)

É notório que por onde se estendeu o estatuto da escravidão, lá também estavam por excelência os quilombos⁴⁰, a forma mais típica de resistência negra e foco de permanente contestação do escravismo colonial, constituindo-se característica integrante do escravismo, e concomitantemente possuindo a especificidade de ser antinômico.

“Os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência. Em todas as partes da Colônia ele surgia logo que surgisse o sistema escravista e o seu modo de estratificação. Enchiam as matas e punham em polvorosa os senhores-de-terras e vidas humanas. Por isto mesmo, no decorrer da escravidão, vemos tumultos constantes e lutas de quilombolas se sucederem.” (Moura, C. 1988 p.106)

É, então o quilombola agente dinamizador por negação do sistema escravista, que no abandono do trabalho no eito das fazendas, afirma-se como sujeito histórico coletivo, e força transformadora no processo, então não passiva. Para Moura *“o quilombo é uma constante histórica e a sua importância social é muito maior do que já foi computada pelos nossos historiadores e sociólogos.”*⁴¹ (Moura, C.1994 p. 17)

Para Moura os quilombos representaram uma luta constante contra a instituição da escravidão, uma luta social, sem conteúdo político⁴², pois os escravos tinham pouca ou nenhuma consciência da então estrutura social da qual faziam parte, e que se apresentava como pano de fundo da época. Logo, não possuíam como bandeira nenhuma pretensão ou conotação política. Os quilombos e as rebeliões seriam, dessa forma, uma tentativa de transformação do regime econômico-social escravista, ou seja, eram formas de expressar sua vontade por um diferente regime social, é claro, sem a escravidão. Que para nosso autor se configurava como *“(...) uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção no processo de trabalho.”* (Moura, C. 1994 p. 76)

⁴⁰ Essa formação de grupos de escravos fugidos recebia por toda a América, área de sua ocorrência variados nomes: “na América espanhola, *palenques, cumbes*, etc.; na inglesa, *maroons*; na francesa *grand marronage* (para diferenciar da *petit marronage*, a fuga individual, em geral temporária). No Brasil esses grupos eram chamados principalmente *quilombos* e *mocambos* e seus membros, *quilombolas, calhambolas* ou *mocambeiros*.” (Reis, J.J. & Gomes, F. S. (org.) 1996 p.10) “(...) quilombo, vocábulo de origem banto (kilombo) alusivo a acampamento ou fortaleza.” (Vainfas, R. 1996 p. 62 in Reis, J.J. & Gomes, F.S. (org.)1996)

⁴¹ “Mas se nas análises revisionistas da chamada “escola paulista” – leia-se Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni – a resistência escrava foi posta em plano secundário com o intuito de enfatizar a coisificação do escravo, Clóvis Moura e posteriormente Luís Luna, José Alípio Goullart e Décio Freitas, entre outros, irão privilegiar essa resistência.” (Reis, J.J. & Gomes, F. S. (org.)1996 p.13)

⁴² *A classe para si*, no entender de Moura não revela imanentemente um caráter político, no escravismo. Este caráter de *classe para si* lhe é comum nos grupos diferenciados formados por negros assenzalados que buscavam dentro de sua consciência possível, apenas a sua liberdade.

Para atestar sua acepção, o autor remete-se a um tratado ímpar na história do escravismo, apresentado por escravos em levante ao seu senhor, com o propósito de estabelecer regras para que pudessem voltar ao trabalho.

“ Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados

Meu senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás há de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos a saber. Em cada semana nos há de dar os dias de sesta fr^a e de sabado p^a trabalharmos p^a nos não tirando hum destes dias por cauza de dia St^o. (...) Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenhamos tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos. (...) Os actuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação. Nas moendas hade pôr quatro moedeiras e duas guindas, e huma carcanha. Em cada huma caldeira hade haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia Sabado hade haver Remediavelmte peija no Engenho.(...) O canavial de Jaribú o hiremos aproveitar por esta vez, e depois hade ficar p^a pasto por que não podemos andar tirando canas p^a entre mangues. Poderemos plantar nosso arros onde quizermos e em qualqr Brejo, sem que p^a isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou outro qualqr pau sem darmos parte p^a isso. A estar por todos os artigos a cima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos p^a servir-mos como dantes, (...) Podemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e nem seja precizo licença.” (Moura, C. 1994 pp.73, 74 e 75)

Fato este ocorrido na Fazenda Santana em Ilhéus na Bahia, no ano de 1789, quando os escravos permaneceram amotinados por quase dois anos, depois de tomarem o engenho. E, fazendo a sua análise do documento, ressalta a condição estritamente social do mesmo, demonstrando simultaneamente a alienação na qual os cativos encontravam-se. Continua Moura:

“Como vemos, o nível de consciência desses escravos é ininteligível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e alienação total do instrumentum vocale.” (Moura, C.1994 p.75)

Na mesma percepção do papel dos quilombos na estrutura social escravista, encontramos a interpretação realizada por Carlos Magno⁴³, cuja acepção destaca além do papel social, a natureza política dos quilombos, que apoiado em Marx, entende que, *“a luta de classe contra classe é uma luta política.”* (Marx, K. 1976 p.164 *apud* Guimarães, C.M. *in* Reis, J.J. & Gomes, F.S.(org.)1996 p.162) Relata que uma das marcas políticas dos mocambos, estava representada na figura dos escravos líderes, que arrebanhavam outros escravos para determinado quilombo, e eram responsáveis pela articulação entre os quilombos avizinados e, destes com a sociedade. Dessa forma, contesta a interpretação de uma dimensão meramente econômica e social dos quilombos, aventando que além da capacidade do mesmo de sobrevivência autônoma, e de *débâcle* da economia escravista, portava, mesmo que incipientemente, diretrizes temporárias e efêmeras ou mecanismos mais sofisticados e prolixos de nortear estratégias de inter-relação com a sociedade escravista. Essa inter-relação, é vista empiricamente como uma rede de alianças dos quilombolas

⁴³ Ver a esse respeito, *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*, Carlos Magno Guimarães, 1988, Editora Ícone, São Paulo – SP

com diversos setores da sociedade, como assenzalados, negros forros e gente livre, quer branca ou parda, o que demonstra a grande organização administrativa e política dos mocambeiros. (Guimarães, C.M. 1988)

Mesmo estando claro para Guimarães a conotação política dos quilombos, a maioria dos historiadores se atém a analisá-los sob um prisma a-político enfocando principalmente o aspecto econômico, cuja estrutura econômico-social escravista era afetada pela existência dos quilombolas, que ao fugirem para os sertões e matas desgastavam-na, mesmo sem consciência de sua ação. Outro fator também examinado pela ótica econômica, seria a possível perpetuação de alguma estrutura de produção que não a escravista, esta encontrada nos mocambos. Moura denomina essa relação de produção marginal à escravista de camponesa-comunitária⁴⁴ ou protocampesinal quilombola, assunto que trataremos no próximo capítulo.

Segundo Moura, o quilombismo e as rebeliões não chegaram a criar um novo modelo de estrutura social, mas seguramente provocaram desgastes que ele denomina de econômicos, políticos e psicológicos, na sociedade como um todo na qual existiu. O desgaste econômico se resume na perda do escravo como coisa e concomitantemente do produto de seu trabalho. “(...) o desgaste econômico produzido pela rebeldia negra, em vários níveis e durante todo o tempo, não deve ser desprezado na análise da importância do seu comportamento de negação do sistema.” (Moura, C. 1994 p. 88) O desgaste político, seria o receio sentido pela classe dominante de perder o controle da situação, perdendo seu poder e conjuntamente seu *status*, na emergência de uma solução alternativa e democrática – os quilombos, desde logo, pondo fim no trabalho compulsório. “Esse contato dos negros fugidos ou aquilombados com outras camadas oprimidas, quer durante a Colônia, quer durante o Império, será uma constante preocupação política e militar das autoridades e da classe senhorial.” (Moura, C. 1988 pp. 231) O desgaste psicológico foi denominado “Síndrome do Medo” pelo autor, no qual se caracterizava pela possível ameaça de revolta, vinda da grande população de negros escravos contra uma minoria de senhores brancos. Diante disso viviam embebidos em constante pavor, o que se evidenciou na fase do escravismo pleno por uma postura sádica dos senhores, amenizada com a extinção do tráfico negreiro, já no então escravismo tardio. (*ibidem* pp. 232-235)

Para Clóvis Moura foram também as manifestações de descontentamento do escravo que nortearam a formação da sociedade brasileira no então período colonial, sem entrarmos agora no mérito cultural, temos como exemplo notório, o aparelho opressor-repressor⁴⁵ que foi criado, recriado

⁴⁴ Para Gorender “a escravidão é uma categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção.” Na escravidão, segundo este autor, manifesta-se dois modos de produção, que seria o escravismo patriarcal, caracterizado pelas *plantations* e o escravismo colonial, que seria no nosso entendimento, uma produção voltada para a comercialização interna, e mesmo para a subsistência. (Gorender, J. 1988)

⁴⁵ Devido ao grande número de homicídios cometidos por escravos contra seus senhores, respectivos familiares e capatazes, as autoridades instituíram uma nova lei: “Serão punidos com pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem qualquer outra grave ofensa física, a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes que em sua companhia morarem, a administrador, feitor, e as suas mulheres que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das

e modificado diversas vezes de acordo com os reificantes comportamentos dos escravos. Aí temos, quando da aplicação de penas e castigos, a personificação do escravo como indivíduo e este, neste contexto, não é visto como *res* – coisa. Podemos concluir que em seu entender, não só juridicamente os escravos eram vistos como pessoas e não como coisas, mas também quando reagiam rebeldemente ao serem tratados como tal. Buscamos para nossa análise as palavras de Brion Davis: *“em geral, tem sido dito que o escravo possui três características definidoras: sua pessoa é a propriedade de outro homem, sua vontade está sujeita à autoridade do seu dono e seu trabalho ou serviços são obtidos através da coerção.”* (Davis, D.B. 1970 p.76 *apud* Gorender, J. 1988 p. 47) Então partimos desta profícua premissa, e analisamos que Moura entende que, o ser escravo também implica em possuir vontades próprias, e quando as possui, mesmo visto como anomalia para a sociedade da época, na circunstância de quilombolas, detinham a condição de pessoa humana. Mas seria um ser humano com horizontes mentais limitados, não por caracteres raciais como quer Freyre, mas sim porque estavam alienados de poderem mergulhar na estrutura social em vigor, e ter uma idéia clara de sua vil situação, logo, não deixando de ser pessoa, mas sendo tratados pelos senhores como coisas, meros seres, animais destinados ao trabalho, portanto, a servir o branco.

Também Décio Saes entende que a classe dominante utilizando de um aparelho jurídico contra o escravo, que era coisa, intrinsecamente e despropositalmente o elevava ao patamar de pessoa, e este mesmo escravo passava a categoria de ser humano então completo, porque tinha condição de responder perante a justiça sobre seus atos. *“(…) o desenvolvimento da luta de classe impedia que o direito das formações escravistas coisificasse integralmente o produtor direto sujeito a trabalho forçado pelo proprietário dos meios de produção. Se a revolta do escravo contra o senhor (sob forma de crime, fuga ou insurreição) representava a afirmação daquele como ser humano, a repressão escravista à revolta devia implicar, simetricamente, o reconhecimento, pela classe dominante escravista, da condição humana do escravo.”* (Saes, D.1985 pp. 105 e 106) O que nos fica claro é ao mesmo tempo a perspicácia e o desnorreamento da esfera dominante para fazer funcionar as engrenagens do escravismo. Pois dependendo da situação considerava o escravo como coisa ou como pessoa. Quando este seguia as normas vigentes, era entendido e visto como coisa. E o escravo era considerado como pessoa passiva de punições, quando infringia as leis e normas de conduta impostas a ele, apresentando um comportamento patológico expresso pela desobediência e rebeldia.

Trataremos agora, das interpretações de Moura sobre, *“o mais importante quilombo já existente no país”*, Palmares. No seu entender a historiografia minimizou até bem pouco tempo, a significação sociológica de Palmares, analisando-o como um antro de bandidos, de bárbaros e de cabuletés, e paralelamente enfatizando a atuação das milícias governamentais que destruíram esse

circunstâncias, mais ou menos agravantes. (...) O Alvará de 26 de fevereiro de 1834 determinara, repetindo o Dec. De 11-04-1829, que a pena de morte seria aplicada ao escravo sem qualquer recurso, nem mesmo o de graça.” (Malheiro, A.M.P.

valhacouto⁴⁶. Sua análise do tema não é exaustiva, mas no que podemos observar ele busca entendê-lo num exame da dinâmica no qual estava inserido, quer interna ou externamente, para demonstrar a grande fratura no sistema escravocrata que ele proporcionou. Com seu alto teor corrosivo da então estrutura social deu o tom a comportamentos senhoriais, expandindo a “*síndrome do medo*”⁴⁷, que simultaneamente resultou num arrocho das forças repressivas. Moura observa que os administradores públicos para coagir a formação de futuros Palmares, enalteciam vigorosamente sua atuação para por fim no grande quilombo, e ao mesmo tempo e inconscientemente, exaltavam a determinação e a força com as quais sobreviveram e lutaram bravamente os quilombolas durante anos, determinando Palmares como exemplo de rebeldia.

Palmares não possuía a bandeira de cunho político, mas sim os quilombolas portavam o lema da liberdade, da liberdade de cada indivíduo dos mandos do estatuto escravista. Para a existência de um grande quilombo em condições de duração, tamanho e organização, Moura vê o importante fator proporcionante disso, que foi a invasão holandesa, que desestabilizou o poder colonial, e que desarticulando a estrutura dominante portuguesa, criou condições e facilitou a fuga de elevado número de escravos, que se acoitavam nos sertões.

“De fato, aproveitando-se da ocupação batava, os escravos de Pernambuco e de outras capitâneas vizinhas começaram a fugir do cativo, pelos delitos e intratabilidade dos seus senhores.” (Moura, C. 1988 p.205)

Salienta também nosso autor que eram só escravos fugidos que compunham a população de Palmares. Primordialmente era apenas os escravos que lá viviam, mas houve um afluxo para o quilombo de uma gama de elementos, que de alguma forma se encontravam oprimidos pelo sistema escravista, como prostitutas, índios, vagabundos, andarilhos, etc.

“O certo, porém, é que através do crescimento vegetativo e do rapto de mulheres, da adesão de escravos e escravas dos engenhos e do aprisionamento de escravos passivos, a população de Palmares chegou a ter 20 a 30 mil habitantes, população que atingiu um nível de densidade demográfica, na época, desafiador. Transformou-se Palmares no mais sério obstáculo ao desenvolvimento da economia escravista da região.” (Moura, C. 1988 p.165)

Devido a esse crescimento populacional, ocorreu o alargamento das fronteiras territoriais⁴⁸ e por suposto, criou-se uma organização da estrutura interna na divisão do trabalho, no qual destacava-se uma produção alimentar, coletora e extratora e uma atividade artesanal.

“(…) em consequência da diversificação de funções e papéis de várias camadas e estratos no sistema produtivo [havia] quilombos [dentro de Palmares] que tinham atividades sociais e econômicas específicas.” (Moura, C. 1988 p.166)

1976 v.I pp.43 e 47 *apud* Lima, L.L.C. 1981 p. 37)

⁴⁶ O quilombo dos Palmares entrou para a história do Brasil em 1724 pelas mãos de Sebastião da Rocha Pita, em seu livro *História da América Portuguesa*, no qual dava a notícia dos danos que causavam à sua vizinhança, do caráter maléfico de seu povo e, finalmente das árduas lutas para pôr fim a Palmares. (Lara, S.H. *in* Reis, J.J. & Gomes, F.S. (org.)1996)

⁴⁷ A ameaça aos senhores e suas famílias se dava imaginativamente numa possível reunião de escravos assenzalados, negros forros e quilombolas, em uma grande rebelião que pela densidade populacional dos negros, destruiria a classe senhorial.

⁴⁸ Édison Carneiro avalia em 27 mil quilômetros quadrados a superfície territorial na qual se encontrava Palmares. (Carneiro E. 1947)

Então de um simples ajuntamento de escravos para uma comunidade organizada surgiu a também necessidade de uma força militar, que os salvaguardassem de ataques vindos de fora, garantindo a segurança do grupo, este sempre ameaçado. E procurou-se efetuar a formação de um “governo” para organizar as relações sociais dentre essa imensa população de calhambolas.

Para Moura, Palmares era uma síntese entre república e simultaneamente monarquia. República, pois cada quilombo que integrava Palmares tinha seu representante, e este decidia, de forma autônoma ou seja conjuntamente com seu povo, como solucionar problemas incidentes em seu reduto e monarquia, pois possuíam um rei com toda a distinção hierárquica-social, muitas vezes não só social como também religiosa, e que em tempos de guerra exercia poderes absolutos. Era dessa forma um modelo singular de governar um povo. (Moura, C. 1988)

Mas de acordo com Pedro Paulo Funari, a expressão República de Palmares não tem relação com o modo de governo republicano, e se deu devido a língua franca no período ser o latim, cujos acampamentos de negros fugidos eram chamados nos anais da época de *“res publicae”*, ou seja, coisa pública, subentendendo Estados, *“termos logo traduzidos para as línguas modernas como repúblicas, republics, républiques. Por esse motivo, ainda hoje se utiliza a expressão “República de Palmares”, cujo sentido nada tem a ver, portanto, com a idéia de “regime republicano”, (...) e Palmares nunca foi uma república nesse sentido.”* (Funari, P.P. A. 1996 p. 28 in Reis, J.J. & Gomes, F.S. (org.)1996) Palmares, seria ou não uma república em termos de modo de governo? Até que ponto era ou não uma monarquia? Questões difíceis de serem respondidas precisa e categoricamente, diante disso encontramos acepções de acordo com várias interpretações extremamente particulares de historiadores e sociólogos. Pontos de vista estes destoantes que nos levam a várias direções. Análises estas, pontuadas de acordo com a leitura que os pesquisadores fazem dos acontecimentos e da interpretação dos discursos históricos. Lembramos então de Pêcheux, em sua observação de que um discurso é também objeto e gesto interpretativo. (Pêcheux, M. 1990)

E voltando a Palmares, outro aspecto ressaltado por Moura é da sociabilidade dos palmarinos, os modos pelos quais se comunicavam com a sociedade que o cercava. Que segundo ele, são três os modos de interação entre quilombolas e a estrutura colonial, *“interação conflitiva, interação competitiva e interação pacífica”*. A interação conflitiva foi a predominante, apresentando-se com as pelejas entre palmarinos e milícias governamentais, com a ajuda de senhores de engenho. Seguida pelas relações competitivas, caracterizadas pela relação pactual entre pequenos proprietários, vendeiros e quilombolas, mediada por interesses comuns, geralmente tratados de não-agressão mútua e escambo de gêneros alimentícios. A menos freqüente sociabilidade foi a pacífica, entre o poder colonial e a sociedade quilombola, verificada apenas uma única vez. (Moura, C. 1988, 1994)

“Podemos dar como exemplo disto [interação pacífica] apenas o envio de uma embaixada em 1678 que foi ao Recife parlamentar com o governador da Capitania, o recém-nomeado Aires de Souza e Castro. Na ocasião foi acordada

*a paz entre as autoridades coloniais e a República de Palmares, através dos seus representantes, tendo a sua embaixada sido recebida a nível de representatividade plenipotenciária.”*⁴⁹ (Moura, C. 1988 pp.180 – 181)

No entender de Carlos Magno, os quilombos estão no centro de uma relação conflituosa da qual participam todas as categorias sociais, que são os escravos, senhores, forros e homens livres pobres. A questão então é analisar como cada categoria participa deste conflito básico antagônico e totalizante, que é representado pela antinomia senhor versus escravo. No seu entender é muito clara a posição das várias categorias no conflito, porque ou se está de um lado ou do outro, ou combate-se o escravo rebelde ou faz aliança com ele. (Guimarães, C.M. 1996) Carlos Magno faz sua análise tendo por base o conflito fundamental do sistema escravista, senhor e escravo. Moura também parte da premissa que essas “interações” ocorrem tendo como pano de fundo o conflito básico⁵⁰, mas ele consegue distinguir as sociabilidades presentes, a partir das maneiras de ver das categorias sociais e conseqüentemente de seus comportamentos perante a anomalia social que era considerado o quilombo na época.

Percebemos em nosso autor que a sociedade escravocrata desenvolveu mecanismos de relação com Palmares, mas não só com este especificamente, essas relações se estenderam para os quilombos mais estáveis, de modo a minimizar os abalos que estes provocavam somente por sua existência na então estrutura social. Com a criação de pactos e decorrente inter-relação entre calhambolas e sociedade escravocrata foi se edificando uma rede de comunicação e de trocas que dinamizaram as relações sociais na Colônia e posteriormente no Império, criando um caldo de cultura propício para findar o escravismo, ferindo-o mortalmente principalmente no aspecto econômico. Inter-relações estas, que colocavam medo no então poder colonial, pois se encontravam de frente a um fenômeno social que balançava as bases da estrutura escravista e que se não ceifado poderia vir a ser um desastre para aqueles que manipulavam o sentido e davam o tom da colonização. Diante disso investiram na empreitada de destruí-los, e com grande esforço conseguiram.

Outra análise que pontua as interpretações de Moura sobre Palmares, parte da premissa que teria sido este quilombo “*um embrião de nação que foi destruído*”.⁵¹ (Moura, C. 1988 p. 189) Neste contexto ele salienta que Palmares possuía uma estrutura social e econômica organizada num território e com uma cultura comum aos seus integrantes, aspectos que poderiam levá-lo a tornar-se

⁴⁹ Esse fato foi dado quando depois de muitas investidas contra Palmares, autoridades portuguesas propõem um, podemos chamar de tratado de paz. Na ocasião, o então Rei Ganga-Zumba, cede ao acordo proposto pelo poder colonial, indo se encontrar com o governador da capitania, desagradando uma facção dentro do quilombo, liderada por Zumbi. Facção esta, descontente, mata o então rei, e assume o controle de Palmares, desarticulando então, o que seria uma possível capitulação. (Carneiro, E. 1947)

⁵⁰ A escravidão é vista por Moura como uma instituição total, portanto para ele, não é possível analisar o sentido das relações sociais no Brasil sem recorrer a centralidade do sistema escravista no processo da organização da sociedade, baseada em: de um lado senhores e de outro escravos.

⁵¹ Oliveira Lima também levemente ressaltava a formação perigosa de um Estado Negro dentro da Colônia. Ver *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, cap. VI, Oliveira Lima, 2000 Publifolha, São Paulo – SP)

organizacionalmente e socialmente uma nação, se não fosse sumariamente destruído.⁵² Moura entende que o que levou o poder colonial a dar cabo de Palmares foi, como já salientamos, a forma alternativa de sociedade, como então apresentava Palmares. Com uma economia antagônica a da colônia, com sua produtividade voltada para atender primeiramente as necessidades internas do quilombo, e caso houvesse excedente para o comércio. Dista portanto, daquela que esbarrava nos interesses escusos da esfera detentora do poder, que visava *nec plus ultra* que o lucro. Seja pela interpretação de que Palmares seria gérmen de uma sociedade mais igualitária e democrática, ou pelo aspecto econômico, de prejuízo que significavam os escravos aquilombados para seus senhores, este era visto pela esfera dominante, como perturbador da 'ordem' e do bom andamento da estrutura colonial. Logo, precisando urgentemente ser liquidado. Concluimos que o resgate da importância dos quilombos, justamente pela sua essência, que é uma forma concreta de resistência ao escravismo, nos permite ver o escravo como sujeito histórico e, naturalmente, como agente da luta de classes no seio da então sociedade, acepção esta demonstrada por Clóvis Moura ao taquigrafar a história dos negros escravos, em algumas de suas inúmeras atitudes rebeldes no então Brasil Colônia.

O Brasil Colônia caminhava para seu término, pululado principalmente por buliçosas questões políticas e econômicas. Pelos idos da segunda década dos 1800 emerge uma das mais importantes revoltas do período final da Colônia, a Revolução de 1817 em Pernambuco, que será reavivada na posterior Confederação do Equador.

De acordo com Francisco Iglésias e também para Barbosa Lima Sobrinho, a Revolução Pernambucana de 1817, teve mais um caráter nativista - emancipacionista do que qualquer outro tipo de conotação radical. O pano de fundo da época dava o tom. Devido a transferência da sede da monarquia lusa para o Rio de Janeiro, crescia desde então as dificuldades econômicas no Nordeste como um todo, expressadas pelos altos impostos cobrados pela coroa portuguesa aos comerciantes que encarecia os produtos locais, como o açúcar e o algodão, cujos preços já estavam em baixa no mercado mundial, o que diminuía portanto, seu poder de concorrência no mercado internacional. (Lima Sobrinho, B. 1963 pp. 19 – 26) Logo, os comerciantes, representantes da classe média, entendiam que a intermediação colonial era a responsável pelo desconforto econômico e material que acometia-os. A saída para a crise, entendiam os revoltosos, seria um levante que finalizasse com a independência de Pernambuco e a instituição de um governo republicano. O que não houve pela intervenção de milícias lusas. Escreve Lima Sobrinho sobre o levante: *"a respeito da Revolução Pernambucana de 1817, que foi uma revolução nativista, uma revolta contra a exploração econômica, resultante da sujeição política."* (*ibidem* p.26)

⁵² Não trataremos aqui de recuperar os ataques feitos contra Palmares, e da valentia dos palmarinos no enfrentamento as diversas expedições organizadas para aniquilá-lo, pois não é nosso objetivo e porque Moura não tem nada a acrescentar a historiografia destas lutas.

Nesse íterim, de que a Revolução Pernambucana não teve como seu propósito alterar a estrutura da sociedade colonial, encontramos também nas acepções de Sérgio Buarque de Holanda, observando o caráter pouco radical deste levante:

“A própria revolução pernambucana de 1817, pode-se dizer que, embora tingida de ‘idéias francesas’, foi, em grande parte, uma reedição da luta secular da natural da terra contra o adventício, do senhor de engenho contra o mascate. Vitoriosa, é pouco provável que suscitasse ‘alguma transformação verdadeiramente substancial em nossa estrutura político-econômica. Sabemos bem que, entre os condutores do movimento, muitos pertenciam de fato à chamada nobreza da terra, e nada indica que estivessem intimamente preparados para aceitar todas as conseqüências de seu gesto, despindo-se das antigas prerrogativas. (...) É difícil, em todo o caso, negar qualquer parcela de sinceridade ao documento em que manifesta sua áspera repulsa à tendência, ao menos teórica, de uma revolução que pretendia abolir todas as barreiras sociais, nivelando-o, e aos demais membros da classe superior, com as camadas ínfimas da população.” (Holanda, S.B. 1995 p.86)

O enfoque que não pode passar despercebido em Moura é o de que o povo, composto majoritariamente por escravos e ex-escravos, novamente vislumbrou nessa revolta o fim da escravidão, bem como lutou para concretizar tal vontade. É sabido que o nordeste esvaecia em meio a miséria proveniente do arroxado dos fomentos reais e do aumento de impostos impingido pela coroa portuguesa, e para agravar a situação, a região foi acometida por uma enorme seca, dando o tom de penúria e desespero à população em geral, que imprecava, em vão, por providências. Surgiram duas facções na revolta, uma composta por escravos e líderes revolucionários do povo, que pregava além das mudanças políticas o fim da escravidão; e a outra trazia em suas fileiras proprietários de terras e comerciantes que pretendiam a implantação de um governo republicano, com direitos iguais à todos os cidadãos, entendendo por cidadãos homens livres, não incluindo os escravos. Pois essa suposta nova república, estaria acima de tudo garantida a propriedade privada de bens, incluindo como bens também os escravos. Nessas circunstâncias distas das duas alas revoltosas com propósitos distintos, degradingola-se em sua base o levante. Chiavenato sobre as facções divergentes dos revoltosos de 1817, escreve:

“As divergências ideológicas dos seus líderes impedem um acordo sobre os escravos. Grandes senhores naturalmente não aceitavam os negros como cidadãos livres e combatiam os republicanos liberais. Isso se refletiu na formação do exército revolucionário, que não pode aproveitar os negros na resistência contra os portugueses. Os brancos temiam que os negros, uma vez armados e ‘cheios de importância’, fizessem a ‘sua revolução’. Tal temor ia tão longe que um dos abolicionistas mais radicais, Domingos José Martins, foi morto numa emboscada. (...) Acenava-se com o ‘exemplo’ do Haiti, onde os negros haviam se rebelado. No fundo, os senhores de escravos não queriam correr o risco de perder a sua mão-de-obra. Com isso, com o medo da abolição e de armar os negros, perdeu-se a oportunidade de ter um grande exército, ‘e fazer a revolução’.” (Chiavenato, J.J. 1989 p. 33)

Daí, podemos concluir a importância dos negros no levante, no qual imbuídos numa suposta [talvez mal entendida] promessa de liberdade, impulsionaram-no. Mas tão logo, sua participação e

posição tornou-se perigosa à manutenção da “ordem”, pois, buscavam a extinção do cativo, foram postos de lado, ou melhor, no seu lugar de escravos – animais de trabalho que eram. Portanto, a insurreição tinha como lema a não alteração na estrutura social vigente, ou seja, a manutenção do escravismo.

Sobre 1817, escreve Caio Prado:

“Por ocasião da revolta de 1817 em Pernambuco, durante a qual se estabeleceu naquela província um governo revolucionário que se manteve três meses no poder, a escravidão, se não é abolida, é pelo menos formalmente condenada, e se promete expressamente sua breve extinção. E notamos que a revolta de 1817 contou entre seus elementos com as próprias classes escravocratas por natureza: os proprietários e senhores rurais. Por aí se verifica o caminho andado pela contradição escravista.” (Prado Júnior, C. 1994 p. 147)

Notamos mais uma vez a manobra das elites, buscar seus homens para as fileiras do movimento na massa, ludibriá-los, e se estes fugirem do controle previsto, abortar o intento. Na versão de Caio Prado sobre a Revolução de 1817, há um questionamento por parte da classe média e também da aristocracia sobre a escravidão. Não que a escravidão seria extirpada naquele instante, mas por um momento foi posta na berlinda, pois verificava-se ideais liberais juntamente com a escravidão, isto é, temos estampada uma contradição de posturas, ou como trataremos oportunamente, o famoso “liberalismo às avessas” ou seja um liberalismo tupiniquim.⁵³

Na análise de Saes, a burguesia não se posicionava neste momento a favor, nem em supostos questionamentos, de preposições anti-escravistas e ou abolicionistas. Saes entende que essa burguesia apoiou a conservação do regime devido ao estrutural e, por suposto, imenso alcance da ideologia escravista, caracterizado pela inter-relação propriedade privada e escravos.

“A ideologia escravista dominante declarava que o direito de propriedade sobre um homem – o escravo – era tão ‘natural’ quanto o direito de propriedade sobre a terra ou sobre instrumentos de produção. Esta ‘naturalidade’ da propriedade escrava tendia a ser aceita pelo pequeno burguês, (...) predisposto a defender o princípio da propriedade privada em geral e inclinado, tão somente, a atacar o modo pelo qual era exercido, concretamente, o direito de propriedade (isto é, a ‘propriedade não-fundada no trabalho pessoal’). Para esta classe, portanto, abolir a escravidão equivaleria a abolir a propriedade privada, a ‘riqueza privada’; ela poderia admitir no limite, uma redistribuição da terra e a difusão do pequeno comércio, mas não a liquidação da propriedade escrava.” (Saes, D. 1990 p.324)

E essa inter-relação em si boicotava qualquer atitude da classe média, que seja a favor do fim da escravidão. Proposição que põe em evidência a aceção de Moura que é a da imprescindível relevância da participação dos escravos nos levantes, sem os quais, estes talvez não ocorressem. Nas palavras de Clóvis Moura:

“Cremos, no entanto, com sólidos argumentos, que a contribuição do escravo foi bem maior do que refletem tais documentos [oficiais], pois apenas os mais

⁵³ Esta reinvenção do liberalismo, se apresentou como uma nova modalidade de liberalismo, pois tentava imitar o liberalismo europeu europeizante, numa outra realidade, essa distinta da européia, logo, temos uma reinvenção do liberalismo, ou seja, um liberalismo aos moldes ‘brasileiros’, que trataremos no próximo capítulo.

importantes foram responsabilizados (...) O lastro popular da revolta não podia ser envolvido na rede da Justiça por ser muito mais difícil identificá-lo, ou dele se ocupar, quando havia muito figurão a ser detido e julgado.” (Moura, C. 1988 p. 88)

Moura relata em sua análise sobre a revolução de 1817 que a participação do escravo será de menor importância comparada a Inconfidência Baiana, mas que pode-se ver grande número de escravos lutando por uma república independente e, todavia, pelo que entendiam poder ser, uma forma de alcance de sua liberdade. Clóvis Moura nos chama a atenção para a incisiva incitação dos cativos feita pela camada média da população, dado seu caráter per se “revolucionário”.

“No trabalho de aliciamento foi visível o interesse que os organizadores do movimento tiveram pelo elemento servil ou pelas camadas a ele diretamente ligadas.” (Moura, C. 1988 p. 86)

Concluimos que o escravo, mesmo como massa de manobras, foi de grande valia para o levante. Para Moura o escravo participou desse levante de duas maneiras: a primeira obediente aos mandos de seu senhor e sem consciência da importância de sua participação para tentar liquidar a escravidão, e a segunda de uma forma consciente, lutando fervorosamente no propósito de por fim a escravidão. Escreve Moura:

“A primeira forma de participação mostra o escravo alienado, ainda ideologicamente estruturado nos quadros institucionais que vigoravam, isto é, participando sem se transformar em elemento de negação do sistema escravista, mas, pelo contrário, através da sua obediência às ordens senhoriais, dando (paradoxalmente) substância ao regime. A outra forma de participação leva o escravo a se negar como tal – ao transformar-se em quilombola – e se inserir como elemento de negação da ordem escravista.” (Moura, C. 1988 p. 89)

Criticamos esta proposição de Moura pois, o escravo poderia muito bem utilizar de outras armas, menos radicais, para negar o sistema no qual estava inserido. Quero dizer que não é por que o escravo atendia as ordens do seu senhor, que ele era menos consciente de sua situação de cativo. Pode ser que utilizava a obediência como arma para num momento mais oportuno, para dentre outras ações fugir, ou por fim em sua vida num sinal de protesto contra sua situação, ou até para matar seu feitor ou senhor. Até pode ser que realmente esse escravo não possuía uma consciência de negação do sistema, devido a sua proximidade com seu senhor, devido logicamente ao grandioso e eficiente aparelho ideológico da escravidão. Mas, em nossa acepção, o que não podemos fazer é generalizar as ações dos escravos, medindo de acordo com elas sua menor ou maior “alienação” como quer Moura. Isto é, de um lado encontra-se um elemento consciente, caracterizado naquele que incisivamente age de maneira radical, mediante uma situação concreta, contra os mandos de seu senhor, e do outro temos o “alienado”, aquele que os obedece. Acreditamos, que os escravos eram por si contra a situação na qual foram postos, só que agiam de acordo com a conjuntura na qual viviam, quero dizer que, todos eles possuíam o gérmen da insatisfação, logo, da rebeldia, só que esse gérmen se afluava ou não, em momentos diferentes para tal ou qual cativo, levando em consideração claro, o poder ideológico da estrutura escravista, o tratamento que lhe era dado, e os

fatos sociais cotidianos que possibilitava uma gama de comportamentos, inclusive o de se rebelar em tal ou qual momento e tornar-se um elemento radical contra o sistema. Mas sem dúvida alguma, era preciso muita coragem para tornar-se elemento radical, muitos cativos tiveram essa valentia e deixaram no solo brasileiro seu sangue em prol da liberdade de um povo, que veio a construir o ser brasileiro. O que salientamos de suma importância na sua inteligência, na qual concordamos, é o caráter proto-abolicionista dos escravos que se juntavam em quilombos ou se rebelavam contra seus senhores, nos diversos momentos da história da escravidão e bem antes da instituição do movimento abolicionista. Isto sim é de efetiva relevância para que possamos entender e valorizar essas ações, que, desde logo, vieram a contribuir para liquidação da escravidão no país. Portanto, os longos séculos de escravidão, pululados de incontáveis lutas negras pelo fim do cativeiro, abalaram sem sombra de dúvida a estrutura escravista, o que facilitou sobremaneira o seu débacle em fins do século XIX.

Capítulo III

O Brasil Império e suas contradições

*A montanha de longe pode evocar a estabilidade tranqüila do azul, mas de perto é só “aspereza, precipício, perambeira, bossoroca, mata hispida tramada de cipós e arranha-gato. E não é azul.” O verdadeiro intelectual deve negar o azul em prol de preciosas e distintas cores que só serão apreciadas com uma aproximação destemida.
(baseado em Monteiro Lobato)*

A questão agora era um Brasil atrasado e conservador e uma Europa adiantada e moderna. Contudo, para o país também alcançar a “modernidade”¹ era necessário se aproximar ao máximo de tudo que era europeu, desde aspectos sócio-culturais até político-ideológicos. Haja vista o Brasil passou a importar modos, jeitos e trejeitos do velho mundo, e é neste momento que entraremos no período da história ao qual topamos com um fenômeno, a crescente urbanização², que inevitavelmente trará novas questões e conflitos por discutir.

O período colonial tem praticamente fim com a chegada em 1808 da corte portuguesa no país. É justamente neste momento envolto por uma crescente urbanização e conseqüentemente modernização, que a elite dominante questiona a atual situação de colônia, desde logo, buscando a criação do Estado Nacional brasileiro³.

Caio Prado Júnior caracteriza o período de 1808 a 1850, como sendo a “Era do Liberalismo”. Segundo ele a desagregação do império ibérico culminou com a independência das colônias americanas. Estes fatos para que viessem a ocorrer sofreram atuação de forças condicionantes externas e internas ao então sistema colonial, ou melhor dizendo, sistema capitalista mercantil. No âmbito externo, vinha ocorrendo um importante fator circunstancial da libertação colonial, que foi a profunda transformação econômica ocorrida durante a segunda metade do séc. XVIII, que resultou no aparecimento do capitalismo industrial que “toma logo tamanho vulto que ofusca o capitalismo comercial e assume cada vez mais o domínio da economia européia.”(Júnior Prado, C.1994 p.124) Esta transformação econômica, podemos dizer, é mais um rearranjo do capitalismo mundial e terá como resultado o declínio do antigo sistema representado pelo pacto colonial, essência do

¹ Entendida também como civilidade, tendo por base os moldes europeus.

² É no alvarar das cidades que se fecunda a idéia de uma escravidão brasileira mais amena que a norte-americana. Gilberto Freyre em sua acepção evidencia que com a transferência do ambiente da casa-grande para o dos sobrados, houve desde logo uma aproximação do senhor com seu escravo, que devido a uma maior convivência, resultou em laços cordiais e de amizade, resultado este do tratamento paternalista dado ao cativo, que se transformava em membro de uma dada família. Essa proposição Freyriana é contestada por Moura que não vê ligação alguma entre escravidão, que é um regime essencialmente amparado na violência, e que recorre a ela para se manter, com aspectos de temperança e brandura de um suposto escravismo brasileiro de trato suave. Completa que escravidão supõe violência, violentar a vontade de um indivíduo para que ele possa forçosamente servir outro, logo é o fim da liberdade. E scores de escravidão, que de um lado encontra-se a mais violenta e no seu oposto a amena é em si uma contradição. (Moura, C. 1988, 1994)

capitalismo comercial. Já para esse capitalismo industrial que nasce com extremo vigor, o que lhe diz respeito é colocar seus produtos nos mercados mundiais, ou seja, é a era do “livre mercado”, e em face disto, não tinha interesse no comércio pactuado entre colônia e metrópole como vinha sendo feito.

“O último quartel do século XVIII veria a decadência da mineração do ouro no Brasil. A Inglaterra já havia, sem embargo, entrado em plena revolução industrial. As necessidades de mercados cada vez mais amplos para as manufaturas em processo de rápida mecanização supõem nesse país o abandono progressivo dos princípios protecionistas.” (Furtado. C. 2000 p. 32)

Portanto, o desembarque da família real no Brasil significava o rompimento cada vez mais efetivo dos laços que ligavam o Brasil à metrópole. A sua instalação, a nova política por ela elaborada e a subsequente emancipação da colônia, assinalam uma nova fase da história brasileira. Embora se conserve a estrutura montada no sistema colonial, isto é, um organismo econômico primário, destinado a produzir gêneros tropicais para o comércio internacional, entramos numa nova fase, marcada por antagonismos que levará a uma evolução contraditória. Proposição esta pensada por Caio Prado Júnior, que Clóvis Moura endossa veementemente. Uma destas contradições, e a de maior peso, é a manutenção da escravidão, que após a independência reforça-se devido a chegada ao poder político da classe dos proprietários rurais, maiores interessados pela manutenção deste sistema, que constituía ainda a mola mestra da então economia brasileira.

Moura também concorda com o caráter anacrônico da manutenção do escravismo no país independente, e completa que: *“Em pleno apogeu do capitalismo industrial, (...) o modo de produção escravista no Brasil era um entrave estrangulador ao seu desenvolvimento.”* (Moura, C.1988 pp. 21, 22)

De fato, para a esfera dominante a então realidade social não poderia ser modificada com um novo modelo político. Portanto, os então senhores latifundiários organizaram-se de todas as maneiras para manter seu status econômico e agora político, impedindo a mudança radical das normas em vigor que norteavam a sociedade, para evidentemente manter a vida como ela era, ou seja, o continuísmo da organização social vigente.

Clóvis Moura não entra no mérito da burguesia no país, se esta provinha de pólos distintos de capital nacional ou internacional, se o senhor escravocrata era burguês ou não⁴. Ele apenas utiliza o termo classe dominante e elite para caracterizar a esfera administrativa e a classe aristocrata – grandes senhores de terras e escravos, que posteriormente englobaria a classe média, entendida pelo autor como sendo os comerciantes. Em alguns momentos Moura faz distinção entre uma e outra

³ Brasileiros do então partido Liberal questionavam a presença de portugueses no país, na administração, comércio e pequenas manufaturas e buscavam emancipar a colônia com vistas num aumento de seu poder político e principalmente econômico.

⁴ Há uma grande discussão sobre esse tema e apenas para exemplificar, Florestan Fernandes afirma que o senhor de engenho não era burguês: sua atividade resumia-se à forma assumida pela apropriação colonial, ocupando uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária, realizada no mercado europeu fundamentalmente. (Fernandes, F. 1975)

esfera dominante a título de caracterizar algumas idéias divergentes, mas não se delonga na análise porque seu objeto de estudo é a contradição fundamental: classe possuidora dos meios de produção, portanto, os privilegiados detentores de cativos e a classe dos escravos. Moura não faz distinções desta congêrie social dominante que existia no país, principalmente após 1808, com a chegada de administradores e profissionais liberais; apenas aglutina-os num grande grupo, identificando-os pela maneira com a qual polarizavam certas posições, isto é, do modo como reagiam aos ditames da sociedade escravista; exemplificando: como entendiam o uso da violência como meio de controle dos escravos, da emergência de movimentos insurrecionais, do antiescravismo, etc.

Havia, para Moura também a esfera dos homens livres. Alguns homens viviam no entorno desse sistema, eram homens livres sem bens que sobreviviam às margens do escravismo, prestando algum tipo de serviço para os senhores escravocratas. Segundo o autor eram *“milhares de pessoas que viviam praticamente em condições de escravos.”* (Moura, C. 1988 p. 68) Entre estas pessoas estavam negros e mulatos, que por alguma condição, se encontravam alforriados, e em sua concepção *“não eram outra coisa senão escravos disfarçados”.* (op.cit., p. 69) Esse entendimento é devido, acreditamos nós, as circunstâncias nas quais esses homens aceitavam uma jornada de trabalho pesada, e ou pagamento precário. Excluídos do sistema escravista estavam os ex-escravos leprosos⁵ que vagavam pelas estradas a esmolar, homens arruinados nos negócios que bêbados percorriam os caminhos, mendigos, os índios etc.

Verifica-se logo, que o intuito de Moura ao focar a questão, não é discutir sobre a classe burguesa ou dominante e sim analisar os resultados econômicos, políticos e sociais da desumana atuação da escravidão, principalmente com relação aos negros e não-brancos.

Com o propósito de apartar os escravos do novo horizonte político que se iniciava, foi outorgada a Constituição de 1824⁶, primeira do então Império, havia dentre outras medidas⁷ a exclusão dos escravos da nacionalidade, desde logo da condição de cidadãos. Nas palavras de Décio Freitas: *“Desse modo, com sua classe trabalhadora reduzida ao cativo, o Brasil independente se caracterizou como uma nação inconclusa.”* (Freitas, D. 1982 p. 85)

Clóvis Moura identifica e corrobora que o Estado brasileiro foi formado sobre uma base racista, daí os inúmeros problemas que carrega, pois não teve uma base horizontal e igualha. Portanto, considera que o racismo não surgiu como quer vários autores no final do século XIX, com a Abolição,

⁵ Muitos senhores ao perceberem que um escravo possuía lepra, alforriava-o imediatamente e o expulsava da fazenda, para evitar que a doença contaminasse a senzala, e ele perdesse mais peças.

⁶ *“(…) a Constituição de 1824. A Carta, apesar de outorgada por um gesto autoritário de Pedro I, satisfaz à maioria dos novos pactários que detinham, de fato, o poder decisório da recente nação. Era uma aliança entre os direitos dos *beati possidentes* e os privilégios do monarca. (...) A Carta virou um pendão sacralizado pela aura dos tempos heróicos da Independência. Por trás do seu pesado biombo auriverde, onde os mesmos fios de seda bordavam ramos de café e de fumo e o escudo dinástico dos Bragança, aninhavam-se o voto censitário, a eleição indireta e o direito inviolável à propriedade escrava.”* (Bosi, A. 1993 pp. 203 e 204)

⁷ Instituição do Poder Moderador, que reforçou o poder pessoal do imperador, mas que não deixou de resguardar os interesses dos senhores de terras e escravos.

e sim o que floresceu nesse período foi a noção de raça biológica, ou melhor a concepção científica⁸ de raça, legitimando a superioridade da raça branca e solidificando um racismo já intrinsecamente existente. (Moura C.1994)

A base racista do Estado Nacional, se deu também⁹ pela ausência de uma classe urbana dentro do possível “esclarecida” para serem recrutados os possíveis servidores da administração imperial.¹⁰ Logo, assumiram a função pública, os homens disponíveis que eram pertencentes à esfera dominante dos senhores rurais. A mentalidade que possuíam era proveniente da experiência da qual provinham, a de grande produtor-exportador, essencialmente escravocrata e por suposto, *ipso facto*, racista. Estes ao assumirem seu cargo transferem o modo de administração da sua propriedade para a administração do Estado. Esbarramos na questão da política patriarcalista¹¹ provinda das raízes agrárias brasileiras, que sofreria de alguma mudança a partir da urbanização, da cada vez mais intensa vida nas cidades, e concomitantemente do surgimento do indivíduo, que apresenta-se dissociado dos laços primários de convivência, e dissolvido numa teatralidade impessoal que é a cidade. Mas mesmo com o alvorecer da vida urbana o racismo permanecerá, e se acentuará, já que é uma das bases da criação do Estado-nação, tornando-se a grande nódoa imposta pelos brancos aos negros.

“Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas.” (Holanda, S.B. 1995 p.78)

O escravismo foi o *ethos continuum* também na formação do país independente, e as lutas, rebeliões e manifestações de descontentamento dos cativos deram o tom incômodo a então administração política, a econômica e a ordem sócio-cultural do Estado Imperial.

“Desta forma, tínhamos uma sociedade que se organizava em todos os seus níveis para impedir que houvesse um processo de mudança qualitativo, através do qual se desestruturasse esse bloco de poder que mantinha o escravismo. Com isto os níveis de desajustes se ampliavam e ficavam cada vez mais agudos à medida que o escravismo, de um lado, entrava em contradição com o ritmo da dinâmica social que se processava, e de outro, os senhores de escravos agiam

⁸ “(...) os negros também podiam ser mantidos no cativeiro em nome da limitação em sua organização cerebral, em nome da ciência.” (Alencastro, L.F. 1997 p. 82 *in* Alencastro, L.F.(org.)1997)

⁹ Observa Arendt, “A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas na século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX.” (Arendt. H.2000 p. 188) Logo, a autora entende que o racismo reforçou a ideologia da política neocolonialista e posteriormente imperialista. Analisamos que o racismo é também base da política colonialista de fins do século XV.

¹⁰ Saint-Hilaire “comentando o comportamento político dos brasileiros em geral, afirmava que não tinham opinião política formada, nem conhecimentos sobre administração. Os habitantes das províncias divergiam não por motivos ideológicos, mas pelas rivalidades entre cidades, ódios de família, preferências individuais ou “quejando motivos mesquinhos quanto esses’.” (*apud.* da Costa, E.V.1995 p. 100)

¹¹ A política patriarcalista, evoluiu, se podemos expressar assim, para uma política patrimonialista, é o que Weber ressalta a dominação patrimonial é um caso específico e um desdobramento proveniente da estrutura patriarcal. (Weber, M. 1974 e 1999)

no sentido de impedir essa mudança exigida pelo desenvolvimento das forças produtivas.” (Moura, C.1988 p. 24)

Desse modo além das lutas individuais dos escravos contra a sua situação de cativos, como fugas, suicídio, etc., que Moura denomina-as de formas passivas¹², os escravos participaram ativamente, é claro dentro de suas limitações, de movimentos políticos no Império com a quimera de sair daquela condição subumana. Mesmo sem uma consciência política e crítica da realidade formada, participavam destes levantes vislumbrando uma ilusão de liberdade, juntamente com uma possível igualdade econômica e social, provindas com a independência do país. Sobre as lutas pela independência sublinha Moura a participação derradeira dos escravos: *“Era a última vez que entravam na composição de forças sociais que desejavam a independência e mais uma vez, conseguido o objetivo daqueles setores que se empenhavam dentro dos quadros institucionais do latifúndio escravista, ficavam marginalizados após a vitória.” (Moura, C.1988 p. 91)*

Com relação as lutas pela independência, Moura ressalta a grande participação dos escravos, de norte a sul do país¹³, fazendo parte do contingente do exército libertador como também compondo as fileiras do exército luso. Ao pensarmos sobre o papel ativo dos cativos na emancipação do Brasil, relatado pelo nosso autor, topamos com estudos do historiador José Honório Rodrigues, no qual podemos perceber o escamoteamento do papel ativo do escravo mesmo em lutas anticoloniais. Percebemos que não só Honório Rodrigues, mas outros historiadores e cientistas sociais fizeram vistas grossas para o fato da enorme participação dos cativos nas lutas, mas por outro lado, alguns colaboraram para desmistificar a passiva e conservadora história oficial¹⁴. E um representante desse grupo é Rodrigues nos revelando que: *“Foram os soldados da Independência, obscuros líderes cujos nomes se perderam através do tempo, os grandes obreiros da unidade política e da integridade territorial nacional. Milhares de pessoas sem nome, agindo com maior ou menor consciência, se constituíram, com seus comandantes, numa força social. (...) Um exército improvisado fez muito mais do que dele era lícito esperar. Unidos, povo e exército, se constituíram numa força revolucionária que acabou com o jugo colonial.” (Rodrigues, J.H.1975 p.31)* Nesta citação fala-se em povo e exército, mas quem era o povo neste íterim senão os escravos. Para Moura o que impulsionava os escravos

¹² Para Moura destacam-se as lutas dos escravos em duas categorias as passivas e as ativas e assim as subdivide: “Formas passivas: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo) 2) o assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos 3) a fuga individual 4) a fuga coletiva 5) a organização de quilombos longe das cidades. Formas ativas: 1) as revoltas cidadinas pela tomada do poder político 2) as guerrilhas nas matas e estradas 3) a participação em movimentos não escravos 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras 5) a violência pessoal ou coletiva contra senhores ou feitores.” (Moura, C. 1988 p. 273)

¹³ “A guerra da Independência se estendeu do Norte à Cisplatina, mobilizando brasileiros nascidos em todas as províncias. Foi uma luta armada de âmbito geral, que durou onze meses de sangrentos combates. Os soldados paulistas e mineiros participaram no Rio de Janeiro da expulsão das tropas do general Jorge Avilez. As milícias pernambucanas se deslocaram para a Bahia, onde ajudaram a derrotar as tropas do general Luís Madeira de Melo. Os combates do Ceará e do Piauí avançaram até o Maranhão para esmagar a tenaz resistência reinol. Os gaúchos se levantaram contra as tropas portuguesas e, no Uruguai, as forças brasileiras, sob o comando do General Carlos Frederico Lecor, dominaram o exército metropolitano.” (Machado, L.T.1980 p.98)

¹⁴ Independência como uma política de gabinetes. “A independência se faz, então, a partir de uma transferência pacífica do poder metropolitano para o brasileiro, executada competentemente pela “classe dominante”.” (Mazzeo, A.C.1989 p. 124)

a participar do levante, era a possibilidade de se libertar do jugo da escravidão, e o bode expiatório eram os portugueses. Foi colocado para os cativos que a escravidão estava singularmente ligada com a situação de colônia, no qual encontrava-se o país. Logo, o escravo lutou contra a metrópole portuguesa provedora da escravidão, e contra os brancos lusos que os colocaram na então situação. Mas por outro lado, os brancos anticolonialistas também lutavam contra o domínio português. Então escravos e não-escravos revoltaram-se, com propostas distintas contra um mesmo inimigo. Moura conclui que, visto que esse levante não era oriundo de um conflito de classes, o importante é ressaltar que *“o escravo [mais uma vez] participou, dando seu labor e o seu sangue ao procurar abrir e alargar as trilhas da nossa formação como nação”* (Moura, C.1988 p.94), mesmo não tendo plena consciência de seu papel e imbuído nas brumas utópicas de uma promessa de liberdade.

Segundo Décio Freitas foi *“graças à conquista da soberania nacional que os escravocratas brasileiros puderam assegurar ao tráfico e à escravidão uma sobrevivência sem similar em todo o Novo Mundo.”* (Freitas, D. 1982 P. 79) Pensemos: soberania nacional ou jeitinho brasileiro, pois nunca houve na opinião de Clóvis Moura¹⁵ um Brasil soberano no sentido contemporâneo de soberania¹⁶, então, não podemos mais utilizar o conceito clássico de soberania para os países formados no contexto do capitalismo industrial, a partir do século XIX. Logo, não seria devido a uma soberania que o comércio de escravos prosseguiu. Foi sim devido a interesses escusos e lucrativos de senhores de escravos e comerciantes de negros, pois o Estado criou várias leis proibindo o comércio de negros, e mesmo assim ele continuou até 1850 com a última lei, esta proibindo o tráfico e introduzida num outro contexto estrutural do país.

No âmbito político é manifesto o caráter dito “liberal” do então país, mas um liberalismo às avessas¹⁷, pois abrangia um grupo seletivo de pessoas, os senhores de escravos e de terras, portanto, a classe dominante. E esse “liberalismo” para a elite significava apenas o fim dos laços coloniais, nada mais.¹⁸ Na denominação de Alfredo Bosi, um *“liberalismo oligárquico”*, cuja máquina administrativa se voltava para os interesses da classe dominante dos coronéis e barões.

¹⁵ Ver: Capítulo I de *Dialética Radical do Brasil Negro*, Clóvis Moura 1994 Editora Anita – São Paulo, onde Moura deslinda sobre as características do Escravismo Pleno e Tardio, e também coloca a discussão do racismo velado à brasileira, e das artimanhas do Estado para colocar o negro, a cada novo momento da história social, quer construindo simbolismos negativos e/ou ideologias, num lugar de inferioridade perante os brancos, estes sempre superiores.

¹⁶ “Teoricamente, com o prevalecer das teorias constitucionalistas; praticamente, com a crise do Estado moderno, não mais capaz de se apresentar como centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, único protagonista na arena internacional. Para o fim deste monismo contribuíram, ao mesmo tempo, a realidade cada vez mais pluralista das sociedades democráticas, bem como o novo caráter dado às relações internacionais, nas quais a interdependência entre os diferentes Estados se torna cada vez mais forte e mais estreita, quer no aspecto jurídico e econômico, quer no aspecto político e ideológico. Está desaparecendo a plenitude do poder estatal, caracterizada justamente pela soberania.” (Bobbio, N., Matteucci, N. e Pasquino, G. 1995 p.1187)

¹⁷ Na acepção de Reis sobre as intelecções de Florestan Fernandes a respeito das tais idéias liberais, deslinda que as idéias liberais estavam mais do que em seu lugar, e foram “muito eficazes, embora selecionadas, apoiaram a construção do Estado nacional em um país destituído das condições elementares mínimas de uma sociedade nacional. O liberalismo apoiou as elites na sua luta contra os interesses da Coroa, como ideologia; como utopia, ele as apoiou na criação de um projeto de Estado e sociedade nacionais. (...) Para F. Fernandes, o liberalismo teve um papel muito produtivo.” (Reis, J.C. 1999 p. 222)

¹⁸ De acordo com Antônio Carlos Mazzeo, houve uma falta de condições históricas que pudessem redirecionar a independência à uma ruptura de cunho revolucionário com a estrutura sócio-econômica colonial. E isso possibilitou que a

“Lá, [Inglaterra e França] uma política utilitária amarrou-se estruturalmente à espoliação sem nome do novo proletariado. Aqui, o nosso ideário constitucional se nutriu do suor e do sangue cativo. Cá e lá os poderes cunharam a moeda fácil do nome liberal.” (Bosi, A.1993 p. 204)

Antônio Candido denomina o liberalismo brasileiro de um *liberalismo ornamental*. E Sérgio Buarque observa a ausência de um espírito verdadeiramente democrático na vida política brasileira, quando escreve:

“A democracia no Brasil foi sempre um mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos.” (Holanda, S.B. 1995 p. 160)

As idéias liberais deturpadamente foram utilizadas também como um exemplo a não seguir, considerando para isso os processos de emancipação dos Estados Unidos e Haiti. Segundo a então classe privilegiada, na Revolução Americana, ficou claro que quando há participação popular no processo, encurtam-se demasiadamente os privilégios e o poder da classe dominante. E no caso do Haiti, mostrou que deve se ter cuidados com as idéias revolucionárias, pois estas *mal empregadas pelo povo*, destroem não só uma classe, ‘mas um país’.

O Estado brasileiro tornava-se, desse modo, um centro do conservadorismo, artífice da manutenção de privilégios da antiga classe dominante, mantendo um aparelho político que visava mais a impedir transformações do que implementá-las, prescrevendo doses homeopáticas de cunho progressista ao incipiente país. (Moura, C. 1988)

Por conseguinte, o processo de urbanização ao mesmo tempo que solapava o mundo rural, não criava por si um novo modelo de sociedade, pois não destruía ou fazia desaparecer por completo os valores do passado. É como se criasse um vácuo, um vazio, um “não sei o quê”, que por sua vez retardava o processo de mudanças. A razão para este não sei o quê, vazio talvez, devesse ser buscada nas ainda fortes características do passado rural que embora decadente, permeava a formação do Estado brasileiro fornecendo aos seus principais quadros burocráticos e na sobrevivência do personalismo e do caudilhismo, e que o interesse privado prevalecesse sobre o interesse público. Logo, os valores do atraso insistiam em sobreviver em meio às transformações provocadas pelo lento deslocamento do centro dinâmico rural para o urbano, e da economia baseada somente na agricultura, para uma economia agroindustrial e de serviços.

Retomando Sérgio Buarque, podemos dizer que nesta nova fase que se inicia, o Império, apesar da força da urbanização que vai destruindo o predomínio agrário, o passado permanece no presente, pois não se coloca efetivamente nada em seu lugar. (Holanda, S.B. 1995)

Clóvis Moura também observa que não houve um projeto político-social de reestruturação para o país, com um conjunto de medidas claras direcionadas para criar um outro modelo de sociedade. Daí a permanência de especificidades e instituições vindouras do passado colonial que dava a forma arcaica e conservadora do então Brasil Império. Com a independência “*apenas houve uma transferência dos mecanismos reguladores do sistema para o Estado Nacional.*” (Moura, 1994 p. 48)

Com o Império e a abertura dos portos às “nações amigas”, dá-se início a uma progressiva urbanização e europeização do país, com a importação de utensílios e quinquilharias que expressavam o “progresso” do velho continente¹⁹, e representava em terras tupiniquins para aqueles que as possuísse mais que um comodismo, conferia status²⁰. Contudo, sabemos que essas mudanças ou *modas* atingiam apenas a esfera dominante. Era tal o grau de imitação dos *modus vivendis* europeu que mesmo num clima tropical, pais da aristocracia vestiam seus filhos, crianças de apenas cinco anos como adultos e ortodoxamente de um modo com que parecessem europeus, como relata Freyre: (Freyre, G. 1963)

“O brasileiro, mal saído das sombras do sistema patriarcal e da indústria caseira, deixou-se estontear da maneira mais completa pelos brilhos, às vezes falsos, de tudo que era artigo de fábrica vindo da Europa.” (Freyre, G. 1963 p. 339)

“*Essa modernização era, portanto, sociologicamente ambígua.*” (Moura, C.1994 p.63) De acordo com Moura, os escravos estavam privados dessa modernização material que emergia no país com o advento da urbanização, porque encontravam-se totalmente alijados dos direitos de cidadãos. A explicação visível para isso é que, essa modernização material era feita conservando os mecanismos estruturais da estratificação social brasileira brancos pertencentes a classe dominante, elite aristocrática, senhores logo possuidores de bens materiais, e de homens negros na condição de escravos, cativos, reles serviçais desapossados.²¹ (Moura, 1994)

“Desta forma, tínhamos uma sociedade que se organizara em todos os seus níveis para impedir que houvesse um processo de mudança qualitativo, através do qual se desestruturasse esse bloco de poder que mantinha o escravismo.”

¹⁹ Os ingleses não trazem apenas mercadorias que se tornariam indispensáveis para brasileiro da época como pão e cerveja ou tecidos e luz elétrica, eles trazem também a máquina numa sociedade até então movida a tração animal. A produção de riquezas através do domínio da natureza é um desafio fundamental para qualquer forma de sociedade. Não é difícil imaginar a impressão causada por essas máquinas que faziam com vantagens o trabalho de centenas de homens. O fascínio e admiração daí decorrentes explica em parte a transformação social radical causada pela europeização, essa grande revolução brasileira do século XIX, seja na estrutura produtiva, seja na reorganização do espaço público e privado, seja ainda na dimensão do comportamento individual.

²⁰ Verifica-se o status que certos utensílios ofereciam aos seus donos, mas que não tinha, em alguns casos, utilidade: “Aluga-se um lindo piano inglês, por não se precisar dele”,(...) Se não precisava, por que comprou? Porque dava status, porque era moda.” (Alencastro, L.F. 1997 p.47 in Alencastro, L.F. (org.) 1997)

²¹ É interessante percebermos o preconceito de cor e a estratificação social num caso noticiado “em 1858 pelo Jornal do Comércio (...) O artigo intitula-se “Escravo branco” e diz o seguinte: “Apresentou-se ontem na Praça do Comércio um homem branco, de olhos azuis e cabelos louros, de 25 a 26 anos, que jaz no cativo e pedia uma subscrição para comprar a sua liberdade. As pessoas presentes mal podiam acreditar que esse homem fosse escravo”. Feitas as verificações, constatou-se que o homem estava falando a verdade. Imediatamente os passantes organizaram uma coleta e conseguiram os 1600 contos de réis para alforriar o escravo branco. (citado por Alencastro, L.F. 1997 p.88 in Alencastro, L.F.(org.)1997) (...) Á diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativo com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco.” (*idem, ibidem*)

Com isto os níveis de desajuste se ampliavam e ficavam cada vez mais agudos à medida que o escravismo, de um lado, entrava em contradição com o ritmo da dinâmica social que se processava, e de outro, os senhores-de-escravos agiam no sentido de impedir essa mudança exigida pelo desenvolvimento das forças produtivas.” (Moura, C. 1988 P.24)

Nesse contexto, os canais ideológicos de dominação eram exercidos de forma despótica, os códigos, as leis, os tribunais, as milícias, as instituições políticas objetivavam manter a normalidade social no caso, a permanência da ordem escravista.²²

“O Governo Imperial era, no particular, o órgão que – através do Estado – mantinha a situação de imobilismo social, interferindo, pela repressão, todas as vezes que o escravo, usando de violência (pois não havia outro canal ponderável de resistência e de proposta de mudança social), procurava influir como agente dinâmico para modificar o status quo.”(...) “Do ponto de vista estrutural, no entanto, o que se viu foi a consolidação desse modo de produção [escravista] com o fortalecimento da classe senhorial. O aumento da importação de escravos e a dinamização da política de exportação é um sintoma disto.” (Moura, C. 1988 p. 24)

Quando Moura se refere ao fortalecimento da camada senhorial, com a Independência, refletimos que o autor refere-se a permanência do escravismo no Império, devido a continuidade e institucionalização legal da escravidão na então configuração do país, apoiada em leis e códigos estatais. Então tendo em vista que *“o trabalho escravo era um fator estrutural da economia brasileira tanto que o seu controle interno fazia cada vez mais rígido.”* (Bosi, A. 1993 p.205)

O Primeiro Reinado transcorre mantendo os privilégios a quem *de direito*, que eram por sua vez os senhores rurais e urbanos. É mantido o escravismo e a economia agroexportadora. Também é nesse ínterim que vem definindo a exportação de açúcar nordestino e começa vir à luz a vultosa civilização do café. Quanto aos negros, a luta continuava quer passiva ou ativa, a rebelião negra atormentava a classe senhorial, vis-à-vis que a escravidão aos negros. Sobre o solapamento do sistema escravista pela rebeldia negra, Clóvis Moura nos revela que:

“Desta forma o escravo fugido ou ativamente rebelde desempenhava um papel que lhe escapava completamente, mas que funcionava como fator de dinamização da sociedade. As formas “extralegais” ou “patológicas” de comportamento do escravo, segundo a sociologia acadêmica, serviram para impulsionar a sociedade brasileira em direção a um estágio superior de organização do trabalho.” (Moura, C. 1988 p.269)

Para o autor, o agente principal da futura mudança estrutural na sociedade brasileira são os quilombos e seu protagonista o quilombola, que, mesmo não tendo consciência disso, negava o

²² Podemos também lembrarmos da análise de Roberto Schwarz em sua análise do *liberalismo* na sociedade brasileira em disparidade com o escravismo. A idéia de Schwarz é que no Brasil a idéia de liberalismo é duplamente falsa, por que retrata um falso quadro da realidade a partir dos interesses de uma determinada classe – a classe dominante. Havendo pois uma falta de correspondência entre a representação e seu contexto concreto. Então entende Schwarz que as idéias estariam *“fora do lugar”*, pois esse ideal de igualdade e liberdade de trabalho do liberalismo europeu que encobre a dominação burguesa, não cabe num Brasil agrário e escravista, estas idéias estão logo, deslocadas pois não representam a aparência, que dirá a realidade do país no início do século XIX. (Schwarz, R. in Estudos Cebrap 1973) A análise de Carlos Guilherme Mota, parte para outra interpretação do liberalismo, que não seria portanto uma *idéia fora do lugar*, e sim uma idéia acima

sistema escravista. Solapava com sua atitude rebelde as bases materiais e sociais do sistema, e suscitava concomitantemente uma forma alternativa à este, de modo mais ou menos inconsciente deixando no ar, ou melhor, criando na terra as possibilidades para o fim do trabalho compulsório.

“Nesse processo [o fim do escravismo] é que afirmamos ter o quilombola desempenhado papel importante, não tanto pelas suas intenções ou atitudes ideológicas, mas pelo desgaste econômico e assimetria social que produzia. Esses desajustes produziram-se em cadeia e refletiram-se, quer do ponto de vista de criar necessidade de serem os escravos considerados indesejáveis como máquinas de trabalho, quer pelo próprio ônus que tal procedimento acarretava, abrindo bolsões negativos na economia escravista e onerando consequentemente o conjunto do trabalho escravo.” (Moura, C. 1988 pp.270, 271)

Mas nem todos os escravos eram contestadores de sua situação, havia a contradição, a antinomia dentro da “classe escrava”²³. Aqueles que se acomodavam ao sistema para manterem um cativeiro mais leve, se é que podemos utilizar essa expressão, contentando-se em servir, em obedecer, e por outro lado, em receber menos castigos e até ser ‘considerado’ pelo seu senhor. Moura tinha consciência disso, e não vê nessa contradição o termo da contradição fundamental: seria portanto a contradição dentro da contradição. *“O eixo da dinâmica social desse período passa pelo comportamento do escravo rebelde ou descontente e as medidas das autoridades para impedi-lo. Isto não quer dizer que todo escravo fosse um quilombola ou fugitivo. Em qualquer sociedade dividida em classes a consciência dos seus antagonismos não atinge a totalidade dos seus membros, nem seria isso possível.”* (Moura, C. 1994 p. 20)

Com uma outra interpretação, Lana Lage nos revela que no escravismo há dois níveis de relação do senhor com seu escravo, *“a relação entre a pessoa e a coisa, traduzida na compulsão violenta ao trabalho, do escravo encarado como verdadeiro instrumento de produção, e a relação entre pessoa e pessoa, traduzida nas formas patriarcais de interação, tais como o apadrinhamento e a mercê.”* (Lima, L.L.G, 1981 p.66) Relacionando essa proposição com as de Moura, percebemos que nosso autor não reconhece uma relação pessoa a pessoa, ou seja, senhor e escravo humanizado, ele vê sempre uma relação de pessoa para coisa. Sobre a mercê, do senhor para com o escravo, somente a reconhece nos casos de acomodação do escravo, na sua situação de servidor-obediente, que não deixa de ser um meio acomodatório, de melhor sobrevivência dentro do sistema vigente que se ampara na violência para poder se afirmar e prosseguir.

Moura deslinda que havia uma estratificação no interior das relações escravistas, quer dizer, mais ou menos violentas, e que se apresentavam diferentes de acordo com o produto rural produzido. *“Essa estratificação produzia também uma hierarquia dentro dos quadros da escravidão e influirá, por seu turno, no comportamento do escravo e nas suas atitudes de aceitação ou não da sua*

de tudo eficiente, pois racionalizou a escravidão, perpetuou o patriarcalismo e consolidou a dependência econômica do país com relação aos países que estavam na vanguarda do capitalismo industrial. (Mota, C.G. 1999 pp.199-236)

²³ Lilian M. Swarcz que a palavra classe no século XIX era utilizada para referir-se aos senhores e aos escravos. (Schwarcz, L.M. 1987 p.186)

situação. A maior presença pessoal do senhor com os escravos domésticos, se de um lado aliviava esse setor de trabalhos mais pesados e duros, submetia-os, por outro lado a uma vigilância direta maior.” (Moura, C. 1994 p.43) Para conferirmos essa estratificação, utilizamos do trabalho de Fernando Henrique Cardoso²⁴ donde podemos concluir, ao cruzarmos com a asserção de Moura, a ocorrência de alguns estratos diferenciados na classe dos escravos. Verificamos o tratamento dado ao escravo na estância²⁵ e na charqueada gaúcha, achados colhidos por Cardoso. A estância necessitava de pouca mão-de-obra, logo, de poucos escravos, que com seus patrões dividiam e davam conta da labuta diária de lida com o gado. Já diferentemente nas charqueadas, o senhor apenas administrava e dava as ordens para um grande número de escravos, devido ser o trabalho saladeiro intensivo, tosco e qualitativamente maior do que o estancieiro, resultando numa relação mais tensa entre senhores e cativos. (Cardoso, F.H.1962) Escreve Cardoso:

“Analiticamente a distinção é fundamental: o escravo negro na estância chegou a conviver com os senhores e com os agregados em situação diversa daquela experimentada pelo escravo na charqueada. Condições de existência diferentes resultaram em modalidades diversas de regulamentação da condição social do escravo. Essas possibilidades, entretanto, se implicaram em atitudes diversas da parte dos senhores para com os escravos, e, portanto, em polarizações emocionais e possibilidades de existência social variáveis.” (Cardoso, F.H.1962 p. 136)

A acepção de Cardoso corrobora a tese de Moura.

Outro exemplo de forma diferenciada para tratar o cativo, é quando este possuía habilidades tais como os escravos marceneiros, ourives, sapateiros, pedreiros, alfaiates, metalúrgicos, etc. cujo seu senhor utilizava de suas técnicas e habilidades para consumo próprio ou para alugar a terceiros, o que lhe proporcionava um elevado lucro. O escravo-artesão exercia sua habilidade e só em caráter esporádico, quando não havia demanda para seu trabalho artesanal, trabalhava no eito. Este escravo-artesão, bem como o escravo de *ganho* recebia pois sim, melhor tratamento material, desde roupas mais apresentáveis e um pecúlio principalmente quando era alugado, até uma melhor alimentação do que seus irmãos da senzala. Podia então vestir-se com calças bem-postas, paletó, chapéu, anel e até relógio de algibeira, mas tinha que andar descalço, marca imposta pela sociedade para reconhecimento dos cativos. (Moura, C. 1988, 1994)

Muitas destas habilidades, os negros assimilaram tão logo começavam a exercer sua função, se tornando mestres imprescindíveis em inúmeros afazeres. Clóvis Moura cita Luiz Vianna Filho para demonstrar o trabalho satisfatório desempenhado pelos escravos na agroindústria do açúcar no nordeste: *“Mal chegados os negros logo assimilavam o que lhes ensinava, transformando-se em ferreiros, carapinas, marceneiros, caldeireiros, oleiros, alambiqueiros, e até mestres de açúcar, sabendo o cozimento do mel, o “ponto” do caldo, a purga do açúcar.”* (apud Moura, C. 1988 p. 68)

²⁴ *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, 1962, Difusão Européia do Livro, São Paulo – SP

²⁵ Estância é um estabelecimento rural destinado principalmente à criação de gado. Nos primórdios do Estado do Rio Grande do Sul, estância significava um lugar de parada, possuindo um armazém, uma estalagem e um curral para o gado.

Isso vem demonstrar, segundo Moura, a imprecisão das justificativas para importar mão-de-obra estrangeira, salvo quando salientavam a qualidade maior do imigrante: a de ser branco. Assunto que trataremos adiante.

Outro fato corriqueiro do Brasil Império, de acordo com Moura, era a mais intensa sublevação dos escravos nas áreas dos diversos ciclos econômicos, no seu período de apogeu. Para o nosso autor há uma correspondência entre o nível de exploração e a incidência de revoltas negras, cujo as ocorrências são notórias, e constata *“que onde há o pique do escravismo na sua primeira fase [escravismo pleno], há também, o pique de revoltas.”* (Moura, C. 1988 p.255) Clóvis Moura apoia-se nos exemplos de Palmares, ocorrido em um momento que o nordeste estava no auge da produção açucareira, e do Quilombo do Ambrósio em Minas, que tem início durante o ciclo áureo do ouro, onde chegou a ter cerca de dez mil habitantes.

Refletindo sobre essa acepção, pensamos que há um nexo entre o clímax de exploração de um determinado produto e a ocorrência de rebeliões negras, devido a uma sobrecarga de trabalho aos cativos, que muitas vezes apresentava-se acompanhada de situações ainda mais precárias de recursos materiais essenciais. A escassez de alimentos nas regiões auríferas, caracterizou uma situação delicada de insuficiência destes recursos materiais essenciais, onde *“a fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro”*. (Furtado, C.2000 p. 80) Conjeturando, os escravos se rebelavam, por que fazendo isso poderiam ser livres do trabalho extenuante e do jugo de seu senhor, que os induziam a aceitar o que lhes dessem materialmente, até a aceitar a fome. Desde logo, lançam mão de armas das quais dispunham, como o quilombo, a fuga, o envenenamento, o roubo, o banzo, etc. para saírem desta situação.

“Os quilombos constituíram nas Minas Gerais do século XVIII, uma das mais completas e complexas formas de reação à escravidão. Para que se tenha uma idéia de sua participação na dinâmica social, basta lembrar que para o período compreendido entre os anos de 1710 e 1798, o cervo documental pesquisado permite afirmar a descoberta e destruição de, pelo menos, 160 quilombos na área das Minas Gerais.” (Guimarães, C.M.1996 p.141 in Reis, J.J. & Gomes, F.S. (org.)1996)

Analisando a revolta e a insubmissão dos escravos, do ponto de vista do senhor, está nítido que com uma maior lucratividade e temendo egoísticamente perdê-la ou diminuí-la, exigia-se nessa situação conjuntural um aumento da vigilância e da repressão. *“Um modo de conseguir cada vez mais lucro com o sobretrabalho do escravo e de mantê-los dominados eram as preocupações das autoridades.”* (Moura, 1988 p.224) O que os proprietários de escravos e autoridades não previam é que essa ação teria seu efeito perverso, ou ação não pretendida, que é por suposto, o aumento das revoltas escravas.

Outra análise, com uma pitada de uma *psicologia-dialética*, da rebeldia escrava é que: *“Muitos escravos usavam a violência contra os seus senhores e familiares sem motivo aparentemente justificável de acordo com os valores da sociedade escravista. No entanto, esses atos eram a*

conclusão de um longo período de mutilação interior do seu pensamento que protestava, mesmo intuitivamente, contra a situação na qual se encontrava." (Moura, C. 1994 p.199)

Para Moura, o escravo ao praticar um "crime" contra seus senhores, está em busca de sentir-se melhor intimamente, trazendo à tona seu eu, encontrando-se com sua situação de ser humano, restabelecendo sua personalidade tolhida, e realizando sua "vingança simbólica", rompendo com os valores morais impostos pelos brancos. E esta "vingança simbólica" dos escravos apresenta-se como mais uma maneira destes esboçarem o descontentamento e a insatisfação com a situação na qual eram obrigados a viver.

De acordo com nosso autor, é na fase do escravismo pleno que o sistema escravista se consolida e fundamenta, e isso fica caracterizado na produção econômica feita com base somente nesse tipo de mão-de-obra, configurado pelo número crescente de escravos que chegavam ao país, e por outro lado, pela confortável e eminente posição da classe dominante senhorial. (Moura, C. 1988,1994)

Segundo Roger Bastide, "*Pedro I era português demais para agradar totalmente aos brasileiros*" (Bastide, R. 1980 p.33), somadas as outras circunstâncias políticas, em 1831 o imperador abdica de seu trono em prol do filho. Como o futuro imperador Pedro II, estava com a idade de cinco anos no ato da abdicação, o país passou a ser governado por um conselho de regência, Tem-se então a fase mais conturbada do Brasil Império. De acordo com alguns historiadores, dentre eles Francisco Iglésias, o período regencial, primeira fase do segundo reinado, é a época mais fascinante do Império, sendo verdadeiramente o momento que a nação se estrutura.(Iglésias, F.1993)

Para Clóvis Moura, poucas vezes na história do país veio à tona com tamanha clareza e profundidade as relações sociais ambíguas entre os possuidores de bens e aqueles que não os possuíam. As revoltas regenciais seriam uma espécie de válvula de escape, onde ficou aparente o caráter artificial da nação, e ao mesmo tempo desvencilhou a verdadeira significação do processo de gestação da nação, baseado na ausência de democracia. A gravidade das contradições sociais existentes, foi demonstrada pela violência e pela persistência de muitos levantes, bem como pela repressão oficial aplicada a eles²⁶.

Moura ainda ressalta que devemos refletir sobre uma explicação para a eminência de um radicalismo de esquerda nesse período, e conseqüentemente sua liquidez também nesse período. O radicalismo de esquerda surge, pois, segundo ele, afrouxados os laços de dominação política²⁷,

²⁶ "Os nove anos de 1831 a 1840 foram anos de muito sangue, maior ainda pela reação extremada contra os movimentos de caráter popular e sertanejo, as revoltas sociais como os Cabanos, no Pará, a Balaiada, no Maranhão e Piauí, as de Alagoas (1832 a 1844) (...), todas alistando as camadas mais miseráveis do povo. Por isso mesmo, elas foram rigorosamente exterminadas a ferro e fogo e punidos sem contemplação os seus cabeças. Entre 1832 e 1844, o sangue brasileiro deu testemunho das opressões das minorias dominadoras, fossem ou não liberais ou conservadoras." (Rodrigues, J.H. 1982 p.54 *apud* Mazzeo A.C. 1989 pp. 126 e 127)

²⁷ Numa outra análise, Lana Lage apresenta que "o próprio "mundo dos brancos" vai abrir para o negro perspectivas de aprofundamento nas suas manifestações divergentes, e isso se dá justamente nos momentos definidos como de crise política e econômica, quando saltam à tona as contradições do sistema." (Lima, L.L.G.,1981 p. 71) Multiplicam-se portanto, as explosões de rebeldia no negro, que aproveitam do momento conturbado fugindo, praticando insurreições, ou canalizando

emerge sem máscaras, o que realmente era a face do país, a de um povo pobre negro e mestiço, em sua maioria de cativos, que lutavam contra as desigualdades sociais e contra a escravidão. São inúmeras figuras desde padres e jornalistas a escravos, que nesse período de solidificação do Estado são presos e mortos em nome da *ordem*. Ordem esta, presente e futura, pois foi nesse golpe contra a esquerda, que a deixa sem forças efetivas para desempenhar um papel de protagonista na história do Brasil imperial.

O autor verifica que na história oficial, o Período Regencial é caracterizado como um verdadeiro caos, uma desordem social e, que por outro lado, o Segundo Reinado é a personificação da ordem, guiada esta, por uma mão firme, a de Pedro II. No seu entender não é bem assim, a regência foi um período de crescimento e amadurecimento da nação, de consciência do povo, que foi violenta e preventivamente abortado pela classe dominante. As classes dominantes seriam movidas em sua ação "ordeira" pela insegurança e pelo medo da construção de um povo forte e acima de tudo consciente, medo que a classe subalterna em revolta minasse a estruturação da sociedade de acordo com seus anseios, logo pela "via prussiana", ou "revolução passiva".²⁸

É nesse período na busca de um caminho democrático no qual pudesse o país seguir, que Moura relata as grandes revoltas regenciais, como sendo de suma importância para se pensar o Brasil, e essencialmente fazer uma reflexão e reavaliação do ator social negro nesse contexto. São elas: a Guerra dos Farrapos, a Cabanagem e a Balaiada. Moura cita esses levantes dentre outros ocorridos no então período regencial, como a Sabinada, a Setembrada, a Abrilada, a Novembrada, a Revolta dos Pintistas e do Benze-Cacetes, O Movimento dos Guerrilheiros do Imperador, O Levante dos Restauradores do Ano da Fumaça, etc. como sendo aqueles gestados no seio da população de escravos e artesãos, e que posteriormente foi crescendo e atingindo a esfera dos letrados, profissionais liberais, pequenos comerciantes que aos poucos vieram fazer parte das fileiras do movimento. Mas o que difere dos levantes citados enfaticamente por Moura de outros levantes do mesmo período, é o alto grau de radicalidade destes, sendo a sua organização proveniente da classe subalterna e encabeçada pela mesma, logo, a enfática participação desta camada social.

Começamos analisando o que provocou o levante no Rio Grande do Sul, que às vésperas da Guerra dos Farrapos tinha uma população aproximada de 150 mil habitantes, bem distribuídos na

sua revolta para movimentos revolucionários para com isso aumentar suas possibilidades de expressão social, quer esta ação seja consciente ou não.

²⁸ Em Lênin, a noção de "via prussiana", é usada como definição dos processos de transição para o capitalismo no campo. Nesse caso conservam-se claramente resquícios da ordem pré-capitalista, que exemplificando no caso de Brasil, seria o pagamento dos salários com alimentos e ou moradia, a manutenção do patriarcalismo, a "ideologia do favor" cunhada por Schwarz que é baseada na coerção extra-econômica, etc. Já Gramsci, elabora o conceito de "revolução passiva", tendo em vista os processos de modernização promovidos pelo alto para se chegar ao capitalismo, nos quais há um ingrediente essencial que é a conciliação da congêrie da classe dominante, com o objetivo de afastar a participação das massas, ou classes dominadas. Outra discussão entorno do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, pode ser encontrada em José Chasin, no qual analisando a concepção de "via prussiana", ele pensa em uma proposição mais específica para o caso brasileiro, que seria o de "via colonial", considerando o passado histórico do país de ter sido colônia. Já Mazzeo repensando a questão, apresenta a noção de "via prussiano-colonial", como sendo a conceituação mais pertinente para o processo brasileiro, pois leva em conta a concreção específica da história brasileira, que é o de ter sido colônia, e concomitantemente considera o processo tardio de entrada do país no capitalismo. (Mazzeo, A.C. 1989)

província. (Moura, C.1988 e Chiavenato, J.J. 1980) Um dos fatores da crise econômica pela qual passava o Rio Grande do Sul de São Pedro era devido a concorrência da produção do charque no Prata. A rivalidade do charque, era a rivalidade da mão-de-obra, que no Prata era de trabalhadores assalariados, desde logo, mais eficiente e produtiva que o braço escravo do Rio Grande do Sul. A província brasileira sulina ficava em desvantagem, não conseguindo competir com os preços oferecidos pelos uruguaio e argentinos pelo seu charque, arcando esta com vultosos prejuízos, já que o governo imperial comprava o charque platino e não de sua própria província. Somado a este desfavorecimento dos gaúchos, estava a diminuta quantia de recursos enviados pelo Império para aquela província, a opressão do fisco, e a falta de representantes políticos para amenizar e trabalhar sobre estas questões na corte. Estes fatores prepararam o 'caldo de cultura' no qual desenrolou a Guerra dos Farrapos. (Fazoli Filho, A. 1990)

Segundo Júlio José Chiavenato, a Guerra dos Farrapos foi necessariamente um levante de grandes latifundiários contra a política econômica do Império, em detrimento dos primeiros. A ideologia da revolta estava estritamente ligada a questão econômica, cujo os grandes charqueadores e estancieiros sulinos viam-se prejudicados pelo governo central, devido a uma alíquota taxada aos produtos gaúchos. Então almejavam poderem competir no mercado, com a extinção dessa alíquota alfandegária, visando a expansão econômica dentro e fora do Império. Os escravos, no seu entender, participaram sim da peleja, mas só passaram ao contingente rebelde na última fase da rebelião, quando dá necessidade urgente de soldados. Em fins da guerra, os negros foram mortos numa dita derradeira batalha²⁹, que foi produto de uma confabulação dos dois lados, ou seja, rebeldes e governo central, para acabar com os cativos que lutaram na guerra e que seriam alforriados, significando perigo a estrutura escravista do Estado à época. Então, pouco antes de se lavrar o acordo de Paz, entre revoltosos e governo ocorrido em início de 1845, houve o banho de sangue negro desta "última batalha", diminuindo consideravelmente o número de cativos a serem alforriados, não prejudicando os grandes latifundiários, verdadeiros interessados neste levante, bem como na continuação da escravidão. (Chiavenato, J.J. 1989)

Chiavenato não dá importância a participação negra na Guerra, que dirá na República de Piratini. Retira todo o contexto "rebelde" e por sua vez também político da Farroupilha, ressaltando apenas o caráter senhorial dominante deste levante, que se utilizou da população pobre e dos negros apenas como massa de manobras para suas ações e projetos.

Em nosso entender, Chiavenato não vê os escravos como sendo atores sociais passíveis a radicalidade, pois, fica evidente que para esse autor, os escravos não desenvolveram lutas com intuito de quebrar as estruturas sociais, bem como não pretendiam modificar os modos de produção,

²⁹ Chiavenato relata-nos sobre essa última batalha, conhecida por Surpresa de Porongos, onde foram exterminados milhares de negros que lutaram na Guerra dos Farrapos, estima-se 95%. A dita batalha ocorreu no dia 14 de novembro de 1844, e foi produto da trama entre Davi Canabarro, general dos farrapos e o futuro Duque de Caxias, líder das tropas imperiais. Ficou acertado entre os dois líderes que os negros farrapos e os negros que compunham as forças imperiais seriam postos frente a

e sim pelo contrário, se posicionaram com indiferença. O autor expõe ainda que os cativos, “ao contrário, refugiaram-se na selva, abandonando os engenhos, e criando uma nova sociedade, rudimentarmente organizada”, não entendendo que possuam propósitos revolucionários ou radicais. E completa dando o exemplo dos quilombos, no que faz sua análise relatando que: “Os escravos aquilombados renegavam a sociedade onde eles eram o centro econômico, a própria razão de ser, a totalidade da força de trabalho, para criarem comunidades primitivas, isoladas no mato, com rara condição de sobrevivência a médio prazo – e isto no caso de Palmares, porque a maioria dos quilombos teve vida curtíssima.” (Chiavenato, J.J. 1989 p. 77) Essa exposição de Chiavenato mostra que em seu entendimento, o escravo é tido como coisa, um ser alienado e envolto numa atmosfera de primitivismo e incivilidade.

Aqui, vale a pena citarmos Fernando Henrique Cardoso que também vê o escravo como um ser incapaz de uma ação autônoma, logo, um ser coisificado, ou seja, não competente o bastante, e sem aptidão para produzir valores e racionalidades próprias, provindas de seu ponto de vista, de uma lógica própria a seu entendimento, ou modo de compreender e interpretar a sociedade a sua volta.

“A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma. Noutras palavras, o escravo se apresentava enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fôsse capaz de empreender ações com “sentido”, pois eram ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos.” (Cardoso, F.H. 1962 p. 133)

Enfim, se o escravo é tido como coisa, é negado a ele, desde logo, qualquer atitude política radical ou não. Consequentemente o escravo não poderia ter um comportamento digamos, que fosse contra os preceitos impostos pela classe dominante, pois este só seria um reflexo do comportamento pretendido e esperado da sua condição de escravo, pelos senhores. A proposição de Cardoso, não aceita que uma atitude procedente do escravo seja resultado de um entendimento possível deste da sua situação. Logo, Cardoso não enxerga nos cativos possibilidade de serem geradores de ações específicas e particulares, vinculadas as suas experiências pretéritas, e portanto, os vê como simples espelhos refletores dos significados sociais dominantes a eles impostos.

Buscamos então o entendimento de Clóvis Moura para essas questões. Primeiramente quanto a coisificação do escravo. Moura em sua acepção não a compreende desta forma, ele vê na ação do escravo rebelde uma ação autônoma, proveniente de um ser que possui uma racionalidade própria

frente, de modo que necessariamente morressem, matando uns aos outros. E com esse banho de sangue negro, é claro,

dentro de seu limitado entendimento, dentro de sua consciência possível de pessoa.³⁰ O que ocorre é que o cativo está coisificado aos olhos de seu senhor, e da sociedade escravista, mas não no seu interior de homem, que mesmo confusamente, entendia a si como pessoa humana. E o cativo se fazia ver como pessoa, mesmo vista como anômala perante a sociedade, quando extravasava seus íntimos sentimentos de revolta e de insubordinação para com sua situação de escravo, quando praticava alguma ação que não condizia com as normas estabelecidas como corretas e morais da sociedade da época. Sendo assim, colaborava para solapar o regime escravista.

“Uma parte desses elementos escravos [os rebeldes], mesmo sem conscientização do processo e sem possibilidade de auto-consciência social era já para si, criava barreiras defensivas ao sistema, organizava-se contra o mesmo.” (Moura, C. 1988 p.272)

Uma coisa é para Moura a propriedade que o homem possui por ser dono de si mesmo de vender sua força de trabalho em troca de salário, dentro de um sistema capitalista, mas isso não quer dizer que esteja este consciente de todo o processo de produção, pois a maioria dos trabalhadores brasileiros das classes inferiores são alienados, desconhecem a mais valia em prol dos detentores do capital, devido a massificação que os meios de comunicação de massa os apresentam e impõem, como por exemplo o consumismo, etc. Já no regime escravocrata o escravo não é dono de sua força-trabalho, pois não há venda desta, logo não recebe por seu trabalho. Sua força de trabalho é de seu senhor e não sua. Mas outra coisa é dizer que este mesmo cativo que é coagido a “doar” seu trabalho, também não seja dono de sua racionalidade, só que essa racionalidade não lhe dá a condição de ser humano perante a sociedade que, por sua vez, nega veementemente sua condição humana, que dirá sua racionalidade. Os pensamentos existem, mesmo dentro de uma subjetividade, os cativos pensam, armazenam na memória acontecimentos pretéritos, analisam as ações de acordo com seu cabedal de experiências vividas. Moura analisando as ações dos escravos, pode deduzir que quanto maior grau de entendimento de sua realidade, então, mais conscientes dentro daquela consciência possível, e por conseguinte mais rebeldes e radicais se mostram.

“A outra parte dos escravos, no entanto, vivia ainda prostrada sob o complexo escravista, não tinha óptica para ver sequer a sua situação imediata, o que o

ficava salvaguardado os preceitos escravistas do país. (Chiavenato, J.J. 1989)

³⁰ Nós vamos mais longe na afirmação do caráter de pessoa humana do ser cativo, pois se este escravo aprende a fazer sua tarefa, a falar e compreender uma outra língua, a exercer seus afazeres lentamente se poupando de um desgaste físico maior, ou a não fazê-la, pois segundo seu entendimento, algumas chicotadas seriam menos cansativas do que um dia extenuante de trabalho na colheita, como pode esta figura não ser um ser humano, logo provido de uma racionalidade. Mas, um homem com uma consciência limitada pelas amarras ideológicas da escravidão. É claro que a condição de homem, implicava a de ser um cidadão, então como o cativo pertencia a outrem, logo não era cidadão, conseqüentemente não era entendido como homem, dono de sua racionalidade e de sua pessoa. É interessante notar que no escravismo pleno, quando um escravo infringia alguma regra, era seu senhor que lhe outorgava punições, mesmo quando este cativo praticava algum crime fora de sua fazenda, entendida como sua área de jurisdição. Era tido como doente, desobediente e ruim. Com o escravismo tardio, o escravo já era considerável um semovente perante a lei. Pelo seu crime ele era julgado e condenado como a qualquer outro homem livre, portanto a justiça o elevava ao patamar de ser autônomo, responsável pelos seus atos, capaz de tramar um delito e devendo assim responder por isso. Mas quando se tratava de direitos como ser humano, este era tido como *res* – coisa, mero instrumento de trabalho, desprovido de qualquer aspecto racional e autônomo.

levaria à rebelião, era ainda componente de uma classe em si, simples objeto do fato histórico.(...) O escravo tradicional era o segmento material que contribuía para a manutenção e continuidade do regime.” (Moura, C. 1988 p. 272 – 273)

Segundo Gorender, *“enquanto teve base econômica sólida, coesão interna e apoio internacional, a formação social escravista enfrentou essas lutas [entende-se por rebeliões escravas] e as sufocou. Mas, nem por isto, a resistência dos escravos deixou de agir no sentido de desgastar o regime opressor e impor limitações à sua expansão.” (Gorender, J. 1990 p. 95)* Logo, o escravo é entendido como um ator social, digamos limitado.

Agora trataremos da Guerra dos Farrapos na análise de Moura. O autor vai de ater ao exame da participação do escravo no levante, que no seu entender, possuía um caráter racional. Moura está dialogando com o autor Dante de Laytano, endossando suas acepções ao citá-lo, logo, em concordância com seu entendimento.

Ao contrário de Chiavenato, Moura destaca a importância dos negros desde os primeiros momentos do levante, sendo estes tidos como aliados da República de Piratini, e não mera massa de manobras. Moura cita Laytano com a intenção de mostrar o quão foi essencial a participação dos cativos na guerra, elencando seus méritos de bravura, eficiência e fidelidade.

“Diz ainda Dante de Laytano “(...) um Antônio Joaquim da Silva por alcunha ‘Menino Diabo’ porque este não só andava hostilizando como comandando os lanchões guarnecidos e armados de escravatura (...) depunha o funcionário da tesouraria geral Pedro Azevedo e Souza no Juízo de Paz. Os escravos retomaram, prossegue Dante de Laytano – nessa armada, de esperança, que era como se poderia chamar a espécie de esquadra revolucionária, suas qualidades de energia e bravura. O próprio Garibaldi não pode esconder o seu entusiasmo diante da vontade férrea do negro que parecia conduzir os navios de guerra para uma vitória certa.” (Laytano, D. apud Moura, C. 1988 p. 99)

Interpretamos que para Moura, a Guerra dos Farrapos é tida como sendo primordialmente um levante contra a escravidão e a economia escravista, na qual foram a luta contra o governo central a classe pobre, base da pirâmide social gaúcha, constituída de andarilhos, censuários, pequenos proprietários e principalmente escravos. Deslinda nosso autor, que a propriedade abolicionista foi ressaltada durante o levante, pois a República de Piratini comprava escravos para que pudessem integrar as fileiras dos Farrapos como livres, e no desfecho final, na assinatura do Tratado de Paz, quando os farrapos impuseram a cláusula de liberdade aos cativos que serviram na revolução. Moura não se atem a quantos escravos saíram do contingente farrapo para a liberdade, pois de acordo com ele, é desconhecido os números de quantos cativos foram beneficiados, e sim salienta a força e persistência desse movimento anti-escravista, levante de maior duração na regência. (Moura, C. 1988 e 1974)

Buscamos outra interpretação da Guerra dos Farrapos em João José Reis, que segundo ele, os líderes farroupilhas não eram abolicionistas, mas estavam apenas recompensando os bons serviços prestados pelos escravos à guarnição rebelde. E de acordo com o mesmo autor esta recompensa tinha como objetivo final deixar a massa negra mansa. Podemos perceber por esta

passagem que, ao contrário do que revela Chiavenato, foram muitos os escravos que sobreviveram ao levante e se beneficiaram da liberdade, se é que esta foi posta realmente em prática, pois parece que muitos escravos voltaram a trabalhar nas fazendas de onde vieram antes do levante, ou em outras fazendas como escravos. (Reis, J.J. in Revista USP, 1995/96)

Voltamos a nosso autor para mostrarmos como ele demonstra sua acepção, utilizando um pequeno trecho do livro de Giuseppe Garibaldi a respeito da Guerra dos Farrapos, *Mi lucha por la libertad*³¹ para corroborar sua proposição, que é a do grande vigor e interesse dos negros nesse movimento. Reescreve Moura: “*Quisera um lugar para escrever, gravar em bronze os nomes destes valentes companheiros, que em número de quatorze se me reuniram, combatendo durante cinco horas cinqüenta inimigos.*” (Garibaldi, G. 1944 p.36 apud Moura, C. 1988 pp.100 e 101) A questão ainda permanece aberta para as interpretações várias sobre a postura do escravo, mas que na inteligência “Mouriana” era a de atores sociais.

A outra revolta regencial de relevo para Clóvis Moura é a Cabanagem. De acordo com Moura a radicalização plebéia acontece amiúde no norte-nordeste do Brasil, pois a maioria da população estava imersa numa *economia de miséria*, tendo como pano de fundo para suas ações uma gritante diferença entre uma minoria dona da maioria das terras e fortunas e uma grande massa miseravelmente carente de todos os tipos de recursos³². Para relatar o papel do negro nessa refrega, Moura está dialogando com o autor Vicente Salles, no qual endossa suas colocações e com Caio Prado Júnior com quem mantém concordâncias e algumas divergências.

Moura situa essa revolta como sendo provinda de uma *economia de miséria*, cujos verdadeiros líderes nascem na plebe³³, mas que ao contrário de muitas revoltas regenciais não entregaram a governança da rebelião para outras camadas da sociedade, logo, a camada média, que ele entende como sendo os comerciantes, padres, bacharéis, jornalistas, etc. Esta é a característica que vai fazê-la radical nas reivindicações e valente no enfrentamento das tropas governamentais. E nesse íterim que pode-se por conseguinte salientar a participação dos negros em busca de sua liberdade, e de

³¹ Giuseppe, Garibaldi, *Mi lucha por la libertad*, Editora Futuro, 1944, Buenos Aires (citado por Moura, Clóvis em *Rebeliões da Senzala*, 1988 pp. 100 e 101)

³² Podemos notar que qualquer semelhança com a realidade atual do norte-nordeste brasileiro não é mera coincidência. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na pesquisa sobre a abrangência de infra-estrutura (saneamento básico e água encanada) nos municípios brasileiros, os habitantes que menos recebem estes serviços, são respectivamente os moradores das cidades do norte e do nordeste do país. (IBGE, 2001) Conforme dados estatísticos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos – DIEESE, os salários mais baixos estão entre os negros, em pesquisa que comprova as desigualdades no mercado de trabalho entre negros e não-brancos e os brancos, e são pagos nas capitais dos estados do norte e nordeste respectivamente. (DIEESE, 2001 pp. 127 a 144)

³³ Segundo os números apresentados por Fazoli (Fazoli Filho, A. 1990), a região amazônica do levante Cabano, registrava uma população, no início do período regencial que “mal chegava a 120 mil habitantes, com 33 mil índios, 30 mil negros e uns 42 mil mestiços”, sendo o restante de brancos. Em nosso parecer a população branca seria bem menor que a informada e concomitantemente a população de negros e principalmente índios seria bem maior que a apresentada, pois não tínhamos dados precisos e imparciais dos habitantes reais de cada província. É evidente que os censos populacionais davam um número menor de negros e índios e maior de brancos, devido ao racismo e ao preconceito de se ter uma população majoritariamente de não-brancos os dados eram maquiados pelo governo imperial, ou até forçados, pois devido as enormes distâncias e regiões impenetráveis era difícil obtermos um dado preciso e portanto um retrato fiel da realidade demografica-social da época.

mestiços pobres que almejavam uma mudança de sua condição social, pois acreditavam que o governo rebelde que tomara a província do Pará modificasse a economia e a estrutura social da região, instituindo um governo do povo voltado para atender suas necessidades.

Moura deslinda sobre os primórdios deste levante, e discorda da interpretação de Caio Prado Júnior (Prado Júnior, C. 1979) quando este diz se tratar de uma revolta proveniente de uma classe média urbana que sentindo-se lesada pela política aristocrática da classe dominante dos grandes proprietários, avoca uma mudança política pela via revolucionária, convocando seus escravos para lutar em seu favor. Moura interpreta que a acepção de Caio Prado Júnior se apresentava de uma maneira muito abrangente e superficial para caracterizar a Cabanagem, o que fez, segundo nosso autor, Caio Prado não se ater a um minucioso entendimento da revolta.

“Caio Prado Júnior, querendo caracterizar as forças sociais do movimento,[a Cabanagem] afirma ter sido “a luta da classe média especialmente urbana, contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros que se implantara no país.” (Moura, C. 1977 p.137)

Para Caio Prado a Cabanagem surgiu dentro da classe média e se estendeu para a classe pauperizada, que deu o ethos radical ao movimento, logo, fazendo com que a classe média se afastasse do levante devido a perda do controle da situação. Então não podemos deixar de perceber que Caio Prado distinguiu duas fases desta insurreição: a primeira erguida pela classe média, de caráter mais moderado e o segundo momento em que esta classe perdendo as rédeas do levante retira-se deste, deixando-o aos comandos dos líderes rebeldes da camada popular.³⁴

Deslinda igualmente Moura que a Cabanagem pode ter sido gerada no seio da classe média, mas se concretizou e radicalizou pela ação da classe pobre da população da região amazônica. Notamos que para Moura, a classe idealizadora da revolta, não significa nada a medida que esta se afasta do levante, quando esse se expande e cai então nos braços do povo. Entenda-se por povo, pobres em sua maioria mestiços, negros livres, escravos fugidos e quilombolas. Desde logo, ficou conhecida por Revolta dos Cabanos do Pará, ou seja, composta por indivíduos da esfera subalterna, que residiam em cabanas ou em palhoças, como os irmãos Vinagre, lavradores do baixo Açará. (Moura, C. 1988) Portanto, Moura compreende do mesmo modo que Caio Prado, podemos dizer, as duas fases do levante: a inicial composta pela classe média e a fase radical e final encenadas pela classe pauperizada da população, só que dando ênfase a participação escrava, pois *sine qua non* não ocorreria o levante.

³⁴ “Outros, alarmados pelo rumo que as coisas iam tomando e pela atitude das massas populares, que tinham dado mostra do seu estado de espírito nos primeiros encontros com as armas legais, não se sentem mais com ânimo para continuarem na revolta. Processa-se assim o fenômeno que já assinalamos: um recuo dos elementos mais moderados que sentiam declinar sua influência no movimento que se armara e que, vendo o seu controle passar aos poucos para as camadas inferiores da população, preferem deixá-lo à sua sorte.” (Prado Júnior, C. 1979 p. 74)

Na concepção de Moura, e corroborando a aceção de Vicente Salles, o negro passou a adotar *formas superiores de luta* a medida que este foi percebendo que poderia através deste levante se ver livre de seu senhor.

Moura entende por formas superiores de luta, como sendo um princípio de organização entre os escravos de diversas partes da província, e que provenientes de uma certa estruturação começaram a despontar inúmeros líderes negros rebeldes quer escravos ou libertos na área amazônica na qual ocorreu o movimento. Especifica, o autor vários destes líderes: *“do mulato Joaquim Antônio, do negro Manuel Barbeiro, do negro Antônio Pereira Guimarães (o gigante Maquedum), do aprendiz de sapateiro, crioulo, José Manuel Pereira Feio, ainda o preto Custódio Teixeira – preso por ser um dos mais influentes nos acontecimentos que tiveram lugar na capital, desde sete de fevereiro de 1835, andando sempre armado, sendo por último um dos encarregados de fazer trincheiras que serviram de defesa aos rebeldes, o preto João do Espírito Santo, mais conhecido por Diamante, (...) o preto Cristóvão, escravo do engenho Caraparu, (...) na Ilha de Marajó o líder conhecido por Coco, (...) no baixo Amazonas surgem novas lideranças cabanas negras, como o preto Belizário, que comandou uma força de 300 rebeldes, em sua maioria negros.”* (Moura, C. 1977 p.138) Esta refrega ressaltou também a liderança de Eduardo Nogueira, o Angelim³⁵, mulato que chefiou o levante em seu último momento. (Fazoli Filho, A.1990)

A camada popular livre reivindicava melhorias sociais, como a posse de terras e diminuição dos impostos cobrados pelo governo central, e os negros cativos buscavam a liberdade. É importante notarmos que, os excluídos de possuírem terras no período colonial e posteriormente imperial, eram os mestiços e negros, sendo eles de grande significação para eclosão das revoltas. É salutar que muitos negros e principalmente mestiços reivindicassem a posse de terras pois estes eram aliados de possuí-las, barrados pelo preconceito de cor. Segundo a aceção de José de Souza Martins um branco pobre, deserddado pelo morgadio³⁶, abria sua nova posse onde pudesse obter a sesmaria, o que não acontecia com um mestiço em mesma situação, que podia pleitear a posse, mas, com os mecanismos de barragem étnica, dificilmente podia tornar-se um sesmeiro, no máximo conseguia ser um agregado ou arrendatário. (Martins, J.S.1995) Podemos perceber o racismo na construção do Estado-nação brasileiro, do qual nos afirma e adverte Clóvis Moura. Logo, a exclusão dos pobres – em sua maioria mestiços – a posse da terra³⁷ ficou ainda mais nítida com a Lei de Terras de 1850 que trataremos adiante.

³⁵ Recebia o cognome de Angelim, nome de uma árvore da região amazônica que possui grande diâmetro e dureza, características estas atribuídas ao líder rebelde. (Fazoli Filho, A.1990)

³⁶ Morgadio é o regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens, estes inalienáveis, o que fazia com que seus irmãos buscassem novas terras para si e sua família, esta prática existiu no Brasil colônia e império até a Lei de Terras de 1850.

³⁷ Mas é certo que a luta pela terra no Brasil sorveu sangue de muitos, quer estes negros, escravos ou libertos, indígenas, mestiços, cabanos, balaios, farrapos, trabalhadores rurais, posseiros, rendeiros, bóia-frias, que detendo uma pequena apreensão da realidade, adquirida ao abandonar o discurso do dominante, e desde logo assumindo sua condição de massa espoliada, reivindicavam e reivindicam seu maior direito, o direito a terra, e por conseguinte a uma vida com dignidade.

Sobre a Cabanagem, Chiavenato concorda com Moura e deslinda que “a grande guerra começou quando os cabanos descobriram que podiam ser livres”, o que cimentou o caráter popular da luta, foi quando os revoltosos perceberam que podiam criar uma sociedade com “igualdade” para todos, quer dizer indivíduos livres e com terra. Daí podemos perceber implicitamente um caráter radical contra o escravismo, base da então estrutura social. Na ótica de Chiavenato a Revolta dos Cabanos foi apenas um dos principais movimentos de luta pela terra no país. (Chiavenato, J.J. 1989)

A Cabanagem como ocorreu com todos os outros movimentos de contestação da então estrutura social, foi esmagada violentamente pelas tropas governamentais. E segundo Caio Prado Júnior “é ela [a Cabanagem] um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder.” (Prado Júnior, C.1979 p.77)

Um governo rebelde que pregava uma sociedade sem desigualdade e livre da escravidão foi a utopia dos cabanos nos mais de três anos de lutas com o governo imperial. O resultado foram mais que trinta mil mortos³⁸, e a certeza da difícil missão que é a de promover condições sociais melhores para a grande parte da população excluída e pobre, quer negra e ou mestiça. Moura interpreta as lutas intestinas dos escravos no levante e de sua grande participação, enaltecendo o seu papel de ator social, portanto, um agente portador de possíveis mudanças da sociedade. Portanto, não vê o negro como sendo um agente “passivo” e apático. Pois segundo ele, o levantamento de negros e mulatos na condição de líderes na revolta, entende que estes só podiam estar cômicos das perspectivas da luta e de seus possíveis ganhos neste governo insurgente.

Em nota no livro Sobrados e Mucambos, Gilberto Freyre após expor algumas interpretações sobre a Cabanagem³⁹, conclui que essa insurgência se apresenta como sendo um desajustamento social da classe dos destituídos de bens contra a classe que os possuíam, abordando em concomitância as questões de classe, raça e religião, não detendo um significado único. Para Moura o significado da Cabanagem está essencialmente na busca pelo fim do sistema escravista, este

³⁸ Segundo Nelson Werneck Sodré foram mais de quarenta mil vítimas da cabanagem, demonstrando com esses números a violência dos choques entre as tropas imperiais e o contingente cabano. (Sodré, N.W. 1969)

³⁹ “Como lembra o historiador Ernesto Cruz no seu *Nos Bastidores da Cabanagem* (1942), os cabanos eram assim chamados pela sua condição humilde; ou de habitantes de “cabanas, palhoças, tejumpares ou – ranchos de sapé”, com diz Basílio de Magalhães (*Estudos de História do Brasil*, pág.15), citado pelo mesmo historiador. Ou moradores de mucambos, acrescentamos nós. A interpretação da Cabanagem como insurreição popular e nativista contra os ricos e brancos, lembra o Sr. Ernesto Cruz que foi oferecida por Handelman: “...uma guerra de índios contra brancos, dos destituídos de bens contra os que possuíam bens” (op.cit.,pág.18). Também Artur Viana, citado pelo historiador Ernesto Cruz, destacara em seu *Pontos de História do Pará* ter sido uma das “causas determinantes” da Cabanagem o “ódio dos brasileiros de cor (pretos, mulatos, caboclos, mamelucos, etc.) pelos portugueses” (op.cit.pág.,33), opinião também do Professor Basílio de Magalhães, que chega a reconhecer nos insurretos das cabanas paraenses “confuso socialismo” (op.cit.pág.,39) e do ensaísta Caio Prado Júnior que considera aquele movimento “o mais natural movimento popular do Brasil” (op.cit.pág.,41). Euclides da Cunha viu a Cabanagem com outros olhos: como aspecto do “crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e do litoral, de que seriam outras expressões o “balaio” no Maranhão, o “chimango” no Ceará, o “cangaceiro” em

entendido como gerador de todos os outros males sociais pelos quais a camada inferior da sociedade vinha enfrentando.

O importante é percebermos nessas insurreições regenciais, que pela a ótica de Moura, há um descompasso entre um governo constituído pela classe abastada branca, não preocupada com o povo, este composto majoritariamente por uma massa negra e mulata, que vivia com bases materiais insuficientes e minguadas. E a conseqüência desta incongruência, que é justamente o descontentamento com a situação, resultou em revoltas e a rebeliões que floresceram singularmente nesse período, pois encontrou um terreno fecundo de conflitos e instabilidade política, pelo qual passava este período. E em muitas destas revoltas, desde logo, estava intrínseco a questão político-partidária, “ocasião” versus “oposição”, ou conservadores e liberais, ou chimangos e jurujubas, mas é com a massa apartidária popular descontente, que os levantes se concretizam. Massa essa, negra e não-branca, componente da grande classe baixa da população que lutava por melhorias sociais, a começar pelo fim do cativo, mola mestra da desigualdade social vigente e de muitos dos seus problemas. Provedores esses de outras futuras questões sociais que afetariam essa camada pobre da sociedade, constituída principalmente por negros e mulatos.

Buscaremos confrontar duas intelecções, melhor dizendo, correntes de pensamento distintas dos autores Clóvis Moura e Emília Viotti pelo menos nesta questão: que é a questão racial e a luta de classes. Notamos que divergentemente os dois cientistas sociais buscam também analisar os levantes populares no período regencial. Para Emília Viotti as lutas que se apresentavam com uma certa conotação racial, ou seja, de negros e não-brancos contra brancos, eram na realidade e essencialmente uma luta de classes, de pobres contra ricos. Logo, para a autora, a questão racial está embutida na luta de classes, é uma das partes dela. (da Costa, E.V. *in* Mota, C.G. 1995 pp.64-125) Moura fez em análise posterior, uma crítica ao Partido Comunista Brasileiro. Ele deslinda que o racismo existe concomitante com a luta de classes. Isto é, são dois problemas, que muitos transformam em um, o que está incorreto. O Partido Comunista entende que as lutas dos negros contra o racismo é um fragmento da luta de classes, logo, observam que resolvendo a questão da luta de classes, a questão racial também se dilui. Moura analisa que, o Partido Comunista aderiu ingenuamente a grande panacéia que é o conceito de democracia racial; ou que engessado pelas teses da III Internacional não conseguiu compreender o *sui generis* da formação da sociedade brasileira⁴⁰. (Moura, C. 1988)

A Balaiada foi outro episódio na história do Brasil que também revela, segundo Moura, a insurgência negra, e seu essencial papel no levante. A Balaiada, surgiu na região que compreendia o Maranhão e o Piauí, entendida por nosso autor como sendo mais um rincão da *economia de miséria*, do Brasil setentrional. O cenário era a crise pela qual passava a produção do algodão na região, que perdia a concorrência no mercado internacional para a produção norte-americana, resultando no

Pernambuco, o “jagunço” na Bahia (op.cit.pág.,41). O que parece é que a Cabanagem foi tudo isso sem ter tido nitidamente um significado exclusivo ou único.” (Freyre,G.1968 pp. 242 e 243)

conseqüente aguçamento de vários problemas sociais, como a fome, a falta de capital nos pequenos povoados e nas cidades que fazia estagnar a economia da região, juntamente com o aumento resultante, de insurreições, dos quilombos, e da violência.

Moura se atém para o que ele entende ser o caráter principal da Balaiada, uma luta social e anti-escravista, questionando o termo *bandido*, muito usado por sociólogos e historiadores ao se remeter aos balaios. Discorda desta categoria de bandidos dada aos balaios, que mais se apresentavam como homens conscientes dos problemas sociais da região do que outra coisa. Moura está dialogando com Eric J. Hobsbawm, que classificou os balaios de “bandidos vingadores”⁴¹. Em nota, Moura ressalta as qualidades acadêmicas de Hobsbawm, em que o qualifica como um excelente sociólogo/historiador, mas salientando que Eric J. Hobsbawm não sendo um brasileiro, faltou-lhe fontes e mais informações para entender a Balaiada, para não dizer que “faltou-lhe conhecimento maior do assunto, ficando este autor com informações insuficientes da região amazônica, e que direcionando sua atenção apenas a área do cangaço, pode interpretar de uma maneira superficial e dentro de limitações epistemológicas o movimento.” (Moura, C. 1977)

Na visão do historiador Néelson Werneck Sodré, a Balaiada foi um dos mais sérios levantes popular do país. O que para ele difere a Balaiada da Revolta dos Cabanos no Pará é que na Balaiada “(...) não teve dirigentes da camada média: os chefes de bando eram todos recrutados na camada mais baixa da estrutura social. Mereceu, por isso mesmo, dos contemporâneos, e dos cronistas e historiadores, que, depois, se ocuparam de seus episódios, os mais pesados adjetivos, a aversão mais rigorosa – foi desqualificado para o puro bandoleirismo, para o banditismo.” (Sodré, N.W. 1969 p.242)

Para Varnhagem e Nina Rodrigues⁴² as revoltas negras, investidas ou não da massa popular livre, não podem ser vistas como um protesto social, mas sim como um fenômeno de criminalidade intrínseca aos negros. Também para Francisco Iglésias a Balaiada se apresentou como sendo mais uma forma de banditismo sertanejo, pois um de seus líderes Francisco dos Anjos Ferreira, vulgarmente conhecido como Balaio por ser artesão de balaios, entrou no levante para vingar a honra de sua filha, violentada por um soldado do governo. Porém, apoiado no revisionismo da história do negro, Iglésias também reconhece a liderança negra e mestiça no movimento, bem como a luta pela igualdade social, que entendemos, desde logo, pelo fim da escravidão.

“Também os líderes são mestiços, pretos, ex-escravos, como se vê pela simples citação de seus nomes: Cara Preta, Raio, Andorinha, Tigre e o famoso Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio. (...) Os ataques às propriedades particulares resultam da pobreza, mestiços e ex-escravos sem qualquer participação social, em contraste com certos potentados de São Luís, Alcântara, Caxias.” (Iglésias, F. 1993 p.158)

⁴⁰ Tema que trataremos adiante.

⁴¹ Cf. Hobsbawm, E.J.: “*Bandidos*” Ed. Forense/Universitária, Rio de Janeiro, 1975 citado por Clóvis Moura em *O Negro – de bom escravo a mau cidadão?*, p. 139, 1977 Editora Conquista Rio de Janeiro –RJ

⁴² Dado ao caráter anômalo inerente a personalidade dos negros escravos, interpretado por ambos autores.

Caio Prado entende que na Balaiada, o levante se inicia com a classe média, chega as massas sertanejas – os balaios, e concomitantemente iniciam-se os movimentos de insurreições escravas. Segundo este autor, as classes médias nunca deixaram de nortear os balaios evitando que estes se unissem aos quilombolas, impedindo assim um movimento de conseqüências mais sérias. Sendo justamente a desunião dos rebelados, que enfraqueceu o movimento e levou as tropas imperiais à vitória. (Prado Júnior, C. 1979) Entendemos que Moura busca salienta^r o caráter estritamente popular negro destas revoltas⁴³, discordando de Caio Prado da não união entre balaios e quilombolas. Para Moura, vários aquilombados participaram dos levantes, e constituíram-se em força impulsionadora da Balaiada. Observa ele que principalmente os quilombolas do Quilombo do preto Cosme, o maior existente na região, possuindo uma população de mais de três mil homens, que em julho de 1839, essa tropa de quilombolas e balaios, foram responsáveis por ocupar e realizar uma marcha sobre Caxias, a mais destacada cidade interiorana maranhense.

“A cidade é ocupada pelas tropas de Cosme e Manuel Balaio, os quilombolas, componentes da tropa, cantavam nas ruas da cidade ocupada:

“O Balaio chegou!

O Balaio chegou!

Cadê branco?

Não há mais branco.

Não há mais sinhô.” (Moura, C. 1977 p.139)

Segundo Moura, os escravos aproveitando-se do clima de revoltas e insurreições dos balaios na província, fugiam e formavam um número cada vez maior de quilombos⁴⁴, que se organizavam e partiam para a luta em prol do governo rebelde. Já Caio Prado nos revela uma outra versão dos fatos, no qual destaca a inexpressividade e apatia dos negros no transcorrer da revolta, quando observa:

“Chegaram os escravos revoltados a formar um quilombo nas proximidades do litoral, entre os rios Tutóia e Priá, na Fazenda Tocangüira, de um tal Ricardo Naiva. Não ultrapassaram, contudo, nunca o número de três mil, e lá se mantiveram inativos, sob a direção grosseira de um antigo escravo de nome Cosme, que se arvorando em imperador, tutor e defensor de todo o Brasil, vendia a seus companheiros títulos e honrarias. E assim se conservaram até que as forças legais se apoderassem deste reduto indefensável. A isto se limitou a participação dos escravos na revolta dos balaios.” (Prado Júnior, C. 1979 p.80)

Moura diverge das acepções de Caio Prado Júnior que vê os aquilombados de preto Cosme como seres passivos e abnegados. A acepção de nosso autor está amparada pelo número de mortos que ao final do levante totalizava mais de doze mil, e eram em sua maioria de ex-escravos, ou seja, negros aquilombados. A participação do ex-escravo fica ainda mais nítida, quando Moura expõe que

⁴³ A Balaiada não foi um único levante e sim foi composta de vários e sucessivos levantes entre os anos de 1838 e 1841. (Prado Júnior, C. 1979)

⁴⁴ Também nos informa Néelson W. Sodré, sobre a insurgência escrava: “Às margens do Itapicuru, zona de lavoura, viviam cerca de vinte mil escravos: as fugas eram constantes e a região estava infestada de negros fugidos; com eles, o bando engrossou as fileiras. Logo adiante, receberia valiosa adesão: a do negro Cosme, chefe de um grupo aquilombado.” (Sodré, N.W.1969 p. 244)

após o término da batalha foram feitos prisioneiros e mortos, um número em torno de dois mil e trezentos negros. (Moura, C. 1977)

Analisemos a questão pelo viés da grandeza do levante devido aos números de mortos e condenados pela repressão imperial. Logo, essa análise nos dá margens para pensarmos numa “onda negra” revoltosa, e desde logo, perigosa à estabilidade e continuidade da escravidão. Portanto, se a população da província, segundo o próprio Caio Prado Júnior⁴⁵ girava em torno de duzentos mil habitantes, sendo noventa mil escravos e uma minoria branca. Os números maiores seriam então de índios, ainda por estas épocas, que somados esta com os mestiços, sendo estes artesãos, arrendatários, jagunços, etc., que viviam nas bordas da economia escravista, podemos considerar uma população significativa. Podemos refletir a intensidade do levante se observarmos pelo aspecto da força da repressão usada pelas tropas imperiais, comandadas pelo Coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, contra o movimento. Logo, a Balaiada consistiu-se em perigo para a classe dominante, que juntamente com outros acontecimentos, constituiu num impulso acelerador do regresso conservador na política imperial, investido em aplicar medidas preventivas de revoltas, e uma repressão ainda mais dura e severa para que a então ordem latifundiário-escravocrata vigente não fosse insultada.

Sobre o papel do negro e escravo nas revoltas da massa popular, Chiavenato interpreta como sendo este um *“cidadão de segunda classe nessas “revoluções” – não deixa de ser sintomático que a historiografia oficial sempre destaca a “valentia” e o “heroísmo” dos negros nessas lutas, nunca a sua influência real sobre os acontecimentos: as decisões ficavam para os brancos.”* (Chiavenato, J.J.1980 p.164) Primeiramente pela análise que fazemos das proposições de Moura, para compreendermos o alcance do papel dos negros, não deveríamos generalizar, como fez Chiavenato, a participação destes nos levantes com sendo de caráter secundário. Pois, partindo do princípio que a plebe do então período era constituída por uma massa negra e não-branca, composta por escravos, forros e livres; e que ficou a cargo destes operar e radicalizar o movimento, quando os brancos, seus idealizadores, se debandaram. Como então lhes negar uma falta de cognição, por limitada que fosse, para estruturar e dar continuidade aos levantes, como fizeram? Poderíamos questionar então a maneira dada por eles para dar prosseguimento em tal ou qual levante. As estratégias, se foram mais ou menos acertadas, no entanto, levando em consideração o ínfimo nível de consciência da realidade que possuíam.

Chiavenato ainda completa que todas as associações, revoltas ou levantes que não fossem orientados pelos brancos estavam fadados ao fracasso, como seria o caso dos quilombos sempre de duração efêmera, resultado do seu caráter criminoso e de ausência de estratégia e organização. (*ibidem*) Podemos neste íterim questionar, apoiados nos estudos de nosso autor, a suposta falta de organização, vista por Chiavenato nos quilombos, o que, segundo ele, explica a sua pequena duração. Então, por este viés, como explicar Palmares e tantos outros quilombos com um

grau de complexidade em sua estruturação. Não estaria Chiavenato olhando para as diversas formas de rebeldia negra pelas lentes da classe branca dominante com seus mores ocidentais, para pensar sobre os quilombos, as revoltas, e suas organizações?

Igualmente para Caio Prado Júnior os escravos não formavam uma massa coesa, daí não tinham representação nas convulsões sociais, portanto, *“faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para se constituírem, apesar do seu considerável número, em fatores de vulto no equilíbrio político nacional.”*(Prado Júnior, C. 1979 p.67) A mesma não coesão se encontrava igualmente na classe média e pobre livre, constituindo-se em alvos fáceis das tropas e da política das classes dominantes. Esta falta de coesão, explica Caio Prado, se apresentava pela então economia nacional, baseada na produção escravista e, por suposto, na organização da sociedade, também forjada nos moldes escravistas que, desde logo, *“não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular.”* (ibidem p.67)

Também para Décio Freitas, o que marca a luta dos negros é sua impotência revolucionária, que só conseguia prejudicar o sistema, mas não tinha o poder de transformar a sociedade. Décio entende que os escravos não podiam compor uma classe social, pela sua condição de escravos, com um nível cognitivo de apreensão da realidade extremamente baixo, portanto, passivo, resultando na debilidade, fragilidade e fraqueza desse “proletariado escravo”. Ainda segundo Freitas, não havia nenhuma ligação entre a “massa proletária” livre e cativa. Os cativos estavam em quase completo isolamento social, quanto a querer por fim na escravidão. Logo, *“não havia nenhuma outra categoria vitalmente interessada em abolir o sistema, porquanto todas bem ou mal viviam as expensas do trabalho escravo.”* (Freitas, D. 1983 p.125) Essa acepção é antagônica as interpretações de Moura que via uniões, mesmo que instáveis entre a massa popular livre e os escravos aquilombados, principalmente nas insurreições. Moura, acrescentando deslinda que, para haver melhorias sociais, a massa revoltosa buscava inserir nos levantes também o fim da escravidão, pois entendia que, as diferenças gritantes entre a classe dos possuídos e despossuídos se amparava no perverso sistema escravista.

Fica nítido que não podemos interpretar a racionalidade do sistema escravista, do mesmo modo como entendemos a racionalidade do capitalismo. Pois, segundo nosso autor, temos totalidades diferentes, que nos coloca de modo ímpar contradições e mores sociais inerentes a cada superestrutura. Moura propõe que devemos observar a dinâmica social para o término do escravismo, não se atendo as ações isoladas dos escravos, e sim com uma ampla *“(…) visão da transformação estrutural da fricção nos diversos níveis dessa estrutura e que a impulsionaram internamente e criaram aquelas condições objetivas e subjetivas para sua superação.”*(Moura, C. 1994 p.23) Logicamente podemos acrescentar que mudanças estruturais são lentas, ainda mais provindas de relações sociais pré-capitalistas como se deu no Brasil escravista.

⁴⁵ *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*, 1979, p. 79 Editora Brasiliense São Paulo - SP

Está dado que as relações de produção determinam a estrutura da sociedade. Para Moura a divisão do trabalho dos escravos dentro do sistema escravista não foi grande o suficiente para modificar fundamentalmente a estrutura da sociedade; logo, a essência das relações entre senhor e escravo. Mas completa que “(...) *deve-se ver qual o tipo de comportamento que, na dinâmica social contribuiu para o seu aceleração ou para a inércia, a estagnação e a conservação das relações.*” (Moura, C. 1994 p.21)

Clóvis vê no negro escravo um agente social dinâmico, não por haver gerado a riqueza econômica, mas pelo contrário, por haver criado mecanismos de resistência e negação ao tipo de sociedade no qual estava inserido. E assim sendo, foi uma classe perturbadora e em muitos aspectos questionadora da ordem imposta, responsável pelas mudanças sociais ocorridas num processo de longa duração, que foi o fim do sistema escravista no país. Que segundo Gorender, endossando Moura, foi a resistência cotidiana e os atos de rebeldia extrema que prepararam o advento do abolicionismo nos séculos XVIII e XIX. (Gorender, J. 1990)

Percebemos que para Moura, os escravos podiam até magoar as estruturas do escravismo, mas modificá-la não, pois não tinham forças para tal. Especulando, ou até tivessem tal força, mas a desconheciam, pois não tinham consciência do enorme poder que possuíam. Isso era devido a estratégia preventiva da classe dominante, que utilizava de inúmeros mecanismos ideológicos, para os colocar naquela condição, a de seres alienados de uma consciência crítica da realidade.⁴⁶ A importância da interpretação “Mouriana” está em salientar que as revoltas negras, entenda-se constituída por negros cativos e livres, contribuíram essencialmente para abalar as estruturas econômico-sociais da escravidão.

Na análise de Néelson Werneck Sodré a fase da Regência é também uma das mais importantes na história brasileira, e que segundo ele deu acabamento ao processo da independência, “*definindo o campo e as forças políticas que o ocupam e dando a fisionomia ao Estado em nosso país, dotando-o das características de instrumento da classe senhorial, dos proprietários de terras e de escravos ou de servos.*” (Sodré, N.W. 1969 p.250) Sendo por isso uma fase conturbada, denunciando a extrema fragilidade da estrutura do país, que coincidiu com a crise da mineração, e só se encerrou com o advento cafeeiro. (*ibidem*)

O Período Regencial talvez seja realmente o mais rico na história do Brasil, pois expôs com clareza os membros móveis de um povo até então engessado por uma pseudo-independência e por uma fajuta Constituição. Essa rebelião das massas, parafraseando Ortega y Gasset, no Brasil Regencial, ofereceu um gostinho de medo às elites brasileiras no poder, e provou que quando organizada consegue promover verdadeiros cataclismos sociais.

⁴⁶ Podemos refletir ainda: se a classe dominante branca necessitava de mecanismos ideológicos de toda monta para submeter os negros a seus mandos e desmandos, é porque estes representavam perigo para a estabilidade daquele sistema social. Perigo este que não se traduz apenas pelo aspecto quantitativo, dado o enorme contingente negro escravo, mas pelo aspecto qualitativo, expressado na astúcia com a qual os esses homens, mesmo sem toda a compreensão da realidade,

Vamos lançar mão das proposições de José Murilo de Carvalho, no qual entende que a massa popular não era tão ignara assim, mostrando-se mesmo que tolhida pelas elites seu bosquejo de cidadania. Relata-nos José Murilo que em todas as revoltas populares que se deram, a população tinha alguma noção sobre o que entendiam por seus direitos, e os buscavam nessas insurreições. Logo, estas pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas, havendo nos rebeldes um esboço, mesmo que pequeno de cidadão. (Carvalho, J.M. 2001)

Devido as essas e outras insurreições populares e a instabilidade do governo regencial, provindo de seu baixo fortalecimento político, nasce no parlamento brasileiro a idéia da antecipação da maioria de D. Pedro II, herdeiro do trono, para que ao assumir o poder pudesse normalizar a vida política, tranquilizar e trazer a *ordem*⁴⁷ ao país. E, assim, entramos no Segundo Reinado, com as massas populares mantidas sob controle⁴⁸, com leis opressivas, trocando pois, uma cena de intensa movimentação do Período Regencial para uma outra de enorme passividade. E sendo assim, pode a classe dominante continuar o seu intento, o de entregar-se ao plácido desfrute da nação⁴⁹ sem medo de outras convulsões sociais.

De acordo com Caio Prado Júnior, a “revolução passiva” iniciada com a Independência do Brasil se consolida com o chamado Golpe da Maioridade, no qual *“os governos que se seguem à Maioridade têm todos o mesmo caráter. Se bem que diferenciados no rótulo com as designações de ‘liberal’ e ‘conservador’, todos evoluíram em igual sentido, sem que essa variedade de nomenclatura tivesse maior significação. Por isso mesmo é comum, e mal se estranha, a passagem de um político de um para outro grupo.”* (Prado Júnior, C. 1979 p.87)

É neste segundo Império que o escravismo começa a definhir, e o que vai lhe dar algum fôlego será a colonização do café⁵⁰. Esse período tem início com o fechamento das revoltas regenciais, com o crescimento da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense e paulista e o declínio da economia açucareira do nordeste.

subverteram o sistema, com rebeliões, revoltas, fugas, quilombos, suicídios, etc., a ponto de contribuir essencialmente para fundá-lo.

⁴⁷ “Uma nova era começou no 18 de julho de 1841, assim como dez anos antes tinha marcado a Providência um deccenio para o nosso purgatório. Se o mau fado nos não persegue mais, como até aqui, podem [os novos tempos se] anunciar como muito lisongeiros debaixo do reinado do *Segundo Pedro*.” (José Inácio de Abreu e Lima, *Compêndio de História do Brasil* apud Mota, C. G. 1999 p. 231)

⁴⁸ “(...) todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, cientificistas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial; isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia.” (Konder, L. in *Jornal da República*, setembro de 1979, p.4, apud Coutinho, C.N. 2000 p. 56)

⁴⁹ Em respostas aos levantes do período regencial, instaura-se formas de ideologia contra-revolucionárias, essencialmente regressivas e conservadoras que marcariam a mentalidade do segundo reinado, denominado também por “democracia coroada”.

⁵⁰ Segundo Emília Viotti, “a lavoura cafeeira instalara-se, em São Paulo, nos fins do século XVIII, em São José do Barreiro, Areias e Bananal, estendendo-se até à época da Independência pelo vale, e atingindo Jacareí e Taubaté, por volta de 1822. Na região central, mesmo antes de 1836 já começavam a aparecer as primeiras plantações de café, atingindo Moji das Cruzes e Campinas. Nos meados do século, as culturas do Vale do Paraíba estavam no seu apogeu. Bananal, em 1854, era o maior produtor de café na Província de São Paulo e, ao mesmo tempo, o município que apresentava maior número de escravos, não só em valores absolutos como relativos à população livre. A seguir, apareciam Areias e Pindamonhangaba, com mais de 5.000 escravos e valores mais altos na produção de café.” (da Costa, E.V.1982 p.42)

De acordo com as informações de historiadores e economistas, dentre eles, Luiz Toledo Machado⁵¹ e Celso Furtado,⁵² o café aporta no Brasil em 1727 na província do Grão-Pará, espalha-se pelas capitanias do nordeste, e que seria a princípio, uma cultura local voltada para atender as demandas internas. E que por volta de 1820 que o café chega a região do Vale do Paraíba e em poucos anos, em 1830 estava sendo produzido em escala comercial, concorrendo com o açúcar nas exportações⁵³.

Com o advento do café, lembramos da “*procissão de milagres*”, conceito provindo da análise de Sérgio Buarque com relação as contingências da ocupação e exploração do país, desprovida de um plano racional, sem um projeto pré-elaborado para ser colocado em prática, sem aferir prejuízos e lucros, sem estratégias de inovação e competição como quer a inteligência schumpeteriana. Não que a aventura seja um valor conflitante com o trabalho⁵⁴. Mas quando temos aventura⁵⁵ e trabalho conjuntos, este último ganha um caráter mole, brando, plástico, como ganhou no Brasil, e talvez fosse mesmo essa maneira a única viável⁵⁶.

Ao que nos parece, os ciclos econômicos brasileiros acontecem, como casualidades que em determinados momentos fizeram o país prosperar economicamente.⁵⁷ Mesmo as imensas plantações de cana-de-açúcar e café, que alimentavam o mercado europeu e norte-americano não estiveram fora do círculo da aventura, pois também a grande lavoura se valia do espírito aventureiro. (Holanda, S.B.1995)

Talvez fosse essa maneira desleixada e plástica de adaptar-se dos portugueses e por conseguinte dos brasileiros, que os proporcionou sua adequação a novas realidades, e os moldou de um modo ímpar à instabilidade do *modus vivendi* do país. E, desta maleabilidade sempiterna se constituiu a economia, a política, enfim a sociedade brasileira. “*Não tendo sido um empreendimento de todo metódico, ordenado e calculado previamente, esta colonização foi, por assim dizer, um deixar-se moldar pelo meio e pela cultura locais.*” (Monteiro, P.M.1999 p.156)

Podemos dizer que o ciclo do café, foi ajudado e impulsionado pela queda na produção haitiana, que devido aos seus problemas políticos internos, o impossibilitava de exportar com preços acessíveis. E, decorrente de uma crescente demanda internacional pelo produto, o café brasileiro

⁵¹ *Formação do Brasil e Unidade Nacional*, 1980, Ibrasa, São Paulo – SP

⁵² *Formação Econômica do Brasil*, 2000, Publifolha, São Paulo –SP

⁵³ “No primeiro decênio da independência o café já contribuía com dezoito por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. Conforme já observamos, todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século passado, deve-se estritamente à contribuição do café.” (*ibidem* p. 118)

⁵⁴ Ver: Monteiro, P.M. *A Queda do Aventureiro*, 1999, Editora da Unicamp, Campinas – SP

⁵⁵ Aventura conforme a idéia de fruição de riqueza, de passividade na relação com a natureza.

⁵⁶ Na visão schumpeteriana de empreendimento deve-se ter uma aventura econômica racional, ou seja uma aventura com seus cálculos medidos e racionalizados. Isto é, para cada novo e ousado empreendimento deve-se fazer um cálculo com projeções de possíveis erros e acertos com a medição prévia de riscos e lucros, além de sua dada viabilidade. O que não ocorreu com o ciclo cafeeiro.

que começou a ser plantado no vale do rio Paraíba do Sul, aventureiramente, teve seu apogeu, e figurou num dos mais expoentes ciclos econômicos.

Logo, o café trouxe consigo ao centro-sul⁵⁸, as especificidades da grande lavoura, voltada para a exportação e mantida pela mão-de-obra escrava, e também seu eixo político e econômico, que promoveu intensas transformações na fisionomia do país. Juntamente com este novo ciclo, acompanha a questão da “falta” de mão-de-obra com o fim do tráfico, a questão de terras, o abolicionismo e o que fazer com o ex-escravo, a instituição da República, a consolidação da nação e a modernidade.⁵⁹ Outro tema que é caro para Clóvis Moura, consiste no modo em que o negro, quer escravo ou ex-escravo sendo este ator social, se impôs no processo de transição de um país arcaico para um país hodierno, mas pontuado com arcaísmos e totalmente estratificado. E também o de verificar como o negro sobreviveu em meio a um racismo caleidoscópico e camuflado, conhecido como preconceito de cor, inúmeras vezes acentuado pelo preconceito classista.

Com a era do café, reforça-se a estrutura tradicional da economia brasileira também no centro-sul, que é a grande lavoura⁶⁰ monocultora trabalhada por cativos. O café e seu proveniente impulso econômico, transformou-se num dos grandes estabilizadores da antiga *ordem* no país, apesar ainda da visível e inerente contradição básica, a escravidão. (Prado Júnior, C.1994)

Viotti nos relata que o café trouxe o escravo, que principalmente em São Paulo nunca chegou a alcançar números vultosos, comparado com as regiões açucareiras do Nordeste e as regiões mineradoras de Minas e Goiás. E que o pouco número de escravos na província paulista deveu-se a economia de subsistência existente na região. Podemos corroborar a inteligência de Viotti com a aceção de Antônio Candido⁶¹, onde observamos em seus estudos, que até meados do século XIX a vida cotidiana dos caipiras paulistas era marcada por uma socialização mínima com as freguesias, indo estes até elas apenas para a compra do sal, da pinga e do fumo, sendo os caipiras, apoiados numa agricultura familiar e quase auto-suficientes em produtos materiais básicos para sua sobrevivência.

Com a chegada do café em São Paulo, primeiramente no Vale do Paraíba e posteriormente no interior que compreendia o então chamado oeste paulista, com as regiões de Campinas, expandindo-

⁵⁷Portanto, podemos dizer que o capitalismo brasileiro é um capitalismo de aventureiros, e que os ciclos econômicos ocorreram por mero acidente? E nesse ínterim como entender o ciclo da industrialização? Esses questionamentos ficarão para um outro trabalho.

⁵⁸ Ver sobre o assunto: Machado, Luiz Toledo, *Formação do Brasil e Unidade Nacional*, 1980, capítulo IV – A formação nacional pp.111 – 148 Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ

⁵⁹ Como nos salienta brilhantemente Caio Prado: “Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte, para o Sul, e São Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração européia e a abolição da escravidão; a própria Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fértil onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado.” (Prado Júnior, C. 1994 p. 167)

⁶⁰ “Reforçam-se aliás agora, a tradição já formada no país e seu regime social; sem contar que o cafeeiro, sendo uma planta de produção retardada, exige para seu cultivo maior inversão de capitais. Torna-se assim mais ainda menos acessível ao pequeno proprietário e produtor modesto.” (*ibidem* p.166)

se para as regiões de Araraquara e Ribeirão Preto, este trazia consigo um enorme contingente cativo e atraía muitos trabalhadores rurais livres para trabalhar nas lavouras⁶², bem como de sesmeiros e senhores com o intento de produzir o “ouro negro”. Desde logo, a policultura paulista em muitas de suas antigas áreas, foi trocada pelo rendoso plantio do café em detrimento das culturas de víveres alimentícios, como o milho, o feijão, e a mandioca, que ficou circunscrito a uns poucos pequenos agricultores que os cultivavam em pequena escala com mão-de-obra familiar. Foi uma época marcada por uma grande carestia de produtos para a alimentação interna, o que resultou na importação destes bens alimentícios dos Estados Unidos e da Europa. (da Costa, E.V.1982)

Como notamos, estes grandes fazendeiros deixavam de plantar víveres de primeira necessidade, para alimentar o mercado interno, os preferindo importar, para plantar café, este um produto voltado para o mercado externo e estratosféricamente lucrativo. Esses homens estavam norteados pelos ganhos e proveitos individuais e não possuíam uma visão voltada para o desenvolvimento do país como um todo, quanto mais para uma constituição da nação. E com essas atitudes é que se faz do Brasil um “negócio”, nas palavras de Caio Prado Júnior. “Negócio” este que criou a base da nação. E no nosso entender, o negócio é mais um dos alicerces da nação, juntamente com o racismo⁶³ e a corrupção⁶⁴. Analisamos que isto significa que a evolução econômica e social sempre estabeleceu o que seria a porventura “nação brasileira”, caracterizada por sua dependência e situação periférica, com relação aos centros econômicos mundiais e, o que é pior, composta por indivíduos com pouco ou sem nenhum *nexo moral*⁶⁵. Melhor dizendo, se caracterizando por uma cultura do individualismo, e parafraseando Lasch do narcisismo⁶⁶, e que é vulgarmente conhecida pelo dito popular: “*salve-se quem puder*”, sentença de um capitalismo tardio que é caracterizado no país pelo grau mais que selvático deste sistema.

É mister lembrarmos que os homens livres na ordem escravocrata não passavam de escravos disfarçados, na visão de Moura. Esta classe de homens livres, recebe a denominação de clientes por Emília Viotti. Segundo Maria Sylvia a expansão do sistema escravocrata com a vinda dos negros africanos, fez surgir uma classe *sui generis*, a de homens livres expropriados, ou seja, que não foram inseridos na produção mercantil, logo, não conhecendo os rigores do trabalho escravo, e que possuíam uma certa dimensão pessoal perante a sociedade, pois não se encontravam *coisificados*

⁶¹ *Os parceiros do Rio Bonito*, 2001, Editora 34, São Paulo – SP

⁶² “O trabalho livre esteve, desde o início, já nas primeiras plantações, associado ao escravo nas fazendas de café. Ao caboclo eram atribuídas certas tarefas mais perigosas e árduas, como as derrubadas, por exemplo, ou algumas para as quais o escravo não merecia confiança: carreiro, feitor, etc..” (da Costa, E.V.1982 p. 128)

⁶³ Para Clóvis Moura, analisando a nação inconclusa que é o Brasil, o racismo e a escravidão são suas bases essenciais.

⁶⁴ Notamos que os interesses gerais eram “esquecidos” em prol dos interesses mesquinhos de senhores, ou seja da classe dominante, e parece que a coisa não mudou em nada desde a Colônia. Como nos relata Emília Viotti: “Alguns arrematantes das obras públicas desviavam verbas recebidas por conta das incumbências assumidas e deixavam de executá-las. (...) Daí resultava a execução de estradas muitas vezes onerosas e pouco necessárias.” (da Costa, E.V. 1982 p. 153)

⁶⁵ O que Caio Prado entende por ausência de *nexo moral* é a divisão da sociedade brasileira, bem como a inexistência de uma cultura comum, de uma ética que unificasse [e unifique] a sociedade. Sumariamente o *nexo moral* é a solidariedade nacional dada pela cultura. (Prado Júnior, C. 1970)

⁶⁶ Narcisista é o homem extremamente autocentrado, na maioria dos casos corrupto e incapaz de subordinar seus desejos a propósitos sociais mais elevados.

como o cativo. Estes escolheram, se é que havia outra opção, existir a sombra do grande senhor de terras e escravos, e com possibilidades concretas de ascensão social.⁶⁷ (Franco, M.S.C.1969) Podemos dizer que para Franco, esse grupo social marginal estava subjugado a dominação da classe senhorial, mas que seu poder pessoal se impunha aos seus iguais, ou seja livres, que com grande valentia e fazendo uso da violência preservava sua pessoa e sua integridade contra qualquer sinal de violação. Então não seriam simples escravos disfarçados, como quer Moura, e sim um grupo social marginal, que apesar de estarem vinculados a uma dominação senhorial, eram livres e detinham por causa desta condição uma vontade pessoal, mesmo esta pequena e alienada.⁶⁸ Se valiam de respeito, entendido pela autora como dominação pessoal, por utilizar indiscriminadamente da violência contra aqueles que os ofendiam ou transgrediam os contratos sociais firmados. Então quando Moura faz uso de seu conceito de *escravos disfarçados* para designar os homens livres pobres, estava a por em relevo mais uma vez a contradição fundamental senhor e escravo, mas intrinsecamente deixando saliente que existia à margem da contradição central, outras contradições, mas estas secundárias.

Para Clóvis Moura a formação do país tem um caráter ambíguo e está repleta de antagonismos. Reforça que em nenhum momento esteve os donos do poder voltados para atender as necessidades da massa da sociedade, composta por uma população majoritariamente negra e não-branca, que encontram-se nas camadas sociais mais baixas ou se acham excluídas do processo econômico, formando a categoria sempre crescente dos *lumpenizados* sociais.

“Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população.” (Moura, C.1988 p. 24)

Caio Prado entende que só com a inclusão dessa grande massa de excluídos, vinda desde o Brasil colônia que se poderá constituir verdadeiramente uma nação. Clóvis também concorda com a inclusão social, e acrescenta que nesta inserção social deve-se pensar além do âmbito econômico da luta de classes. Portanto, deve-se pensar também no racismo. Então incluir os excluídos, a massa popular e os *lumpenizados* sociais é ainda inserir o negro na sociedade, que desde o período escravista se encontra privado de uma cidadania autêntica. (Moura, C. 1988, 1994)

⁶⁷ “(...) Estas condições colocaram, frente ao homem pobre, a possibilidade de integrar-se aos grupos dominantes. Nessa ordem de coisas, o vendeiro, o tropeiro, ou o pequeno proprietário não escapavam às amarras da dominação, mas elas podiam ser superadas numa dimensão pessoal: diante deles estavam dados os meios para enriquecer e ascender socialmente numa formação sócio-econômica em que progressivamente se determinavam e se cristalizavam as diferenças de fortuna e de destino.” (Franco, M.S.C. 1969 p. 107)

⁶⁸ Entendemos que tanto os escravos quanto os homens livres, senhores ou “camponeses” eram alienados com relação a estruturação e funcionamento do sistema escravista como um todo.

"O escravo, a partir de 1888, deixa de sê-lo para ser cidadão incorporado à grande franja marginal desse tipo de capitalismo." [capitalismo dependente dos países subdesenvolvidos] (Moura, C. 1988 p.27)

3.1 O Escravismo tardio

Para nosso autor a região cafeeira foi o grande celeiro do escravismo a partir de meados do séc. XIX. Ele interpreta que a maioria desse ciclo se encontra dentro do *escravismo tardio*. Esse escravismo tardio é entendido como sendo um escravismo decadente, em que o capitalismo dependente começa sua cimentalização no país com a crescente substituição de mão-de-obra cativa por livre, sendo que, a rebelião escrava passa a não ser só algo de negros e sim também negócio de brancos, com o movimento abolicionista, que obscureceu nos últimos anos antes da abolição, as verdadeiras lutas, estas centenárias, dos escravos contra a escravidão. Em sua análise deve-se em grande parte aos negros escravos a substituição da mão-de-obra cativa pela livre, pois foram suas revoltas, insurreições e lutas que esbagoaram aos poucos o escravismo, chegando-se ao ponto de concorrer para por fim ao tráfico, o que resultou num aumento dos preços e custos para a manutenção dos escravos, fato que desencadeou por parte de um expoente grupo da classe dos senhores de café uma série de alternativas e soluções para efetuar a troca do trabalho compulsório pelo livre.

Com o crescimento da civilização do café e o respectivo aumento dos escravos como trabalhadores nesta lavoura, inicia-se a fase de intensificação do comércio de negros, que só cessará em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós.

"A partir de 1850, quando o fluxo de entrada de escravos é estancado, através de Lei Eusébio de Queirós, passa a existir no Brasil um tipo de escravismo tardio. Ele coexiste com as instituições fundamentais do capitalismo dependente que vai substituí-lo e os seus interesses econômicos quase que não se alteram." (Moura, C. 1988 p.27)

Para interpretar o fim do tráfico externo na história do Brasil, Clóvis Moura mantém um diálogo com Caio Prado Júnior. Moura expõe que além da pressão inglesa para acabar com o tráfico negreiro – inteligência de Caio Prado –, havia o medo vindo da classe dominante, composta por grandes latifundiários, governantes e administradores do Império, de mais revoltas escravas. Num cenário caracterizado pelo efeito das lutas, insurreições, quilombagem dos escravos e de uma possível e temível onda negra revoltosa, já que os negros perfaziam a maioria da população contra uma minoria branca, deu-se o fim do comércio de africanos no país.

"Os farrapos levantaram-se no Rio Grande do Sul (1835), em Pernambuco os escravos levantaram-se nas fazendas, assassinando feitores; no Pará, em 1833, os cabanos revoltaram-se (...) Na época em que se verificavam as revoltas dos escravos baianos, no Leão do Norte já estavam sendo aglutinadas as forças que liderariam a revolução Praieira. A Balaiada, no Maranhão, em 1838, será uma continuação desse estado geral de coisas. A situação era francamente favorável às insurreições e os escravos souberam aproveitá-las. As lutas ascenderiam a

tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do número de escravos, proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no país, extinguindo o tráfico.” (Moura, C. 1988 p. 156)

A proibição do comércio de cativos, na acepção de Moura, é o resultado da *paura* da classe branca dominante contra um levante negro⁶⁹, que convergiu-se com os interesses ingleses de acabar com o tráfico, estes objetivando ampliar seu mercado consumidor.

“Com a Revolução Industrial na segunda metade do séc. XVIII, lança-se a Inglaterra a campanha por extinção do tráfico negreiro, e pelo fim da escravidão, pois este país necessitava de vender seus produtos manufaturados, e por sua vez de consumidores assalariados que pudessem adquiri-los.” (Moura, C. 1988 p. 54)

Como já vimos, o tráfico teve uma grande sobrevida, se analisarmos do ponto de vista do primeiro tratado entre Brasil e Inglaterra para extingui-lo⁷⁰. E, de acordo com Moura, esse prolongamento do comércio negreiro se deu devido a um certo “jeitinho brasileiro”⁷¹, que tudo indica encaminhava-se para seu término de acordo com as constantes manifestações de insatisfação negra por toda década de 1840. Com o quadro apresentado pelas inúmeras rebeliões escravas, e vendo-se diante do problema diplomático ocasionado pelo tráfico, com o acirramento das pressões britânicas, e que tudo demonstrava que os ingleses partiriam para um conflito armado, o Brasil então lavra em 1850 a lei que liquidava decisivamente com o comércio ilegal de negros.

Buscamos respaldo na interpretação de Joaquim Nabuco com relação ao fim do tráfico no país. No entendimento deste autor havia uma má vontade do governo brasileiro para extinguir o comércio de negros, haja vista que o governo representava os interesses de uma nação agrícola e acima de tudo escravocrata. Para Nabuco o país se portou de maneiras diferentes nas fases que antecederam o fim real do tráfico. Na primeira fase o Brasil declara crime o tráfico e promulga leis *para inglês ver*, que nunca foram executadas realmente. Na segunda fase, que inicia-se com o *Bill Aberdeen* e uma presente intervenção inglesa, há uma intensificação do tráfico, que o império ajuda a camuflar. Já a

⁶⁹ É de 1835 uma lei que punia com a morte a qualquer ato de rebeldia ou ofensa praticado pelos cativos contra a classe senhorial. No entender de Caio Prado a constituição desta lei veio fortificar o regime escravista, que só começou a desmoronar após a lei de 1850. (Prado Júnior, C. 1994 pp. 172 –182)

⁷⁰ Em 1817 são firmadas medidas conjuntas das autoridades luso-brasileiras e inglesas para a repressão do tráfico ilícito. Em 1826 declara-se o tráfico como pirataria, respondendo seus responsáveis criminalmente, que de nada adiantou. Em 7 de novembro de 1831, promulgou-se mais uma lei regencial, que declara livres todos os escravos vindos do exterior, tentando acabar com o tráfico, e é mais uma lei *para inglês ver*. Pois o tráfico continua intensamente. Em 1845 o governo inglês, cansado de esperar pelo cumprimento dos tratados, fez promulgar o *Bill Aberdeen*, que sujeitava os navios negreiros brasileiros em águas neutras a um tribunal inglês. Mas estas medidas não deteram o tráfico, e em abril de 1850, os ingleses estipularam que os navios negreiros deveriam ser interpelados mesmo em águas brasileiras. Em 4 de setembro de 1850, o Brasil cede as pressões inglesas, promulgando a Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico que cessa definitivamente em 1852. (Prado Júnior, C. 1979)

⁷¹ Roberto Da Matta, de modo sucinto e preciso define o significado do “jeitinho” que vem a ser “um modo estruturalmente definido de utilizar as regras vigentes na ordem em proveito próprio, mas sem destruí-las ou colocá-las em causa” (Da Matta, R. 1979 p. 226), seria podemos dizer uma nuança da astúcia e da malandragem. Bem, lembramos nesse ínterim de Christopher Lasch, em *O Mínimo Eu*, e de seu conceito de “condutas de sobrevivência”, que podemos recuar para a essa questão da transgressão de normas existente no Brasil, nesse caso a infração a tratados e acordos. Pensemos: talvez uns dos fatores que contribuiu para que a “cultura da transgressão” se amalgamasse no Brasil-Colônia foi justamente a distância

terceira fase é a ação do governo contra o tráfico, que o cessou quando realmente se propôs com vontade firme para o intento. Nabuco em sua acepção salienta: *“Quanto ao papel desta [Inglaterra] foi sempre de uma violência extrema, e se ela reclamar um dia a glória de haver extinto o tráfico dir-se-lhe-á: quem o extinguiu foi o Brasil, no dia em que o quis.”* (Nabuco, J. 1999 p. 96)

Moura não cita em momento algum as intelecções de Nabuco, mas é comum para os dois autores em suas análises, apresentar o fim do tráfico como realização em primeiro plano de uma ação “política” brasileira. Em sua explicação, o fim do tráfico se deu principalmente pelo medo branco das elites de uma onda revoltosa negra. Pensando sob a ótica de Nabuco, é pertinente o papel do governo brasileiro, bem como seus interesses político e econômicos para por fim ao tráfico que, primeiramente faz vistas grossas. Já num segundo momento, há um estímulo no comércio de peças negras, efeito não pretendido do tratado inglês que objetivava por fim ao tráfico. Tratado este não levado em conta pelo Brasil, logo descumprido. E, finalmente, a extinção do tráfico por uma lei autenticamente brasileira⁷². Tudo isto de acordo com um *time* brasileiro, e não inglês como pretende muitos historiadores, sociólogos e economistas.

Na análise de Caio Prado ainda temos um outro fator, não pontuado por Moura e Nabuco, mas que de certa forma também salienta o papel principal da administração brasileira contra o tráfico negreiro. Este outro fator são os atritos entre os fazendeiros e traficantes, os últimos que em sua maioria não eram brasileiros. Estes atritos, segundo Caio Prado, eram cada vez mais constantes em consequência da dependência econômica dos fazendeiros, que se viam prejudicados com os altos preços cobrados pelos traficantes sobre o escravo, e pelo igualmente grande prestígio sócio-econômico e, por conseguinte, político que estes passaram a ter, desfalcando muitos senhores rurais de seus bens e de sua influência. Desde logo, este desprestígio econômico e social dos senhores de terras e escravos, era desinteressante para o governo imperial, que sobrevivia as suas custas, tendo em vista a arrecadação de impostos e o poder político que passaria aos traficantes, estes majoritariamente portugueses. Então deu-se este crescente retraimento da classe dos proprietários rurais e uma certa xenofobia forneceu mais um motivo para o governo brasileiro acabar com o tráfico. (Prado Júnior, C. 1994)

Contrariamente a Moura e Nabuco, no entender de Décio Saes⁷³ e Júlio J. Chiavenato, o que pôs fim ao tráfico foram os canhões ingleses, e que assim contribuiu para guiar o país para o caminho da modernização. Portanto, o Brasil é movido pelos interesses externos, logo, pelos interesses ingleses. Então a Inglaterra determinava, e o país cumpria, dando a impressão de uma ausência de propósitos deste, ou imaturidade política. Escreve Chiavenato: *“na verdade, a repressão começa a dar resultado quando leis brasileiras – naturalmente surgidas por força da pressão – dão*

física entre comandantes e comandados, governadores e governados, fazendo florescer o uso da “malandragem”. E com relação ao tema de Lasch, sobrevivência, podemos dizer que o Brasil tem estado sempre num estado de sobrevivência.

⁷² Na compreensão de Nabuco, no dia que o país quis por fim ao tráfico, ele pôs. Logo a lei de 1850 valeu mais para se conseguir este resultado do que os cruzeiros ingleses.

⁷³ Ver: *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*, 1990, pp. 132 – 161 Editora Paz e Terra, São Paulo – SP

um golpe de misericórdia nas esperanças dos que pensavam ser possível desafiar a Inglaterra e continuar o tráfico. (...) É o fim do tráfico, que não seria possível sem a violenta pressão inglesa." (Chiavenato, J.J. 1980 p.73)

Clóvis Moura apresenta a pressão inglesa contra o tráfico como fator secundário para a extinção do comércio de negros africanos, mas não retira da interferência inglesa seu mérito para acelerar o processo. Pelo contrário, a vê como mais uma peça na montagem do quebra-cabeças que caminhará para por fim na escravidão, e concomitantemente para a decomposição do sistema colonial, que ainda não se findaria, mas que se verificaria numa outra oitava, com outro tom, sob os acordos de um novo imperialismo, conhecido também como globalização, panacéia que indiscriminadamente muitos lançam mão para interpretar a atualidade. (Moura, C.1994)

Essa análise tem sua fonte nítida em Caio Prado Júnior quando este deslinda sobre a questão de certas continuidades de um passado colonial e quando nos revela que a transição de uma economia colonial⁷⁴ para uma economia nacional⁷⁵ é um processo histórico que ainda não se completou. Este processo é constituído concomitantemente de cortes parciais com o passado colonial que nasceram das contradições geradas na antiga ordem, e de continuidades desse estatuto colonial. Portanto, essa transição não se completou ou se encontra incompleta por ser esta transição uma ruptura sempre parcial com o passado, devido a constante reposição da herança colonial mesmo que em novas formas. (Prado Júnior, C. 1970)

É mister lembrarmos que após a independência, começa-se a pensar também sobre o sistema escravista, no fim do tráfico, mas não na abolição da escravidão⁷⁶, pois esta estava solidamente regimentada pela lei de 1835 que aplicava a pena de morte aos escravos rebeldes.⁷⁷ Foi somente após a liquidação do tráfico por volta de 1852, que vem à tona pensamentos, bem como incipientes propostas emancipacionistas com relação aos municípios. Muitos faziam reflexões de que a escravidão era um mal necessário. Outros entendiam como sendo esta inevitável, mas que deveria ter um caráter passageiro, uma data pré-fixada para seu fim. E outros lucubravam sobre o fim do

⁷⁴ Cabe aqui um parênteses para lembrarmos que temos três maneiras de interpretar a questão colonial: a primeira posição recapitula e privilegia a história como sendo uma sucessão de políticas econômicas, cujo as colônias são meios para se atingir os fins de uma política mercantilista; a segunda maneira considera as colônias como um momento da pré-história do sistema capitalista, configurando um modo de produção pré-capitalista. E finalmente a terceira parte do pressuposto que as colônias fazem parte do sistema sócio-econômico capitalista. Para Caio Prado Júnior, o período colonial da história do Brasil é aquele que antecede à emancipação política, logo podemos dizer que o estatuto colonial está intimamente ligado à escravidão. Para Gorender a liquidação do período colonial associa-se ao fim da escravidão. Sérgio Buarque também entende o período colonial como sendo a época anterior de nossa emancipação política.

⁷⁵ Economia colonial e economia nacional, não entendemos como conceitos estanques ou tipo-ideais, pois compreendemos que a noção embutidas neles é totalizante e dialética, se transformando impulsionadas pelo pretérito e pelo devir histórico.

⁷⁶ Segundo Emília Viotti, José Bonifácio, patriarca da Independência e homem de conhecimentos [podemos acrescentar visionários] considerava a emancipação dos municípios, por volta de 1823, uma questão delicada e complicada para ser resolvida a toque de caixa, e acrescentava que deveria haver medidas transitórias tomadas pelo governo para guiar o caminho da passagem do compulsório para o livre. (da Costa, E.V.1982)

⁷⁷ Ressaltemos a análise feita por José Honório Rodrigues a respeito da lei de 1835: "(...) a agravação das penas aos escravos, desde 1835, mostram que os conservadores temiam essas forças populares e fizeram essas leis como um instrumento político não só contra os liberais, mas contra todos os que insurgissem contra o poder." (Rodrigues, J.H. 1976 p. 44)

escravismo⁷⁸ de maneira paulatina ao longo de anos, envoltos que estavam por uma atmosfera de urbanização e de progresso técnico que iniciou-se nos primeiros decênios do século XIX nas grandes cidades do Império, e que intensamente fervilhou desde então por todo o país.

Quando acontece o fim do tráfico externo, os grandes proprietários rurais começam a investir seus lucros⁷⁹ em outros negócios, refletindo em um impulso no setor industrial, bancário e de transportes. Mas o que percebemos é que mesmo a classe dominante sorvida pela crescente urbanização e modernização do país, não se desvincilhava do escravismo⁸⁰. Mas, por outro lado é também nesta ocasião que as questões sobre possível escassez de mão-de-obra, bem como a da pouca qualidade do trabalho compulsório em relação ao livre, aparecem e acintosamente atormentam a classe dominante dos fazendeiros e conseqüentemente de alguns parlamentares, pondo mesmo que de modo incipiente na berlinda o sistema escravista.

No Segundo Reinado temos o Império do café que colocou o Brasil como o seu principal produtor, fato este que contribuiu para a balança comercial brasileira tornar-se favorável, e que ajudou a impulsionar o aparelhamento e desenvolvimento da infra-estrutura do país⁸¹. É nesse momento que se amplia a urbanização. Não podemos portanto, dizer que a urbanização⁸² tem início com a colonização do café, e sim podemos relatar que houve um incipiente mas avultante progresso da infra-estrutura urbana, culminado com todo um pano de fundo histórico no qual estava ocorrendo mundialmente um acelerado desenvolvimento tecnológico, que mesmo em medidas homeopáticas⁸³ atingia o país.

⁷⁸ “Segundo Bonifácio, na mesma “Representação”, “multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos, que nada têm que perder, antes tudo que esperar de alguma revolução como a de S. Domingos.”” (Silva, J.B.A. *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, apud Jancsó, I. e Pimenta, J.P.G.1999 p. 174 in Mota, C.G. (org.) 1999)

⁷⁹ Para Júlio José Chiavenato, não era propriamente lucro das fazendas e sim calote nas antigas dívidas constituídas com os traficantes de escravos. Pois com o fim do tráfico e expulsão dos traficantes, serviu como pretexto para os devedores não pagarem suas dívidas, então sobrando dinheiro e dando início a uma grande euforia monetária. (Chiavenato, J.J. 1980)

⁸⁰ Neste mesmo ângulo, o de dar continuísmo ao sistema escravista, aponta-nos Jacob Gorender que só vem a se falar de um movimento abolicionista, e nota-se seu avanço político, a partir da década de 1860. Antes apenas verifica-se uma atenuação de pressões antiescravistas, caladas pelo fim do tráfico internacional, proporcionando aos fazendeiros de café um certo alívio das tensões. Mas este alívio não duraria muito, com a crise de 1864 fazendo ressurgir, e desta vez com força maior, o movimento abolicionista. (Cf. Gorender, J. 1990 pp. 133 –188)

⁸¹ “Os superávites da balança de pagamento permitiram maior equilíbrio das contas externas e os novos empréstimos deixaram de ser exclusivamente para cobrir os déficits, destinando-se agora às aplicações internas de desenvolvimento, como estradas de ferro e serviços públicos.” (Pinto, V.N.1995 p. 140 in Mota, C.G.(org.)1995) Sobre o assunto ver também Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, especialmente o – *Novo Equilíbrio Econômico*, pp.168 – 171, 1994, Editora Brasiliense, São Paulo –SP

⁸² Segundo Reis Filho, uma parte significativa dos empresários do café, tinham origem nas regiões de mineração, de onde traziam consigo a tradição de uma vida urbana e, desde logo, uma intensa participação de grande desenvoltura no comércio interno e externo, nos transportes dos produtos, e nas operações financeiras, controlando as fases mais lucrativas daquele processo produtivo. (Reis Filho, N.G. 2000, pp. 85 -117 in Mota C.G. (org.) 2000)

⁸³ Pensamos nesse momento na inteligência de Florestan Fernandes de que o desenvolvimento capitalista tardio do Brasil, típico de nações periféricas, quer elas provenientes de ex-colônias ou não, criou um caldo de cultura de dependência, em que esse subdesenvolvimento não foi imposto de fora para dentro e sim fez parte de uma estratégia cujo os estamentos e as classes dominantes dimensionaram esse desenvolvimento econômico da forma pela qual pretendiam, na qual a nação foi um meio de adquirir egoisticamente interesses particulares. (Fernandes, F. 1975) Concordamos em parte com a aceção de Florestan, pois em nosso entender a classe dominante controlava de certa forma o que entrava no país, pois sem analisarmos o nível ideológico, podemos dizer que alguns avanços econômicos, bem como momentos de retração foram

Moura deslinda que para se entender a fundo a esfera social do escravismo tardio, se faz necessário analisar as transformações técnicas, sociais e econômicas, que ocorreram na vida social brasileira, em decorrência das mudanças que apresentaram-se mundialmente e da qual éramos dependentes. Mas o que é relevante nesta observação das mudanças qualitativas, é que estas vieram desacompanhadas de uma mudança social. Ele se atém aos aspectos incompatíveis e contratantes das transformações técnicas, com a estagnação e paralisia das então relações sociais escravistas. Compreende que só terá realmente valor os benefícios tecnológicos, quando estes abrangerem de maneira igualitária toda a população, caso contrário de que valem a não ser para ostentar e conferir *status*, estigmatizando as diferenças. (Moura, C. 1988)

Este achado a primeira vista, parece notório, mas o que dista na sua análise é a verificação de que a população negra desde sempre sofreu as mazelas sociais, e por suposto estes instrumentos da modernidade só chegavam [e chegam até hoje] a classe privilegiada, para que esta possa usufruir ao seu modo as inovações.

“O processo de modernização da última fase dessa sociedade escravista era, por essas razões, injetado. A tecnologia era introduzida do exterior, os meios de comunicação mecanizavam-se, abriam-se estradas de ferro em todo o território nacional, o cabo submarino era inaugurado, tínhamos gás de iluminação, telefone, bondes de tração animal, mas tudo isto superposto a uma estrutura traumatizada no seu dinamismo pela persistência de relações de produção escravistas. Era, portanto, uma modernização sem mudança social. Em outras palavras: as estruturas básicas da sociedade brasileira ainda eram aquelas que procuravam manter e eternizar essas relações obsoletas, criando, com isto, uma contradição flagrante e progressiva.” (Moura, C. 1988 p. 219)

Moura salienta que esta modernização tecnológica contribuiu ambigualmente. Pois, de um lado auxiliava na melhoria física das condições de vida da população⁸⁴ e de outro contribuía para “dinamizar” os métodos de controle dos escravos, bem como os mecanismos contra os escravos rebeldes.

“Era, portanto, uma modernização que tinha como função social o controle da mudança processada na estrutura da sociedade escravista da época, em benefício da classe senhorial.” (...) *Eram usadas [as ferrovias] não apenas para escoar mercadorias para as estações de embarque, especialmente portos, ou fazerem conexão com as que chegavam ao litoral paulista, mas, também, para transportar tropas para sítios de agitação quilombola, depois de avisadas as autoridades – pelo telégrafo – pelos senhores de escravos para capturarem*

monitorados pelas classes dominantes em seu próprio benefício, um exemplo claro seria as negociações políticas e desde logo de amplo aspecto econômico que envolveu todo o ciclo cafeeiro. Mas não podemos deixar de averiguar que as causas desse desenvolvimento obsoleto podem até se esbarrar no controle econômico feito pela classe dominante brasileira, mas não se resume nisso. Entendemos que existe um algo mais complexo dentro de uma dinâmica do capitalismo internacional que esboçou a fisionomia e as características do capitalismo que chegou ao país. Ver mais sobre o assunto em: *O Capitalismo Tardio – Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, João Manuel Cardoso de Mello, 1988, Editora do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas – SP e *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, 1986, tese de doutoramento, Unicamp, Campinas – SP

⁸⁴ Logicamente quem mais se beneficiou com a melhoria na infra-estrutura da vida urbana foi a classe dominante, aos pobres e escravos estas mudanças pouco ou nada afetaram seu cotidiano. E até mesmo, no caso dos cativos afetaram de modo negativo, atuando de forma mais precisa em sua vigilância e captura.

horizontes mentais⁹¹. Nesses núcleos urbanos surgiam grupos sociais menos dependentes e menos identificados com o regime escravista⁹². Por suposto, passa a ser cada vez mais nítido as ambigüidades do escravismo em contraste com as inovações em quase todas as esferas da vida. É nesta passagem de um regime cada vez menos patriarcalista, para outro mais individualista que se desenvolve a civilização do café. E é no auge dessa cultura que o escravo-máquina⁹³ passa a ser excessivamente cobrado por seus senhores, o que resultou num aumento nas fugas, suicídios e homicídios por parte dos cativos. Entretanto, podemos concluir que quanto mais a economia escravista se integrava na economia capitalista do mercado mundial, logo, mais trabalho, ou melhor, sobretrabalho era aplicado a classe escrava, agravando assim suas insatisfações e aumentando as revoltas.

Segundo Moura os mancipios nesta época fugiam das senzalas e da labuta do trabalho no eito, sobretudo almejando a liberdade, quer nas cidades ou fora delas, devido aos duros castigos e punições que sofriam talvez por não suportarem uma carga de trabalho maior. Para completar essa análise, buscamos as proposições de Saes, cujo entendimento é que o escravismo rural dita a continuação do escravismo urbano nos dois decênios antecessores da abolição, e mesmo com essa continuidade do escravismo urbano, havia concomitantemente um crescente assalariamento urbano dos ex-escravos sem maiores empecilhos do que o assalariamento rural do mesmo.⁹⁴ (Saes, D., 1990) E, voltando a Clóvis Moura, ele entende que esse incipiente “assalariamento”⁹⁵ dos ex-escravos continuou até que agudiza ferrenhamente a ideologia do branqueamento, por parte das elites, pelos idos de 1883, quando começaram a repensar a nação, bem com o Estado brasileiro. É salutar lembrarmos que em sua acepção, os trabalhos urbanos oferecidos aos ex-escravos, principalmente nas décadas de 60 e 70, já elencavam modalidades fixadas previamente como sendo tarefas de negros daquelas destinadas aos brancos.⁹⁶

aliava] a conservação e reprodução do velho. Ver: Rêgo, R.M.L. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*, 2000, Editora da Unicamp, Campinas – SP

⁹¹ “A urbanização, que não podia ser compreendida como o simples advento da cidade, e sim como o surgimento de uma mentalidade aversa ao personalismo secular, privilegiadora do individualismo portanto, vinha também se impondo. Com ela, despontava no horizonte uma arquitetura social diferente daquela tradicional ordem familiar.” (Monteiro, P.M. 1999 p. 247) Ver também Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, 1968, Capítulos V e VI Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro – RJ, no qual este autor elenca as transformações comportamentais dos homens citadinos envolvidos, digamos por um “processo civilizador e modernizador” trazido pelo processo de urbanização da sociedade.

⁹² De acordo com Emília Viotti o urbano deu uma guinada nos rumos da escravidão. É nas cidades de floresceu o trabalho livre, que veio a substituir o escravo, e onde os abolicionistas encontraram o suporte necessário. Logo, o escravismo rural perdurou mais que o urbano. (da Costa, E. V. 1982 pp.31 – 35)

⁹³ ““O trabalho excessivo, a alimentação insuficiente, os castigos corporais em excesso” – escreveu um observador do regime de trabalho escravo nas fazendas de café: o Dr. David Jardim – “transformaram esses entes miseráveis em verdadeiras máquinas de fazer dinheiro.””(apud Freyre, G. 1968 p.178)

⁹⁴ O que nos demonstra efetivamente a elasticidade e plasticidade do meio urbano, onde a esfera sócio-cultural recebe e assimila com maior facilidade as mudanças provindas da urbano-modernidade do que o meio rural.

⁹⁵ Os salários, quase que invariavelmente eram pagos em gêneros alimentícios, em moradia, roupas e muitas vezes na permissão para plantar nas horas de folga e vender seus produtos.

⁹⁶ Não era qualquer trabalho ou ocupação que cabia a mão-de-obra negra.

No pré-capitalismo período que se insere o escravismo tardio, as grandes cidades⁹⁷ exerceram uma grande atração sobre os escravos e forros, que a buscavam na ânsia de conseguir a liberdade e, ou um trabalho digno⁹⁸ que lhe rendesse uma remuneração⁹⁹. O que houve foi um encantamento dos escravos com as cidades e a ilusão de que com o fim da escravidão seriam “livres”¹⁰⁰ e tidos como cidadãos, esse último aspecto, que sabemos não ocorreu. Deveras o que ocorreu foi uma pequena incorporação dos negros nos últimos decênios da escravidão e principalmente após a abolição no campo, pois nas cidades estavam os imigrantes brancos, se é que podemos chamar isso de incorporação ao mundo capitalista, pois muitos ex-escravos continuaram a trocar seu trabalho por precária alimentação e habitação¹⁰¹. Resultado, muitos negros e não-brancos transformaram-se em proletários rurais¹⁰², ou foram jogados para uma economia de miséria¹⁰³, sendo desde logo, pouco incluídos no novo sistema.¹⁰⁴

⁹⁷ Maria Cristina Wissenbach interpreta que as grandes cidades além de atrair o negro pela possibilidade de uma possível integração econômica, exercia também uma grande atração devido as aglomerações negras, exímios territórios negros, isto é, “espacialidade marcada por laços sociais, estruturas de parentesco e expressões culturais singulares que se revelaram fulcros significativos no processo de resistência à dominação escravista e à discriminação social que se lhe seguiu.” (Wissenbach, M.C.C. 1988 p. 99 in Sevckenko, N.(org.) 2001) Podemos dizer que os grandes centros urbanos dos últimos decênios do século XIX traziam consigo a contradição, dando suporte e contribuindo espacialmente com a resistência negra e ao mesmo tempo sendo o lugar fecundante e reificante do preconceito racial. Então a história dos grandes aglomerados urbanos, segundo Milton Santos, é registrada pela urbanidade que estes incorporam ou deixam de incorporar, sendo as grandes capitais um habitat de heterogeneidades, bem como de diversidades, isto é, de um urbano imediato que em cidades menores tardaram a serem incorporados a sua história. (Santos, M. 1998)

⁹⁸ Entendemos por trabalho digno, um trabalho honesto e permanente.

⁹⁹ “Ademir Gebera (...) analisou os anúncios de fugas de escravos publicados pela *Gazeta de Campinas* na década de 1870 e concluiu que a possibilidade objetiva de o escravo em fuga vir a vender a sua força de trabalho nas cidades permitiu que se desenvolvessem, entre os escravos, novas motivações para a fuga, individual ou coletiva. Os escravos fugidos de Campinas em 1870 levavam, na fuga, ferramentas de pedreiro; ou alistavam-se como voluntários da pátria; ou ainda procuravam emprego na estrada de ferro Santos-Jundiaí. (...) [Mas não devemos esquecer] que muitos ex-escravos permaneceram desempregados nas cidades, vivendo de pequenos expedientes e em situação instável.” (Gebera, A. *apud* Saes, D. 1990 p. 282) Ademir Gebera em: *O mercado de trabalho livre no Brasil*, disserta sobre a criação, fomentação e organização, entre 1870 – 1888, de um mercado de mão-de-obra livre, bem como de sua jurisdição, a iniciar-se pela Lei do Ventre Livre de 1871, para que houvesse uma transição no modo de trabalho, gradual e segura para a classe possuidora. Ver: *O mercado de trabalho livre no Brasil*, 1986, Editora Brasiliense, São Paulo –SP

¹⁰⁰ Mas pensemos, naturalmente havia variadas interpretações do que significasse liberdade. Para os negros talvez em boa medida entendessem liberdade como a autonomia de movimentos, o de ir e vir de um determinado local conforme sua vontade, de manter sua religiosidade e podê-la expressá-la sem medo, de manter relações amorosas e ou de amizade com quem entendesse, de calçar sapatos, que só era permitido a homens livres, bem como de possuir alguns objetos que da mesma forma que possuir sapatos (pois na maioria das vezes e devido a falta de costume, não os usavam aos pés e sim carregava-os), os elevavam a uma condição superior.

¹⁰¹ E esse fato não só aconteceu no meio rural, ocorreu também nas áreas urbanas, que de acordo com informações coletadas por Edgard Carone, por volta de fins do século XIX e início do XX, uma das maiores indústrias de tecidos de São Paulo a Jaffet pagava o salário para seus empregados por meio de vales que deveriam ser trocados por mantimentos no armazém do mesmo dono da fábrica. (Carone, E. 1972 pp.191 – 246)

¹⁰² Os ex-escravos negros e mulatos estavam majoritariamente no campo e muitos lá permaneceram, pois nas cidades encontravam uma grande dificuldade de se tornarem assalariados. Ficava a cargo das elites com sua ideologia racista de propalar que o negro não servia para trabalhar como assalariado. Ocorre a “metamorfose do escravo” em negro, sua cor dará o tom de sua marginalização e discriminação, ou seja, passar-se-á o estigma de subalternidade de sua condição servil para sua cor malquista.

¹⁰³ Florestan Fernandes também vê a pouca inserção do negro na nova ordem competitiva, escreve que: “A passagem da sociedade escrava para a sociedade livre não se deu em condições ideais. Ao contrário, o negro e o mulato viram-se submergidos na economia de subsistência, (...) formando uma espécie de escória da grande cidade, vendo-se condenados `a miséria social mais terrível e degradante.” (Fernandes, F. 1972 p. 42)

¹⁰⁴ Nas análises de Andrews, em *Negros e Brancos em São Paulo (1988 – 1998)*, o autor discute o debate ideológico de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Observa Andrews que Gilberto Freyre seria o intelectual preferido das elites, quer

Portanto, entendemos que para Moura, principalmente o ex-escravo recém saído das senzalas não possuía uma mentalidade totalmente utilitarista e racional. Porém, com o amalgamento do sistema capitalista, esse modo de ver a vida totalmente sob o prisma do trabalho se fez incorporar no universo de atuação do ex-escravo e, logo, dos afro-descendentes. Complementando o raciocínio de que os escravos após libertos buscavam essencialmente a liberdade, nos revela Sidney Chalhoub que seria bem difícil que os ex-escravos ao se encontrarem livres, essa situação de liberdade significasse “*uma liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários*”, mas era mais provável que exprimisse “*a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém.*” (Chalhoub, S. 1988 p.80)

E concomitantemente a essa transformação da visão de mundo do ex-escravo, as elites tomaram o cuidado de reificar as barreiras de não-inserção destes, usando de aparelhos ideológicos [quer sejam de Estado ou não] para mantê-los na classe subalterna, logo, mantendo-os afastados de serem possíveis concorrentes, principalmente no mundo do trabalho, da classe dominante e acima de tudo branca.

Voltemos a questão da mão-de-obra, que com o fim do tráfico externo, tem início o tráfico interno, isto é, interprovincial para provir de braços a lavoura cafeeira¹⁰⁵. Nada de novo vem acrescentar Clóvis Moura quanto ao tráfico interprovincial, que intensificou-se logo após o fim do comércio internacional de negros. Moura segue a mesma linha de pensamento de Caio Prado Júnior¹⁰⁶, enfatizando a ligação entre o fim do comércio interprovincial¹⁰⁷ de cativos, com o projeto

classe média ou alta, principalmente no restante da década de 30, e nas décadas de 40 e 50. Freyre tende a explicar as desigualdades raciais e, desde logo sociais, como herança da escravidão. Já em fins da década de 50, surge as proposições de Florestan Fernandes, segundo Andrews, “o preferido dos brasileiros criteriosos” para explicar a questão racial no país. Florestan, por sua vez, explica as desigualdades sociais pela forma pela qual houve a Abolição e pela manutenção de formas arcaicas de relação social, e assim transferindo a questão racial para a questão essencialmente classista e social. E entende que estes arcaísmos tenderiam a desaparecer com a modernização efetiva da sociedade, o que por sua vez, integraria o negro a sociedade e sendo assim extinguiu-se por suposto a discriminação racial. (Andrews, G.R. 1998)

¹⁰⁵ A título de divergências analíticas a respeito dos locais no nordeste provedor de cativos para o sudeste, Moura assim como Caio Prado Júnior, entendem que os escravos vindos do nordeste eram provenientes de uma decadente lavoura açucareira, no qual os senhores de escravos conseguiam grandes lucros com a venda de cativos para suprir a mão-de-obra da então crescente lavoura cafeeira, aderindo a priori inconscientemente e, de modo precário e incipiente às idéias abolicionistas. Em desacordo com essa aceção, encontramos as proposições de Robert Slenes, expondo que os cativos que serviam de peças no comércio interprovincial provinham de áreas urbanas ou de áreas de produção voltadas para o mercado interno, e não das áreas da plantation açucareira. Desde logo, podemos nos opor a aceção de Slenes, evocando o advento da urbanização, pois havendo uma progressiva e uma consecutiva mecanização dos engenhos, portanto, necessitando cada vez menos de braços, estes eram vendidos com grandes ganhos à faminta e expoente lavoura de café. Ver: *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior, 1994, pp. 168 – 182, e do mesmo autor: *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*, 1979, pp. 90 – 102 e “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850 – 1888”, Robert Slenes, in *Brasil: história econômica e demográfica*, Iraci del Nero da Costa, (org.) Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986

¹⁰⁶ “Efeito capital desta situação será o de desviar os escravos para as regiões mais prósperas em prejuízo das outras; a mão-de-obra no Norte começará a afluir para o Sul, onde graças ao café, ela se pagava com bons preços. Isto se percebeu e sentiu tão cedo que já em 1854 aparece no Parlamento um projeto de lei proibitiva do tráfico interprovincial de escravos. Seu autor é um dos mais destacados representantes do Norte, intimamente ligado aos grandes senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia (João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe). A idéia não teve andamento; mas se substituiu, em algumas províncias setentrionais, por taxas locais impostas sobre a saída de escravos.” (Júnior Prado, C. 1994 p. 174)

¹⁰⁷ Segundo Saes, concordando com a interpretação de Robert Conrad, para quem as medidas para por fim ao tráfico interprovincial de escravos foram acima de tudo conservadoras, acrescenta que evitando que as províncias economicamente

imigrantista em andamento.¹⁰⁸ Pouco se atem a pormenores, deixando-os implícitos, como por exemplo o medo que se infiltrasse na região sudeste escravos de alta periculosidade vindos do nordeste e dados à rebeliões¹⁰⁹. Sumariamente explica Moura:

“O tráfico interprovincial passará a ser o mecanismo que irá substituir o africano importado e se constituirá em um dos traços do escravismo tardio. E, complementar a ele, o aumento do preço do escravo e a elevação progressiva de taxas que dificultavam esse processo migratório. Esse tráfico interno foi também proibido em medida que favorecerá ainda mais a política imigrantista [racista]do governo.” (Moura, C. 1994 p. 90)

Devido a crescente revolta dos mancipios e, uma dada como possível crise de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras, nasce a alternativa da imigração européia. Em sua acepção, essa imigração pouco tinha haver com a escassez de mão-de-obra, portanto, indo deveras de encontro com a vontade da classe dominante de embranquecer o país, somada com os vultosos lucros provenientes deste empreendimento migratório.¹¹⁰ Concomitantemente tem início também o movimento abolicionista que estimulará as revoltas escravas para forçosamente por fim ao escravismo, não com uma motivação humanitária, mas antes de tudo movidos por uma mentalidade racional e sórdida.¹¹¹ (Moura, C. 1994)

Segundo Caio Prado, Celso Furtado, Octávio Ianni e Emília Viotti, a fome de braços para lavoura, foi o resultado de inúmeros fatores internos¹¹² que viabilizaram, como meio de saída para essa crise de mão-de-obra, a criação e implementação de uma política para sanar a falta de braços na lavoura, que foi a política imigrantista. Para Celso Furtado e Octávio Ianni houve a partir de 1860

decadentes do Nordeste se desfizessem dos seus escravos e se desinteressassem pela continuação da escravidão, dariam continuidade ao estado imperial escravista homoganeamente, o que desde logo garantiu a preservação da escravidão. (Saes, D. 1990)

¹⁰⁸ Lembremos que para Emília Viotti, o fim do tráfico interprovincial se deu devido a ação inovadora de um grupo de fazendeiros, desbravadores da nova área de produção do café – o oeste paulista, que por sua vez tinham idéias novas e bem diferentes da antiga área produtora – o Vale do Paraíba, que era a de acabar com a escravidão e instituir de vez o trabalho livre. Acepção que foi contestada por inúmeros historiadores.

¹⁰⁹ “Joaquim Nabuco, propondo emendas a um orçamento na Câmara em 1880, defendeu a proibição do comércio de escravos entre as províncias, alegando que São Paulo arriscava seu desenvolvimento ao receber escravos que eram elementos “de desordem e de perturbação”.” (apud Chalhoub, S.1998 p. 58) Sobre a síndrome do medo ver também: *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*, Célia Maria Marinho de Azevedo, 1987, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ e *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura; 1820 – 1920*, Warren Dean, 1977, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ, cujos autores tratam também da tão temida pelos senhores, “revolta negra”.

¹¹⁰ No entender de Décio Saes a imigração adquire um caráter suplementar de mão-de-obra, e não uma função substitutiva a mão-de-obra escrava, e acrescenta: “O caráter suplementar da presença do trabalhador imigrante na economia escravista se acha também indicado na análise que José de Souza Martins empreende sobre a política inicial (década de 1870) do governo provincial paulista para com o trabalhador imigrante. Tal política consistia em fixar o imigrante em terra própria, estimulando-o a produzir, não café, mas alimentos baratos (milho, feijão, mandioca, etc.), e permitindo que este, em caso de necessidade (isto é, escassez de escravos), fosse trabalhar no trato e na colheita do café.” (Saes, D. 1990 p. 161)

¹¹¹ A idéia mestra do abolicionismo brasileiro centrou-se na convicção de que a escravidão à formação de uma nação moderna, homogênea e próspera no Brasil. Semelhante razão nacional, como a denominou José Murilo de Carvalho, vinha enunciada por intelectuais da classe dominante, porém capazes de avançar para além da rotina consagrada, como Luís dos Santos Vilhena, no final do séc. XVIII, e José Bonifácio, nos anos 20 do séc. XIX. A razão nacional se associou à idéia da promoção da imigração européia, que teria a dupla vantagem de trazer o trabalho livre e o influxo “purificador” da raça branca.

¹¹² Principalmente o alto preços dos escravos e as alíquotas de importação e exportação interprovincial que dificultavam o comércio de escravos entre as províncias, ações e medidas estas que contribuíam para a conservação da escravidão no país.

uma crise de mão-de-obra, cuja a falta da oferta de braços começava a ameaçar a cultura do café em expansão. Segundo Ianni: *“Durante a segunda metade do século XIX, em concomitância com o desenvolvimento econômico-social, ocorre uma verdadeira escassez de braços. Exatamente na época em que a sociedade nacional ingressa num ciclo de expansão acelerada, entra em colapso o fornecimento de escravos.”* (Ianni, O.1966 p.94)

No entendimento de Décio Saes o que impulsionou a imigração foi a liquidação do direito escravista e a instituição do direito burguês, processo que se inicia em meados de 1800, se acentuando na década de 1880 e que tem seu auge com a abolição da escravidão. Até então mesmo que existissem relações de trabalho “livre”, não se apresentavam como verdadeiramente “livre”, pois “a escravidão contaminava as demais relações de trabalho”, que de algum modo os remetia a relações ímpares de contrato de trabalho, aceitando o fornecedor de mão-de-obra, pagamento em gênero e subserviência; o que contribuía, principalmente no meio rural, para a persistência das relações de clientelismo e patriarcalismo. Com a Abolição, se vê acelerado o ritmo do processo de imigração no Estado de São Paulo, cujo número de imigrantes em 1887 fora de 37 mil passa em 1888 para 92 mil. (Saes, D. 1990) Já na análise de nosso autor, não houve essa tão famigerada falta de braços para lavoura, mas o que houve foi uma troca de tipos de trabalhadores, desde logo, excluindo o trabalhador negro. Troca essa que gerava altos lucros para a empresa branqueadora-imigrantista que se formou em meados do século XIX no país. Escreve Moura:

“Este mesmo processo de substituição de um trabalhador por outro verificou-se na passagem do escravismo tardio brasileiro em relação ao negro. As grandes firmas imigrantistas, grupos interessados nesse processo e especuladores em geral não viam evidentemente o imigrante como superior, mas o viam como um investimento que daria lucros a quem administrasse os mecanismos imigrantistas”. (Moura, C. 1988 p. 90)

Moura entende que além da lucrativa empresa da imigração que se formou, subvencionada pelo governo, existiu a questão intrínseca do racismo, pois buscava-se com a política imigrantista além de mão-de-obra, o embranquecimento da população brasileira.¹¹³ Portanto, se discriminava o trabalhador negro, em prol de um imigrante, que nada possuía de superior com relação a execução de tarefas, mas que acima de tudo era branco. Ainda explica Moura, que o número de trabalhadores nacionais que poderiam ter sido inseridos na economia cafeeira era suficiente, pois segundo suas pesquisas, o país possuía uma população desocupada maior do que o número de imigrantes chegados no período de 1851 a 1900.

“Quando se quer fazer uma relação entre a necessidade da mão-de-obra e a imigração apresenta-se, como justificativa ou explicação, o número relativamente pequeno de escravos (...) e a grande expansão da economia cafeeira que necessitava de um número muito maior de trabalhadores nessa expansão econômica. Isso é artificial, argumento que não se deve considerar. Com isto

¹¹³ A título de exemplo, na questão da substituição do trabalhador negro pelo branco temos a seguinte informação: “Os levantamentos da população operária revelam, além da preponderância de estrangeiros, uma cada vez maior concentração de trabalhadores: calcula-se que existem no estado de São Paulo 50.000 operários em 1901, dos quais os brasileiros constituem menos de 10%. Na capital paulista, entre 7.962 operários, 4.999 são imigrantes.” (Carone, E. 1972 p. 191)

apagar-se-ia artificialmente do mapa demográfico nacional e do seu potencial de trabalho a grande parcela disponível de mão-de-obra que antecedia à Abolição. Em 1882 tínhamos nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro para 1.443.170 trabalhadores livres e 656.540 escravos uma massa de desocupados de 2.822.583. Essa era a realidade no processo de decomposição do sistema escravista: tínhamos, portanto, uma população trabalhadora sem ocupação maior do que o total de imigrantes que chegaram ao Brasil de 1851 a 1900.” (Moura, C. 1988 p. 83)

E acrescenta, concordando com Verena Stolcke¹¹⁴, que essa importação de mão-de-obra tinha como objetivo além de branquear o país, o de manter os salários baixos para os trabalhadores, e sendo assim continuar a proporcionar um alto lucro para os fazendeiros.

Clóvis Moura, assim como Celso Furtado, Octávio Ianni e Emília Viotti¹¹⁵, salienta também a contribuição da questão externa para a ocorrência da imigração, dos países europeus, que com a aceleração de suas economias, e a não incorporação dos trabalhadores, fez-se aumentar a mão-de-obra disponível que logo não absorvida¹¹⁶, fomentou e foi a fonte fornecedora de braços imigrantes, que muito contribuiu para o bom sucesso da empresa imigrantista no Brasil.

Clóvis Moura entende que os escravos foram os protagonistas durante o escravismo pleno de revoltas inúmeras na tentativa de pôr termo ou, como ocorreu magoar o regime escravista. *“Na primeira fase da escravidão, até aproximadamente 1850 os escravos não eram libertados por outros grupos políticos, porque eram o sujeito da ação histórica.”* (Moura, C. 1994 p.101) No que tange ao escravismo tardio, principalmente no sudeste, os negros cativos atuaram em papel secundário, pois estavam amparados e muitas vezes sendo comandados pelos abolicionistas. Isso se deu devido a uma desarticulação da classe dos escravos, ocorrida com a crescente divisão do trabalho, principalmente no período pré-capitalista que, em nossa análise, para o autor vai de 1870 até a abolição, além de já facultarem leis a seu favor que amenizavam o caráter das ações rebeldes provenientes dos escravos. Logo, a revolta negra não era mais autêntica e radical como dantes, mas continuava existindo, atuando ativamente e constituindo-se em ameaça ao sistema escravista.¹¹⁷

¹¹⁴ Moura cita o trabalho de Stolcke, em concordância com sua aceção. “Mesmo depois da década de 1880, os fazendeiros regularmente se queixavam de que havia uma escassez de braços agrícolas em São Paulo. Existem, porém, várias indicações de que essas queixas eram recursos para pressionar pela continuidade da imigração em massa, e assim assegurar os baixos salários que os fazendeiros estavam dispostos a pagar.” (citado por Moura, C. 1988 p. 92)

¹¹⁵ Ver sobre as questões externas que colaboraram com a imigração: Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 2000, p.133, Publifolha, São Paulo –SP, Octávio Ianni, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, 1966 p.100 Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ e Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1987 pp. 228 – 247, Editora Brasiliense, São Paulo –SP

¹¹⁶ José de Souza Martins demonstra-nos com o estudo do caso italiano, um exemplo da precarização da economia européia em fins do século XIX e início do XX, logo contribuindo para o grande fenômeno da imigração. Segundo ele: “No Vêneto a pequena propriedade transformou-se em sinônimo de pobreza, chegando a ponto de que a produção cobria o sustento da família durante apenas metade do ano. (...) O declínio da produtividade tornou-se cada vez mais opressiva. (...) O resultado imediato dessas alterações foi o fenômeno da proletarização, isto é, de transformação do camponês em trabalhador livre. No entanto, a nova economia italiana não tinha condições para absorver integralmente essa população proletarizada.” (Martins, J.S. 1973 pp. 75-76)

¹¹⁷ Fernando Henrique Cardoso em sua análise, na contramão da aceção de Clóvis Moura de que o cativo se constituiu num agente histórico ativo, entende que o escravo, assim como toda a camada popular, eram agentes passivos das forças burguesas transformadoras da história. Escreve Cardoso: “Em todo este processo de “passagem” [para uma sociedade

“É que [no escravismo tardio] a própria classe escrava já estava parcialmente desarticulada, passara por um processo de diferenciação muito grande quer na divisão do trabalho quer na localização das suas atividades e, por estas e outras razões, já não tinha mais aquele ethos de rebeldia antiga, anestesiada (pelo menos parcialmente) pelas medidas jurídicas decretadas em seu favor. A rebeldia escrava chega ao seu apogeu até a primeira parte do século XIX. Em seguida é substituída por uma resistência passiva, muitas vezes organizada não por eles mas por grupos liberais que procuram colocar os escravos dentro de padrões não-contestatórios ao sistema.” (Moura, C. 1988 p.241)

Octávio Ianni entende que: *“o protesto do escravo adquire a significação política condizente com o abolicionismo, exatamente no instante em que o próprio movimento lhe dá novo sentido. Assim, o significado anárquico de determinadas formas assumidas pelo comportamento do escravo em rebeldia transforma-se essencialmente, adquirindo uma expressão política coerente com o movimento coletivo em que se inscreve. (...) Portanto, a abolição não foi apenas o resultado direto e imediato do comportamento deliberado do escravo. Por intermédio dos homens livres que organizam e lideram o abolicionismo, o protesto do cativo acaba adquirindo uma significação política notável.”* (Ianni, O. 1988 pp. 204 e 205) Moura em seu entendimento dista dessa acepção de Ianni, quando enxerga uma apropriação da luta escrava pelos abolicionistas, em prol da abolição, mas enfatiza que foi essa luta, vinda de séculos, que essencialmente propiciou o questionamento da escravidão e seu fim.

A análise que Jacob Gorender fez do entendimento de Moura sobre a questão das revoltas escravas após criar-se o movimento abolicionista, é que a totalidade dos escravos se limitou apenas a uma “resistência passiva”¹¹⁸. Escreve Gorender: *“(...) decai a insurgência negra, substituída pela resistência passiva. Apesar da redução da combatividade dos escravos, é a ela somente que Moura credita a Abolição.”* (Gorender, J. 1990) Entendemos que com o surgimento do movimento em prol da abolição, muitas revoltas escravas bem como muitos quilombos passaram a ser organizados pelos abolicionistas, principalmente na região sudeste do país, descaracterizando a lídima rebelião negra, característica do escravismo pleno. Mas não podemos generalizar que, para Moura, toda a revolta e todo o quilombo tinha o bedelho dos abolicionistas, pois nos rincões do sertão brasileiro, continuaram-se a se rebelar e fugir os cativos sem a participação dos abolicionistas. A análise de Moura nos revela que, com exceção dos quilombos sergipanos de 1870 a 1875 e dos quilombos que efemeramente pululavam no norte-nordeste do país, a revolta passiva ditará o comportamento dos escravos. Devemos levar em conta que o autor por estar analisando o escravismo tardio no contexto do ciclo cafeeiro e, por suposto, de pulsar nessa região toda a vida política, econômica e social do país, entende que devido as causas acima citadas deu-se uma resistência, denominada por ele de

capitalista e burguesa], os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os “camponeses” são (...) uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história”.

¹¹⁸ Pensamos que o entendimento de Jacob Gorender de revolta passiva, venha de uma alusão a revolução passiva, ou seja, neste aspecto seria um rearranjo feito pelos abolicionistas, que pregavam a fuga, e nos últimos anos da escravidão, apenas a saída pacífica das senzalas indo em direção aos quilombos já pré-organizados pelos partidários da abolição, no que concordamos.

passiva, mas que mesmo tendo o cunho de passiva, muito colaborou para pôr termo ao regime escravocrata. (Moura, C. 1988)

Para nosso autor o escravismo tardio, na região cafeeira, acontece envolto a fugas dos escravos rurais e urbanos, muitos na direção aos quilombos organizados pelos abolicionistas, e completa: *“mas eram fundamentalmente fugas e não confrontos. As medidas parlamentares que se sucederam durante esse último período, por outro lado, produziu uma diversificação de avaliação das mesmas entre os próprios escravos. (...) Esta fragmentação ideológica do pensar escravo irá refletir-se no seu comportamento social. Ele não será o quilombola ou o insurreto urbano ou das estradas do século XVIII e início do XIX, mas um agente social que via como perspectiva de futuro ser um assalariado. É verdade que o quilombola não tinha um projeto político elaborado e se contentava com o fato de negar a sua condição de escravo, enquanto os segundos já viam o trabalho livre com o qual conviviam como um objetivo a ser alcançado.”* (Moura, C. 1994 pp. 101–102)

De acordo com a aceção de Caio Prado, foi por volta da década de 80 que as organizações abolicionistas ganharam destaque pleno, e é nesta mesma época que alargou a participação dos cativos – até então numa posição de passividade, e que a partir deste impulsionamento e centralização do movimento em prol do fim do escravismo, tornaram-se mais atuantes e participativos, reagindo ao escravismo principalmente por meio de fugas coletivas.¹¹⁹ (Júnior Prado, C. 1994 pp. 172 – 182) Moura discorda dessa compreensão e deslinda que ao contrário dessa passividade escrava vista por Caio Prado e por Emília Viotti, entende que pelo contrário, até principalmente 1870, os escravos estiveram mais ativos do que nunca em sua luta contra a escravidão, e justamente após 1880, com a instituição do movimento abolicionista, os escravos mesmo envolvidos em revoltas, fugas, lutas e quilombos, muitos se viam de certa forma amparados e norteados pelos abolicionistas, o que descaracteriza, desde logo, a autêntica revolta negra, mas mesmo inautêntica não sucumbem, continuando sua luta pela liberdade.

Do mesmo modo analisa Jacob Gorender, enxergando que foi no escravismo tardio que houve realmente uma eclosão da revolta negra¹²⁰. Gorender faz uma crítica a Moura, em nosso entender descabida, quando escreve: *“Na segunda metade do séc. XIX, [os escravos] não se limitaram à “resistência passiva”, como pretende Clóvis Moura. Pelo contrário, incrementaram as ações ofensivas e configuraram um verdadeiro auge da rebeldia escrava no Brasil.”* (Gorender, J.1990) Descabida porque, segundo o viés de interpretação utilizado por Moura, entendemos que onde houvesse a escravidão concomitantemente houveram revoltas dos oprimidos escravos contra esse

¹¹⁹ Da mesma maneira analisa Emília Viotti, quando escreve sobre as revoltas escravas do decênio de 1880: *“O movimento abolicionista tornou-se irresistível nas áreas cafeeiras, onde quase dois terços da população escrava estava concentrada. Com uma nova consciência de si mesmos e encontrando apoio em segmentos da população que simpatizavam com a causa abolicionista, grandes números de escravos fugiram das fazendas. A escravidão tornou-se uma instituição desmoralizada.”* (da Costa, E.V. 1987 p. 245)

¹²⁰ Questionamos esse entendimento de Gorender de que só no escravismo tardio ocorreram as revoltas escravas, mas e antes? O que eram aqueles inúmeros levantes de escravos que coletivamente deram início aos grandes quilombos do século XVII e XVIII, senão revoltas escravas?

sistema. E, com essa acepção de Gorender¹²¹ anula-se toda uma gama de revoltas e uma história de insurreições escravas do escravismo pleno, sem as quais não se caminharia para o fim da escravidão, no findar do período do escravismo tardio, como entende Clóvis Moura.

Num outro apontamento e entendimento, Gorender compreende que para Moura, “os abolicionistas entram como adesistas e aproveitadores, motivados pela intenção de impedir que as ações dos escravos desaguassem no estuário da revolução.” (Gorender, J. 1990) Discordamos dessa análise de Gorender, pois entendemos que para Moura, os escravos não tinham condição política para realizar a revolução, pois desfrutavam de uma consciência possível, dentro da estrutura da qual estavam. Lembremos da análise de Marx que dentro de formações pré-capitalistas as apropriações revolucionárias possuem um caráter limitado¹²². Seria portanto injusto transferir para as formações pré-capitalistas leis que são específicas das formações capitalistas. Logo, em nossa acepção, nas formações escravistas os explorados não podiam se constituir em classes revolucionárias pois não possuíam uma consciência profícua e crítica de sua realidade. Então, quando os escravos resistiam nos quilombos ou lutavam por todo o país, punham em xeque o sistema dominante escravista. Mas num âmbito local e de pequeno alcance, pois essas lutas eram privadas de um cunho político-revolucionário, dado pela ausência de visão política e de perspectivas concretas desse grupo.

Em razão da inexistência de uma classe revolucionária, a classe dirigente, detinha as rédeas do processo de transformação, evitando por sua vez mudanças profundas que fugissem de seu controle. Essa transformação sócio-econômica era, portanto, um rearranjo estrutural do país, e o movimento abolicionista, de acordo com Nabuco, seria mais um movimento da classe dominante dos senhores rurais. Joaquim Nabuco deslinda que a abolição virá através do Parlamento e, desde logo, não precisará das lutas fora dele, cabendo aos cativos permitirem serem guiados pela voz dos abolicionistas, os verdadeiros representantes desta classe escrava oprimida.¹²³

Gorender nos expõe ainda que existiram duas alas no movimento abolicionista: a ala moderada e a facção radical, sendo que a primeira seguia as proposições de Nabuco “*de que os escravos fossem figurantes mudos, beneficiados pela liberdade como doação através de uma lei do Parlamento.*” (Gorender, J.1990) Por outro lado, a tática dos radicais era agir conjuntamente com os escravos, essa ala pretendia ser um dos agentes agitadores daquela ordem e, ao mesmo tempo agente conscientizador da população contra o escravismo. Simultaneamente as suas ações,

¹²¹ Não só Gorender anula a resistência negra no período do escravismo pleno, Emília Viotti também em seus estudos deu pouco destaque ao protesto negro antes de 1850, só a considerando no contexto final do processo de desagregação do sistema escravista. Ver: Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, 1982, Editora Ciências Humanas, São Paulo – SP e da mesma autora: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1987 Editora Brasiliense, São Paulo –SP

¹²² Contudo cada formação histórica corresponde a um nível distinto de forças produtivas, por suposto de classes antagonicas, e em consequência, a luta social se desenvolve em distintos graus de consciência de classe. Desde logo, a forma de uma revolução social será tanto mais desenvolvida quanto mais elevado o nível das forças produtivas. E esse nível é que determinará a consciência, a coesão e a energia da classe revolucionária.

pregavam o aumento dos atos rebeldes dos mancípios, pois julgavam esses atos necessários, e interpretavam que sem essa ação radical dos cativos, a escravidão teria uma sobrevida maior. (*ibidem*) Para Jacob Gorender, a Abolição não foi apenas um “negócio de brancos”¹²⁴, mas o resultado “*da luta autônoma dos escravos conjugada à militância do abolicionismo urbano-popular radical.*” (*ibidem*)

Na análise de Moura, o movimento abolicionista também apresentou-se e caracterizou-se por dois segmentos, de um lado a ala mais moderada, encabeçada por Nabuco, e do outro a ala dos radicais, tendo por figuras mais proeminentes, Luís Gama, Silva Jardim, Antônio Bento e Raul Pompéia. Neste aspecto Moura não despreza o auxílio dos abolicionistas radicais, mas deixa claro que pouco fizeram (ambas facções) para a inclusão do negro como cidadãos autênticos na sociedade pós escravidão. Moura novamente toca da questão da força *sine qua non* da rebeldia escrava, a qual os abolicionistas souberam apropriar-se muito bem.

Moura descreve as duas facções do movimento:

“A primeira ala dos abolicionistas tinha como método de reivindicação não a organização dos escravos, mas o trabalho de mostrar às classes dominantes do Império os prejuízos morais da escravidão. Diziam que somente com a persuasão, através do choque de idéias e da racionalização da opinião pública, era possível fazer triunfar o abolicionismo.” (...) A outra ala abolicionista – que podemos chamar de radical – dirigia por sua vez as vistas e atividades cotidianas mais para os próprios escravos do que para os entevos jurídicos, organizando-os para que lutassem com as próprias forças contra o cativo.” (Moura, C. 1988 pp.60 – 61)

Octávio Ianni entende que o abolicionismo foi um fenômeno político liderado por cidadãos livres que aparentemente propagava o fim do cativo em benefício dos cativos. Logicamente, a classe média urbana, bem como parte dos fazendeiros, quando se punham à favor da abolição, estavam preocupados com as vantagens que o sistema baseado no trabalho livre iria lhes proporcionar. Observa Ianni: “*No contexto histórico-econômico em que se manifestou, pode ser considerado um fenômeno “branco”, em nome do negro.*”(...)”*Por isso é que o abolicionismo foi uma revolução “branca”, isto é, um movimento que não se orientava no sentido de transformar, como se afirmava, o escravo em cidadão, mas transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre.*” (Ianni, O.1988 p.205)

Para Moura, o abolicionismo foi um “negócio de brancos”, que só veio a ocorrer devido ao antigo e persistente negócio de pretos destacado por posturas no mínimo de contestação de sua condição cativa. Esse tal “negócio de brancos”, é digamos incompleto [ou perfeito no que pretendia] pois não criou projetos de incorporação do ex-escravo, pelo contrário, o jogou astutamente para a base da pirâmide social de onde não deveria se afastar após sua condição de livre. Para nosso

¹²³ Nabuco evoluiu seu pensamento durante a campanha abolicionista, reconhecendo o caráter negativo dos latifúndios improdutivos e pregando a disseminação da pequena propriedade rural, claro que, neste aspecto, suas fecundas palavras não encontraram terreno fértil para brotar e proliferar. (cf. Nabuco, J. 2000)

¹²⁴ Como entende Octávio Ianni em: *Raças e Classes Sociais no Brasil*, 1966, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ e em: *As Metamorfoses do Escravo*, 1988, Editora Hucitec, São Paulo –SP

autor, é ingenuidade ver a abolição como uma revolução demográfico-burguesa¹²⁵, pois esta se caracterizou somente por uma modificação política, porque “a abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira”. (Moura, C. 1994) Nesse ínterim podemos notar que Clóvis Moura concorda com a análise de Celso Furtado sobre esse acontecimento que foi o fim da escravidão. Deslinda Furtado:

“Observada a Abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constituiu uma medida de caráter mais político que econômico.(...) Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda.” (Furtado, C. 2000, p.145)

Moura salienta ainda que o que veio também a dar o tom da Abolição foi a estratégia de dominação elaborada estrategicamente pela classe dominante. Em suas palavras, analisa: “*não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra sem função expressiva.*” (Moura, C. 1994 p. 103)

Os estudos de Décio Saes sobre a constituição do Estado burguês no país contempla, desde logo, o fim da escravidão, para compor algumas de suas intelecções. Saes se baseou nas acepções de Clóvis Moura, segundo ele mesmo indica: “*nossa hipótese de trabalho se aproxima consideravelmente, inclusive por terem sido uma peça essencial na sua construção: com os trabalhos de Clóvis Moura, que afirma o papel determinante da luta dos escravos na destruição do escravismo, ou, num patamar mais elevado, das pesquisas de Jacob Gorender e Ronaldo Marcos dos Santos, os quais, reafirmando esse papel determinante, identificam entretanto uma relação entre a luta dos escravos e um movimento social-urbano de caráter antiescravista.*” (Saes, D. 1990, p. 54) As proposições de Saes se assemelham as de Moura no que tange a grande importância dada por ambos autores ao papel decisivo da luta de classes, denominadas por Moura de fundamentais, isto é, senhor versus escravo, ou classe exploradora e explorada como quer Saes. Esse caráter marcante da luta de classes foi mais enfaticamente exposto e compreendido por Moura, devido ao objetivo de sua análise. Já por Saes, apesar de concordar com o importante papel da luta de classes, ele entende que as glórias pela vitória da abolição se devem a uma união da classe média urbana dos abolicionistas e de seu descortino com a massa escrava rebelde, que souberam astutamente guiar.

Para Saes, os acontecimentos que conduziram o escravismo ao fim foram: a escassez de escravos devido ao fim do tráfico internacional, o que nos demonstra em sua acepção, uma enorme subordinação da política nacional à estrangeira, divergentemente da análise de Clóvis Moura. Mas por outro lado, apoiado na proposição de Moura da luta de classes, que além de se apresentar como

¹²⁵Moura compreende que a revolução democrático-burguesa foi um delírio das “esquerdas brasileiras”, pois a burguesia brasileira, extremamente dependente de uma burguesia internacional, nunca se aliaria ao proletariado e, por suposto e

um fator autônomo de escassez de braços, foi justamente através desse antagonismo básico – escravo versus senhor, que se constituiu todavia o processo de desagregação do Estado escravista. Saes complementa que a escassez de braços cativos só fez aflorar outras relações de produção como o colonato e a meação, mas salienta enfaticamente que, a falta de braços não modificou a superestrutura escravista solidamente erguida durante os três séculos anteriores. A transformação deste Estado foi impulsionado pela luta de classes, e pelo agravamento das contradições entre as classes fundamentais após 1822, bem como pela discrepância entre um capitalismo dominante na Europa e um arcaico escravismo, ainda base do Estado brasileiro, que logicamente trouxe dificuldades.

Uma interpretação distinta e equivocada tendo como base a proposição de Moura, é a que nos apresenta Décio Saes, no qual deslinda que o movimento abolicionista encabeçado pela classe média urbana teve como objetivo principal *“libertar todos os trabalhadores escravos para que os membros de todas as classes sociais – indivíduos – acessem igualmente à condição de sujeitos de direitos (isto é, cidadãos).”* (Saes, D., 1990 p.277) Moura enfaticamente contesta a aceção de que os “benfazejos” abolicionistas quisessem transformar o escravo em cidadão. Segundo ele, os abolicionistas estavam mais preocupados com a implantação do modo capitalista de produção, visando o aumento de seus vultosos lucros, do que em tornar o escravo realmente em cidadão. O ex-escravo se transformou em cidadão *pro forma*, pela liquidação do Estado escravista e pela constituição do Estado capitalista-burguês, mas se tornou um cidadão de segunda categoria, alijado de direitos e sujeito ainda a um governo anti-democrático e conservador, que [como sempre] não estava voltado para a massa da população, essa recém saída de um aviltante cativo, e acima de tudo marcada pela sua cor de pele, e por estereótipos degradantes e racistas criados pela classe dominante, quer seja burguesa ou aristocrata, média ou alta. Para Moura o objetivo estratégico da classe média abolicionista implicava em transformar o escravo em trabalhador assalariado cabendo a estes as piores tarefas, ditas *de preto*, e que na maioria das vezes acabava por transformá-lo em desempregado, constituindo um permanente exército reserva de mão-de-obra operando apenas como barreira à aumentos salariais, considerados pelas elites como abusivos [que na maioria das vezes eram mais que justos, ou até insuficientes].

Na teorização de João Manuel Cardoso de Mello, *“abolicionismo e imigrantismo tornaram-se uma só e mesma coisa”* (Cardoso de Mello, 1998 p.91). Esses dois movimentos se fundem segundo Cardoso de Mello em prol do capitalismo, e do lucrativo e crescente trabalho assalariado¹²⁶, esse grande ímpeto verifica-se principalmente a partir de 1885 no Brasil. (Cardoso de Mello, 1998)

evidentemente, não realizaria projetos em prol destes.

¹²⁶ Afrânio M. Catani nos explica a relação entre trabalho assalariado e trabalho compulsório em meados da penúltima década do século XIX, baseado também no trabalho de Cardoso de Mello. Escreve Catani: “não é difícil compreender que os custos da indústria escravista deviam ser nitidamente superiores aos da indústria capitalista. Mesmo que irreal, admita-se igual técnica, idêntico grau de utilização da capacidade produtora, mesmo preço e eficiência produtiva igual para o escravo e para o trabalho assalariado. Ainda assim, a taxa de lucro da indústria escravista seria muito inferior por dois motivos. Primeiro, porque o pagamento da força de trabalho é inteiramente adiantado quando há escravos, enquanto a remuneração

Para Emília Viotti, alguns¹²⁷ dos fazendeiros escravistas intuía como certa a questão: o fim próximo da escravidão. Teria nascido dessa postura dos latifundiários escravocratas, pelos idos de 1850, o gérmen do movimento imigrantista, que viam na imigração uma saída para um problema futuro: a famigerada crise de mão-de-obra nas lavouras de café da década de 80. E é justamente o crescente movimento imigracionista que impulsionará o movimento abolicionista. Não que esses senhores de terras tivessem uma maior consciência da situação na qual viviam, ou que pudessem fazer uma previsão dos problemas que enfrentariam, apenas agiam desta forma mesquinamente preocupados com a manutenção da produção, do lucro e, desde logo, preocupados com a preservação de seu *status quo*. Logo, prematuramente para sanar uma possível falta de braços para a lavoura, principalmente em sua fase de expansão, aventa-se o incipiente movimento imigrantista, que de certa forma, foi gerador do abolicionismo e do imigrantismo de meados da década de 80, e que após essa data passarão a estar intimamente ligados. (da Costa, E.V.1982) Nas palavras da autora:

“Convencidos de que a escravidão estava destinada a desaparecer, da mesma maneira que os americanos da época estavam convencidos da inevitabilidade da democracia, os latifundiários brasileiros decidiram preparar-se para o inevitável. Já nos anos de 1850 fazendeiros das áreas cafeeiras – alguns dos mais necessitados de mão-de-obra – tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir os escravos por imigrantes.” (da Costa, E.V. 1987 p. 245)

Gorender igualmente analisando o abolicionismo e o movimento imigrantista, conclui:

“O abolicionismo não foi uma função do imigrantismo. O oposto é que é verdade: o imigrantismo foi uma função, uma decorrência do abolicionismo. Com o que tampouco pretendo negar que a solução encontrada para a efetivação da imigração européia em massa haja influído na mudança de posição dos fazendeiros do Oeste Novo e, por conseguinte, na aceleração do processo de extinção da escravatura. (...) o imigrantismo constituiu uma solução – entre outras possíveis – para o problema criado pelo abolicionismo.” (Gorender, J. 1988 pp. 597-598)

Ao contrário, para Fernando H. Cardoso, não se dá automaticamente a ligação imigrantismo e abolicionismo, acredita o autor que: *“o movimento em prol da imigração implicou na crítica indireta da*

do trabalho assalariado é realizada após seu consumo no processo produtivo. Ademais, a rotatividade do capital variável é mais rápida que a do capital fixo, representado pelo escravo, que se distende por toda a sua “vida útil”. Assim, a produtividade do trabalhador assalariado, mesmo admitindo idênticas técnicas, utilização da capacidade produtiva e preços, haveria de ser muito maior, o que acrescentaria o diferencial de custos. Finalmente, o fosso aumentaria devido às despesas com o trabalho de vigilância.” (Catani, A.M. 1980 p.58) Sobre o assunto ver também: Cardoso de Mello, J.M. *O Capitalismo Tardio*, 1998 pp. 32 – 92 Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP; Sodré, N.W., *Introdução à Revolução Brasileira*, 1967 pp.41–53, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ; Prado Júnior, C. *História Econômica do Brasil*, 1994 pp.183 –191 Editora Brasiliense, São Paulo – SP; Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*, 2000 pp. 155 –158 Publifolha, São Paulo –SP e Costa, E.V., *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1987 pp.228 – 247 Editora Brasiliense, São Paulo – SP

¹²⁷ Há também o grupo de fazendeiros escravocratas que se opunham furiosamente a abolição, com receio de perder o capital empatado na compra de escravos. Logo eram contrários a qualquer medida que findasse a escravidão sem que houvesse, por parte do Estado, uma indenização devida. Décio Freitas em seu livro: *O Escravismo Brasileiro*, 1982 Editora Mercado Aberto, Porto Alegre – RS, expõe sua tese de que houve a abolição com indenização aos ex-proprietários de escravos, logo latifundiários, esta apresentada como auxílios à lavoura e incentivos de ordem financeira.

escravidão, foi mais em função da crença abstrata na validade e nas virtudes do trabalho livre do que por causa da crítica direta das condições concretas do trabalho escravo, da economia escravista e da situação do escravo.” (Cardoso, F.H. 1962 p.211) O sentido da imigração era então o de renovar as relações, isto é, uma reabilitação do trabalho, e ao mesmo tempo o de povoar principalmente as províncias sulinas.¹²⁸ O abolicionismo no sul, segundo Cardoso difundiu-se como uma forma de consciência política, que servia aos interesses dos partidários da imigração, isto é, não se buscava primordialmente o fim do escravismo, mas sim o fomento da imigração. E só quando se consolida a imigração, com todas suas benesses, volta-se para a questão do fim da escravidão. *“Assim, [constata o autor] antes de constituírem-se no sul as comissões de libertação dos escravos, organizaram-se comissões de proteção aos imigrantes.”* (ibidem p. 221) Por conseguinte, Cardoso utiliza o conceito de “consciência totalizante”, como sendo uma consciência crítica da situação, para deslindar que foi o sucesso do movimento imigrantista o nascedouro do abolicionismo. E que o abolicionismo por sua vez *“significou o grau máximo possível de compreensão da sociedade escravista permitido pelas condições sociais da sociedade escravocrata.”* (ibidem p.244)

Podemos perceber, que os fazendeiros conscientes ou não da situação na qual eram integrantes, não se preocupavam com a sorte dos negros, que como futuros ex-escravos ficariam alijados de possibilidades reais para ingressar na nova fase da nação como verdadeiros cidadãos.

Fazendo uma análise do Estado imperial escravista temos as acepções de Celso Furtado e ainda de Décio Saes entendendo que desde fazendeiros escravistas do centro-sul cafeeiro, passando por proprietários não-escravistas e aportando da classe média, ou na denominação de Saes – burguesia mercantil, todos eram contra o fim da escravidão, desde logo, a camada que realmente lutava contra essa terrível instituição foi a dos escravos, que posteriormente receberam a colaboração da ala mais exaltada dos abolicionistas. Escreve Saes com relação a manutenção do Estado imperial escravista pela classe dominante: *“só lhes restava lutar pela conservação do direito escravista, já que o princípio fundamental desse tipo de direito (o tratamento desigual aos desiguais) lhes era de qualquer modo mais vantajoso que o princípio fundamental do direito burguês: o tratamento igual aos desiguais.”* (Saes, D. 1990 p. 214) Saes também se ampara no caráter econômico do escravo, peça fundamental e necessária na obtenção de créditos comerciais ou bancários por parte dos fazendeiros, já que os empréstimos eram adquiridos com base no valor econômico de suas peças escravas. Ainda sobre uma facção da classe dominante do Império – os industriais¹²⁹, Décio concluiu que por omissão e muitas vezes por ação, foram coniventes com a

¹²⁸ Caio Prado Júnior observa que a imigração era conhecida também como “imigração subvencionada” ou “colonização”, e que este sistema de “colonização” obteve êxito nas províncias sulinas, pois além se representarem mão-de-obra branca de enorme valor, “encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas.” (Prado Júnior, C. 1994 p. 190)

¹²⁹ As indústrias, se é que podemos denominá-la com esse nome, eram pequenas fábricas, em que os operários operavam ferramentas e não máquinas, e muitos de seus trabalhadores considerados “livres” recebiam como pagamento de seus serviços, alimentação, moradia, vestuário ao invés de dinheiro. Portanto entendemos que essa classe de pequenos industriais, por volta de 1870, eram pouco volumosa e organizada. Segundo Foot e Leonardi haviam nas fábricas um

escravidão. E completa que o encaminhamento parlamentar a favor do fim da escravidão foi a aceitação da derrota política da classe dominante em prol do movimento antiescravista.

Celso Furtado analisando que a escravidão, por ser uma estrutura complexa de vida, entende que dificilmente, mesmo os portadores de espíritos mais lúcidos tivessem a compreensão amplificada, imediata e crítica daquela realidade. Essa aceção nos remete as intelecções de Perry Anderson: *“Classe nenhuma na História compreendeu imediatamente, no curso dos períodos de transição, a lógica de sua própria situação histórica: um longo período de desorientação e de confusão pode ser necessário para que ela apreenda as regras necessárias à sua própria soberania.”* (Anderson, P. 1990 p. 234)

Clóvis Moura salienta que a única esfera que desde sempre e realmente buscava o fim da escravidão foi a dos escravos. Nada de fazendeiros do oeste paulista com idéias avançadas, nem parlamentares *ilustrados* muito menos comerciantes e industriais, foram os escravos que cavaram seu túnel rumo à liberdade. Saes em sua análise¹³⁰ não tira o mérito dado por Moura à rebelião escrava para por fim ao escravismo, mas complementa: *“os escravos rurais constituíram a força principal do processo de liquidação final das relações de produção escravistas, de extinção legal da escravidão e (na medida em que essa etapa preparou a seguinte) da reorganização burguesa do aparelho de Estado. Ou seja: os escravos rurais constituíram a força principal do processo de transformação burguesa do Estado, considerado no seu conjunto. Mas a classe média foi a força dirigente do processo, na medida em que subordinou a revolta escrava – até então voltada para criação de comunidades isoladas – ao seu objetivo de liquidar o direito escravista, criar um direito burguês”.* (Saes, D. 1990 p. 284) Para Saes foram as classes médias burguesas que reorganizaram a revolta escrava, pondo-a a seu serviço. E deve-se a essa mesma classe o êxito de breçar uma possível revolução escravo-camponesa¹³¹, que com a reforma na Lei de Terras, salvaguardou os interesses de sua classe, bem como das demais classes dominantes.

Outra questão pertinente para Moura, era diagnosticar o lugar do negro na sociedade pré-capitalista e posteriormente capitalista que indo além do movimento imigrantista, impediu e dificultou ao máximo o acesso da massa negra ao trabalho principalmente urbano, conjuntamente com a Lei

grande contingente de escravos se ocupando do trabalho, e nos colocando que “[os trabalhadores urbanos industriais não-escravos] tomados no seu conjunto, constituíam uma minoria no seio das classes trabalhadoras do Império”, e seriam um número de 54 mil esses trabalhadores, quando “segundo dados referentes a 1872 – pelo menos 3.600 mil pessoas exerciam as chamadas profissões agrícolas.” (Foot, F. e Leonardi, V. *apud* Saes, D. 1990 p. 327)

¹³⁰ “Sobre o papel desempenhado pela revolta escrava no processo de liquidação final das relações de produção escravistas e de extinção legal da escravidão se ajusta, nas suas linhas gerais, à formulação sintética de Clóvis Moura, para quem o escravo foi “(...) o elemento nacional, a massa humana capaz de impulsionar, embora sem autoconsciência, o processo histórico-social no que diz respeito à sua contradição fundamental, o que foi aproveitado instintivamente, talvez, pelos abolicionistas.”” (Saes, D. 1990 p.283)

¹³¹ De acordo com a ilação de Saes, Wissenbach também enfatiza que pode-se afirmar que haveria uma grande probabilidade de ocorrer uma revolta da classe escrava juntamente com a camponesa, composta em sua maioria por mestiços e negros ex-escravos, pois segundo Wissenbach as condições de vida dos ex-escravos se confundia com a dos tipos sociais livres e pobres rurais, quer brancos, mestiços ou negros, bem como muitas das reivindicações dessa classe ia de encontro também com reivindicações dos escravos, principalmente no que dizia respeito a questão de posse da terra. (Wissenbach, M.C.C. 1998 pp.50 – 130 *in* Sevcenko, N. (org.)1998)

de Terras de 1850¹³², que definitivamente bateu o martelo, bloqueando os ex-escravos de adquirirem suas terras, marcando astutamente ainda mais o curso de sua história. Podemos dizer que com o fim do tráfico negreiro, e um processo de “crise de mão-de-obra” para a lavoura cafeeira, emerge a questão da terra. Segundo Fragoso e Silva, *“a Lei 601 de 18 de setembro de 1850 obrigava ao registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição das terras devolutas, a não ser por compra. Com tal subordinação do trabalhador livre (imigrante ou ex-escravo) enquanto produtor de sobretrabalho para outro. Dificultava-se, assim, seu acesso à terra, garantindo-se a sobrevivência da grande lavoura e de seu grupo social frente ao definhamento da escravidão: o grupo social dominante do Império escravista, grosso modo, poderia manter esta posição mesmo após o fim da escravidão.”* (Fragoso, J.L. & Silva, F.C.T 1990 p. 184 in Linhares, M. Y. (org.) 1990)

Também para Julio José Chiavenato, a Lei de Terras veio para legalizar as terras ainda ilegítimas de grandes proprietários, mas que tinha como objetivo principal a fixação do trabalhador – colono nas grandes fazendas, se caso faltasse a mão-de-obra escrava. A Lei de Terras se apresentou, portanto, como uma lei essencialmente privilegiadora da classe dominante dos grandes senhores rurais, mesmo com o fim da escravidão.

Em concordância com essa aceção está a proposição de José de Souza Martins¹³³ que aprofundando a interpretação, vê a Lei de Terras como sendo um encaminhamento legal na substituição do trabalhador cativo pelo livre, sem prejudicar a grande lavoura. Pois, ao mesmo tempo em que liberta o escravo ou o camponês do vínculo com a grande propriedade, o subjugava inevitavelmente a ela. A Lei de 1850, podemos concluir, foi o início no campo do capitalismo pois mercantilizou a terra. Os parlamentares influenciados pelos grandes proprietários, criaram essa Lei que, desde logo, precava e impedia que os imigrantes viessem facilmente a ocupar e apossar de terrenos devolutos, evitando assim uma possível concorrência com a plantation, o que continuaria a deixar sem solução o problema da falta de braços, pelos quais foram trazidos. Explica Souza Martins se atendo a questão do imigrante:

“A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. (...) O esquema era claro: mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e, em consequência, transformar-se em pequenos proprietários de terra. O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro.” (Martins, S.J. 1995 p. 42)

¹³² Francisco Iglésias nos esclarece que antes da Lei de Terras de número 601, de 18 de setembro de 1850, na qual a partir dessa data, as terras só poderiam ser adquiridas por meio de compra. Até a Lei de Terras, estava em vigor no país a lei portuguesa de 1375 que ainda estabelecia sesmarias, ficando então a cargo do governo imperial distribuir a quem de posses pudesse desbravar e cultivar a terra. (Iglésias, F. 1993 pp.185 – 189) Alguns parlamentares tentam instituir no país o *Homestead*, uma lei norte-americana que concedia aos cidadãos americanos e estrangeiros 160 ares de terras públicas, que deveriam ser habitadas e cultivadas pelo interessado durante cinco anos, e após esta carência receberia então o título de posse desta terra. Seria um complemento à Lei de Terras, mas que só vingou como mera discussão, dentre outros projetos com o mesmo insucesso. (cf. Carone, E. 1972 pp. 9 – 23)

¹³³ José de Souza Martins em *O Cativo da Terra*, teoriza também sobre o tema valorização do espaço subordinado a uma lógica capitalista e, podemos dizer que este autor avalia o “colonato” nas fazendas de café como sendo uma relação não-capitalista, mas criado pelos interesses do capitalismo. (Martins, J.S.1990)

Para Moura, a Lei de Terras é extremamente excludente principalmente para os negros; pois mesmo com a situação de libertos, saíam do cativeiro, partindo do ponto de vista do aspecto material, descapitalizados, e sem possibilidades de adquirirem suas terras.¹³⁴ Logo, essa lei veio contribuir para a continuidade e manutenção da hierarquia social, brancos e negros. Em sua análise, Clóvis Moura explica:

“Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra – populações livres – poderemos concluir que, à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criou as premissas da sua marginalização social. Com essa lei os escravos beneficiados com a Abolição ficariam impedidos de exigir ou solicitar terras ao poder imperial com indenização conseguida “por direito” durante a escravidão.” (Moura, C.1994 p. 71)

Logicamente se a abolição tivesse ocorrido antes da Lei de Terras, a história do negro brasileiro teria possibilidade de outro desdobramento. Podemos concluir que o Estado Imperial brasileiro é em sua essência anti-democrático, conservador e sobretudo escravista.

Outra questão abordada por Moura é a da brecha camponesa¹³⁵, que ele repudia veementemente¹³⁶. De acordo com nosso autor, os historiadores e sociólogos¹³⁷ que teorizam por essa vertente de interpretação pretendem diluir e escamotear o problema classista fundamental, a luta entre escravo e senhor. Escreve Moura: *“(...) reformular a estrutura do sistema escravista através de brechas: - brechas camponesa, de ganho, feminina, da casa grande, do eito, etc., procuram [muitos autores] com isto fragmentar o eixo dinâmico das relações sócio-econômicas globais que configuram a essência dialética do modo de produção escravista no Brasil.” (Moura, C. 1994 p. 27)* Na análise de nosso autor, o conceito brecha camponesa é insustentável como vem sendo aplicado nas interpretações do período escravista, principalmente por Ciro Flamarion S.

¹³⁴ Sabe-se que poucos negros antes de receberem alforria, receberam pequenos lotes de terras, nos quais montaram suas comunidades, dando prosseguimento a esparsa territorialidade negra, quer nos bairros rurais, quer em remanescentes de quilombos imbricados pelo sertão.

¹³⁵ O termo e conceito brecha camponesa foi cunhado por Tadeusz Lepkowski em Haiti tomo I 1968 Casa de las Américas, Havana – Cuba citado por Clóvis Moura e Ciro Flamarion S. Cardoso. Para Lepkowski, nos apresenta Flamarion a expressão brecha camponesa exprimi a ocorrência de atividades que nas colônias escravistas escapam ao sistema de plantation. “Este autor percebia duas modalidades dessa brecha camponesa: 1) a economia independente de subsistência que os negros fugidos organizavam nos quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não-domésticos, criando uma espécie de mosaico camponês-escravo, o qual coexistia, porém, com a massa compacta, indubitavelmente dominante, das terras do senhor, nas quais o escravo era trabalhador agrícola ou industrial, fazendo parte de um grande organismo de produção.” (Cardoso, C.F.S., 1982 p. 133)

¹³⁶ Jacob Gorender também contesta a ocorrência no Brasil-Colônia de brechas camponesas, atento ao dado de que, quem trabalhava nestes pequenos lotes eram escravos, que por si anula o conceito. Ver do autor: *A escravidão reabilitada*, 1990, pp. 70-86, Editora Ática, São Paulo –SP

¹³⁷ Para João José Reis e Eduardo Silva a brecha camponesa cumpriu um papel sócio-econômico importante, pois “ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis

Cardoso¹³⁸. Moura expõe com relação ao trabalho escravo em seus pequenos lotes de terras¹³⁹, plantando para sua subsistência¹⁴⁰ que:

“(...) o escravo ao plantar uma parcela de terra pertencente ao seu senhor não estabelece outro tipo de relação (feudal ou capitalista) mas esta relação continua escravista, aumentando o sobretrabalho do escravo e dando lucro suplementar ao senhor. (...) o escravo que trabalha por consentimento do seu senhor em um pequeno lote de terra, plantando nessa parcela produtos agrícolas em pequena escala para uso pessoal, como atividade suplementar às suas atividades ordinárias, jamais perde a sua condição (essência) de ser alienado da sua condição humana.” (Moura, C. 1994 pp. 28 –29)

Na concepção de Flamarion, o protocampesinato¹⁴¹ se tratava de uma forma da brecha camponesa que corresponderia *“as atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas, e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas.”* (Cardoso, C.F.S., 1982 p. 135) Já Clóvis Moura entende o protocampesinato¹⁴² com referência aos homens livres, que como agregados, meeiros, trabalhadores de condição, parceiros ou colonos, e envoltos numa economia de miséria, trabalhavam nas lavouras canavieiras ou cafeeiras e entregavam ao dono da terra parte de sua produção conforme o combinado, que na esmagadora maioria das vezes, era um combinado sempre mais vantajoso ao senhor latifundiário e escravista. (Moura, C. 1994) Portanto, era um protocampesinato dentro da estrutura do modo de produção escravista, mas que contaminado pelo regime de escravidão, em nada o modificou.

Com relação a outra modalidade de brecha camponesa de Lepkowski, a brecha camponesa quilombola, Moura a denomina de protocampesinato quilombola, e apresenta duas hipóteses; a primeira de que a *“economia quilombola não se configurou em um protocampesinato, mas foi uma economia de resistência destinada à sobrevivência dos quilombos e não teve continuidade na economia de trabalho livre em face da forte repressão contra eles”* (Moura, C. 1994p. 33), não havendo uma continuidade no quadro histórico-econômico pós-abolição. A segunda que não nega o caráter protocampesinal de alguns quilombos, de que constituíam uma economia alternativa durante

para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão.” (Reis, J.J. e Silva, E. 1989 p. 28)

¹³⁸ Ver: Cardoso, C.F.S., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Cap. IV, 1982, Editora Vozes, Petrópolis – RJ e do mesmo autor: *Escravo ao camponês? – O protocampesinato negro nas Américas*, 1987, Editora Brasiliense, São Paulo –SP

¹³⁹ Ressaltamos que esses pequenos lotes de terras, eram concedidos aos escravos para plantarem alimentos para sua alimentação, e que esses mesmos lotes pertenciam aos senhores. Apenas era permitido o escravo plantar seus viveres, pelo seu senhor, com o intuito de baratear suas despesas com a alimentação dos cativos. Desde logo não eram camponeses pois o camponês é um homem livre, então desconsidera-se a aplicação da Segunda modalidade de brecha camponesa no Brasil.

¹⁴⁰ Para saber como se dava a vida dos escravos na lavoura cafeeira e seu dia-a-dia ver: *Ser Escravo no Brasil*, Kátia M. de Queirós Mattoso, 1988 pp.134 – 143, Editora Brasiliense, São Paulo –SP e *Da Senzala à Colônia*, Emília Viotti da Costa, 1982 pp.229 – 267, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., São Paulo – SP

¹⁴¹ Termo primeiramente empregado por Mintz, S. W. em *The Question of Carribean Peasantries: A comment in Carribean Studies* 1, 1961 Rochester citado por Ciro Flamarion em *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, 1982, p.135 – 151, Editora Vozes, Petrópolis – RJ

¹⁴² Para Moura estes homens livres tiveram um caráter protocampesinal, não significa que foram camponeses, pois aceitar a existência de camponeses no país remete-nos a existência de restos feudais, o que para nosso autor é insustentável. Caio Prado Júnior, também renega a existência de relações feudais e ou semi-feudais e nos coloca que o fazendeiro era um homem de negócios e o parceiro, meeiro, colono eram, desde logo assalariados.

o período em que existiram. Pois, muitos dos quilombos produziam seus víveres, trocavam com outros quilombos e até faziam escambo com seus vizinhos, pequenos proprietários e fazendeiros. Moura coloca uma questão a ser pesquisada, da efemeridade ou permanência de um campesinato quilombola nos remanescentes de quilombos, e de como a economia quilombola-campesinal se apresentou na formação da estrutura agrária brasileira. (*ibidem*, 1994)

Na interpretação de Clóvis Moura, a Lei de Terras era uma estratégia de “modernização” do campo que tinha por finalidade conservar a grande propriedade, e que concomitantemente veio a funcionar como uma das maneiras de impedir o acesso da “plebe negra”, isto é, do trabalhador nacional a terra, criando assim “os mecanismos de dependência dos sem terra que perduram até hoje.” (Moura, C. 1994p. 77) Moura entende que os imigrantes tiveram maior facilidade de acesso a terra do que os trabalhadores nacionais, negros e mestiços, logo, caracterizando-se como mais uma forma de preconceito racial. Isto se deu pois, o mercado de trabalho oferecia tarefas diferenciadas aos brancos imigrantes e as negava aos trabalhadores nacionais, em sua maioria mestiços e negros. O mercado, influenciado que estava por ideologias racistas, difundiu uma noção de trabalho escravo associado a incompetência, esse atributo sendo extensivo ao negro liberto. Também foi significativo, em sua acepção, os fatores econômicos – entendidos aqui como o lucrativo comércio de imigrantes. Moura apresenta três níveis de estratificação social após a entrada dos imigrantes:

- a) *Os escravos que continuavam sem nenhum direito e possibilidades de mobilidade quase igual a zero;*
- b) *Uma população camponesa composta de mestiços e negros livres sem terra;*
- c) *A população composta de imigrantes que já possuía terra, constituindo-se em uma camada de pequenos proprietários.”* (Moura, C. 1994 p.76)

Como podemos notar Moura analisa a questão da terra sob a ótica racial de uma classe dominante, excludente e racista. Ele nos chama a atenção que o acesso à terra foi praticamente excluído para as duas primeiras populações. Já os imigrantes brancos e de “raça” superior eram assistidos, desde logo, por instituições de colonização, e possuíam maiores condições de adquirir terras, utilizando de poupança, quer individual ou familiar proveniente da venda de seu trabalho em solo brasileiro ou trazidas de seu país de origem, ou ainda podendo fazer uso de financiamentos oferecidos por órgãos do governo para compra de pequenas propriedades. Essas gritantes disparidades entre trabalhadores nativos, especialmente negros e imigrantes, segundo Moura, se deram basicamente porque o trabalhador nativo, quer escravo ou ex-escravo, logo, negro ou não-branco não possuía devido a sua “raça”, a condição de cidadão, já aos imigrantes foi lhes dada parte dessa condição, e isso fez toda a diferença. Nas palavras de Moura:

“Não queremos dizer que a vida do imigrante tenha sido um mar de rosas. Mas o certo é que ele nessa fase de passagem da escravidão para o trabalho livre teve muito mais oportunidade de se transformar em proprietário do que o escravo na mesma época, o qual não teve nenhuma.” (Moura, C. 1994 p. 75)

Mas mesmo com essa digamos, pseudo-cidadania ou “cidadania restrita”¹⁴³ a ele imposta, o imigrante muito contribuiu rumo a um avanço em direção à construção de uma “cidadania plena” [que ainda não se construiu] bem como de uma sociedade civil, pois questionava dentre outras coisas, as regras empregatícias impostas pelo fazendeiro empregador, e as maneiras pelas quais eram tratados pelos mesmos. Os senhores tiveram dificuldades em se adaptar ao trato com o trabalhador livre. Moura reconhece a árdua vida dos imigrantes em solo brasileiro, mas enfatiza que de modo algum por mais difícil que fosse a sobrevivência do imigrante, ela não pode ser comparada a do ex-escravo, que dirá do escravo. Mas esse mesmo imigrante que questionava sobre seus direitos, colaborou para fomentar o racismo, principalmente contra o negro no país. Por suposto, os imigrantes não foram os responsáveis pelo preconceito, com a sua ação de apoiar seus “irmãos” no intento de sobreviver em um novo mundo, mas contribuíram (muitas vezes resultado de um efeito não pretendido) para agravar a situação de desigualdade sócio-econômica com relação ao negro e ao mulato.¹⁴⁴

Florestan Fernandes teoriza que:

“A imigração não contribuiu para alterar, nem de modo imediato nem a longo prazo, a estrutura do sistema preexistente de relações raciais. Ela ajudou a acelerar, a partir da década de 1880, a desagregação do regime servil.”
(Fernandes, F. 1972 p. 122)

Segundo as intelecções de Moura, podemos entender que a imigração nunca teve o intuito de modificar as relações raciais, mas pelo contrário veio para agudizar o preconceito racial e na tentativa acima de tudo de acabar com a nódoa de uma “raça” inferior negra na constituição da nação. A imigração, então, dinamizou um racismo já existente no escravismo e que, desde logo, continuaria após a Abolição.

Já as diversas leis em prol de parcelas escravas principalmente após 1866¹⁴⁵, foram vistas por alguns historiadores¹⁴⁶ como vitórias do movimento antiescravista, conduzido principalmente pelos fazendeiros de café do oeste paulista, e que indicava o caráter antiescravista do Estado nos últimos decênios antes da Lei Áurea. Esta acepção proveniente da história oficial de que o Estado teria se

¹⁴³O questionamento sobre sua condição de cidadãos feito pelos imigrantes, que na visão caiopradiana viviam numa “cidadania restrita”, contribuiu para um grande avanço em direção à construção da sociedade civil brasileira. (Prado Júnior, C. 1970)

¹⁴⁴Citaremos um relato colhido por Teresinha Bernardo em Memória em branco e preto: olhares sobre São Paulo, que ela colhe o depoimento do Sr. Antônio, (dentre outros) um velho negro e suas lembranças sob um pano de fundo que é a cidade de São Paulo. Este depoimento ilustra muito bem a acepção Mouriana. Nos revela o Sr. Antônio: “Com 8 anos eu já trabalhava como aprendiz de sapateiro. Trabalhava numa loja onde aprendi o ofício. Não ganhava quase nada. Era a comida e alguns tostões. A loja ainda existe. É a Casa Stacchini, na Rua da Graça. Ela começou na Rua José Paulino, depois foi para a Rua dos Italianos nº 168 e agora é na Rua da Graça. Trabalhei com o Stacchini durante 15 anos. Sou até hoje um bom cortador e modelista. Às vezes, ainda me divirto em casa, cortando e modelando, mas tive que sair de lá. O Stacchini preferia os italianos como ele. Era 1927 lembro como se fosse hoje, eu agüentei todos aqueles anos as investidas dos italianos, porque praticamente eu tinha sido criado na loja, mas, em 27, chovia italiano no Bom Retiro e aí o preto saiu mesmo; acabou o lugar dos pretos nas sapatarias e nas alfaiatarias. O que sobrou foi pouca coisa; fui ser motorista de caminhão, saí para a rua e não quis mais saber. Ainda hoje eu não ponho os meus pés no Bom Retiro.” (depoimento do Sr. Antônio citado por Bernardo, T. 1998 p. 119)

¹⁴⁵ Este decreto de 1866, datado de 6 de novembro, “libertava gratuitamente os escravos pertencentes ao Estado que quisessem servir no Exército imperial (momento da Guerra do Paraguai); e neste mesmo ano era extinto por decreto o emprego de escravos nos trabalhos públicos.” (Saes, D. 1990, p.137)

articulado para promover o fim da escravidão, lenta, gradual e segura, obviamente subestima o grande papel da luta de classes na transformação da formação social e econômica. Além de que estas leis aparentemente antiescravistas são realmente pequenas concessões¹⁴⁷, brilhantemente interpretadas pelo dito popular “ceder para conservar”. Precisamente nos escreveu Saes: *“Esclareça-se, inicialmente, que a prática da concessão à classe explorada não é uma característica específica do escravismo brasileiro. Sob a pressão resultante da luta que lhe é movida pela classe explorada, a classe exploradora, em qualquer modo de produção, tende a realizar concessões, ao nível das relações de trabalho ou das condições de subsistência, que não alteram a natureza das relações de produção e se destinam a conservá-la. A eficácia dessa prática é variável, segundo o modo de produção e a formação social.”* (Saes, D. 1990, p.244) Então não podemos deixar de questionar o caráter antiescravista das leis imperiais sob os ditos abolicionistas. Entendemos apoiados na aceção de Clóvis Moura, que até os últimos momentos o Estado foi de caráter plenamente escravista¹⁴⁸ e principalmente racista, o que também justifica o não auxílio pós-abolição aos negros, dos quais muitos ex-escravos.

Segundo nosso autor, as leis que pulularam principalmente no segundo Império eram leis que tinham por objetivo reformar a escravidão e não extingui-la. A legislação que no escravismo pleno era repressora, passa no escravismo tardio para “protetora”, devido a uma maior dificuldade de aquisição de braços para a lavoura, e não por uma política imperial de cunho social e humanitário. Essa modificação ocorreu, após o fim do tráfico internacional, paulatinamente de acordo com as pressões das classes senhoriais em proteger sua mercadoria altamente valorizada, seus escravos – semoventes detentores de preciosos e vultosos investimentos.¹⁴⁹

“Neste contexto, de revisão ideológica da chamada opinião pública sensível às modificações processadas nas relações internas da sociedade brasileira, surgem as primeiras leis protetoras que se sucedem: Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885), Lei que extingue a pena do açoite (1886), Lei que proíbe a venda separada de escravos casados (1869) e outras que objetivam proteger o

¹⁴⁶ Como Paula Beiguelman

¹⁴⁷ Segundo Saes a luta dos escravos contra o cativo também levou o Estado escravista brasileiro a prática de concessões. “Neste caso, o objetivo político era atenuar a luta entre as classes fundamentais da formação social escravista brasileira; isto é, aplacar a revolta da massa escrava rural e desorganizar o movimento abolicionista, criando a impressão de que o estado escravista executava uma estratégia de liquidação (...) por etapas da escravidão no Brasil.” (Saes, D. 1990 p. 141)

¹⁴⁸ No Brasil o Estado imperial não foi um Estado encarregado de efetuar a transição de modos de produção, de escravista para capitalista, foi sim um Estado essencialmente e acima de tudo escravista.

¹⁴⁹ Emília Viotti nos revela os preços dos escravos após o fim do tráfico internacional e que a partir de então os fazendeiros passam a se preocuparem com o tratamento dado aos seus escravos, para que possam viver mais tempo e desde logo produzir mais. Muitos fazendeiros calculavam os gastos feitos com seus escravos, e transformavam em anos por eles trabalhados, já que viviam num tempo de escassez de mão-de-obra, concluíam que era melhor e principalmente mais barato cuidar dos escravos que possuía do que adquirir novos. Escreve Viotti da Costa: “Cessado o tráfico, o preço dos negros subiu espantosamente, atingindo dois e até três contos. Na década dos setenta, quando eles andavam entre um conto e quinhentos e dois, uma fazenda com 400 alqueires, no município de Santa Bárbara, com casa de moradia, três casas na Capuava, olaria, moinho, monjolo, engenho e seus pertences, paiol, senzalas, pastos, etc. era avaliada em 27 contos e a doze léguas de Piraçununga, vendiam-se mil alqueires de terras e matas virgens por trinta contos. (...) Com menos de quatrocentos mil-réis, isto é, cerca de um quinto do valor médio de um escravo, poderia alguém arrematar quatro bois carreiros, uma junta de novilhos e duas vacas, tudo avaliado pela quantia de 338\$000.” (da Costa, E.V. 1982 p. 265)

escravo como mercadoria valorizada pela impossibilidade de sua reposição como antigamente." (Moura, C. 1994 p. 81)

Para Moura, mais que a supressão do tráfico negreiro, o que levou o fazendeiro a aderir ao trabalho assalariado, foi a resistência negra, pois os custos de manutenção do escravismo, como o controle sobre os escravos, a vigilância e a manutenção material, tornava elevado demais em comparação com os custos com a mão-de-obra imigrante, sem falar nas inúmeras facilidades proporcionadas pelo Estado para impulsionar esse novo tipo de trabalho em solo brasileiro. Daí que muitos fazendeiros principalmente do oeste paulista preferiram a mão-de-obra livre e assalariada, e por suposto, branca. Gorender sintetiza a questão quando oportunamente escreve que:

"Enquanto teve base econômica sólida, coesão interna e apoio internacional, a formação social escravista enfrentou essas lutas [rebeliões negras] e as sufocou. Mas, nem por isto, a resistência dos escravos deixou de agir no sentido de desgastar o regime opressor e impor limitações à sua expansão. A resistência cotidiana e os atos de rebeldia extrema prepararam o advento do abolicionismo nos sécs. XVIII e XIX." (Gorender, J.1990 p.)

Moura sustenta que deve-se muito às revoltas negras, pois elas se apresentaram no escravismo pleno como sendo um proto-abolicionismo, um gérmen de um verdadeiro abolicionismo que não se concretizou, pois foi atropelado nos dois últimos decênios antes da abolição por um pseudo-abolicionismo, ou abolicionismo fajuto, que foi liderado não pela classe que deveria nortear esse movimento, mas por uma classe de oportunistas astutos, então preocupados em manter a sociedade sob controle, e não com a implantação de uma autêntica abolição. Moura deslinda que:

"O escravo foi riscado como força dinâmica do projeto de mudança social, e a abolição realizou-se de acordo com os interesses e a estratégia das classes dominantes. A rebeldia negra, na fase conclusiva da abolição, ficou subordinada àquelas forças abolicionistas moderadas, conciliadoras e politicamente tímidas. Nenhuma reforma foi executada na estrutura brasileira, visando os interesses do escravo: era o início da marginalização do negro após a abolição que continua até os nossos dias." (Moura, C. 2001 in Moura, C. (org.) 2001)

Na concepção de Ianni, *"não são as revoltas de escravos que destroem nem abalam as relações e estruturas escravistas. Em geral, a formação social escravista rompe-se a partir dos antagonismos que se desenvolvem na esfera da casta dos senhores, ou nas lutas entre as castas dos senhores e a emergente classe burguesa."* (Ianni, O. 1988 p.82) Em discordância com Ianni, Moura entende que tanto a aristocracia quanto a burguesia eram essencialmente escravistas, e o fim do escravismo é obra da classe dos escravos que com seus instrumentos de rebeldia cavaram o leito de morte da escravidão. Mas numa acepção, Moura e Ianni concordam *"(...) a abolição não foi um processo catastrófico e doloroso. Quando ela se dá, o sistema econômico-social está em condições de recebê-la sem perturbações essenciais."* (Ianni, O. 1984 p.177) Na intelecção de Moura, a abolição foi um marco da passagem sem traumas de uma sociedade escravista e pré-capitalista, para a capitalista. Transição que já vinha sendo construída desde 1870, quando do surgimento do movimento abolicionista branco e com o acirramento das revoltas escravas, passivas ou não, que

serviram como fios condutores da incipiente implantação do trabalho livre, e assim contribuindo para a decadência deste vilipendioso modo de produção. Para Octávio Ianni a cultura urbana trouxe a ela atrelada *“as bases preliminares do debate democrático, da liberdade, da afirmação do homem como valor fundamental”*, (*ibidem* p.113) portanto, a condenação da escravidão. Seria então a abolição o término de um processo de transformação da estrutura econômico-social, voltada essencialmente para a crescente implantação de um lucro racionalizado apoiado nas premissas da lógica capitalista de produção.

Esbarramos na questão do modo de produção no Brasil, principalmente no período colonial, que para Jacob Gorender trata-se de um “modo de produção escravista colonial”, demarcando o período histórico de que se trata:

“(...) a periodização historiográfica corrente em Brasil-Colônia e Brasil-Império não tem relevância. A conquista da independência política não suprimiu o escravismo e este permaneceu tão colonial quanto o era ao tempo da subordinação estatal à metrópole portuguesa” (Gorender, J. 1988 p.162)

Para Gorender, o Brasil apresentou o modo de produção escravista colonial e posteriormente o capitalista, com o fim da escravidão em 1888. Ele desconsidera a teorização de Caio Prado, Celso Furtado, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, de que houve desde primórdios da colônia um modo de produção capitalista atrelado ao capitalismo que ocorria internacionalmente, quer este conceituado como anômalo, atrasado ou incompleto, existindo conjuntamente a instituições, e a uma ordem social pré-capitalista. Na explicação de Ianni:

“Como tendência geral, contudo, a análise da escravatura numa área periférica como a que estamos examinando [o Brasil] revela o seguinte: a estruturação ou o revigoramento da ordem escravocrata implica sempre a instauração ou desenvolvimento de instituições pré-capitalistas. Haverá uma época, entretanto, quando o próprio sistema capitalista, em que estão inseridas as economias coloniais escravocratas, já não suporta essa coexistência. Então, o que havia sido essencial ao processo de acumulação capitalista se torna impedimento à expansão ulterior deste sistema, razão pela qual o capitalismo, atuando externa e internamente, destrói a escravatura.” (Ianni, O. 1988 p. 76)

E é nesta mesma linha que encontramos Ciro Flamarion S. Cardoso, que numa visão mais abrangente esclarece que o modo de produção das sociedades escravistas na América, estão incluídos na categoria de “modo de produção colonial”, no qual também insere-se o escravismo, bem como em sua acepção: o colonato, a meação, o *servant*, etc.¹⁵⁰, já que os modos de produção “*não são puros*”, mas contém categorias insuficientemente desenvolvidas ou decadentes, que representam embriões ou sobrevivências de diferentes modos de produção, que convivem com o modo de produção predominante. (Cardoso, C.F.S. 1982)

Na inteligência de Caio Prado Júnior, o escravismo que predomina no Brasil não é incompatível com o modo de produção capitalista, e o que houve com o fim da escravidão foi a substituição de

mão-de-obra, que não afetou em nada a estrutura da vigente exploração capitalista. (Prado Júnior, C. 1970)

Clóvis Moura entra em discordância com a teorização caiopradiana de que o Brasil-Colônia já era capitalista, quando escreve:

“Querer dizer-se que o modo de produção existente aqui era capitalista, porque estava diretamente ligado ao capitalismo europeu na sua fase mercantilista e com ele estabelecia relações mercantis através daquilo que se convencionou chamar de divisão internacional do trabalho, [essa interpretação] não se sustenta se partirmos da análise das relações de produção que existiam aqui.” (Moura, C. 1994 p. 41)

Para Florestan Fernandes houve o modo de produção escravista e a ordem social escravista e posteriormente o modo capitalista de produção e a ordem social competitiva, própria do sistema capitalista. Fernandes considera que não há um padrão de implantação e desenvolvimento do capitalismo uniforme para todos os países, logo, o capitalismo que se desenvolveu no Brasil é repleto de especificidades ímpares. Florestan revela que:

“(...) os fazendeiros paulistas se desinteressaram do trabalho escravo e investiram no trabalho livre. Este nasceu ainda em um contexto escravista e não em um contexto que fomentasse a competição e o conflito. Ele se articula ao mandonismo, ao paternalismo, ao conformismo, como se fosse um prolongamento do trabalho escravo. O trabalho livre apareceu submetido à mesma brutalidade e violência do trabalho escravo. Contra a rebeldia do novo trabalhador, estarão à disposição do senhor, assim como estiveram contra o escravo, a polícia e o autoritarismo do Estado. A escravidão foi se tornando incompatível progressivamente com o espírito do capitalismo, com o mercado capitalista, com a ordem social competitiva que emergia. Em 1888, a escravidão foi definitivamente encerrada, embora os restos escravistas ainda perdurassem. Desde 1808 e 1822, a revolução burguesa estava em marcha. Em 1888, aboliu-se a escravidão; em 1889, mudou-se o regime político. Todas essas datas e processos expressavam a entrada do capitalismo no Brasil e a emergência dos sujeitos sociais que são os seus portadores.” (Reis, J.C. 1999 pp.228 e 229)

Clóvis Moura teoriza que no Brasil houve dois modos de produção:

“(...) podemos ver que a sociedade brasileira na sua trajetória econômico-social teve apenas dois modos de produção. O primeiro foi o escravista e o segundo o capitalista (dependente).” (Moura, C. 1988 p. 49)

Em nossa acepção, o autor nos expõe de modo intrínseco outra divisão dos modos de produção ocorridos no Brasil. O primeiro seria o modo de produção escravista perdurando até 1870, por suposto, com relações sociais da ordem escravocrata, após esta data houve um modo de produção pré-capitalista, pois o trabalho livre coexistia com o majoritário trabalho compulsório, que só se torna finalmente capitalista após em 1888 com a extinção legal da escravidão.¹⁵¹ Esta datação

¹⁵⁰ Ver: Cardoso, C.F.S., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo* – Cap. IV, pp. 133 – 154, 1982 Editora Vozes, Petrópolis – RJ e do mesmo autor: “Sobre los modos de producción coloniales de América”, 1973 in *Cuadernos de Pasado y Presente*, 1973 pp. 135 – 160 Siglo XXI, Córdoba – Espanha

¹⁵¹ Moura não entra na discussão de quanto o capitalismo se enraizou no país, apenas nos coloca a separação que existiu após 1888, com o fim da escravidão, temos o trabalho assalariado, logo o capitalismo. Já Décio Saes nos coloca sua

histórica, entendida por nós, ficou clara quando Moura nos escreve sobre o período, que compreende o escravismo tardio, cujo acontece a implantação e o fomento do trabalho livre, resultado também da revolta escrava. É igualmente a fase do surgimento do movimento abolicionista que ganha progressivo vulto, da crescente mercantilização e revalorização do trabalho, e da implantação definitiva de relações sociais competitivas. Seria, portanto de 1870 a 1888 um período de transição do modo de produção escravista para o capitalista, que denomina-se de pré-capitalista, pois ao mesmo tempo que possuía relações escravistas de produção, medrava empresas capitalistas e trabalho assalariado. Para Moura é nesse período que propaga-se fecundamente as teorias racistas com objetivo de excluir o negro da então, e desde logo vindoura, ordem competitiva. Nas palavras do autor:

“Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente [ao capitalismo] estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno [pós-abolição e proclamação da República] foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.” (Moura, C. 1994 p. 103)

Para Moura no processo de passagem do trabalho compulsório para o trabalho livre, o negro rebelde assume papel de suma importância. Deslinda nosso autor que:

“Nesse processo é que afirmamos ter o quilombola desempenhado papel importante, não tanto pelas suas intenções ou atitudes ideológicas, mas pelo desgaste econômico e assimetria social que produzia. Esses desajustes produziam-se em cadeia e refletiram-se, quer do ponto de vista de criar necessidade de serem os escravos considerados indesejáveis como máquinas de trabalho, quer pelo ônus que tal procedimento acarretava, abrindo bolsões negativos na economia escravista e onerando conseqüentemente o conjunto do trabalho escravo.” (Moura, C.1988 pp. 270 - 271)

Moura deixa implícito o processo lento e gradual de um desenvolvimento e crescimento da lógica capitalista no país¹⁵². Pois para que parte dos senhores de escravos, pudessem cogitar a lucratividade do trabalho livre, em comparação com o trabalho escravo, a questão da rotatividade do capital estava em jogo, bem como para nosso autor o que contribuiu valorosamente para esse acontecimento foi a ação rebelde dos escravos, e por suposto, a implantação do trabalho livre assalariado feito maciçamente com a chegada dos imigrantes. Logo, quando o escravismo se transforma em elemento de entrave do desenvolvimento e da modernidade, deixa de ser intocável, e pouco a pouco extingui-se.

proposição de quando o capitalismo adentra mesmo nas estranhas do país: “A transformação jurídico-política de 1888-1891 foi, portanto, condição necessária para que o modo de produção capitalista se tornasse dominante no Brasil; isto não ocorreu, entretanto, imediatamente após a transformação superestrutural. Ainda algumas décadas após esse processo, as relações de produção servis continuaram a ser dominantes no campo, e a indústria permaneceu subordinada à agricultura, (...) só após 1930, quando a indústria foi progressivamente subordinando a agricultura, as relações de produção capitalistas se tornaram dominantes.” (Saes, D. 1990 p. 349)

¹⁵² Processo este lento, gradual e seguro operado implicitamente pelas classes dominantes, principalmente a classe média no papel da burguesia.

No período pré-capitalista e mais incisivamente no capitalista deparamos com a questão da revalorização do trabalho, aspecto estritamente necessário para a implantação do sistema capitalista¹⁵³. Caio Prado nos expôs a questão do preconceito contra o trabalho no sistema escravista, que justamente, por se criar a ideologia de que, quem trabalha braçalmente no Brasil eram os negros, logo, o sentido de trabalho propiciava e dava um tom depreciativo a quem o executava. Até mesmo chegando ao ponto de que escravos libertos procurassem ter seus escravos. Por conseguinte não é só o conceito abstrato de trabalho e sim o grande poder do escravismo¹⁵⁴. Segundo Ianni, o Brasil apresentou duas maneiras distintas de conceituar o trabalho braçal. A primeira durante o pleno funcionamento do sistema escravista em que o trabalho no eito, artesanal, etc., era considerado pejorativo e *“ideologicamente como formas de utilização inferior da energia humana”*, tarefa de uma raça inferior à branca, logo, coisa de negros. E a segunda veio em meados do século XIX, *“à medida que vão sendo solapados os fundamentos econômicos do regime escravista”*, e emergindo uma outra estrutura econômico-social, na qual o trabalho não é aviltante, pelo contrário¹⁵⁵. (Ianni, O.1988)

Desde logo, é urgente combater o preconceito contra o trabalho braçal, portanto, era mister modificar o conceito de trabalho e uma [talvez a mais fácil e considerada melhor] das saídas foi também encontrada na imigração. Na teorização de Caio Prado, os imigrantes, apesar de virem de regiões européias de baixo nível econômico, introduzem no Brasil novos padrões de comportamento em relação ao trabalho e novas aspirações de consumo. Isso vem substancialmente modificar os aspectos econômicos, sociais, mentais e culturais da sociedade brasileira. (Prado Júnior, C. 1989) Igualmente para Cardoso, *“o êxito do imigrante era, ao mesmo tempo, a condenação da escravidão e a revalorização do trabalho”*. (Cardoso, F.H. 1962 p. 220)

Com relação a trazer os imigrantes para ensinar como trabalhar e como consumir, foi uma excelente estratégia da classe dominante, pois introduziu de sua maneira a ordem capitalista, competitiva e desigual de ser, que astutamente excluiu a massa negra e mulata. O negro, que fora fruto da escravidão passava a ser confundido com sua causa e tido como fator de imobilismo e atraso, visto como portador de inúmeros males morais. Daí a busca de grande parte dos negros, e principalmente mulatos de imitar comportamentos brancos, para poderem ser aceitos na sociedade. É o que vulgarmente se denomina *“negro de alma branca”*¹⁵⁶, que decodificando o esteriótipo encontramos embutido o racismo, pois como escreve Clóvis Moura o negro *“bom”* como cidadão é

¹⁵³ Nas palavras de Ianni: *“A dignificação das atividades braçais ocorre, durante a segunda metade do século XIX, em concomitância com o abolicionismo e a imigração, a modernização da cafeicultura e o primeiro surto de criação de unidades fabris. É o processo ideológico através do qual se rompe, ao mesmo tempo, a contradição entre a mercadoria e o escravo, entre os princípios da igualdade e da liberdade e a escravidão.”* (Ianni, O. 1966 p.114)

¹⁵⁴ Detectamos nesta expressão de Cardoso, umas das muitas referências ao *“poder”* dessa estrutura estruturante que foi o escravismo: *“(…) a principal aspiração do homem livre é tornar-se senhor, pois na sociedade escravista só é representado realmente como homem livre quem não precisa trabalhar para viver, isto é, quem possui escravos: a liberdade na sociedade escravista define-se pela escravidão.”* (Cardoso, F.H. 1962 p. 231)

¹⁵⁵ A idéia de trabalho sintetiza o espírito do capitalismo – um conjunto de valor, ideais e práticas que vem com o capitalismo moderno.

aquele que aceita as regras ditadas pelos brancos. Com isso, muitos negros passaram a interiorizar uma inferioridade dada pelos brancos na então sociedade competitiva, o qual ele não tem, e que é levado a ter.

"Os homens brancos fizeram tudo em seu poder para invalidar ou menosprezar cada sinal de talento, virtude ou superioridade entre o negros. Eles tiveram que fazer isso, pois se os escravos fossem superiores em qualidades que os homens brancos, onde estes se apoiariam, numa justificativa moral, para os manter os negros como escravos? Assim (depois da abolição) tudo o que os afro-americanos faziam bem, teve que ser posto em termos que menosprezassem de algum modo aquela qualidade em questão." (Murray, C. e Hernnstein, R.J. in *The New Republic*, outubro de 1994 p.4 tradução minha)

Cabe aqui, a seguinte questão com relação a passagem de um tipo de modo de produção para outro, os governantes e as elites componentes da classe dominante [sempre] encararam o povo, quer seja ele negro ou branco, apenas como mão-de-obra a ser explorada. Logo, a rebeldia do negro, quer cativo ou não sempre foi tratada pelo branco da classe dominante como caso de polícia e não de política. (Lima, L.L.G., 1881 p. 59) A luta pela liberdade era interpretada pelos senhores, como se fosse a luta de um animal acuado, e estes a consideravam como injusta, e proveniente da índole maligna dos negros. Após a Abolição a luta dos negros pelos seus direitos era vista pela mesma classe como uma reação de homens agitadores, desprezíveis e delinqüentes, sem caráter, e não como sendo uma verdadeira e pioneira luta pela cidadania plena e igual para todos. O país é então visto pelas elites, podemos dizer, como um grande acampamento de pessoas, sob o prisma de mão-de-obra a ser explorada¹⁵⁷ e de meros consumidores, que estão localizados numa territorialidade determinada. Isto para não exagerar em dizer que, o que se apresenta povo¹⁵⁸ são meros números e não uma nação como deveria ser, composta por autênticos cidadãos.

Trataremos agora de um outro acontecimento: a Guerra do Paraguai, que Moura, assim como outros autores dentre eles Caio Prado Júnior, destaca como sendo um fato que muito contribuiu para a decomposição do escravismo. A análise de nosso autor acrescenta a questão racial, às proposições construídas por Caio Prado do comprometimento sem volta da pilastra da escravidão. Moura teoriza que essa Guerra também serviu como uma espécie de limpeza étnica. Comunga do mesmo viés interpretativo Julio José Chiavenato. (Chiavenato, J.J. 1980) A Guerra, para ambos os autores foi o extermínio de povos irmãos na luta pela sobrevivência e pela liberdade. Representou o aniquilamento do único povo livre da América do Sul, bem como dos atores anônimos, soldados negros que obrigados a lutar, numa guerra sem pressupostos, morriam nas frentes de batalha. Foi

¹⁵⁶ Podemos entender que o "negro de alma branca", bem como o mulato são nietzscheaneamente ressentidos.

¹⁵⁷ "São as sociedades de trabalhadores, os quais já não se dão conta do valor do produto que elaboram, mas encontram-se empenhados no processo produtivo apenas para sobreviver. É clara a dimensão de alienação do mundo contida neste quadro." (Arendt, H. 1988 p.117)

¹⁵⁸ A questão de quem foi o povo brasileiro, sua identidade e bem como sua transformação através da história colonial brasileira foi proposta por Stuart B. Schwartz em seu texto: "Gente da terra braziliense da nasção". *Pensando o Brasil: a construção de um povo*, 1999 in Mota, C. G (org.): *Viagem Incompleta – A experiência brasileira (1500–2000)*, 1999, Editora Senac, São Paulo – SP

uma luta, desde logo, injusta e contraditória, entre os livres e os não livres, a civilização e a barbárie.

Chiavenato nos expõe:

“É uma guerra suja, que será vencida pelos escravos brasileiros – alforriados em massa para entrarem no Exército – forçados à luta. Para torná-la menos impopular, inventa-se toda sorte de calúnias contra o marechal Francisco Solano López (invariavelmente chamado de tirano) e o povo paraguaio, não faltando a balela de que o Paraguai pretendia invadir e dominar o Brasil. Ao seu final, o Paraguai – única expressão livre de povo americano – estará virtualmente destruído.” (...) foi ele [o negro] quem a sustentou e quem a sofreu, lutando de verdade, como bucha de canhão – morrendo de cólera ou das balas e lanças paraguaias, lutou como escravo obrigado.” (Chiavenato, J.J. 1980 p. 197)

Moura e Chiavenato entendem que este exército que sai da Guerra do Paraguai, preso à enorme série de contradições da sociedade escravista, passa a agudizar e fomentar uma célula democrática pré-existente que contaminou os últimos anos de Império e contribuiu para sua queda. A mentalidade dos escravos que participaram dessa Guerra e que retornaram ao país, pois muitos ficaram em terras estrangeiras com medo de serem novamente escravizados, mudou consideravelmente, pois trouxeram consigo uma capacidade mais ampla de analisar a sociedade escravista, podendo assim ainda mais criticá-la e pô-la em questão. Muitos dos ex-combatentes ajudaram na fuga de escravos e participaram diletantemente do movimento abolicionista. Chiavenato assim como Moura interpretam a Guerra também sob o enfoque étnico, apresentando como um processo de arianização e branqueamento do país, este consciente ou não.

“A Guerra do Paraguai – entre várias outras coisas – vai servir para matar negro. Vai ser um processo brutal de arianização do Império, diminuindo os 45% de negros na população total do Império em 1860 para 15% logo após a guerra. Enquanto a população branca cresceu 1,7 vez, a negra diminuiu 60%, a contar-se dos quinze anos próximos à guerra (1860/1875). Foi a primeira vez na história o Brasil que o número de negros diminuiu não apenas proporcionalmente em relação à população branca, mas também em números absolutos, comparando-os com os anos anteriores à guerra. Em 1800, havia 1 milhão de negros no país; em 1860, 2,5 milhões; em 1872, apenas 1,5 milhão.” (Chiavenato, J.J. 1980 p. 194)

Para ambos autores, a Guerra do Paraguai representou uma oportunidade para diminuir a porcentagem de negros na população, quer isso se apresente consciente ou não para as classes dominantes.

Gorender fazendo análise da interpretação de Moura e Chiavenato sobre a Guerra do Paraguai, nos coloca que:

“A Guerra do Paraguai é descrita por ambos como o genocídio de cerca de noventa mil soldados negros, conduzidos à morte com o objetivo deliberado de branquear e arianizar a população brasileira. Ora, os soldados negros do Exército brasileiro, muitos deles recém-libertos, foram enviados ao campo de batalha para matar paraguaios. O verdadeiro genocídio foi o do povo paraguaio, cuja população masculina, após a guerra, estava reduzida a crianças, velhos e poucos adolescentes. Uma vez que o Exército brasileiro era de longe o contingente militar mais numeroso da Tríplice Aliança e, na sua tropa, predominavam os negros, como não concluir que estes serviram de principal

instrumento para efetivação do genocídio do povo paraguaio? (...) Chiavenato e Moura se esquivam de reconhecer o que houve de horripelantemente trágico neste episódio: ex-escravos e descendentes de escravos utilizados como instrumento de extermínio de um povo irmão para consolidar a supremacia do Império escravista brasileiro na América do Sul, tendo por trás o apoio interesseiro da Inglaterra.” (Gorender, J. 1990 p. 142)

Não podemos concordar com essa análise de Gorender sobre as intelecções de Moura e Chiavenato, pois como vimos acima, ambos autores tem nítida noção dos males causados para os irmãos paraguaios. Só que é importante salientar que os negros que lutaram nesta guerra no mínimo absurda não tinham consciência do que acontecia, só estavam ali cumprindo ordens de seus senhores que os enviavam no lugar de seus filhos e parentes, ou estavam como *Voluntários da Pátria* fugindo da escravidão. Os negros também saíram lesados, assim como os realmente livres e civilizados paraguaios. Não procede essa crítica aos estudos de Moura e Chiavenato, pois ambos estavam com suas atenções voltadas principalmente para a participação do negro nessa guerra injusta. Mas ambos autores deixaram bem claro sua repudia a guerra em si, pois os negros foram, assim como os paraguaios, também vítimas da mesma. Nas palavras de Chiavenato:

“O resultado prático foi a contribuição enorme que a Guerra do Paraguai teve para a diminuição do povo negro brasileiro – uma chacina de mortos na frente paraguaia e no Brasil.” (Chiavenato, J.J. 1980 p. 206)

A Guerra do Paraguai, por suposto, contribuiu para construir, ou melhor dizendo, para afirmar a identidade de um país civilizado aos olhos da corte brasileira – o Brasil, perante um país dado como reduto de bárbaros e incivilizados – o Paraguai. Logo, a Guerra do Paraguai não foi uma apologia a instituição exército, e sim foi defensora de determinados ideais de civilização, os quais o Brasil era portador. O tema Guerra do Paraguai não poderia deixar de estar na obra de Monteiro Lobato, intelectual com a atenção voltada para modernização e os recônditos do progresso. Em *A onda verde e o presidente negro*, Lobato questiona quem é o “pai da guerra”, e encontra a resposta no Estado, que ele denomina de “parasita”, que aniquilava as forças do povo e as norteava erroneamente. Lobato verificou que a barbárie estava entre nós, e que a classe dominante por muitos anos soube eficazmente heroicizar a Guerra, elencando-a a uma posição de verdadeiro símbolo de patriotismo, e um dos elementos constitutivos da idéia de Brasil nos primórdios do século XX.¹⁵⁹ (Lobato, M. 1951 pp.35 – 58)

E é quando finda a Guerra do Paraguai que concomitantemente avulta a campanha abolicionista. A Guerra do Paraguai traz a tona o problema da escravidão, e como um paliativo para acalmar os ânimos, foi então criada a Lei do Ventre Livre que declarava livres os filhos de escravas a contar da data da lei, 28 de setembro de 1871. Esta medida foi uma estratégia para adiar a questão

¹⁵⁹ José Murilo de Carvalho nos revela que a primeira experiência real de patriotismo e de grande valia para a solidificação da identidade nacional foi a Guerra do Paraguai, que envolveu grandes parcelas da população, mobilizando a nação em prol da nação brasileira. É o sentimento de pátria que foi instigado e fomentado pelas elites e disseminou por grande parte da população. (Carvalho, J.M. 1988 pp233 – 264)

polêmica que se tornou a escravidão, retardando ao máximo sua resolução. E foi justamente por conta desse problema que acontece o degradingolamento do Império.

“O manto imperial destinava-se a criar a ilusão de um Estado nacional em um país cuja sociedade civil estava dispersa na geografia e história, apoiada no trabalho escravo, na massa dos trabalhadores considerados de outra raça, outra casta. Uma população impossibilitada de circular em qualquer esfera de poder em que dominava o senhor, o branco, aquele que dispunha de ‘direitos’. Um manto imperial que dependia da legitimidade emprestada do absolutismo lusitano, dando a impressão de uma continuidade real e imaginária. Uma legitimidade apoiada no cetro e na espada, à sombra da cruz.” (Ianni, O. 1992 p. 162)

O filósofo e burocrata Pedro II não conseguiu prever o exato ponto de colheita do fruto, que seria o fim da escravidão. Sua insegurança ou talvez excesso de paciência fez com que, o fruto escravismo amadurecesse em demasia, sem sua percepção, e quando atinou para o fato era tarde demais, o fruto veio ao chão. Essa metáfora nos demonstra que a lentidão para que esse fruto fosse colhido, provocou a impaciência de alguns homens do Império, que viam no fim do escravismo o canal para definitivamente passar a mão-de-obra cativa para o trabalho assalariado, logo, para os moldes capitalistas. Com esses que pretendiam a colheita do fruto rapidamente, e pelo seu descontentamento com a postura do imperador, nasceu e propagou-se a idéia de um novo modo de colheita – que seria o Brasil republicano. Outros, viram-se abandonados pelo Império, logo que o fruto caiu de maduro, e intensivamente também passaram a apoiar a modificação da colheita como um todo, ou seja, apoiar a República. A instituição da República era apenas uma questão de tempo, se realizando logo em seguida a abolição da escravatura. Contudo, queremos afirmar que o Império não dava conta de sanar os problemas nacionais, a começar pelo grande problema, a abolição da escravidão.¹⁶⁰ Problema este do qual dependia toda a estrutura do país. E esta questão será cara ao Império, culminando na sua decadência e ruína, com a então Proclamação da República.¹⁶¹

E mais uma vez o povo foi apenas espectador dos acontecimentos.¹⁶² A proclamação da República, na inteligência de Caio Prado foi um processo que efetivamente trouxe um novo espírito ao país, o espírito burguês.¹⁶³ Desde logo, esse espírito burguês, é a incorporação do país no âmbito

¹⁶⁰ Na teorização de Emília Viotti: “A abolição não é propriamente causa da República, melhor seria dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais. O mais que se pode dizer é que a abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao Trono, precipitou sua queda.” (da Costa, E.V. 1987 p.328)

E segundo Vicente Licínio Cardoso, “as razões que levaram ao Quinze de Novembro vinham de longe. Eram principalmente razões econômicas e sociais. A proclamação da República não fora, como diziam os cronistas, um acidente, nem os militares tinham desempenhado o papel preponderante que se lhes atribuía na mudança do regime. O Quinze de Novembro fora a conclusão de premissas há muito estabelecidas.” (Cardoso, V.L. *apud* da Costa, E.V.1987 pp.295 - 296)

¹⁶¹ Sobre as várias interpretações da decadência do Império ver: Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1987, pp. 266 – 361, Editora Brasiliense, São Paulo –SP

¹⁶² Para José Murilo de Carvalho, “o povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como um curioso, desconfiado, temeroso.” (Carvalho, J.M.2001 p.83)

¹⁶³ Caio Prado Júnior e Néelson Werneck Sodré, entendem a queda da monarquia, como sendo a queda de um fruto maduro, de um processo que já vinha ocorrendo em prol de uma nova estrutura social, econômica e política.

econômico ao capitalismo, que tem na República sua forma de organização política.¹⁶⁴ (Caio Prado, 1994) Para Caio Prado a República foi a vitória do progresso. Moura trata o assunto de maneira leve, se atendo as implicações sofridas pelos negros nessa nova estrutura social, política e econômica, que pouco modificou a sua esfera de vida.

Mesmo com a República, o longo passado escravocrata continuava embrenhado na nova estrutura social ditando algumas normas e conferindo valores. *“O grosso da sociedade brasileira continuou variavelmente mergulhado nas idades históricas anteriores, e o povo não se configurou plenamente como realidade histórica.”* (Fernandes, F. 1968 p. 190) Cabe ressaltarmos, que o povo não se constituiu em seu sentido pleno por conta das manobras ideológicas da classe dominante. Astutamente deram ao povo, uma conotação de massa ignara, precisada de homens sábios que as conduzissem, podemos dizer, de “homens de 1000”¹⁶⁵, provindos da elite. Tobias Barreto, em 1877 apontava a desproporção entre o aparelho estatal e a sociedade. *“Entre nós, o que há de organizado, é o Estado, não é a nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; - não é o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo.”* (Barreto, T. *apud* Ianni, O.1984 p.12) A elite construiu sabiamente a idéia de povo amorfo, fazendo questão de perder de vista a história de lutas, revoltas, movimentos e insurreições deste povo - um contingente majoritariamente de mestiços, mulatos e negros, que [sabemos]muito fizeram para a formação do país, mas que devido ao racismo e ao preconceito, este racial ou de classes, essa história social do povo, foi encarada como um rascunho que deveria ser passado à limpo pela elite branca e dirigente do país. Por suposto, esse povo amorfo, deve ser sempre tutelado por uma elite, logo, cabe ao Estado proteger e disciplinar o povo-massa. Oliveira Vianna nos demonstra esse abismo entre Estado e nação, governantes e governados:

“É absolutamente impossível compreender a história das classes nobiliárias e dirigentes do Brasil, sem ter sempre em vista esta distinção essencial. O antagonismo que acentuamos em ‘Instituições Políticas Brasileiras’, entre a cultura do povo-massa e a cultura das elites, não é só assimilável modernamente; vem de longe, está na raiz mesma de nosso povo, e revela-se desde os primeiros dias de nossa formação e povoamento.” (Vianna, O. 1987 pp.186 –187)

Mas mesmo transformando a realidade econômica e política do país, a questão social se constituía um cancro na estrutura nacional. Lado a lado grandes diversidades subsistem com o desenvolvimento do capitalismo no país, os industriais e os lumpens, os latifundiários e os sem terra,

¹⁶⁴ Com a queda da ultrapassada monarquia vem abaixo toda uma estrutura arcaica de modo de produção. “A República levará para uma posição central e culminante uma nova figura, o homem de negócios, ou seja, o indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer, dinamizar os negócios no campo e na cidade.” (Ianni, O.1992 p. 67)

¹⁶⁵ Oliveira Vianna apresenta a concepção de uma elite ideal, ou melhor dizendo classe dirigente, como sendo os “homens de 1000”. Esses homens são tipos que Vianna entende que existiram no Império, homens capacitados para governar o Brasil, e que segundo ele teriam feito do Brasil “um grande Império”. Oliveira Vianna busca em fatores biológicos a

os empresários e os sindicatos, etc. E a busca pela cidadania plena ainda continua por parte de negros, mulatos, mestiços, índios, operários, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, ou seja, da maioria da população do país, esta excelentemente não-branca.

“Na realidade todas as correntes conservadoras, religiosas, ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, científicas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindicuem, façam política e criem uma verdadeira democracia.” (Konder, L. apud Ianni, O. 1984 p.38)

A precisa acepção de Ianni de que: *“Em geral, as classes dominantes organizam o Estado jogando com as desigualdades raciais, regionais, culturais e outras, além das desigualdades entre as classes sociais (...) de modo a enfraquecer a capacidade de reivindicação e luta de amplos setores da sociedade civil”*, (Ianni, O. 1992 p. 138) somamos a inteligência de Moura de que a elite soube muito bem utilizar o racismo para desarticular as classes subalternas da população.

Hélio Jaguaribe entende que na sociedade brasileira encontramos um “dualismo social”. De um lado temos uma “moderna sociedade industrial”, e do outro temos uma sociedade miserável, com níveis alarmantes de pobreza. (Jaguaribe, H. 1986) Percebemos aí nitidamente o antagonismo racial, - brancos e negros, que se estende para a estruturação da sociedade de classes. Portanto, os brancos com os melhores postos e oportunidades e os negros com a rebarba. Segundo Jaguaribe uma das explicações para essa realidade é a forma como se deu a abolição dos escravos e a falta de uma assistência especial, feita por uma política compensatória por parte do Estado, para que os ex-escravos tivessem a oportunidade de participar em melhores condições de integração a sociedade capitalista. A explicação propalada pela classe dominante a respeito das mazelas sociais existentes, principalmente acometendo os negros, sabemos, é apresentar como causa sua própria personalidade, sua natureza psico-física, fazendo do insucesso algo inerente a sua “raça”.

De acordo com a análise de Moura, o negro foi lançado à periferia do sistema capitalista para também ser facilmente dizimado, quer por doenças ou pela violência que se encontra nesses, denominados pelo autor “ghettos invisíveis”. É o sempre em voga processo de branqueamento da população não só pela miscigenação, mas igualmente pela mortalidade das populações negras. E coube ao mito da democracia racial, eficaz discurso das elites, desarticular a consciência crítica, étnica e revolucionária do negro.

“Ao dizer-se que somos uma democracia racial, jogamos, ao mesmo tempo, sobre o negro explorado e discriminado a culpa da sua situação atual no sistema de estratificação social e posição de classes. Porque, se há iguais oportunidades para todos, o negro não se encontra no cume da pirâmide porque não quer: dissipa o seu tempo no samba, na maconha e no álcool. A igualdade perante a lei desse discurso justifica a desigualdade social real em que o negro brasileiro se encontra. O formalismo jurídico, a concepção formalista do processo de interação social determina, em última instância, que esse discurso liberal absorva os racistas.” (Moura, C. 1983 p.11)

diferenciação que permitiu a formação dessa elite dirigente. Afirma que “é biológica – e não cultural – a causa do aparecimento destes ‘tipos psicológicos’ num dado grupo ou povo: vem das matrizes da RAÇA”. (Vianna, O. 1999 p. 341)

Moura assinala que a passagem do trabalho compulsório para o trabalho livre, a queda da monarquia e o desenvolvimento capitalista no país, apenas delineiam um marco na história do Brasil, da então era do escravismo para a era do capitalismo, sendo o fato principal a abolição da escravidão no país. Desconsidera a idéia de que 1888/1889 ser a delimitação da revolução democrático-burguesa¹⁶⁶. Para ele não houve ainda uma revolução brasileira, e ela só se verificará quando não mais existirem os excluídos e os lumpenizados, quando o povo se unir conscientemente em prol da construção de uma verdadeira sociedade, essa comum a todos os indivíduos, e esses sendo em sua essência cidadãos. Para o autor houve sim uma república burguesa, mas não democrática. Logo, a revolução brasileira não ocorreu, pois se configura num processo lento de longa duração, que começou com a abolição e que ainda está se desdobrando. Esta aceção está em concordância com a análise de Sérgio Buarque no qual afirma que:

“A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico.” (Holanda, S.B. 1995 p. 171)

Moura acredita que a verdadeira revolução brasileira está por ocorrer. Visto que outrora a burguesia nacional foi (e é) incapaz de liderar a revolução, devido suas ligações de dependência com o capital estrangeiro, logo, com as burguesias internacionais, e que cabe a classe subalterna, ao povo levantar essa bandeira de luta. Para Ianni, a burguesia *“representava não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida.”* (Ianni, O. 1992 p. 70)

Afirma Moura com relação a denominada burguesia nacional:

“Em consequência [do imperialismo e do capitalismo dependente] não se estrutura uma burguesia nacional significativa como classe e ideologicamente independente, capaz de conduzir as formas de lutas que possam modificar o conteúdo do modelo atual. Não há, por isto, possibilidades efetivas de se fazer a revolução burguesa democrática com e por essas burguesias nativas.” (Moura, C. 1983 p. 24)

Na intelecção de Moura devido essa dependência da burguesia nacional à burguesia internacional, com todos os ligamentos e estreitamentos econômicos e políticos, cabe ao povo encabeçar e liderar a revolução e principalmente ao negro protagonizar esse papel de agente revolucionário e transformador deste atual modelo de sociedade. Deslinda Moura em sua análise que:

“Do ponto de vista econômico a descapitalização continua em ritmo cada vez maior, e, ao mesmo tempo, a desnacionalização da economia interna determina

¹⁶⁶ A revolução democrático-burguesa foi uma proposta defendida pelo PCB, no qual deveria “expulsar o imperialismo e derrotar seus aliados internos, constituídos por aristocracias agrárias retrógradas e autoritárias, a abrir as portas para o advento das forças produtivas capitalistas.” (Mantega, G. 1995 p. 105 in Moraes, J.Q. (org.) 1995) Ocorre que na análise de nosso autor, a revolução burguesa, para a entrada do país no capitalismo aconteceu, mas sem a conotação “democrática”, pois os ex-escravos continuaram a margem do sistema, portadores de uma pseudo-cidadania, ou cidadania fajuta.

o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, de uma burguesia nacional capaz de liderar a revolução brasileira. Somente a plebe rebelde, composta de negros, mulatos, curibocas, brancos pobres, caboclos, mamelucos e índios, além de outros tipos de cruzamentos poliétnicos que sempre lutaram no passado contra o escravismo e estão lutando, agora, contra o modelo de capitalismo dependente e o seu suporte (o imperialismo) poderá fazê-la. (...) E o negro, pela sua condição de duplamente oprimido será chamado a ser um dos líderes desta revolução.” (Moura, C. 1983 p. 27)

Para Moura o país só será realmente uma nação quando todos os trabalhadores estiverem incluídos na dinâmica de um processo produtivo mais justo, assim tornando-se cidadãos, com toda a plenitude que o termo requer. Sem esquecer que Moura associa a verdadeira revolução democrática no Brasil a uma revolução socialista, assim como outrora fizera Lukács num outro contexto, em sua fase de 1917-1924 considerada a primeira na evolução de seu pensamento “revolucionário”, cabendo suas considerações, também para a análise “Mouriana” com relação a revolução brasileira “incompleta” no qual escreve Lukács:

“A verdadeira revolução é a transformação dialética da revolução burguesa em revolução proletária. A burguesia traiu suas próprias tradições revolucionárias, o proletariado é a única classe capaz de conduzir a seu termo a revolução burguesa de maneira conseqüente, fundindo-a necessariamente com a revolução socialista.” (Lukács, G. 1965 pp.77-78 *apud* Löwy, M. 1979 p.214)

Capítulo IV

O Brasil República e a não inclusão do negro

“Não sabemos o que somos. Há tanta escora e espeque e amarelo de cipó na nossa estrutura social, que ninguém consegue ver claro a forma do nosso edifício. Parece república e não é. Parece democracia e não é. Parece País e não é. Parece que está vivo e não está.”
(Monteiro Lobato)

É fato que a abolição¹ da escravidão e a jovem república não significou uma mudança da ordem conservadora-tradicional, isto é, permanecia o Brasil, com traços essencialmente rurais e de economia agrário-exportadora, mas só que a partir de então um país que começava a caminhar por suas próprias pernas. Portanto, podemos dizer que a Abolição² representou apenas um golpe certo e final na já capenga Monarquia que, de certa forma, bloqueava o triunfo do capitalismo no país. Capitalismo este, nascido dependente do então imperialismo. Segundo Florestan Fernandes, será este capitalismo dependente o principal desafio a ser superado por aquelas classes sociais comprometidas em construir a verdadeira democracia social. (Fernandes, F. 1981) Também Moura analisa a questão sublinhando o inerente racismo da sociedade brasileira:

“A Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores [na exploração dos despossuídos]. (...) Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou-se nos seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam a Abolição, na sua estratégia de dominação.” (Moura, C. 1994 p. 103)

Antes de entrarmos no período republicano, voltemos ao final do Império. Passaremos a analisar mais um aspecto do então abolicionismo institucionalizado, que denominaremos por neo-quilombismo, caracterizado pelos quilombos formados pelos abolicionistas. Compunha este movimento³ os “autodenominados” representantes dos negros oprimidos, que se gabavam em ser os representantes “legais” dos cativos, ou seja, sua voz na luta pela liberdade. Logicamente é sabido

¹ Na acepção de Caio Prado, o escravismo não condizia mais com as reais condições sócio-econômicas do país, e a Abolição veio para evitar um colapso econômico e, desde logo, o caos social. (Prado Júnior, C. 1994 pp.172 – 182) Segundo Décio Freitas: “O colapso do estado escravista se configurou claramente quando a polícia e o exército se recusaram a reprimir as fugas. Com o apoio dos dois grandes partidos da classe dominante, o Conservador e o Liberal, sobreveio a 13 de maio de 1888 a formalização jurídico-institucional de uma situação de fato.” (Freitas, D. 1982 p. 128)

² Suely Queiroz conclui que, “para o negro, o 13 de Maio não traria alívio ao fardo da condição e da cor.” (Queiroz, S.R.R. 1986 p. 93)

³ Vale ressaltar que o movimento abolicionista era composto e encabeçado por uma parte da classe dominante – a classe média urbana.

que os negros não contaram, nos mais de trezentos anos de escravismo, com alguém que os representassem ou os induzisse a ação revoltosa, pois sozinhos nos tempos áureos do sistema, agiam em prol de sua própria tutela e liberdade. Em sua análise, Moura entende que o “proto-abolicionismo”, ou seja, o autêntico movimento abolicionista, apresenta-se nas ações rebeldes genuínas vindas da escravaria, e que perduraria até a institucionalização e sistematização do movimento abolicionista, feito pela classe dominante em fins do penúltimo quartel de 1800. Idealizado pela classe média, este então abolicionismo fajuto partia da seguinte premissa, a busca da humanização⁴ dos escravos. Sabemos que este não foi o objetivo que levou a alguns advogados, juristas, e proprietários de terras a pretenderem o fim da escravidão. Também camuflada sob uma suposta preocupação com a formação da nação a objetivação escusa era outra, logo, a de substituir definitivamente o modo de trabalho compulsório pelo modo de trabalho assalariado, muito mais vantajoso à época, levando em conta os altos preços das peças escravas, bem como os altos valores para a manutenção dos mesmos, principalmente no quesito vigilância.⁵ Como entende Moura, o lídimo abolicionismo, melhor dizendo o “proto-abolicionismo”, se apresentou como uma valiosa contribuição, que culminaria com a transformação do regime de trabalho.⁶

Com um outro enfoque, observa o Barão do Rio Branco que: *“um grande número de fazendeiros, entre os quais todos os membros da família Prado, começaram a libertar os seus escravos, e êsse movimento de generosidade para com os escravos [vistos como a nova classe de trabalhadores], proveniente da discussão no Parlamento entre abolicionistas e não-abolicionistas, tendo vencido a ala abolicionista, estendeu-se pelo País inteiro.”* (Rio Branco, B. s/d p. 114) Esta premissa conservadora, é no mínimo questionável pois, tendo por base a análise “Mouriana”, os ex-escravos não se transformaram em assalariados, mas sim, e quando muito, em trabalhadores informais, logo, excluídos do sistema, e jogados numa economia de miséria, quer rural ou urbana. A íntima relação dos movimentos abolicionistas e imigrantistas, como entende João Manuel Cardoso

⁴ Escreve neste mesmo sentido Luiz Luna: “Da transição entre esses objetivos [transição para o trabalho livre] e interesses diversos resultou, em termos de ideais humanos pregados pelos abolicionistas, uma ideologia espúria, que sob o véu de motivos altruísticos alegados, encobria situações de interesses que nada tinham a ver com os propósitos de “humanitarismo” ou com as aspirações dos escravos.” (Luna, L. 1976 p. 172)

⁵ Sabemos que pelos idos de 1870, começam a chegar no país crescentes parcelas de imigrantes. A convivência entre escravos e trabalhadores livres numa mesma fazenda, exaltou os ânimos dos cativos que, por mais precárias que fossem as condições de vida dos livres eram almejadas pela escravaria, devido ao direito de ir e vir que possuíam, aos sapatos que possuíam, as roupas um pouco melhores, além da condição de viverem em família e em comunidade, aspecto este extenuado pelo sistema escravista.

⁶ Na interpretação de nosso autor, os sempre presentes atos rebeldes dos escravos, contribuíram enormemente para por fim ao trabalho compulsório. Especialmente neste período de escassez de mão-de-obra cativa, as constantes fugas e revoltas escravas colaboraram essencialmente para a transformação do então regime de trabalho. Que devido ao aumento de preço dos mecanismos de vigilância, o fazendeiro onerado pelos gastos, por sua vez, repassava para o preço final do café, então por excelência produto de exportação brasileiro, o que dificultava a venda do produto no competitivo mercado internacional. Portanto, os fazendeiros foram aderindo ao trabalho livre, extremamente mais vantajoso e barato. Representando para a comercialização do produto um preço mais competitivo no mercado internacional. Logo, podemos analisar os fazendeiros de café de fins da década de 70, caracterizando-os como precursores empresários do café, cada vez mais tendo suas ações imbuídas e norteadas pela lógica capitalista.

de Mello⁷, trouxe consigo, de acordo com Moura, uma nova roupagem para o racismo já existente contra o negro.

“[Ficou estabelecido] que o imigrante já tinha capacidade para exercer o novo e mais complexo tipo de trabalho que a sociedade emergente da escravidão estava a exigir. Numa sociedade competitiva não há o vácuo de força de trabalho. Pelo contrário. O que existe é a mão-de-obra excedente – especialmente não qualificada – que flutua permanentemente. Esse excedente de mão-de-obra foi composto exatamente por aqueles negros que vinham das senzalas. A mão-de-obra excedente, numa sociedade competitiva, tende a se marginalizar. Se ela não é absorvida e integrada na economia global em expansão e não se criam mecanismos capazes de empregá-la, há tendência de marginalizar-se progressivamente e quanto mais ela se marginaliza, menos condições tem de sair desse estado.” (Moura, C. 1977 p.39)

Sob a coordenação e organização feita pelos abolicionistas no Estado de São Paulo, nasce em Santos o maior quilombo do “período imperial”, o quilombo do Jabaquara⁸. Décio Saes busca a diferenciação dos quilombos das áreas cafeeiras ocorridos na Colônia e no Império, principalmente daqueles de meados de 1800, antes de passar a analisar o Quilombo do Jabaquara. Apoiado na interpretação de Suely Queiroz (Queiroz, S.R.R. 1986), concorda que os quilombos do “período colonial” eram caracterizados, pela longa duração e pela sedentarização em locais ermos, onde era freqüente a prática de agricultura e, muitas vezes, as trocas de gêneros alimentícios, bem como de armas com pequenos proprietários da região. Já os quilombos dos dois últimos decênios do período imperial se caracterizavam pelo nomadismo, por seu caráter efêmero, *“e pela prática da pilhagem como meio de sobrevivência por se localizarem em áreas próximas às vilas e aldeias.”* (Saes, D. 1990 p.279) Saes em discordância com Queiroz, que atribui essa transformação somente a intensificação da repressão aos quilombolas, entende que essa modificação dos quilombos se deu além da repressão, também pela “provisoriidade” desta nova forma de quilombo. E, *“essa provisoriidade indica que a formação do quilombo não era mais o objetivo final, mas tão somente um objetivo intermediário, necessário à consecução de outro objetivo, proposto pela classe média aos escravos rurais através da correia de transmissão constituída pelo movimento abolicionista.”* (Saes, D. 1990 p.279)

⁷ Entende Cardoso de Mello que: “O trabalho assalariado se tornara dominante e o Abolicionismo, a princípio um movimento social amparado apenas nas camadas médias urbanas e que fora ganhando para si a adesão das classes proprietárias dos estados não-cafeeiros, na medida em que o café passara a drenar para si escravos de outras regiões, recebera, agora, o respaldo do núcleo dominante da economia cafeeira. Abolicionismo e Imigrantismo tornaram-se uma só e mesma coisa. Em 1888, extinguiu-se a escravidão.” (Cardoso de Mello, 1998 p. 91) Outra interpretação sobre abolicionismo e imigração, é a tecida por Paula Beiguelman em *A crise do escravismo e a grande imigração*, 1985, Editora Brasiliense, São Paulo – SP que entende o abolicionismo só passando a existir em função do imigrantismo.

⁸ Segundo Suely Queiroz o quilombo do Jabaquara possuía uma população de mais de três mil negros. (de Queiroz, S.R.R. 1986) De acordo com Emília Viotti, os dois quilombos abolicionistas mais importantes desse período foram: respectivamente o quilombo do Jabaquara em Santos – SP e o quilombo da Gávea no Rio de Janeiro. Viotti da Costa não tece nenhum comentário sob o quilombo carioca, somente cita-o. Com relação ao quilombo do Jabaquara, nos relata além da constituição das casas do quilombo, que estes foram em sua acepção os germens das primeiras favelas brasileiras. (da Costa, E.V. 1982 pp.305 – 306) Da mesma opinião comunga Décio Freitas, que vê estes quilombos como sendo os primeiros bairros suburbanos do país. (Freitas, D. 1982 p.42)

Portanto, esse objetivo essencialmente tático norteou a criação e organização do quilombo do Jabaquara pelos abolicionistas. Essa análise se confirma na ilação de Saes sobre o quilombo do Jabaquara:

“A escolha da cidade de Santos (facilmente atingível pela repressão, por mar e por terra) como sede do mais importante quilombo paulista [dos últimos anos do escravismo] só se explicaria caso o objetivo dos seus organizadores fosse, sucessivamente, ‘libertar’ e assalariar o trabalhador escravo.” (Saes, D. 1990 p. 280)

Clóvis Moura nos revela a particularidade deste quilombo, que é a de ser sua organização feita pelos abolicionistas. É justamente devido essa característica, que se ditou e coordenou a condição passiva dos escravos evadidos neste momento – compreendidos pelos anos finais da escravidão. *“Desta forma [escreve Moura], o quilombo do Jabaquara teve a sua formação subordinada às peculiaridades da ideologia dos abolicionistas e não às lutas espontâneas dos escravos.”* (Moura, C. 1988 p. 244) Daí o caráter “passivo” dos mancipios, que seguindo as ordens dos abolicionistas saíam das fazendas onde trabalhavam e se deslocavam para o quilombo. Ainda segundo Moura, a escolha do líder deste quilombo, não deu-se por votação dos quilombolas, ou pelo caráter meritocrático do líder, como de uso nos quilombos coloniais. Mas sim foi feita de acordo com particularidades de caráter esperadas por parte dos criadores do quilombo, levando em consideração o aspecto de liderança sobre os outros quilombolas, e desde logo, submisso as ordens dos abolicionistas. Foi então escolhido como líder, Quintino de Lacerda, ex-escravo sergipano com essas características. Moura no decorrer de sua análise, nos expõe a importância dada pelos abolicionistas em deter as rédeas da situação e assim manter a ordem no quilombo.

“(...) a escolha de Quintino de Lacerda para chefe do quilombo deveu-se à necessidade de um líder que ‘os mantivesse (aos cativos) em ordem e arrefecesse os seus ímpetos naturais e compreensíveis’. Como vemos, os abolicionistas (...) por estarem convencidos de que o escravismo era um sistema econômico obsoleto e pouco rentável, lutavam pela sua extinção, não desejavam, de outro lado, que os próprios escravos participassem do processo emancipador como elementos ativos e possivelmente explosivos; achavam que eles deviam ficar passivamente aguardando o fim do regime sem participarem das lutas.” (Moura, C. 1988 p. 244)

Moura busca com sua aceção demonstrar o aspecto rebelde do escravo sendo dominado e coordenado pelos abolicionistas, que buscavam trabalhar a rebeldia negra escrava, com o intuito de uma transição pacífica dos cativos, de escravos para homens livres. Daí temos o caráter “passivo”⁹ dos escravos. Logicamente utilizando da propaganda de algumas exímias defesas na justiça de escravos que cometeram crimes contra seu senhor, ou com o acolhimento e escamoteamento de escravos feitos pelos abolicionistas em suas próprias casas, e como se não bastasse portadores de um discurso reformista, de que a abolição estava próxima, e que caberia ao escravo apenas seguir

⁹ Esse termo passivo não quer dizer que não atua, mas sim que atua com restrições, ou melhor dizendo, sob mandos e ordenamentos.

as orientações dos abolicionistas, conseguiram o intento de coordenar a “rebeldia negra”. Neste momento, a ilação de Moura, apresenta a descaracterização de uma radicalidade inicial dos negros, denotando, que mais uma vez, foram feitos massa de manobras para a classe dominante.

Célia Maria M. de Azevedo segue as proposições de Clóvis Moura, entendendo que os abolicionistas e caifazes, por mais radicais que se apresentassem, estavam mais preocupados com a mão-de-obra, agora assalariada, para as fazendas, principalmente cafeiras, cuja transformação dos ex-escravos em trabalhadores assalariados era essencial. Endossa Célia M. de Azevedo a inteligência de nosso autor, de que era precípua o controle sobre a rebeldia negra, quando observa que: *“estes abolicionistas (os mais radicais) que têm sido apontados pela historiografia como dos mais radicais e mesmo revolucionários, acabam propondo medidas de controle social sobre os ex-escravos a fim de devolver aos fazendeiros esta mesma força de trabalho que lhes escapava, agora porém na condição de assalariada.”* (de Azevedo, C.M.M.1987 p. 257) Podemos perceber que os abolicionistas aproveitaram do proto-abolicionismo negro para dar concretude ao seu intento, que era transformar o ex-escravo em trabalhador assalariado.

Ainda sobre o quilombo do Jabaquara, Moura nos revela que *“as casas eram construídas de madeira, umas coladas às outras, tendo uma porta e janela, conforme fotografia que tivemos ensejo de ver. Essas construções só foram demolidas no início deste século. [se refere ao século XX] Mas não eram apenas essas casas de madeira que existiam. Choças de palha e zinco, de taipa, cobertas de zinco ou de folhas de bananeira completavam as habitações do reduto.”* (Moura, C. 1988 p. 245) Podemos perceber que até as características físicas do quilombo do Jabaquara eram “urbanizadas”, ou seja, por se localizar em uma área menos nobre, mas já urbana, os que ali estabeleciam moradia, podiam utilizar de resíduos das atividades citadinas.

O quilombo do Jabaquara não trazia em si os germens da rebeldia negra na busca pela transformação de sua vil situação de escravos. Muito pelo contrário, trazia contradições reais gritantes entre os discursos que pregavam os abolicionistas e suas efetivas ações. Deslinda Moura, analisando o quilombo que:

“Joaquim Xavier Pinheiro, abolicionista de Santos – aliás o inspirador da fundação do quilombo –, embora tivesse ajudado até com dinheiro o movimento, explorou o trabalho dos quilombolas em proveito próprio. Possuidor de uma caieira, empregava-os sem remuneração naquela empresa de sua propriedade a troco de comida e esconderijo. Os demais abolicionistas mesmo sabendo do fato achavam que não deviam tomar nenhuma posição no caso, pois a sua contribuição à causa justificava aquele ato.” (Moura, C. 1988 pp. 246 – 247)

Moura relata ainda que o argumento utilizado pelo abolicionista, para a exploração dos negros era de que a escravaria, que desde logo, estava apartada do movimento, *“não podia ficar atomizada do resto das relações de trabalho da sociedade da época, tinha que ser aproveitada.”* (Moura, C. 1988 p. 247)

Portanto, a idéia não era libertar o negro dignamente, para que enfrentassem instrumentalizados uma outra realidade. E sim a de continuar com a “escravidão”.¹⁰ Escreve Guimarães:

“O Brasil é a expressão material de uma organização hierárquica. Ou seja, é a continuação da escravatura. (...) Ela quer dizer só que a desigualdade instaurada e mantida depois da dita abolição funcionaria como uma tentativa de perpetuar a escravatura.(...) No Brasil, é diferente: a desigualdade é, efetivamente, a continuação, apenas sob uma forma, de um sistema social que não morreu. Por contingências históricas, adotou uma máscara jurídica moderna e perpetuou-se por um outro caminho, mantendo o mesmo valor simbólico.”
(Guimarães, A.S.A.1977 *apud* Alberto, L. 2000 p. 306 *in* Guimarães, A.S.A. e Huntley, L.(org.) 2000)

Moura cita outro quilombo que fora constituído pelos abolicionistas, o de Vila Matias, chefiado por Pai Filipe, com as mesmas características do quilombo do Jabaquara, isto é, o mesmo tipo de moradia, de organização, só que possuindo uma outra atividade produtiva, que era a cultura de alimentos, como: hortaliças, legumes e frutas, que eram comercializadas com os cidadãos. (Moura, C. 1988)

É interessante percebermos pela acepção de Moura, que os negros que ali estavam mantinham suas danças e cultos, buscando salvaguardar suas tradições, a sua euforia telúrica e o pouco que restava de sua identidade negra.¹¹ Estes grupos negros representariam os grupos específicos, no seu conceito. Relata Moura:

“(...)segundo depoimento de um contemporâneo, no quilombo do Pai Filipe dançava-se “o samba no terreiro, ao som do ‘tambaque’ (sic), pandeiros e chocalhos, a cuja cadência, mulatinhas ainda novas e crioulos robustos, bamboleavam o corpo, meneavam as cadeiras, picavam com o pé, fazendo um círculo vagaroso, até encontrarem-se os pares que se esbarravam numa proposital umbigada certa, cheia, fazendo o corpo dar meia volta. Esta dança

¹⁰ Só que uma escravidão escamoteada e mascarada aos olhos laicos dos atuais escravos, personificados na maioria dos homens que compõem a sociedade capitalista. Que são escravos da cultura, da moral, que na acepção de Adorno constitui uma “segunda natureza”, do consumismo, etc.

¹¹Os abolicionistas e caifazes permitiam as danças com o intuito de aquietar os ânimos dos negros, e portanto se precavendo de possíveis rebeliões. Digamos que também a prática “livre” (dentro dos quilombos) de sua cultura, se apresentava como elemento alienante, contribuindo para coibir o afloramento de uma possível consciência crítica a respeito da situação nas quais se encontravam. Isto sem falarmos da fecunda ideologia dominante que criava idéias e expectativas de uma nova vida de “homem livre”. Podemos perceber a importância dos batuques e das danças que as recordações de Maria Theresa de Jesus, ex-escrava e ex-moradora do quilombo do Jabaquara, nos revela: “Trabalhei muito para meu home. Mas a vida era boa. Nos sábados todas as noites tinha batucada. O samba ia até o sol raiar. E como eu era doída por um batuque (...) Ah! ia me esquecendo! Veio a abolição. Ficamos livres. Ninguém queria acreditá lá no Jabaquara. Mais depois que vimos que era verdade mesmo (Virgem Nossa Senhora!) tudo enlouqueceu. Foi uma festança que ninguém pode imaginar. Ninguém queria mais trabalhar. Era batuque dia e noite (...) Finalmente tudo serenou. E a vida passou a correr como sempre, até que um dia Manuel Leocádio entro em nosso rancho que ficava no sopé do morro e me disse que o nosso Imperador tinha sido embarcado num vapor para fora do Brasil; quem mandava agora era a República. Como eu não soube o que era República, ele me explicou, dizendo que, daí em diante todos nós éramos iguais, tanto branco como preto. Que preto podia até sê o dono do governo! Acabando de escutar aquilo, eu disse cá comigo: “esse crioulo está ficando louco”. Mas não estava não. Era tudo verdade. Nem preciso dizer que houve fandango no Jabaquara.” (depoimento de Maria Theresa de Jesus publicado no Jornal Tribuna de Santos, 26/1/1936 “110 annos de vida. Um escritório de recordação” – edição comemorativa do centenário da cidade (1839-1939) *apud* Wissenbach, M.C.C. 1998 pp.89-90 *in* Sevcenko, N.(org.) 1998)

selvagem era acompanhada de cânticos nos quais a última sílaba da rima prolongava-se muito, repercutindo nas matas.” (Moura, C. 1988 p. 246)

Podemos entender que o quilombo do Jabaquara configurou-se em mais um dos mecanismos táticos usados pelas classes dominantes para engessar o comportamento rebelde dos negros, para submetê-los sem maiores tormentos a uma nova ordem social, que salvo o fim do cativo, não mudou em nada a vida da maioria dos negros no país.

É interessante perceber que Moura ao terminar sua análise sobre o quilombo do Jabaquara, escreve:

“Não estamos, aqui, tirando méritos de pessoas. Estamos, tão-somente, tentando uma análise objetiva do fato histórico.” (Moura, C. 1988 p. 247)

Ou seja, escrevendo na contra-mão da história oficial, Clóvis Moura talvez já estivesse de ante mão respondendo as críticas que fatalmente lhe acometeria após a publicação desta sua pioneira e dissonante interpretação.

Moura em sua proposição sobre os quilombos antes do movimento abolicionista, e da rebeldia negra organizada pelos brancos, observa que estes foram de suma importância para por fim ao escravismo. O autor em sua acepção utiliza-se do conceito de político para compreender os movimentos revoltosos. Isto é, os movimentos que em sua concepção desejavam mesmo que de forma menos consciente uma mudança social, são entendidos por ele, como movimentos políticos e não pré-políticos como entendiam a classe dominante da época, bem como as elites de agora. Logo, para entender concretamente os levantes era necessário, segundo Moura, uma análise totalizante destas insurreições e rebeldias, para então observar a força desses movimentos que buscavam por fim no então regime social. Podemos notar que esse modo de análise é no mínimo instigante, logo, mais um modo ímpar para pensarmos sobre as contradições na formação da sociedade. Moura nos coloca nesta sua análise, a luta de classes¹² intrínseca, que acarretou um desgaste na estrutura da sociedade colonial e escravista. E, desde logo, não concorda com a análise destes movimentos sob o conceito pré-político que, segundo ele, tergiversa o conteúdo revolucionário e de transformação social que possuíam estes levantes. Escreve Moura sobre a análise dos movimentos sob o ponto de vista pré-político que:

“(...) o conceito de movimento pré-político leva a que esses movimentos em que a plebe se organiza sejam criminalizados e com isto a sua destruição seja apenas uma consequência das desordens por eles produzidas e o

¹² Não entraremos na discussão se cabe a categoria luta de classes no então Brasil seiscentista e setecentista, mas ressaltaremos a seguinte ilação de Pitirim A. Sorokin de que: “Não se precisa ser marxista para se conhecer que grande parte da história do Ocidente tem sido o resultado de suas alianças e antagonismos, os quais são responsáveis pelo elevado número de revoltas, revoluções e movimentos sociais das nações ocidentais, tanto por muitas guerras e alianças internacionais. Igualmente, uma notável porcentagem da legislação desses países tem surgido como resposta à pressão de classes. Resumindo, os efeitos “operativos” são inegáveis. Por tudo isso, nenhuma teoria adequada de estrutura, diferenciação e estratificação social pode negligenciar esse tipo de grupo com múltiplas vinculações.” (Sorokin, P.A. 1976 p. 93) Para uma discussão sobre o conceito de classe social, bem como os de estamentos, estrutura de classes, estratificação social ver: Sedi Hirano: *Castas, Estamentos e Classes Sociais – introdução ao pensamento de Marx e Weber*, 1975 Editora Alfa-Omega, São Paulo –SP e *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Otávio G. Velho, Moacir G.S. Palmeira e Antônio R. Bertelli (org.) 1976 Zahar Editores, Rio de Janeiro – RJ

restabelecimento da Lei seja aplicado contra o banditismo social. (...) [Logo], a repressão policial e a violência ficaram plenamente justificadas.” (Moura, C. 2000 p.55)

Trataremos agora de outra discussão pincelada por Moura, a da família escrava¹³ no Brasil, e os rasgos decorrentes da escravidão que adentraram na sociedade de classes. Para Clóvis Moura, assim como para Florestan Fernandes, a escravidão desmantelou qualquer possibilidade de existência de núcleos familiares estáveis, principalmente durante o escravismo pleno se estendendo até 1869, “ano de uma lei que vem proteger a família escrava”, esta essencialmente caracterizada pela mãe e sua prole. Medida que vem só a amenizar a crescente preocupação da classe senhorial com a escassez de cativos. Escreve Moura:

*“Ela [a lei] surge como medida reprodutora e não protetora, pois as famílias passam a ser matrizes de novos escravos no momento em que a reprodução desses elementos para o trabalho cativo começa a escassear.”*¹⁴ (Moura, 1988 p.237)

Verifica-se uma diferença de interpretação com relação a precariedade da família conjugal escrava, entre Clóvis Moura e Florestan Fernandes. Para Fernandes, a escravidão sem dúvida destruiu qualquer vínculo de solidariedade¹⁵ entre os cativos, dentre eles as normas familiares. Por suposto, em decorrência da finitude destes preceitos, há uma degeneração moral dos negros, principalmente com relação a conduta sexual. E a falta desta “unidade familiar”, deixaria um rasgo nos valores morais dos negros. Fato que pesaria desvantajosamente para os negros, na concorrência com os imigrantes no pós-abolição. (Fernandes, F.1978 vol.I) Fomos buscar uma outra interpretação à esta provocação analítica de Florestan Fernandes, de que o escravo, devido a sua “anomalia social”, não criou formas de solidariedade. E também foi a análise apresentada por Moura que nos proporcionou outra versão para esta ‘ausência de associações escravas’, do qual nos deslinda Fernandes. Segundo nosso autor, a solidariedade entre os cativos, não só ocorreu em abundância, como também foi aspecto *sine qua non* para a existência das revoltas escravas.

“O negro demonstrou, no Brasil, desde os primeiros tempos da escravidão, um espírito associativo (...). Não fosse esse espírito, ou melhor, esta tendência criada pela sua situação no espaço social, os escravos teriam uma vida muito mais sofrida sob o cativo e o negro livre não teria resistido na proporção que resistiu, ao chamado traumatismo da escravidão, incorporado, por ele, ao seu comportamento após a Abolição. (...) A fim de preservar as suas crenças, conseguir momentos de lazer, de refuncionalizar os seus valores, traços e

¹³ Para ter uma visão ampla sobre os variados trabalhos que abordam o tema a família escrava, ver o primeiro capítulo de: *Na Senzala uma Flor: Esperança e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, Século XIX* de Slenes, R.W. 1999 Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro – RJ

¹⁴ Gorender segue a mesma interpretação da análise Mouriana, mas enfatizando que não só o interesse pela reprodução do negro cresceu, amenizaram-se as punições e houve um abrandamento no tratamento dedicado a eles. (Gorender, J. 1990)

¹⁵ Robert Slenes sumaria com grande proficuidade a premissa de Fernandes, de uma precária participação dos escravos na transformação de 1888-89. Escreve Slenes: Para ele [Florestan Fernandes], os escravos anômicos, ‘perdidos uns para os outros’, desprovidos de ‘laços de interdependência, de responsabilidade e de solidariedade’ entre si, não desempenharam papel relevante na ‘Revolução Burguesa’ no Brasil (processo que incluía, como passo decisivo, a abolição da escravatura). Apenas, ‘o fazendeiro’ (aliás, alguns fazendeiros do Oeste paulista) e ‘o imigrante’ foram agentes históricos nessa grande transformação.” (Slenes, R.W. 1999 p.31)

padrões das culturas africanas, obter alforrias, dinheiro, sepultura o resistir aberta e radicalmente ao regime escravista, ele organizou inúmeros grupos ou se incorporou a alguns já existentes.” (Moura, C. 1988 p.111)

Gorender também questiona a inteligência de Fernandes, pelo mesmo viés de Moura, e afirma que, *“mesmo em circunstâncias penosas, os cativos souberam criar formas de solidariedade e associação extrafamiliares, que lhes propiciavam vínculos comunitários.”* (Gorender, J. 1990 p.47)

Para Moura, o que debilitou a existência da família escrava, foi a instituição da escravidão. Mas de acordo com suas análises, a escravidão no país dividiu-se em duas fases, a do escravismo pleno e a que ocorreu no período tardio. Logo, cada momento possuiu características próprias. Fica fácil de perceber que a família escrava, e não só ela, não se apresentou de um modo único, isto é, portou particularidades distintas em cada uma das fases. Talvez em algumas regiões, as famílias escravas pudessem durante o período do escravismo tardio, como pretende Slenes, estar mais presentes nas senzalas. No entanto, foi uma particularidade decorrente de um aspecto conjuntural, devido ao fomento feito pelos senhores para que houvesse um aumento das uniões entre os escravos, o que lhes renderia mais peças, estas de grande valor em tempos de escassez, mesmo que demorassem no mínimo cinco anos para o início do trabalho na lavoura.

Em outra acepção de nosso autor, a família extensiva africana, de modo geral, vai dar lugar às irmandades religiosas, onde a referência à nação dos ancestrais congrega os negros fiéis o que, logo, viria a substituir a referência familiar, desfeita pelo sistema escravista. Enfim, Moura observa que tendo em vista o aspecto cultural, a religião negra é fonte dinamizadora de um *ethos*, indicadora de hábitos, e de uma maneira negra de ser, dista da branca ocidental. (Moura, C. 1994)

Não se pode aceitar a questão da promiscuidade dos cativos. De acordo com as proposições de nosso autor, a sexualidade nativa do negro foi alijada pela escravidão peremptoriamente, devido a diferença quantitativa marcante entre os números desiguais de negros e negras desembarcados e tornados como mancipios no país. Moura atribui os comentários depreciativos sobre a vida sexual dos escravos, provenientes dos intérpretes laicos ou de um discurso tecido por membros da Igreja contemporâneos a escravidão, como sendo essencialmente parciais, já que esses observadores estavam repletos de uma moral cristã ocidental, e que esta não oferecia instrumentos para uma efetiva compreensão do “estranho”¹⁶, logo, não aceitavam outros *mores* senão os seus.

Moura contesta a interpretação dada por Caio Prado Júnior, de que os negros eram dados a promiscuidades sexuais, devido a ausência de moral entre eles. A questão da família para Caio Prado é algo um tanto quanto falho e parcial em sua interpretação, pois ele entende que o conceito

¹⁶ Buscamos em Donald Pierson uma das explicações para o estranhamento, principalmente com relação a questão cultural, entre povos distintos, durante a ‘colonização da América’. Segundo este autor, “todos nós, ao entrar pela primeira vez em contato com outra cultura, mui naturalmente veremos primeiro as variações de comportamento, as diferenças de hábito.” (Pierson, D. 1965 p. 130) Daí a disposição dos membros de um determinado grupo em julgar e considerar os indivíduos que muito deles diferem nos aspectos culturais, como sendo “inferiores” e incivilizados. Isto explica por que durante muito tempo os europeus denominavam de “selvagens” os povos primitivos da África e da América, bem como os cristãos consideravam o resto do mundo como “pagão”. Essas pre-noções, e superficiais julgamentos baseiam-se nas diferenças culturais. (*ibidem*)

família, só pode ser empregado à família do senhor, pois em contrapartida a família dos escravos se apresentava para ele, desde logo, desmembradas e descaracterizadas. Portanto, as senzalas eram antros de promiscuidades e desregramentos por parte dos escravos e, que se estendeu para a casa-grande, na figura dos senhores. (Prado Júnior, C. 1970 p. 289)

Moura também dialoga diretamente com Gilberto Freyre quando este autor entende que o desregramento sexual estava nas negras e mulatas que “enfeitiçavam” o branco com sua explícita e inerente luxúria. A análise tecida por nosso autor, por sua vez, entende que a promiscuidade em que muitas escravas viviam dava-se justamente pela escravidão, e interpreta que:

“A mulher negra era o instrumento, o objeto de uso do macho branco e quando se diz trabalhar inclui-se ir para cama com o seu senhor. Assim como o escravo do eito era visto como coisa, a negra na cama era vista pelo senhor da mesma forma: objeto de uso. Daí surgiu o estereótipo da lubricidade, falta de pudor e vergonha, da luxúria e sensualidade exageradas da mulher negra que, por isto, servia apenas para o ato sexual.” (Moura, C. 1977 p.59)

Com relação ainda a união entre brancos e negras, Ronaldo Vainfas faz uma crítica, em nossa análise indevida, a uma proposição de Moura. Escreve Vainfas:

“Movendo-se no campo do discurso escravista-cristão, os autores da “rebeldia negra” assumiram-lhe também os padrões morais. Vejamos, assim o comentário de Clóvis Moura sobre a conduta dos “brancos”: “Quanto ao seu comportamento em relação ao negro, juntando-se a escravas, isto não se deveu a nenhuma predisposição psicológica, cultural e muito menos biológica, mas, conforme já vimos, à falta de mulheres brancas na colônia, embora os contatos que mantiveram com as índias ou africanas não tivessem melhorado em nada a situação delas, mas, pelo contrário, submeteu-as a um processo de degradação sexual e social sistemático.” (Moura, C. 1977 p. 73) Analisa Vainfas: *“Parece possível que a “falta de mulheres brancas” tenha também contribuído para a frequência das ditas uniões conjugais. Contudo, qual o sentido da “degradação” de que nos fala o autor? E por que não “melhoraram de vida”, as mulheres “africanas e índias” que se “juntaram” com os “brancos”? Em suma, qual o significado de “melhorar de vida”? Arriscamo-nos a preencher o silêncio do autor: crítica ao concubinato e reconhecimento do matrimônio como única união legítima.”* (Vainfas, R. 1986 p. 156)

Em nosso entendimento, quando Clóvis Moura escreve que os contatos entre brancos, negras ou índias não melhorou “em nada a situação delas”, o autor está analisando a questão da cor (raça), ressaltando que mesmo em uniões legais, o negro sofre com o preconceito.¹⁷ Tentaremos ocupar as lacunas de seu pensamento, de acordo com o viés pelo qual ele enfatiza, que é a questão do preconceito racial. Entendemos que Moura está pondo em questão o comportamento dos brancos, que em uniões com não-brancas, ao invés de ajudar a modificar a visão deturpada de que as negras, índias e mestiças eram apenas destinadas ao sexo, fizeram o contrário, muito contribuíram para cimentar este clichê. Quanto a proposição “melhorar de vida”, seria então retirar, ou melhor, acabar

¹⁷ Thales de Azevedo entende que o casamento inter-racial – negro/branco possibilita a integração e a ascensão do negro na sociedade, logo, branqueia-o, conferindo o rótulo “negro de alma branca”. A questão para Moura não é a de que o negro é de tal ou qual classe, superior ou subalterna, o grande problema é o racismo que permeia a sociedade e englobando todas as classes sociais.

com o preconceito de cor, o que os brancos não o fizeram. Logo, quando um homem branco se une a uma mulher negra, mesmo numa união legítima, sofrem ambos de preconceito. Moura expõe o preconceito da “sociedade” com relação a união matrimonial entre brancos e negros, pelo aspecto de ser uma anomalia por parte do indivíduo branco em estar se unindo ao negro. Analisa Moura:

“Ao mesmo tempo, funcionam as racionalizações assimiladas e os grupos com os quais tinha anteriormente relações passam a achar que ela [moça branca ao unir-se a um negro] se casou com um ser inferior, é uma “branca suja” porque, em última instância, juntou-se legalmente a um negro. A mesma coisa acontece quando um homem branco se casa com uma negra. Pensa-se que ele está em situação superior a ela (se não o estiver o simples fato de ser branco já o superioriza) e que a união se deve a alguma deformação sexual ou psicológica dele e do oportunismo dela.” (Moura, C. 1977 p. 61)

Interpretamos esta proposição de nosso autor deste modo, e não como entende Ronaldo Vainfas.

Com relação as proposições extremamente preconceituosas de muitos cientistas sociais com relação a família escrava, analisa Moura:

“A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar [a ascensão dos negros], nos níveis econômico, social, cultural e existencial.” (Moura, C. 1988 p. 70)

Agora, analisaremos o comportamento social do ex-escravo, pós 1888. Podemos discernir dois distintos comportamentos dos ex-cativos, num primeiro momento após a Abolição. Uma dessas condutas era mais comum aos ex-escravos rurais e aquilombados, que frisamos num primeiro instante ao fim do cativeiro, preferiram saudar a liberdade com danças, batuques e com um ócio “limitado”. O outro comportamento parece-nos mais comum aos ex-escravos urbanos, que passaram a buscar trabalho assalariado imediatamente e, então, deparam-se com a discriminação e o preconceito racial.¹⁸ Entendemos, quanto a esse comportamento ocioso de uma parcela dos ex-escravos, que ao cessar as festividades em prol da liberdade, também empenharam-se a procurar trabalho, e quer nas áreas urbanas e rurais toparam com o racismo velado e a preterição em prol do elemento branco na figura do imigrante. Observa Moura:

“Esta estratégia discriminatória contra o elemento negro não surgiu porém com a chegada dos imigrantes europeus na base do trabalho livre. Na própria estrutura escravista já havia um processo discriminatório que favorecia o homem livre em detrimento do escravo.” (Moura, C. 1988 p.70)

Percebemos então que os saídos da escravidão foram se conscientizando de que para se tornarem “cidadãos respeitados” no mundo dos brancos, precisavam inserir-se no mercado de trabalho. Logo, a cidadania estava intimamente atrelada ao trabalho. Mas, eis que surge o problema,

¹⁸ De acordo com Joel Rufino dos Santos, tivemos dois tipos de racismo, um sem conflito no período pré-capitalista e outro conflitante no então capitalismo. Escreve Rufino dos Santos: “o tipo de racismo que tivemos no passado foi paternalista: discriminação sem conflito; neste século, acompanhando nosso desenvolvimento capitalista, transformou-se em racismo aberto: discriminação com conflito.” (dos Santos, J.R.1985 pp.49-50)

estes ex-escravos ao buscarem se integrar na sociedade competitiva, foram barrados pela ideologia racista dominante, que elegia o trabalhador branco como tipo-ideal. Portanto, foram compelidos a adentrarem neste novo mundo pelas portas dos fundos, logo, a se tornarem “cidadãos de segunda categoria”, isto é, possuidores de uma cidadania restrita. O exemplo fatural é a permanência de muitos ex-escravos no campo em condições miseráveis, numa situação que remetia ao pré-capitalismo, e que muitos historiadores e sociólogos entenderam como sendo restos feudais.

Percebemos uma falta de consciência do que seja cidadania no país, e dos direitos que a compõem, sendo estes respectivamente civis, políticos e sociais. Talvez explique-se essa precariedade da cidadania brasileira devido ao próprio surgimento desordenado dos direitos. Estes praticamente introduzidos pelo Estado, por suposto, à sua maneira, para evitar uma mudança na então ordem, logo, sem a ocorrência de lutas cômicas do povo por seus direitos de cidadão.

De acordo com Hebe Maria Mattos:

“Perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como ‘preto’ ou ‘negro’, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referentes a seu caráter de não-cidadãos.” (Mattos, H.M. 1998 p. 284)

Especialmente na transição do Império para a República, cidadania confundia-se especialmente com o direito à liberdade. Todos, brancos e não-brancos passaram a ser “cidadãos”. Mas é salutar percebermos que a diferença quanto a cor, e por conseguinte o preconceito, não se diluiu na categoria cidadão. Fato este facilmente detectado principalmente no modo de tratamento diferenciado e discriminatório dado pela polícia aos cidadãos não-brancos no país.¹⁹ Intrinsecamente dando a entender que os brancos eram (e ainda são) considerados mais “cidadãos” que os mulatos e negros.²⁰ Escreve Moura:

¹⁹ Sergio Adorno pesquisou sobre o racismo na justiça e constatou um tratamento diferenciado entre negros e brancos, pois se o indivíduo é negro, é mais perigoso do que o branco. Conclui Sergio Adorno que: “a) réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial; b) réus negros experimentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruírem do direito de ampla defesa, assegurada pelas normas constitucionais vigentes; c) em decorrência, réus negros tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos.” (Adorno, S. 1996 p.273 in Schwarcz, L.M. & Queiroz, R. (orgs.)1996)

²⁰ José Murilo de Carvalho relata um episódio ocorrido em 1991 que repõe a questão da cidadania restrita aos não-brancos e o preconceito. Relata Carvalho: “Dirigia-me a um sítio localizado a 60 quilômetros do Rio de Janeiro, quando fui interrompido por um grupo de pessoas que me pediram para levar uma senhora ao médico. Atendi e no carro indaguei da razão do pedido. A casa da mulher tinha sido invadida por policiais militares. Ela sofreu um choque e passou mal. De regresso do posto médico, onde fiquei sabendo que o trauma poderia ter sido sério, me detive no posto policial para reclamar. Apenas me viram, os policiais se dirigiram a mim com toda a gentileza, dizendo imediatamente: “Pois não, doutor, em que podemos servi-lo?” Expliquei o caso, argumentei que poderiam ter causado a morte da pobre velha. O sargento não se abalou. Admitiu terem sido ele e um colega os autores do feito, mas negou a acusação. (...) Continuou explicando que a mulher se declarara crente e fora bem tratada. Havia uma acusação de roubo de galinha – o clássico roubo de galinha! – contra os filhos da mulher, daí a razão da investigação policial. Completou afirmando que o local era ponto de macumba e talvez de tráfico de drogas, o que justificava plenamente a ação da polícia.” (Carvalho, J.M. 1998 p.275) Analisa Carvalho que ele representava uma pequena parcela da população, branca, letrada e ciente de seus direitos, a mulher projetaria o homem pobre e honesto trabalhador, não tem conhecimento exato de seus direitos e não está acima de qualquer suspeita como o branco. Já o macumbeiro, “representa um imenso segmento da população, (...) trabalhadores sem carteira assinada, domésticas, biscateiros, camelôs, menores de rua, mendigos. Quase sempre é mulato ou negro, analfabeto ou com educação primária incompleta. (...) Seus direitos civis são desrespeitados sistematicamente. Ele é culpado até prova em contrário. Às vezes mesmo após prova em contrário.” (*ibidem* p. 277)

“Saído da escravidão, o ex-escravo não foi, ainda, incorporado definitivamente como cidadão à sociedade brasileira. Forma o grosso da população das favelas, alagados, cortiços, pardieiros e mocambos, exercendo profissões consideradas infamantes e anti-higiênicas na faixa do subemprego, da marginalidade e da criminalidade do miserável. É o cidadão repellido da nossa sociedade: o negro, o ex-escravo é considerado o cidadão de segunda ou terceira classe. Para manter esta nova ideologia de barragem, o preconceito de cor funciona com um dinamismo muito maior do que se pensa, impedindo-o de exercer uma série de profissões e de realizar-se e se auto-afirmar como cidadão na plenitude dos seus direitos humanos. Nas favelas, onde ele se aglomera de forma esmagadora, não tem nenhuma daquelas garantias que dariam conteúdo ao título de cidadão: é dizimado nas rondas da polícia que mata antes de julgar, num genocídio permanente que é assimilado com uma quase indiferença pelo cidadão “liberal”.”
(Moura, C. 1983 p. 139)

Moura ressalta que o cativo, antes de ser escravo, era negro, e negro, por isso escravo. Salienta ainda que o racismo é uma das bases inerentes a escravidão e a formação do país. Posteriormente no Brasil após a Abolição, sua análise nos revela que a categoria mulato, serviu de exemplo concreto para justificar a tese da democracia racial, e foi usada para escamotear a contradição fundamental senhores e escravos.

“Para que a grande massa mulata (negra, portanto) não adquirisse consciência étnica, criou-se [no final do escravismo] uma sociedade de estrutura aberta, fenotípica, na qual, enquanto permanecia a escravidão para os negros e pardos escravos, abria-se, para o mulato livre, um pequeno espaço social no qual ele podia circular com relativa liberdade” (Moura, C. 1983 p.16)

A ‘democracia racial’ teve terreno fértil para se reproduzir. Conseguiu como um de seus resultados, uma baixa ou nenhuma criticidade por parte do elemento negro, ou talvez uma vagarosa emergência de uma pequena consciência negra crítica proveniente dos meios acadêmicos e de alguns poucos movimentos, denominados pelo autor de “grupos específicos” que teimavam em estremecer as bases desta também realidade que é a da falta da “democracia racial”. E não é só a democracia racial que atualmente não passa de uma quimera, a democracia social, a democracia política, a democracia nas esferas econômicas, jurídicas, educacionais ainda estão num campo abstrato da utopia. Moura analisa a ‘democracia racial’ como sendo também uma arma muito eficaz ideologicamente no trabalho de anular o processo de uma luta de classes para impedir que haja uma reformulação no sistema de produção vigente, e, em conseqüência, nas suas relações sociais. (Moura, C. 1976)

Moura nos coloca uma possível saída para este grande problema social, que seria o resgate pleno dos direitos humanos, quer civis, sociais, etc. Seria a busca da dignidade humana perdida, apresentada pelo recuo dos direitos civis e sociais que se verifica não só no Brasil, mas igualmente no mundo. Seria em nossa compreensão, uma proposta para fazer uma “recomposição do mundo”, que para nosso autor, só se dará em um molde diferente do capitalismo, ou seja, no socialismo. (Moura, C. 1994)

A questão que se coloca é ainda a da precarização da esfera de vida dos negros e aí temos intrinsecamente ligado a esta situação o misticismo e a religiosidade como formas de amparo psicológico e social para os menos favorecidos socialmente. Segundo o diagnóstico de Octávio Ianni, o mundo das “pessoas comuns” é balizado pelo misticismo e pela violência. (Ianni, O. 1968 pp. 113–117)

Os escravos em meio a sua luta quer individual ou coletiva contra o regime escravista, sentiam na pele a violência de seus senhores e algozes, e para enfrentar essa dura realidade, amparavam-se no misticismo e na religiosidade em suas diversas manifestações, para continuar sua peleja diária, ou seja, a própria sobrevivência, o que assim fez perpetuar um pouco de sua identidade étnica e cultural. Esta forte crença na religiosidade e no misticismo afro-brasileiro deu continuidade após o fim da escravidão.²¹ Clóvis Moura identificará os grupos religiosos negros como fazendo parte dos grupos *específicos e diferenciados*.

Moura utiliza os conceitos marxistas de “classe em si” e “classe para si”, derivados de classe social para desenvolver seu conceito de grupo específico e diferenciado. Entende por grupos específicos, organizações negras resistentes ao escravismo, e posteriormente ao fim da escravidão, questionando a “submissão” do elemento negro, com mais ou menos consciência deste papel. Para nosso autor, estes grupos específicos buscavam durante a escravidão, uma socialização e associação com negros de outras senzalas, e localidades para a manutenção de suas lembranças culturais e religiosas, para criar caixas de alforria, para realizar estratégias de fuga e constituição de quilombos.²² (Moura, C. 1983)

Moura deslinda que os grupos específicos antes da Abolição eram todos aqueles organizados pelos negros escravos, como: “*quilombos, clubes conspirativos, candomblés, batuques, irmandades religiosas, festas de reis do Congo, caixas de alforria, cantos, grupos de capoeira*”.(Moura, C. 1994) E que logo após extinta a escravidão, estes grupos eram caracterizados como sendo grupos de resistência, principalmente de âmbito cultural, aos padrões impostos pela sociedade branca. E é justamente pela resistência a um processo desintegrativo de suas associações que lhes dava vitalidade e, por suposto, continuidade. (Moura, C. 1988)

É interessante notar que Moura encarrega os grupos específicos negros, que não perderam seu *ethos*, de portadores de um gérmen de uma futura proposta radical para a transformação da sociedade.²³

²¹ Podemos pensar que talvez a fé no divino e no sobrenatural serviram (e servem) como muletas psicológicas para os despossuídos poderem enfrentar as novas dificuldades terrenas que se apresentavam com o amalgamento do capitalismo e da monetarização da vida. Daí as neo-religiões serem essencialmente utilitaristas.

²² Segundo Nina Rodrigues, as primeiras casas de candomblé surgiram na Bahia em 1826, e associa as casas de candomblé com os inúmeros quilombos e as insurreições negras. O autor entende que os candomblés eram uma maneira de reavivar a cultura dos antepassados e de agregar os iniciados em magia e em lutas, organizando assim oposição ao cativeiro. (Rodrigues, N. 1977)

²³ Pensamos em Gorz, na sua colocação de que a revolução socialista não viria mais da fábrica, mas sim da articulação dos movimentos sociais desprendidos da esfera das necessidades imediatas. Seria então uma nova classe de trabalhador, nova

A colocação de Moura para grupos diferenciados, que incomodam a ordem já ditada pela sociedade dominante branca, foi constituída da análise do olhar desta sociedade que enxerga estes grupos sob um olhar diferenciador. Logo, esta lhe infringe uma marca inferiorizante de cultura e modos de vida, por que se apresenta destoante dos modos por ela ditado; mas, o relevante deste grupo diferenciado é que ele as utiliza e as reverte a seu favor. Escreve Moura:

“Para nós, são grupos que se identificam na sociedade de classes por uma marca que essa sociedade lhes impôs, e, ao invés de procurarem fugir dessa marca transformam-na em herança positiva, organizam-se através de um ethos criado a partir da tomada de consciência da diferença que as camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada estabeleceram.”
(Moura, C. 1983)

Estes grupos específicos negros, de acordo com a análise do autor enfrentam uma luta dupla, contra o preconceito racial que os inferiorizam e contra sua condição sócio-econômica, que na maioria das vezes está imbricada uma falta de oportunidades devido a cor de pele e aos resquícios da escravidão, que terminou sem lograr melhorias ao negro, exceto sua liberdade de ir e vir.

Para Moura, o que deu essencialmente prosseguimento aos grupos diferenciados após a Abolição foi justamente, a priori e inicialmente, o preconceito “racial”, pois os negros continuavam a ser impedidos de frequentar clubes de dança, piscinas, colégios, restaurantes, hotéis, parques, etc., ou seja, seu território já estava marcado previamente pelos brancos. Daí o racismo sempre em vigor no país desde a colonização. Certamente um racismo mutatis mutandis e na maioria das vezes velado. Então, os negros vindos de uma grande ação associativa da época da escravidão, criaram seus próprios espaços, como clubes recreativos, de danças, parques, etc. para que pudessem também desfrutar do lazer a que tinham direito, mas que estavam fadados a não desfrutar devido ao preconceito e a discriminação dos brancos. Logo, a exclusão tem sempre um lado de inclusão, quem é excluído se inclui em outro lugar e de uma outra forma. O preconceito fez surgir vários grupos específicos que lutavam contra a discriminação, mas que também ensinavam e adequavam o negro ao mundo novo que então se apresentava.²⁴

Os grupos diferenciados negros mais atuantes e menos efêmeros do que os quilombos, tido para Moura como exemplo de grupo diferenciado, são aqueles ligados a organizações religiosas. Para nosso autor as irmandades negras principalmente no Brasil Colônia surgiram também devido ao racismo contra o negro, pois os brancos não podiam nem deviam se igualar aos negros nem no momento da oração e do culto católico nas igrejas. A hierarquia social era seguida à risca pela Igreja, daí termos as igrejas e irmandades de brancos e de negros. Moura também nos coloca que atrás

no sentido de estar havendo um novo processo produtivo e por serem estes mais capacitados e conscientes, logo menos alienados. (Gorz, A. 1987)

²⁴ As organizações negras exigem dos grupos um processo de conscientização e de fazimento de uma identidade étnica. Moura relata a dificuldade de muitos grupos específicos e de surgimento de outros devido a precariedade de condições materiais dos não-brancos, que primeiramente, antes de buscar uma identidade, travam uma luta diária pela sobrevivência. Logo, para muitos negros as discussões em torno de uma identidade étnica tem menor importância quando comparadas às emergências relacionadas aos problemas de ordem econômica e social.

destas irmandades católicas organizadas por negros estava intrínseco, além da busca pela liberdade, crenças africanas, que serviam do sincretismo para continuarem a existir, e assim faziam com que não caíssem os negros – seus integrantes, num estado de anomia social.²⁵ Deslinda ainda que as irmandades católicas negras diminuíram de intensidade a partir de 1850, que devido ao tráfico interno de escravos, os grupos negros passam a se organizar entorno de cultos próximos de sua matriz africana, assim reaviva-se a macumba, principalmente no sul-sudeste do país. A macumba vai se desarticular como organização coletiva, e surgirá então a umbanda, com grande força a partir do início de 1920.²⁶ A umbanda será, segundo Moura, uma nova forma de organização para o negro, principalmente na região sudeste e mais especificamente em São Paulo. Preconiza Moura sobre o negro paulista:

“O negro urbano paulista, desarticulado, com uma carga de ansiedade muito intensa, ao tomar conhecimento dessa religião, adere a ela em grande quantidade. E passa a ser um dos seus organizadores. O negro se reencontra, assume status de prestígio nas tendas e consegue restabelecer em parte os seus padrões religiosos, reelaborados através de um processo sincrético dinâmico do qual as religiões saem como força hegemônica. (...) As tendas de umbanda passam a funcionar como pólos de reencontro religioso e étnico do negro paulista; ali ele como que se rearticula com o seu mundo cultural e existencial. (...) A esse potencial de organização religiosa do negro paulista, liga-se a ansiedade de uma população marginalizada vinda em grande parte do campo para as cidades, sem pólos de apoio capazes de ajustá-la aos padrões dessa sociedade. A partir daí podemos ver porque a umbanda cresceu nas proporções em que cresceu.” (Moura, C. 1983 pp. 63-64)

Logo, percebemos que para Moura, a umbanda em seus primórdios, se constituiu num território dos negros nas cidades e, por suposto, de associação entre eles quanto a sobrevivência nas cidades e de comunhão e afirmação de sua identidade.

Outra análise da qual Moura busca explicação para a grande abrangência das religiões afro-brasileiras no país, como sendo importantes grupos específicos, é pelo fato de inverter o *status quo* do negro, este vindo de um lugar desprestigiado na sociedade de classes, possibilitando mesmo que

²⁵ Para Arthur Ramos, as irmandades religiosas negras foram exímios exemplos de organização dos negros, que com suas caixas de alforria conseguiram a liberdade de muitos escravos, bem como perpetuaram sincreticamente sua religião. (Ramos, A. 1971) Já antagonicamente na interpretação de Décio Freitas, os negros participantes de tal ou qual irmandade estavam buscando uma afirmação social perante as irmandades brancas. Logo, copiavam as igrejas, a organização, competiam em festas suntuosas com intuito de auto-afirmação da organização religiosa negra diante de uma esfera de vida branca. Na análise destas organizações negras, Décio Freitas entende que possuíam um caráter reformista do escravismo, pois, as irmandades refletiam em tudo, segundo Freitas, as divisões sociais existentes entre os brancos na época. Logo, “os [negros] mais endinheirados se constituíam em irmandades separadas; os negros crioulos mantinham-se à parte dos africanos; e, para realçar a importância dos seus membros, cada irmandade se aplicava a erguer igrejas que superassem as demais em suntuosidade (...) constituindo um importante ponto de apoio dos dominadores.” (Freitas, D. 1983 pp.128 – 129)

²⁶ Nos meados da década de 40, com o fim do Estado Novo e o início da redemocratização, nasce a umbanda. Religião esta portadora de ideários e práticas que retrata um particular cenário social. A umbanda tem um lugar de destaque no painel das religiões afro-brasileiras, garantido justamente por apresentar em sua gênese um caráter essencialmente brasileiro, sendo portanto o resultado da síntese das três culturas fundadoras da identidade nacional, o índio, o negro e o branco. Muitos autores interpretam-na como vindo para legitimar a ideologia da mestiçagem harmoniosa, e outros, como nosso autor, a analisam especificamente neste momento incipiente, como grupos específicos de resistência, que lutavam para a afirmação das camadas subalternas da população em especial do negro.

de forma simbólica, e por um dado momento, de se ver numa posição privilegiada, logo compensatória de todas as frustrações do dia-a-dia miserável e discriminatório do qual é integrante.

Analisa Moura:

“Por exemplo: na gira (...), o babalaô é Euclides Barbosa, conhecido, no tempo em que jogava futebol como Jaú. Zagueiro do Corinthians, chegou a defender a seleção brasileira em 1938 na Copa do Mundo. Depois, veio a decadência. Mas, ali na gira não era apenas um jogador de futebol em fim de carreira, mas o babalaô, o chefe do terreiro. Da mesma forma os demais componentes do terreiro não são mais apenas os trabalhadores braçais, operários, desempregados, biscateiros, marginais, pequenos funcionários, mas pessoas hierarquizadas em um universo de prestígio diverso, que redistribui o status de cada um dentro dele, revalorizando-os em relação ao que cada um dos seus membros é fora do terreiro.” (Moura, C. 1983 p. 66)

Moura denomina este status do negro dentro de grupos específicos, principalmente de grupos religiosos de *status específico*. Seria uma espécie de reelaboração do negro da sociedade de classes, na qual ele está inserido de forma inferiorizada. Logo, se apresentaria como uma situação de status compensatório e concomitantemente questionador, da dada pelos brancos, “incapacidade nata dos negros”. Daí vem o denominado pelos brancos de “racismo às avessas” do negro, o que na sua inteligência, não existe, se apresentando como mais um mecanismo de preconceito por parte do branco em relação as associações e organizações negras.

Na inteligência de Reginaldo Prandi²⁷ a umbanda é uma religião essencialmente brasileira, que nasce do encontro dos rituais africanos como o candomblé, católicos e espíritas, não possuindo limites de classe e de cor. É interessante a análise feita por Prandi, de que a umbanda atendeu e sublevou ao patamar de entidades elementos desprezados socialmente pela sociedade. Escreve Prandi:

“A umbanda é a religião dos caboclos, boiadeiros, pretos velhos, ciganas, exus, pombagiras, marinheiros, crianças. Perdidos e abandonados na vida, marginais no além, mas todos eles com uma mesma tarefa religiosa e mágica que lhes foi dada pela religião de uma sociedade fundada na máxima heterogeneidade social: trabalhar pela felicidade do homem sofredor.” (Prandi, R. in Revista USP nº 28 p.70)

Prandi nos revela que a umbanda é fruto da transformação da sociedade brasileira de essencialmente rural para cada vez mais urbana, então ocorrendo uma mudança nas relações sociais, estas fincadas cada vez mais na competição e no individualismo. Interpreta Prandi que a umbanda é uma religião baseada no individualismo e neste mundo capitalista, e que, desde logo, incentiva a mobilidade social, ou seja, a mudança do “mundo” a favor de tal ou qual indivíduo. Logo, os indivíduos que aderiram a umbanda em sua formação nas décadas de 20 e 30, eram essencialmente negros que buscavam nesta religião instrumentos espirituais e materiais para lidar com esta realidade nova da sociedade brasileira.²⁸ (Prandi, R. in Revista USP nº 28 pp.65-83)

²⁷ Ver: Prandi, R.: “Raça e Religião” in Novos Estudos Cebrap nº 42, 1995 pp. 113-129 São Paulo – SP

²⁸ Atualmente, as pessoas que aderem a umbanda, o fazem com o intuito de “ser mais feliz na vida”, não importando a cor.

Bastide entende que as religiões afro-brasileiras, principalmente a umbanda e a macumba como sendo essencialmente utilitaristas.

“Os pretos não são místicos; sua filosofia está, como por vezes se diz, mais próxima da filosofia dos anglo-saxões que daquela dos asiáticos; é uma filosofia essencialmente utilitária e pragmática, onde o que conta é o sucesso apenas. O desejo do africano de ser burocrata, intelectual, funcionário, de usar pince-nez e de ter uma Pasta Ministerial, não corresponde de modo nenhum a uma aspiração idealista, à aversão pela máquina e pelo trabalho manual, mas ao reconhecimento do status social dado pelos brancos a certas profissões em detrimento de outras.” (Bastide, R. vol. I s/d p. 100 *apud* Cardoso de Mello, J.M. & Novais, F.A. 1998 p. 608 *in* Schwarcz, L.M.(org.) 1998)

Entendemos que das religiões afro-brasileiras, a umbanda é a que mais porta um espírito capitalista, por ter sido gerada no seio de uma sociedade em franco processo de mudança²⁹, em meio ao avanço tecnológico, a urbanização e a modernização³⁰.

É notório que o sincretismo religioso brasileiro, característico pela união de cultos afro e católicos³¹, ocorreu, como sabemos, devido a repressão por parte da classe dominante branca aos diversos cultos dos negros. Observa Moura que *“a religião, ou religiões afro-brasileiras foram obrigadas a procurar, nas estruturas sociais que lhes eram impostas, nichos, por assim dizer, onde pudessem se integrar e se desenvolver.”* (Moura, C. 1994 p.183) Daí a adaptação de suas divindades a santaria católica. É fato também que nas três primeiras décadas do século XX, em nome de um processo civilizatório, que incluiria reformas urbanas, principalmente sanitárias e, desde logo, de uma limpeza étnica-cultural, os terreiros de candomblé e umbanda passaram por uma grande perseguição por parte da polícia e da Justiça³². Por suposto, as religiões afro-brasileiras

²⁹ Roger Bastide entende que nas grandes cidades, como São Paulo, consegue se observar mais nitidamente a “degradação” dos cultos africanos, no surgimento da macumba e da umbanda. Escreve Bastide: “A macumba reflete esse mínimo de unidade cultural necessário à solidariedade dos homens em face do mundo que não lhes traz senão insegurança, desordem, mobilidade. Se se prefere, ela é o reflexo da cidade em transição.” (Bastide, R. 1971 pp.407 – 408) Peter Fry, por sua vez, entende que o candomblé, se apresenta como uma expressão do Brasil arcaico, com características pré-capitalistas, e a umbanda e a macumba é a caracterizada como um fruto de um Brasil moderno e capitalista. (Fry, P. & Vogt, C. 1996)

³⁰ Entende-se por modernização um processo de mudanças no modo de vida da população em consequência das transformações decorrentes da ordem capitalista, ou seja, superação de um *modus vivendi* “atrasado” por um cada vez mais desenvolvido, num sentido de progresso técnico-social.

³¹ Maria Lucia Montes nos observa numa de suas análises que o catolicismo colonial brasileiro, por suposto em suas origens é um catolicismo mágico, em que a presença do divino está proficuamente presente na vida cotidiana dos indivíduos. Deslinda a autora: “Essa presença constante do sagrado, inextricavelmente imbricada com as comezinhas mazelas cotidianas da vida humana, mostra o quanto o catolicismo colonial brasileiro é, antes de tudo, impregnado de magia, uma religião íntima e próxima, que tem, nos santos, benévolos intercessores dos homens junto à divindade. E que dos santos se possa esperar com confiante e inocente certeza o milagre sempre possível, numa infinita variedade de situações do dia-a-dia, é o que registra um curioso sermão de Vieira sobre as múltiplas invocações de Santo Antônio: “Se vos adoecer: Santo Antônio; se vos foge um escravo: Santo Antônio; se mandais a encomenda: Santo Antônio; se esperais o retorno: Santo Antônio; se requereis o despacho: Santo Antônio; se aguardais a sentença: Santo Antônio; se perdeis a menor miudeza da casa: Santo Antônio; e, talvez, se quereis os bens alheios: Santo Antônio!”” (Montes, M.L. 1998 p. 103 *in* Schwarcz, L.M. (org.) 2000) Podemos concluir pelo viés desta interpretação, a facilidade pela qual as religiões africanas e afro-brasileiras puderam se integrar na esfera religiosa e cultural do brasileiro, pois ambas, as religiões afro-brasileiras e o catolicismo colonial, tinham este cunho mágico talvez adquirido pela realidade de adversidades e privações pelos quais viviam os indivíduos que aqui chegavam, e que permaneceu arraigada posteriormente a grande parcela da população que continuava a viver sem os privilégios da pequena classe abastada.

³² Teresinha Bernardo recolhe em depoimentos de negras que nasceram e viveram em São Paulo, vivências desta opressão branca para com as religiões negras. Dona Cacilda Geraldo relembra e afirma que: “O feitiço sempre foi segredo, praticava-

adentraram a era da modernização do país perseguidas e estigmatizadas, podemos dizer folclorizadas e destituídas do rol de verdadeiras e reconhecidas religiões.

Na acepção de nosso autor, as religiões afro-brasileiras possuem muitas funções sociais, dentre elas a de ser o médico e o psicólogo, atendimentos estes cujo povo não tem acesso; ou seja, os centros e terreiros de umbanda, candomblé, quimbanda, dentre outros, passam a ser “os grandes hospitais populares do Brasil”.

“A medicina popular, impregnada de elementos mágicos, tem o seu centro mais poderoso nos terreiros de umbanda, que substituem os médicos que faltam e, ao mesmo tempo, exercem um papel de auto-afirmação psicológica e cultural muito grande entre os seus adeptos. (...) Fazem o papel de consultório médico e psiquiátrico e ocupam o vácuo social que existe neste particular.” (Moura, C. 1988 p. 127)

Convém ressaltar que Moura salienta que além dos grupos de cultos religiosos negros cobrirem a lacuna deixada pelo Estado de atendimento médico, é acima de tudo um grupo de resistência a dominação branca, possuindo grande vitalidade perante a então sociedade das décadas de 40 e 50, pois rearticula seus componentes para que a integrem de uma forma mais consciente de sua importância para a sociedade, mesmo que seja no aspecto místico-religioso.

A umbanda propiciou o prestígio merecido para aqueles discriminados pela sociedade, daí podemos prever sua grande popularidade. Talvez a escolha de suas entidades foi a forma entendida pelos negros, seus fundadores, de rever sua posição e poder expressar esta revisão em entidades espirituais de grande prestígio. Podemos compreender a categoria pais e mães-de-santo, como sendo uma nova espécie de status social, e por suposto, os terreiros e casas de culto afro-brasileiros se apresentando como uma nova territorialidade negra, no qual este tem o papel principal. Por este viés analítico concordamos com as acepções de Moura, do apresentado vigor dos grupos específicos religiosos negros, que reconstruiu um status social esborado pela sociedade racista.

Por sua vez, Costa Pinto³³ apresenta dois tipos de associações negras, que são as tradicionais e as de novo tipo. A primeira perdurando de fins da escravidão até 1930, e as segundas vindo a ocorrer de 1930 a 1937. Costa Pinto apresenta como sendo as associações que ele entende por tradicionais aquelas que *“são negras, portanto, no sentido de que são populares – neste sentido são tão negras quanto, por exemplo, o futebol – , enquanto que as de novo tipo são, por excelência*

se escondido. Havia uma perseguição terrível contra a nossa religião. Existiam muitas mães-de-santo, só que não se falava este nome e nem o nome delas abertamente mas lembro bem de Enedina, Ercília e Paula. Somente no fim da década de 30, início de 40, que se têm notícias da primeira casa, só que de umbanda, com placa na porta e tudo. Era no centro, na Rua Cesário Mota, era homem o dono da tenda e só conseguiu porque era oficial de justiça.” (depoimento de D. Cacilda Geraldo citado por Bernardo, T. 1998 p. 71)

³³ Para Costa Pinto foram os problemas decorrentes da ambigüidade existente no capitalismo brasileiro, com aspectos de sociedades capitalistas desenvolvidas existindo lado a lado a problemas típicos de sociedades subdesenvolvidas que proporcionaram uma maior aparência do preconceito racial. E ainda segundo Costa Pinto, o preconceito racial no Brasil se caracteriza mais pelo aspecto classista da posição social do que pela cor da pele, pois, a discriminação acontece de acordo com a posição social do indivíduo negro, quanto mais alto na pirâmide social este indivíduo se posicionar, ocorre o fenômeno do “embranquecimento” do mesmo. (Costa Pinto, L.A. 1998) Vale ressaltar a importância do trabalho de Costa Pinto que pioneiramente estudava as barreiras encontradas pelos negros no seu processo de ascensão social.

associações de elite, de elite negra, que em face da massa negra age, reage e se comporta como toda elite em face de qualquer massa.” (Costa Pinto, L.A. 1998 p. 235) Diferentemente de Clóvis Moura, Costa Pinto atribui as associações negras após a Abolição e enfatizando a década de 30, seu caráter elitista e que estas contaminadas pela elite branca, estavam mais identificadas com a questão de classe social do que racial. Isto é o problema brasileiro está vinculado a uma questão social e não racial. Costa Pinto conclui sua ilação apoiado na, observada por ele, falta de dinamização das associações negras e em suas reivindicações inexistentes, daí resultando seu caráter efêmero.

A questão da negritude para Costa Pinto é uma questão de um vir a ser. Entende que este movimento só consegue adeptos na elite negra, pois estas teriam condição de buscarem se auto afirmar, pois ao contrário as massas negras, estariam almejando a uma ascensão social, identificadas que estão com a relação a sua posição de proletários, do que com a questão racial. Logo, seria o movimento da negritude só para iniciados e não para as massas.³⁴

Costa Pinto seguindo o mesmo viés de Jean-Paul Sartre³⁵, observa um perigo à democracia racial brasileira, que seria a ebulição dos movimentos negros, principalmente o da negritude, e de este, bem como outros, de vir a ser um “racismo às avessas”. A análise de Moura rebate esta acepção, quando observa que quando estes grupos negros conseguem de algum modo minimizar ou anular as barreiras raciais sistêmicas impostas pelos brancos, ocorre por parte deste último a identificação de um racismo no modo de interação dos grupos, cujo denominam de racismo às avessas. Logo, a elite branca por ter este comportamento, esta a afirmar a pré-existência do racismo, contrariando a tese da harmonia racial, pois transferem sua própria ideologia para os grupos negros. Escreve Moura:

“Quando os grupos específicos negros procuram influir no processo de anular os sistemas de barragens que lhes são impostos, os elementos dos estratos superiores, e muitas vezes, as estruturas de poder, passam a ver esses grupos como fatores negativos no processo de interação social, chegando, (...) a afirmar que eles é que são racistas.” (Moura, C. 1988 p. 122)

Moura, antagonicamente a Costa Pinto entende que é justamente a resistência ao processo desintegrativo imposto pelos brancos aos negros que lhes dá a vitalidade que possuem, que *“mesmo sem perspectivarem uma mudança radical na sociedade (...) são, consciente ou inconscientemente, pólos de resistência à marginalização do negro e de camadas proletarizadas a ele ligadas.”* (Moura, C. 1988 p. 123)

As últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX registram o período inicial da transição de uma sociedade essencialmente rural para uma sociedade cada vez mais urbana.

³⁴ Carl Degler expõe a singularidade do racismo e dos mecanismos ideológicos de barragem dos negros no Brasil, quando interpreta a “saída de emergência” que aqui se dá pelo mulato. Afirma Degler que a forte ideologia racista no Brasil diminui a solidariedade no interior da população negra, pois justamente a categoria mulato, vem eficazmente a impedir a formação sólida de uma elite negra e mestiça capaz realmente de se identificar com os ‘valores negros’. (Degler, C.N. 1976 pp. 216-334)

Mas sabemos que mesmo com a Abolição e com a República pouco se modificou na estrutura social, econômica e política do país. Tem continuidade, mesmo com o advento republicano, a velha ordem agrária, oligárquica e patriarcal que, por sua vez, condicionou a forma deste Brasil “moderno”, gestado grandemente no centro-sul do país.³⁶ Clóvis Moura também entende, como a maioria dos sociólogos e historiadores da questão, que a cultura cafeeira foi o palco das importantes transformações sociais e econômicas de fins do século XIX.³⁷

Moura não se detém na questão de quem ou qual facção política e social pôs em vigor o modus republicano de governo, mas exalta que era a chegada efetiva do capitalismo no país. Ele se atém principalmente na questão de que a integração do Brasil na nova ordem econômica, bem como política e social, não melhorou em nada a vida da camada popular da população, enfocando a camada popular negra. Essas mudanças políticas e sociais, bem como econômicas se apresentariam como o começo de uma nova era para o país, que caminhava a passos largos para a modernidade, mas que conservava traços profundamente arcaicos. Este então Brasil oligárquico sofrendo duros revesses em sua estrutura, punha em causa a idéia de nação.

Percebemos que após a Abolição, o negro, que permanecera como parcela subalterna da população³⁸, teve dois caminhos a seguir, um, o caminho da cidade, onde foi se infiltrando na economia de miséria destinada a ele nos centros urbanos, ou então permanecer no campo, desde logo, em condições igualmente ínfimas de vida. Segundo Barsalini o negro se adaptou ao modo de vida caipira³⁹. Escreve este autor que o negro “*habitado a uma dieta frugal e a praticamente*

³⁵ *Reflexões sobre o Racismo*, 1978, Difel Difusão Editorial, Rio de Janeiro – RJ

³⁶ Na análise de Gilberto Freyre, a mudança de Império para República não encontrou resistência firme das elites. O novo regime não destruiu a ordem do antigo regime, ou seja, não destruiu o mando dos senhores latifundiários, principalmente cafeeiros paulistas. Segundo Freyre, essa transição “mansa” só foi possível porque as “classes armadas”, souberam guiar a transição, se colocando acima dos interesses e das disputas partidárias, ideológicas ou regionais, buscando, desde logo, manter a ordem em nome da unidade e integridade da nação. Nos aspectos sociais, este período de transição foi marcado por uma contraposição entre os resquícios da época colonial, se estendendo para a imperial, que os defensores do progresso consideravam nocivos para a estruturação de uma nação madura. Logo, passa-se a valorizar e idealizar como tipo-ideal de homem o estrangeiro, exaltando seu comportamento, sua elegância, sua estética e seu modo de vida. No plano cultural, a modernização, compreendida pelos positivistas como industrialização, deveria se sobrepor ao passado, então, a industrialização era o futuro que se iniciava, salientando que deveria esse progresso vir aos poucos e sem precipitações. (Freyre, G. 1974 vol. I e II)

³⁷ Como nos observa também Wilson Cano: “este período [1886-1918] foi extremamente importante, pois criou condições prévias para que o Brasil transitasse de sua sociedade escravista e eminentemente rural rumo a outra, na qual, a cada avanço, mais nos aproximávamos do urbano e do industrial.” (Cano, W. 1998 p.238 in De Lorenzo, H.C. & Peres da Costa, W. (org.) 1998) Logo, o complexo cafeeiro paulista imprimia grandes mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais, ditando novos rumos para o país em todos os aspectos.

³⁸ Também observa o fato Cardoso de Mello e Novais: “Já a massa dos negros das cidades continuou, após a Abolição, abandonada à sua própria sorte, ocupada nos trabalhos mais “pesados” e mais precários, muitos vivendo de expedientes, amontoada em habitações imundas, favelas e cortiços, mergulhada, também, no analfabetismo, na desnutrição e na doença. Poucos os que, até 1930, tinham conseguido se elevar às funções públicas mais subalternas, ou ao trabalho especializado mais valorizado, de marceneiro, costureira, alfaiate, etc. Pouquíssimos conseguiriam ir muito além do abc na educação formal; contavam-se nos dedos os que tinham chegado à universidade.” (Cardoso de Mello, J. M. & Novais, F.A., 1998 p.583 in Schwarcz, L.M. (org.)1998)

³⁹ Sobre a adaptação ao modo caipira de comunidades negras, ver: Renato S. Queiroz, *Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*, Capítulo 2, 1983, FFLCH – USP, São Paulo – SP. A maioria dos remanescentes de quilombos são caracterizados pela falta de recursos materiais básicos e extrema pobreza, como é o caso por exemplo, dos vários remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira. Atualmente, estes remanescentes de quilombos estão vislumbrando

nenhuma posse, adaptou-se rapidamente ao modo de vida caipira, em que são muito reduzidas as obrigações de trabalho disciplinado em troca da busca pelo mínimo indispensável para prover as necessidades humanas; através disso, garantia aquilo que sempre muito prezou: a liberdade.” (Basarlini, G. 2002 p. 104) Digamos melhor, os negros foram impelidos a se adaptarem a uma vida de privações, quer nas áreas urbanas ou nas áreas rurais, pois para eles, desde sempre, poucos horizontes lhes foram abertos.

Para Moura o Estado brasileiro sempre possuiu uma essência conservadora. Desde logo, devido as circunstâncias pelas quais houve a colonização do país, sua análise não credencia a burguesia um aspecto precipuamente revolucionário. Segundo nosso autor a burguesia brasileira foi sempre dependente de burguesias internacionais, devido justamente ao processo ímpar de capitalismo apresentado no Brasil. Então a burguesia brasileira não se constituiu num agente transformador ousado e sim se apresentou passivamente aos ditames da agressiva burguesia inglesa ou norte-americana. (Moura, C. 1994) Moura, assim como Caio Prado, Sérgio Buarque⁴⁰ e Florestan Fernandes interpreta que houve no Brasil uma “modernização pelo alto” e, por suposto, excludente.

Os grupos específicos negros foram vítimas de uma opressão direta e indireta por parte da sociedade competitiva e, desde logo, racista. A opressão indireta é caracterizada pela discriminação norteada pela ideologia racista, e a direta é verificada pela atuação da polícia que, atua inteiramente contaminada pelo preconceito. Logo, o negro recebe da sociedade uma marca discriminatória que é a da cor, que muitos entendem como sendo marcas provenientes da escravidão. Podemos analisar que a escravidão colaborou para acentuar a marca da cor, estabelecendo esteriótipos negativos, que além da cor, o negro carregava.

Nos primórdios do Brasil República, nascem as escolas de samba⁴¹, famosos grupos específicos que congregavam os negros em torno de sua “cultura” e propiciavam trocas de experiências pessoais dentre os membros e incipientemente esboçando os primeiros contornos de

melhorias nas condições de vida de sua população, buscando no turismo ecológico-cultural uma saída para a transformação de suas realidades. O Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira com uma área de 3.000 hectares, sendo que 70% do total é Mata Atlântica, com apoio técnico da ONG ISA – Instituto Sócio Ambiental, transformou-se numa RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural). O líder comunitário do Quilombo, Sr. José Rodrigues entende que a saída para uma grande parte dos quilombos brasileiros que estão localizados em área de vegetação nativa é explorar o turismo ecológico, a agricultura familiar, com uma produção diferenciada de alimentos orgânicos em cooperativas quilombolas e também trazer à tona a sabedoria da “nossa” medicina natural, reavivando o “curandeirismo negro”. (entrevista feita por nós com o Sr. José Rodrigues – Quilombo de Ivaporunduva, Vale do Ribeira – SP, janeiro de 2002) Colocamos nosso questionamento: apresentar-se-ia como uma possibilidade de inserção social dos negros que vivem em remanescentes de quilombos, a adesão a uma das grandes questões atuais, que é a preservação sustentável do “meio” ambiente?

⁴⁰ Sérgio Buarque em sua acepção observa que esta herança arcaica do conservadorismo do Estado, quando da transição para a República, se portou como um artífice da manutenção de privilégios da antiga classe dominante que visava impedir transformações mais radicais, que lhes fugissem do controle. (Holanda, S.B. 1995)

⁴¹ São os negros que iriam povoar os morros do Rio de Janeiro e que criaram as escolas de samba. Nos revela Cartola que: “a concentração dos sambistas nos morros se dava (...), em virtude da perseguição sofrida pelos negros por parte da polícia. Nos morros, os grupos de samba contavam com maior liberdade para organizar suas festas, fazer suas obrigações religiosas e seus batuques. No terreno das casas modestas havia mais segurança, pois a distância protegia a irradiação do som dos instrumentos e o difícil acesso intimidava a ação dos repressores.” (depoimento de Cartola *apud* Lopes, H.T., Siqueira, J.J. e Nascimento, M.B. 1987 p.85)

uma consciência étnica e de sua situação social. Moura entende que há um movimento dialético de resistência entre os grupos específicos e a sociedade, e é esse fenômeno que caracteriza o vigor destes grupos chamados específicos. Pois, quando um determinado grupo define e perde sua especificidade, concomitantemente outros nascem e assim repõe a resistência. Por outro lado, o que faz um determinado grupo específico perder sua especificidade é sua aderência a ideologia branqueadora ou folclorizadora da sociedade branca dominante. Moura analisando as escolas de samba cariocas, observa que no seu surgimento constituíam-se exímios e poderosos grupos específicos, pois *“surgiam como ato de afirmação de uma contracultura que se opunha à das elites e que representava, através dos sambas-enredo, da coreografia, das alegorias, de forma simbólica, os valores do morro que desfilavam durante o carnaval na cidade branca.”* (Moura, C. 1988 p. 142) No início das escolas de samba, o carnaval de rua era uma afirmação simbólica do negro perante uma sociedade racista branca, que atualmente perdeu sua especificidade. Escreve Moura:

“Simbolicamente sem ordem nem lei. Eram, assim, os valores negros – do negro marginalizado- que saíam das áreas de marginalização e miséria e se integravam, durante a festa, na coletividade, voltavam ao centro do sistema, adquiriam, de modo simbólico, o status negado. Como vemos, alegoricamente, era a dominação da cidade pelos habitantes do morro, através da sua organização e da sua contracultura.(...) O negro, desta forma, não via o carnaval como uma simples festa, como o branco o vê. Era, de certa maneira, o momento mais importante da sua vida, do ponto de vista de auto-afirmação social, cultural e étnica.” (Moura, C. 1988 pp. 143 – 144)

Noutro profundo viés de sua inteligência, deparamos com a ilação de que as escolas de samba que surgiram na peremptória década de 20, em meio a um grande movimento de revisionismo dos valores até então em vigor. Estas se apresentam acima de tudo como uma cisão ao movimento elitista da Semana de Arte Moderna de 1922⁴², pondo nas ruas a verdadeira contracultura, ou melhor a veraz cultura brasileira. Salienta nosso autor:

“Enquanto a cultura dominante se auto-afirmava no modernismo, procurando suprir o descompasso entre a realidade e a cultura das elites, a cultura popular, plebéia, não-institucional, não-acadêmica ou simplesmente renovadora do próprio código libertário tradicional, punha na rua as escolas de samba, num transbordamento do negro do morro, pois ele já não se continha mais nos seus grupos específicos religiosos costumeiros, ou nos pequenos cordões ou ranchos carnavalescos. Vinha para o asfalto exibir sua contracultura.” (ibidem, p. 144)

⁴² Também nas interpretações de Mariza Velozo e Angélica Madeira, a Semana de Arte Moderna de 1922, “foi o resultado de um desejo coletivo de tornar visíveis as novas idéias que inquietavam a *intelligentsia* brasileira.” (Velozo, M. e Madeira, A. 1999 p. 89) A questão que se coloca não é a da não importância deste movimento, mas sim que este movimento estava restrito a classe média e alta da época, só posteriormente é que atingiu o, podemos dizer, todo da cultura brasileira. O que Clóvis Moura chama a atenção é também da importância dos movimentos culturais negros, neste caso das escolas de samba e batuques, que estes sim eram representantes da cultura popular brasileira e que se expandiriam por todo o território e tomariam definitivamente seu lugar na cultura, que só depois os intelectuais deste grupo de 22 vieram a conhecer e louvar. Logo, o Modernismo veio a conhecer e a valorizar a cultura brasileira, essa negra e mestiça, é um revisitar o passado e o presente com intuito de ampliar o repertório da cultura brasileira como um todo. Daí o grande valor das culturas afro-brasileiras, que apesar da repressão sobreviveu heroicamente e contribuiu precipuamente para uma releitura da nação.

Essa contracultura negra transformou a cultura popular brasileira, e marcou de forma definitiva a organização dos carnavais no país.⁴³

Mesmo, Gilberto Freyre também demonstrou que o que se constituiria no verdadeiro carnaval⁴⁴ brasileiro, era um momento de catarse para os oprimidos social e economicamente que eram os negros. Escreve Freyre: *“É certo que esse carnaval elegante, fino, silencioso, de fantasias de seda, não matou o outro: o grosseiro, plebeu, ruidoso, com oportunidades para os moços expandirem sua mocidade, para os negros exprimirem sua africanidade (de certo modo recalcada nos dias comuns), para pretos, escravos, moças, meninos gritarem, dançarem e pularem como se não fosse de raça, de classe, de sexo e de idade oprimidas pelos senhores dos sobrados.”* (Freyre, G. 1968 p. 111)

Logo, podemos concluir que o carnaval se apresentou e se apresenta como válvula de escape dos oprimidos, e é sabiamente utilizado pelas elites que o folclorizam, para continuar a manter a dominação e alienação das camadas menos privilegiadas da população, composta em sua maioria por negros e mulatos, dissipando assim uma por vir tomada de consciência.

Moura lamenta a perda que as escolas de samba tiveram de sua especificidade, quando passaram de autênticos grupos específicos de auto-afirmação e resistência à atração turística. Observa que mais uma vez os negros passaram a ser objeto dos brancos, e “o carnaval, talvez um dos momentos mais importantes para o negro” foi acoplado na indústria do turismo, em que os negros são meros coadjuvantes desta festa. Sumaria Moura que:

“(...) a sociedade branca sentiu essa potencialidade organizacional e cultural do negro através das escolas de samba, e, concomitantemente, a necessidade de transformá-las em complementos do carnaval oficial, tradicional, convencional, colocando-as como simples objetos dessa dinâmica, em última instância: folclorizando-as. Objetivando isto, iniciou um processo de corrupção através de formas sutis de institucionalização, fazendo-as, hoje em dia, simples atração turística para estrangeiros e a grande burguesia nativa, pois até a pequena burguesia e a massa operária dos subúrbios cariocas não têm mais condições de vê-las desfilar.” (Moura, C. 1988 p. 144)

Hasenbalg, assim como Moura, também vê a folclorização do carnaval e das escolas de samba, principalmente no Rio de Janeiro, e concomitantemente a perda do seu potencial de grupo negro. (Hasenbalg, C.A. 1979 p. 253)

Ainda com relação aos grupos específicos, Clóvis Moura também questiona o movimento da *negritude*, ressaltando que não se pode ver a *negritude* apenas “como uma atitude dos negros face

⁴³ “Segundo depoimento de Angenor de Oliveira – o Cartola –, deve-se ao conhecido macumbeiro Zé Espineli ou Espinguela a organização do primeiro concurso entre os blocos de samba. Ele conseguiu com um turco que tinha uma lojinha na Praça Onze a colocação de três tacinhas na vitrine e convidou os principais redutos de samba a disputar as taças.” Fato ocorrido em meados da década de 20, que teve como resultado “1º lugar, Mangueira; 2º lugar, Estácio; 3º lugar, Favela.” (depoimento de Cartola *apud* Lopes, H.T., Siqueira, J.J. e Nascimento, M.B.1987 p.85)

⁴⁴ O carnaval, como observa Da Matta, “é basicamente uma inversão do mundo”. Inversão esta necessária a vida social, cujos papéis sociais são reconstruídos e as hierarquias colocadas às avessas, ou seja, homens e mulheres trabalhadores comuns, pertencentes ao mais baixo status social, durante a vigência do reinado de Momo, se transformam em reis e rainhas, heróis, que portando suas fantasias reorganizam a lógica social que por um determinado período é baseada na igualdade e na liberdade. (Da Matta, R.A.1986 pp.65 – 78)

ao mundo dos brancos”, ela é muito mais que um conceito a ser estudado, é uma ideologia para ser vivenciada. Moura entende a *negritude* “como um método de observação participante, representa a unidade entre a teoria e a prática no sentido de desalienar não apenas as populações negras, mas todos aqueles estratos populacionais que, de uma maneira ou de outra, se sentem oprimidos e/ou marginalizados pelo sistema dominante em qualquer parte.” (Moura, C. 1983 p. 100)

Na acepção de Zilá Bernd, a *negritude* é um movimento dinâmico e atua em diferentes culturas e realidades, mas que “se num primeiro momento é a perspectiva marxista de análise da sociedade que favorece o despertar de uma consciência negra, e, portanto, os vários momentos da *negritude*, com o passar do tempo se opera o trânsito para a consciência de classe e a conseqüente identificação de todos os oprimidos, sejam eles brancos, negros, amarelos ou vermelhos.” (Bernd, Z. 1984 p. 31)

Moura põe em questão a *negritude*, pois considera que ela é, em última análise, um movimento europeu, logo, com outras características distas do mundo latino-americano e africano. Ressalta nosso autor que muitas organizações negras no Brasil surgiram independentemente do movimento da *negritude* europeu. Estes grupos tiveram até 1937 alguma possibilidade de, concretamente, modificar as condições sociais dos negros, pois traziam em si um maior grau de consciência étnica e social mediante os problemas que enfrentavam. Em 1937, com o Estado Novo, estas organizações foram liquidadas (só renascendo na década de 80) e o que restou delas foram apenas as que tinham pouco ou nenhum aspecto de transformação social e tomada de consciência, e que buscavam para os negros apenas um conteúdo recreativo e lúdico, muitas vezes imitando o *ethos* branco de conduta e ignorando ou apartando seus “antigos” valores culturais. Para Moura, um modo de ser negro se constituirá na medida que os negros encabeçarem seu destino, sabotando todo e qualquer esquema reformista e não-revolucionário de mudança da sociedade. Que as insígnias palavras de Bernd contemplam:

“Enquanto o negro não for capaz de converter-se em agente histórico pela destruição do sistema [capitalista] que o negou durante séculos, não estará esgotado o ciclo que se instaurou com os primeiros negros quilombolas: o da busca de sua completa emancipação com ser social e como ser individual.”
(Bernd, Z. 1984 p. 52)

A análise “Mouriana” faz distinção entre dois universos negros, o primeiro denominado universo dos letrados, isto é, composto por uma pequena classe média negra e o segundo, o universo dos plebeus, ou seja, formado pela esmagadora maioria constituinte da pobreza negra. Os comportamentos e visões de mundo são distintos entre os dois grupos, mas ambos são permeados de valores brancos, principalmente o primeiro, o universo dos letrados, que segundo Moura está traspassado de valores brancos, incorporando princípios, que desde logo, são provenientes da classe média branca. Já o segundo agrupamento ou adere de forma incondicional em prol de também conseguir os valores da classe média ou os rejeitam, de modo mais ou menos consciente, ou seja, os repelem simplesmente pela não possibilidade de possuí-los.

O problema perpassa a sociedade de consumo ocidental que coloca como um de seus valores o de “vencer na vida”⁴⁵, podendo assim ser capaz de adquirir uma ampla gama de produtos materiais, logo, de poder consumir. Para nós devido ao padrão de consumo da classe média ela molda seus integrantes, logo, não há uma classe média negra, mas sim indivíduos negros que estão nesta posição⁴⁶. E é nesta posição que indivíduos pertencentes a este universo deparam-se com o preconceito inerente a uma sociedade racista. Então a premissa de Moura de que é preciso pensar o racismo distintamente da classe, se verifica. A saída para nosso autor é reorganizar as organizações negras para transformá-las em ferramentas políticas efetivas, para que possam desbravar horizontes ainda (hoje) restritos e assim podendo pensar numa transformação plena da sociedade.

Nosso autor põe em questão os movimentos negros⁴⁷, que a partir da década de 40 foram perdendo seu caráter radical e reivindicativo perante a sociedade, quando escreve:

“(...) surge em 1944, o Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento. Era, de fato, um conjunto que apresentava a negritude de forma consciente, desejando, através dessa ideologia, organizar os negros no Brasil. O movimento editou ainda o jornal Quilombo no qual o pensamento e a proposta do TEM se expressavam. Mas, o que esse grupo apresentava à grande comunidade negra marginalizada nas favelas, nas fazendas de cacau e de algodão, nas usinas de açúcar, nos alagados e nos pardieiros das grandes cidades? Nada.” (Moura, C. 1983 p. 103)

Moura ainda continua a questionar a posição do Teatro Experimental do Negro, na figura de um de seus teóricos Guerreiro Ramos, quando esse escreve que este movimento *“objetivava a de pelo teatro adestrar homens de cor nos estilos de comportamento de classe média superior.”*⁴⁸ (Ramos, G. 1950 p.23 citado por Moura, C. 1983 p. 103) Para Moura o problema é outro, a questão que se coloca é a transformação estrutural da sociedade, o que por suposto, poria fim também no racismo, e não a de ensinar os negros a como agir “docilmente” nesta nova ordem social, ou seja, como ser um “bom cidadão”, no sentido de adestrado, obediente, não questionador, burguês, etc.

Segundo Carlos Hasenbalg, houve no Brasil um modesto protesto negro, e isto se deu devido ao grande poder da ideologia de que “não temos problemas raciais” e de que “vivemos numa democracia racial”, que subverteu incipientes movimentos negros, colocando no país a questão do negro como um problema social essencialmente de origem classista. Deslinda Hasenbalg que “a

⁴⁵ A postura de ascensão do negro é historicamente verificada e fomentada por uma ação individualizante, como dita o capitalismo. Então para tentarmos reverter isto, o negro precisaria se reencontrar em ações coletivas e associadas em todas as esferas da vida, como no quilombismo, que vislumbrem o bem comum, a coletividade e a solidariedade, nestes tempos difíceis e de mal-estar da civilização.

⁴⁶ De acordo com Peter Fry, a classe média negra é uma “identidade estatística”, pois ela se concretiza somente pelos bens e produtos que pode consumir.

⁴⁷ Não trataremos aqui da abordagem que Moura propõe em sua compreensão dos movimentos negros que existiram principalmente em São Paulo, após a era Vargas. Este tema, diga-se de passagem extenso, ficará para nosso próximo trabalho. Escolhemos pontuar o TEN – Teatro Experimental do Negro, que propicia um ligeiro contorno das intelecções de nosso autor.

⁴⁸ Anatol Rosenfeld, nos coloca a seguinte informação: “Mesmo em uma apresentação teatral (São Paulo, 1953) de um grupo negro de alta qualidade (Teatro Experimental do Negro), o número de pessoas de cor era extremamente reduzido, (...) onze negros e dezesseis mulatos entre trezentos espectadores” e em seguida expõe sua análise de que “sem dúvida por causa do alto preço (cinquenta e cinco cruzeiros)”. (Rosenfeld, A. 1993 p. 20)

tranqüillidade racial da história brasileira no século XX foi interrompida por vários movimentos negros. No entanto, esses movimentos não apenas tiveram vida curta e local, como não foram bem sucedidos nem em chamar a atenção às suas reivindicações integracionistas, nem em originar uma tradição visível de protesto negro.” (Hasenbalg, C. A. 1979 p. 224)

No Brasil acontece um fenômeno, denominado por Hasenbalg, “contínuo de cor”, que seria a diluição da cor da pele numa grande nuance, cujo tom de pele tornou-se um dado social significativo. E é esse contínuo de cor que dá ao racismo brasileiro um aspecto de análise de cunho individual e, desde logo, diferenciado de acordo com as particularidades físicas de cada indivíduo.⁴⁹ Observa Hasenbalg: *“na medida em que o Brasil pós-abolicionista preservou o contínuo de cor, a prática colonial e do século XIX de cooptação social dos membros mais claros e capazes do grupo de cor foi mantida. Como consequência da identidade racial fragmentada dos não-brancos e da cooptação de parte do grupo, as aspirações políticas e econômicas de base racial são transformadas em projetos individuais de mobilidade social ascendente, com o resultado de que grande parte das energias das pessoas de cor são absorvidas na “questão imediata de conseguir incrementos de brancura” ou de assegurar posições sociais conquistadas. (...) A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros.* (Hasenbalg, C.A. 1979 p.236 – 246)

De acordo com Hasenbalg o processo de industrialização do país, iniciado na década de 10, foi um dos elementos que levou o negro a possuir um comportamento social em termos de classe enfraquecendo um comportamento de filiação racial. Explica Hasenbalg que devido há um aumento de trabalhadores negros no setor industrial, foi-se amenizando as barreiras de incorporação destes a essa classe trabalhadora. E estes negros, agora trabalhadores industriais, recebiam uma grande carga ideológica de seus companheiros de trabalho, os imigrantes europeus, que trouxeram o sindicalismo, o anarquismo e o socialismo; ideologias estas que abrangiam a classe proletária como um todo e não subdividida racialmente. Logo, estes fatores amenizaram, e mesmo acabaram com as reivindicações de cunho racial. (Hasenbalg, C.A. 1979)⁵⁰

As três primeiras décadas da República estamparam as contradições sociais, ainda marcantes nesta nova configuração de governo. Na Primeira República, é sabido que a situação das massas populacionais urbanas e rurais eram precárias, pois viviam em péssimas condições de salários,

⁴⁹ Clóvis Moura elenca 136 tonalidades de tom de pele, colhidas de pessoas não-brancas sobre sua cor, isto demonstra a eficácia do ideal perseguido pelos não-brancos que é o do branqueamento, atuando conjuntamente com a ideologia da “democracia racial”, cujo os não-brancos criam simbologias para se aproximarem do que foi elaborado como tipo-ideal – o branco, e assim fugir de sua identidade real, que é a negra. (Moura, C. 1988)

⁵⁰ Hasenbalg apresenta uma situação a longo prazo promissora para os negros, de que com a industrialização e que, a partir da década de 30, com a urbanização e o crescimento da industrialização no país, os negros naturalmente seriam incorporados a sociedade. Florestan Fernandes segue o mesmo viés, só que num cenário posterior, o da década de 60, que previa a incorporação do negro na sociedade industrial brasileira. Para Moura, a classe dominante e, desde logo, branca ainda deve para os negros a tão sonhada inserção social, pois estes permanecem atualmente à margem da sociedade capitalista.

moradia, alimentação, higiene, saúde, horas de trabalho, que dirá então a situação das massas populacionais negras que se prostravam abaixo das camadas brancas.

Mas estes primeiros momentos, aos moldes republicanos, foram temperados com pitadas ousadas de reivindicações sociais vindas do proletariado urbano e dos homens do campo. Pipocaram os movimentos anarquistas, socialistas, messiânicos e contestatórios. De greves dos trabalhadores por melhoria nas condições de trabalho, no qual o negro também participou, passando por insurreições na marinha subalterna, composta por negros e mulatos, para por fim as chibatadas, até movimentos de caráter religioso, buscando galgar o céu, pela melhoria do espírito, pelo desapego as coisas mundanas e, desde logo, constituindo uma nova sociedade, a dos escolhidos, na terra, estava estampado o descontentamento da maioria da população totalmente despossuída de atenção por parte dos governantes, estes representantes exclusivos das oligarquias.

A revolta dos marinheiros trouxe mais uma vez à tona a fragilidade de um Estado que não atendia aos anseios de parte de sua população. Clóvis Moura associa a revolta dos marinheiros com os movimentos anarquistas e anarco-sindicalistas. Observa que a propaganda ideológica destes movimentos operários veio de encontro com as necessidades dos marinheiros, estes descontentes com o indigno e cruel tratamento que lhes era imposto na marinha. Nosso autor enfatiza que embora os marujos tivessem assimilado idéias anarquistas, seu intento com a revolta não se pautava politicamente, ou seja, não tinham pretensões políticas, apenas reivindicavam a abolição das chibatadas e um melhor tratamento para a marujada. (Moura, C. 1994, 1977)

Moura endossa os estudos de Edmar Morel sobre a revolta da chibata, e analisa o trabalho de Morel, como sendo um *“livro escrito com a paixão de um jornalista ligado profundamente aos heróis plebeus da sociedade brasileira, seu trabalho é de consulta obrigatória para todos quantos desejarem se inteirar de um dos acontecimentos mais importantes da nossa história social contemporânea, infelizmente pouco estudado por se constituir numa daquelas áreas proibidas de que nos fala o prof. José Honório Rodrigues.”* (Moura, C. 1977 p. 147)

Durante os cinco dias nos quais perdurou a revolta, os marinheiros rebelados conseguiram a simpatia da população, que vociferava contra a possível posição da marinha de vencê-los militarmente. Descartada a hipótese de um conflito militar, a tática era ganhar tempo e enfrentar a situação politicamente. A saída foi a aprovação da anistia aos revoltosos⁵¹. (da Silva, M.A. 1982) A revolta terminava vitoriosa apenas com relação a abolição dos castigos corporais na marinha, pois muitos dos revoltosos foram demitidos e outros, entendidos como cabeças do levante, foram presos, torturados e mortos. Dezoito revoltosos, entendidos como líderes, foram presos numa masmorra na Ilha das Cobras, onde viviam em condições subumanas, dezesseis destes dezoito marinheiros

⁵¹ Segundo José Murilo de Carvalho, esse movimento ganhou dimensão nacional e internacional, dando ênfase aos maus tratos que os marinheiros de uma das maiores esquadras do mundo sofriam. E essa repercussão contribuiu para colocar o governo contra a parede, que arrancou uma anistia *“votada a toque de caixa pelo Congresso.”* (Carvalho, J.M. 1998 pp. 15 – 33)

morreram devido as condições materiais precárias nas quais se encontravam e outros foram mortos. Moura analisa enfaticamente o fim de João Cândido, um dos muitos heróis brasileiros esquecidos:

“João Cândido enlouquece, sendo internado no Hospital dos Alienados; tuberculoso e na miséria consegue, contudo, restabelecer-se. Daí por diante a perseguição contra ele prossegue: morre como vendedor no Entrepasto de peixes da cidade do Rio de Janeiro, sem patente, sem aposentadoria e até sem nome.” (Moura, C. 1977 p. 152)

Moura entende que esse levante foi o último movimento da chamada República Velha, no qual os negros e a plebe polarizaram empiricamente com a elite. Pois, justamente esse acontecimento serviu para que as classes dominantes revissem seus métodos de controle social. O relevante é percebermos que essa revolta lutava contra rasgos do passado escravista ainda presentes na estrutura social, como no caso o uso da chibata para por ordem aos negros e mulatos que compunham a grande camada subalterna da marinha brasileira. É interessante notarmos que cabia a esses homens os trabalhos mais aviltantes dentro da marinha, como a limpeza de modo geral, a cozinha, a lavanderia, e é justamente onde os negros após a Abolição conseguiram se integrar, logicamente com soldos ínfimos. Daí explica-se então a transferência do regime das senzalas, conseguido por meio de castigos físicos, aos negros da marinha, que estes, a duras penas, conseguiram extinguir.⁵² Neste movimento, bem como noutros já analisados por Moura, podemos perceber empiricamente as proposições de Hobsbawm, de que as nações são constituídas por *“fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns.”* (Hobsbawm, E.J. 1991 p.20)

Caio Prado e Clóvis Moura, a seus modos, trazem à tona a questão do passado colonial, e revestem a “modernidade” com este passado, dando a entender, não só que o país não se desvinculou da sua herança colonial, mas que este passado está vivo, e que se apresenta em outra oitava, encobrendo o presente, com seus avanços tecnológicos, e assim *“(...) termina por subestimar as novidades introduzidas em nosso país e por construir assim uma imagem do Brasil contemporâneo onde o que predomina não é a emergência do novo, mas sim a conservação do velho.”* (Moura, C. 1988 p. 251)

O passado, já nos alertava Marx, pode ser considerado condição do presente, mas não explica, desde logo, o presente. (Marx, K. 1967) Logo, a herança do passado se dá em formas novas, em outras oitavas. Podemos nesse viés, entender que atualmente as favelas e os cortiços são as senzalas compulsórias dos negros. Segundo Elizabeth Cardoso⁵³, as primeiras habitações dos

⁵² Atualmente o quadro dos negros e mulatos não é diferente, pois assim como em 1910, algumas das poucas oportunidades para as pessoas da classe pobre, grandemente composta por negros e mulatos, base da pirâmide social, é ingressar no serviço militar e garantir no máximo um salário mínimo por mês de serviço prestado, mais atendimento médico e odontológico. E assim aproveitar a oportunidade valiosa de reles soldado para continuar na carreira militar. Opção esta tida como uma das poucas para muitos dos recrutados, pois não exige muita escolaridade, como a forma de sair da pobreza e conseguir alguns bens materiais e ensinamentos que dificilmente conseguiriam fora da militaridade.

⁵³ *História dos Bairros – Saúde, Gamboa, Santo Cristo.*, 1987 Ed. Index, Rio de Janeiro – RJ

morros do Rio de Janeiro foram sendo criadas por ex-combatentes negros da Guerra de Canudos, que aguardavam transferência para a moradia definitiva, e que por “displicência” do Governo acabaram permanecendo em casas provisórias construídas com barro e bambu, quando muito, de restos de telhas e folhas de madeira e zinco, totalmente insalubres que receberam a denominação de favela. E de acordo com Décio Freitas, “os primeiros subúrbios dos maiores centros urbanos brasileiros foram nada mais nada menos que quilombos.” (Freitas, D. 1982 p. 42) O que concluímos é que em nosso presente, continuam os negros a serem as escórias da sociedade, sofrendo de todos os tipos de privações e violências. Pois foram eles jogados nas últimas camadas da sociedade que é, portanto, classista; assim, se etnicamente este homem é negro, socialmente é desempregado, sem-terra, sem-teto, bóia-fria, biscateiro, etc. O ciclo vicioso que se apresenta o problema racial brasileiro, perpassando o social, segundo Moura, não pode ser resolvido apenas sob o aspecto social, desconsiderando o racial. Ele apresenta intrinsecamente que a questão das quotas para negros, se apresentaria como uma possibilidade para uma pseudo-inserção social, mas a questão é que não mudaria a sociedade que aí está⁵⁴, e para que o negro realmente seja incluído na sociedade, mas numa autêntica sociedade, esta ordem atual tem que desaparecer.

O cangaço e os movimentos místicos religiosos são exemplos dos graves problemas sociais, principalmente no campo, dos quais o Brasil sofria.⁵⁵

Moura interpreta o movimento messiânico de Canudos como sendo efetivamente uma nova proposta de sociedade, segundo ele, uma “democracia poliétnica”, e o compara a Palmares. E, justamente por “conspirar” contra a república, logo, contra as oligarquias, este movimento foi sumariamente combatido. Para que esse inimigo do país, Antônio Conselheiro e sua “corja”, fossem dizimados sem muito peso na consciência dos poderosos, a imprensa foi utilizada para propagar a ideologia de que Canudos se constituía, “numa cidadela de fanáticos que conspiravam contra a República” (Moura, C. 1983 p. 134), para utilizarmos sua expressão.⁵⁶ Moura em sua análise iguala em importância no que diz respeito a transformação da sociedade, Canudos a Palmares, pois ambos em sua acepção constituem movimentos radicais, que poriam em risco a então vigente estrutura social, logo, deveriam ser ferrenhamente liquidados. Nas palavras de Moura:

“Canudos não foi apenas uma utopia camponesa, mas, pelo contrário, uma experiência camponesa bem sucedida, cuja evolução posterior não podemos avaliar, mas indicar que ia na direção de uma comunidade igualitária, sem níveis de exploração capazes de transformá-la em uma unidade de exploradores e

⁵⁴ apenas o negro se ajustaria a ela, seria um rearranjo, que não deixa de ser bem vindo.

⁵⁵ O Brasil nunca resolveu a questão fundiária, atualmente o processo de violência no campo atinge rigores de crueldade e de impunidade, em que vigora a lei do mais forte e poderoso, que na maioria das vezes esta ligado a grupos políticos que encobrem ações abusivas e corruptas. Observa Clóvis Moura: “as relações sociais no campo brasileiro (relações latifundiários X camponeses) têm um conteúdo extremamente violento. As relações de produção herdadas do Brasil Colônia ainda mantêm o seu dinamismo intacto, enquanto uma modernização sem mudança social permite a imagem de um Brasil moderno e democrático na visão neoliberal. Os fazendeiros, em face deste modelo, podem mandar anualmente seus filhos para a Disneyworld enquanto os filhos dos camponeses continuam trabalhando a partir de 5 anos de idade, em regime de trabalho escravo, como na época da escravidão.” (Moura, C. 2000 pp. 99 – 100)

⁵⁶ O final desta peleja absurda é de nosso conhecimento e está a disposição de quem por este assunto se interessar na obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, lançada em 1902, que relata o episódio de Canudos.

explorados, isto é, organizar-se pelo modelo capitalista. A sua estrutura interna, a divisão do trabalho entre as diversas camadas que a compunham estavam a demonstrar um tipo de evolução não-capitalista na sua trajetória. Se isto iria continuar por muito tempo, somente sua trajetória posterior poderia dizer. Mas a sua evolução foi brutalmente fraturada pela violência e essa experiência social e política transformou-se em tragédia.” (Moura, C. 2000 p. 52)

Canudos, é no seu entendimento um movimento radical de questionamento do sistema, agora republicano, se constituindo num dos grandes momentos em que a classe subalterna, esta majoritariamente não-branca, tornaram-se agentes sociais de mudança, essa, desde logo, radical. De acordo com Moura, só pela mudança radical poderá se conseguir uma nova fisionomia de Brasil, e verdadeiramente de povo e nação.⁵⁷ (Moura, C. 1983, 2000)

Ao findar a denominada República Velha, Moura não entra na questão de quem foram os obreiros da revolução de 30, se foi a burguesia cafeeira ou industrial, pequena ou média, apenas salienta que não ajudou em nada as classes subalternas, muito pelo contrário. O propósito da revolução de 30 era implantar a modernização efetivamente e trazer de volta a ordem, ou seja, mais uma vez a questão era reorganizar as estruturas políticas sem tocar no processo produtivo. Logo, a república que se findava, abalada por uma dura crise econômica, não cumpriu sua promessa de implantar a modernidade, e o quadro permanecia inalterado, ou seja, as transformações trazidas pela ordem republicana foram apenas superficiais e aparentes, pois as novas camadas da população continuava não encontrando eco no poder para as suas reivindicações.⁵⁸ Analisa Moura:

“A crise social agudiza-se e termina com a chamada revolução de 30, que nada mais foi do que uma recomposição das forças de dentro do sistema, modernizando-o (a outra república passou a ser chamada de velha) mantendo o mesmo tipo fundamental de propriedade e de trabalho, e, permitindo, por outro lado, através de aberturas políticas e econômicas, a penetração cada vez maior do capital norte-americano. Os grupos, camadas e segmentos plebeus foram envolvidos por uma série de medidas “racionalizadoras” do sistema que passaram a funcionar em diversos níveis, todas objetivando neutralizar – das mais diversas maneiras – os seus movimentos. (...) Segue-se a implantação do Estado Novo. Cria-se uma ideologia paternalista no bojo de um governo fascista. Os sindicatos que à moda bismarkista haviam sido criados pelo estado, passam a desempenhar o papel de amortecedores da luta de classes. Getúlio Vargas passa a ser chamado, apoiado por uma enorme máquina de propaganda, de “Pai dos Pobres”. Essa máquina justificava os seus atos despóticos, realizados para manter o status quo, em nome dos “trabalhadores do Brasil”. (Moura, C. 1977 p. 153)

Para Moura, os movimentos negros da primeira república já não buscavam logicamente a liberdade, mas sim almejavam a “negridade”, isto é, a dignidade do negro em ser negro, mas que

⁵⁷ Neste mesmo viés de Moura, não seria os movimentos dos sem-terra, sem-teto, e mesmo o comando vermelho, que são constituídos majoritariamente por negros, mulatos e mestiços, movimentos contestatórios do então sistema?

⁵⁸ “O fato é que, apesar dos pesares, não só os restos do patronado estão aí, mas as classes dirigentes continuam de modo geral a reclamar a necessidade de reformas que, no fundo, não querem efetuar. Agora, como antes, a tendência é manter o máximo do estado de coisas, mudando apenas o mínimo inevitável.” (Candido A. 2002)

logicamente foram estrategicamente abafados por célebres barreiras ideológicas.⁵⁹ Logo, a pobreza de recursos da maioria da comunidade negra explica sua vulnerabilidade ao coronelismo e ao populismo seja este Vargista, Janista, e muitos outros. (Moura, C. 1974,1983)

É no fervilhar da década de 50 que uma 'classe média negra' percebe o desajuste entre a situação do branco e do negro, renascem então movimentos de protesto negro, como organizações negras que buscavam a integração do negro na sociedade positivamente, pregando a "*Segunda Abolição*". Com a ditadura há um recesso destes movimentos negros, que retornaram a cena nacional com a reabertura política no início da década de 80, e que a partir de então, e cada vez mais ganharam lugar no debate nacional.

Clóvis Moura faz uma breve análise sobre aspectos racistas da literatura de Cordel e de um acalanto cantado no nordeste do país, que não poderíamos deixar de abordar, mesmo que sumariamente. Nosso autor foi buscar nas cantigas de ninar, que até a década de 60 eram correntemente cantadas, a concretude da importância e vivacidade do protesto negro, por elas exprimido. Moura não se detém no preconceito racial que certamente as cantigas trazem, mas cremos que não só o protesto negro, mas também o racismo soube se apropriar, desta astuta transmissão de ideologias e simbologias. Moura cita o seguinte acalanto:

Su, su, su, su
Menino mandú (estorvo, algo ruim)
Quem te pariu
Que lhe dê caruru (o que comer) (Moura, C. 1959 p. 23)

Averigua com este exemplo, a existência de uma consciência da negra de sua situação de cativa e obediente, expressando seu inconformismo desta forma.⁶⁰

Na literatura de Cordel, em muitos de seus exemplares, ele depara-se essencialmente com o preconceito de cor e com a discriminação, no qual compara o negro de suas estórias com o demônio, com espíritos maus ou o caracteriza como sendo este um indivíduo vil e de caráter duvidoso. Moura entende que esse preconceito como sendo "resíduos do pensamento das elites". (Moura, C. 1976) Em nossa compreensão é notório e pouco espantoso o grande poder desta arma ideológica branca que ainda hoje ecoa nos mais longínquos rincões da sociedade brasileira, imbricados na cultura popular.

Clóvis Moura, assim como Octávio Ianni, entendem que para taquigrafar o Brasil, é necessário analisá-lo no "*curso da história da sociedade brasileira, compreendendo os períodos colonial, monárquico e republicano*" e se faz estritamente necessário a compreensão da questão racial do

⁵⁹ Escreve Guimarães a este respeito que: "A modernidade dos 1920, portanto, não chegou, pois, embrulhada como o nacionalismo negro, mas, ao contrário, veio envolta em certa xenofobia. Pode-se mesmo perguntar porque teve origem um movimento social negro no Brasil, no século XX, já que a integração parecia tão pouco conflituosa. A resposta deve listar vários fatores, entre eles, a permanência de fortes preconceitos étnicos e de cor, nutridos por diferenças culturais, mas, principalmente, de desigualdades de oportunidades de vida entre negros e brancos. Um dos fatores que contribuiu para desencadear a consciência de raça entre os negros brasileiros tenha sido o sentimento étnico nutrido pelos imigrantes europeus do final do século XIX e começo do século XX." (Guimarães, A.S.A. 2002)

negro “como etnia e categoria social, na trama das relações sociais desiguais.” (Ianni, O. 2001 p.4)

Analisa Ianni:

“Esta, portanto, é uma idéia preliminar: a questão racial tem relação direta e profunda com a questão nacional; entendendo-se que a questão nacional envolve o desafio de uma integração cada vez mais fluente, aberta, dinâmica e transparente, entre amplos setores da sociedade civil e estado. A rigor, a questão racial, na qual destaca-se a situação do negro, pode ser decisiva para que a sociedade civil possa ‘educar duramente o Estado’.” (Ianni, O. mimeo. 2001p.1)

Nas precisas palavras de João Manuel Cardoso de Mello, sendo o capitalismo “*uma gigantesca máquina de produzir desigualdades*”, (Cardoso de Mello, J.M. 1984 p. 23) é preciso, na acepção de nosso autor, liquidar com esta terrível máquina. Clóvis Moura, não estuda a fundo as engrenagens do capitalismo para melhor entendê-lo, apenas visioniza seu fim, quando os setores subalternos, encabeçados pelos negros e não-brancos, levantarem a bandeira da transformação da sociedade, que é a bandeira do socialismo. Moura nos coloca também que a conscientização dos negros e não-brancos virá aos poucos e a passos lentos, logicamente devido ao grande poder de fogo do capitalismo e de suas ideologias, mas acredita que irá ocorrer. E o que o leva a confiar nessa proposição são os inúmeros e sérios movimentos sociais⁶¹, que vem pululando a atualidade, e incomodando as elites locais e mundiais. Mas este por vir venturoso e próspero pauta-se ainda nas esferas abstratas da utopia, daqueles que não deixaram de possuir e acreditar num ideário mais humanitário, solidário e justo, como é o caso de Clóvis Moura.

⁶⁰ A transmissão de preconceito racial e outras ideologias nos acalantos é um trabalho que estamos desenvolvendo.

⁶¹ De acordo com Herbert Blumer, os movimentos sociais “podem ser considerados como empreendimentos coletivos para o estabelecimento de uma nova configuração de vida. Têm raízes num estado de inquietude social, e derivam seu impulso, de um lado, da insatisfação com a vigente forma de vida, e, de outro, dos desejos e esperanças de um novo modo ou sistema de vida. O curso de um movimento social representa a emergência de uma nova ordenação de vida.” (Blumer, H. 1939 tradução de Luiz Pereira in Pereira, L. (org.) 1973 p. 79)

Capítulo V

O intelectual Clóvis Moura e sua visão crítica

*A verdadeira viagem do descobrimento
consiste, não em ver novas
terras, mas em rever as já
conhecidas, com outros olhos.*

Quando começamos a pensar sobre Clóvis Moura no início desse trabalho, nos deparamos com muitas indagações. As mais freqüentes de meus colegas alunos de pós-graduação era, quem é Clóvis Moura, e no que ele contribui para pensar o Brasil? E ao mesmo tempo nos deparávamos com pronunciamentos eufóricos, principalmente de professores do tipo: “que bom que alguém se lembrou dele”. Bem, diante desse quadro: esquecido ou preterido, começaremos a refletir sobre suas proposições; deixando claro que nenhuma parte desse trabalho pretende ser exaustiva, ou dar uma resposta conclusiva a respeito do intelectual Clóvis Moura. Nos propomos ser portadores apenas do ponta pé inicial, de um começo para muitos outros estudos sobre sua obra, ou parte dela. Buscaremos trazer algumas possíveis hipóteses de análise de sua trajetória intelectual, podemos dizer radical¹, de um autor acima de tudo ético.

Como pretendemos taquigrafar sua compreensão de Brasil, e estamos analisando algumas de suas interpretações com o intuito de revelar suas proposições, sua história de vida ganha relevo. Logo, este recorte de estudo trás à tona partes, consideradas por nós, importantes de sua biografia.

Clóvis Steiger de Assis Moura, nasceu no outono de 1925 em Amarante, Piauí. Membro de uma família de classe média-baixa, (na linguagem cabocla seria o equivalente a remediado, isto é, nem pobre nem rico). Filho de mãe branca e pai negro, tem entre seus antepassados um barão do império prussiano, seu bisavô Ferdinando von Steiger, e pelo lado paterno a escrava Carlota, sua avó, diga-se em tempo, escrava de seu avô, mais um dos muitos senhores de engenho do nordeste açucareiro. Clóvis ainda criança muda-se com a família para Natal(RN), onde residiu de 1935 a 1941. Inicia seus estudos num colégio de padres Maristas, o Colégio Santo Antônio. E ainda muito jovem funda, a revelia dos irmãos Maristas, o Grêmio Cívico-literário “12 de Outubro”, onde eram realizadas reuniões semanais para discussão de literatura e política. Segundo Moura, o grêmio cresceu e prosperou, chegando a possuir quarenta membros, estes participantes ativos, “cada um com seu patrono à maneira da Academia Brasileira de Letras”². O Grêmio contou com sócios honoráveis

¹Utilizaremos o termo radical, como Michael Löwy utiliza em sua obra: *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários – A Evolução Política de Lukács (1909-1929)*, no que ele utiliza o adjetivo radical para expressar a posição dos intelectuais que pretendem no mínimo questionar veementemente o capitalismo, em suas palavras: “O intelectual “radicalizado” é aquele que vê no capitalismo a causa profunda do “mal da civilização”, e que por isso deseja aboli-lo.” (Löwy, M. 1979 p. 4)

² A Academia Brasileira de Letras durante as três primeiras décadas do século XX, foi uma das instituições culturais mais prestigiadas, e “lugar de fala” da intelectualidade brasileira. Temos que ressaltar que nesta época, a ABL ainda estava nos tempos áureos de sua existência, coisa que já não acontece atualmente.

como Luís da Câmara Cascudo, Elói de Souza, dentre outros autores regionais de renome. Possuiu também um jornal literário de nome “O Potiguar” sob a direção de Clóvis Moura, no qual publicou seu primeiro de muitos artigos sobre o Brasil, este com o tema Inconfidência Mineira.

Quando Clóvis Moura e seu irmão se mudaram para Salvador em 1942, finda-se o Grêmio, muito conhecido pelos debates e publicações literárias. Na Bahia, Clóvis gradua-se em Humanidades - Ciências Sociais, e ingressa na carreira jornalística, onde trabalha no jornal “O Momento”, diário do PCB. Seu contato com o PCB, foi também a oportunidade para aprofundar-se na teoria marxista, marxiana e pecebista da III e IV Internacionais, e pelos idos de 1945 torna-se militante.

Em 1947 elege-se deputado estadual pelo Partido Comunista, mas tem sua candidatura cassada pelo Tribunal Eleitoral, que de acordo com nosso autor, foi devido a uma armação política, proveniente dos partidos de ocasião, em torno de um comício no qual estava em Juazeiro, no dia 1º de maio. Entretanto, sabemos que houve em 1947 mais um dos cancelamentos do registro do Partido Comunista, partido pelo qual Clóvis Moura se elegera.³

Por conta desse acontecimento político, Moura se transfere para São Paulo em 1949, e começa a atuar na Frente Cultural do PCB, organismo que reunia Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Artur Neves, dentre outros intelectuais. Além de militar no Partido Comunista, Moura profissionalmente atua como jornalista, trabalhando para Samuel Wainer e posteriormente para Assis Chateaubriand nos Diários Associados. Concomitante a sua atividade profissional, Clóvis pesquisava sobre a rebeldia negra, a luta de classes no período colonial, tendo como foco o importante e ativo papel do negro na formação da nação, não só do ponto de vista culturalista muito abordado no momento, mas e principalmente social, se desdobrando para os planos político e econômico. Em 1959 publica seu primeiro e marcante livro: *Rebeliões da Senzala*.

Foi com esse pioneiro livro, revisionista da escravidão, bem como da história social do negro, que Clóvis Moura inseri-se no cenário intelectual brasileiro, sendo que as luzes da ribalta nacional nunca [ou talvez tardiamente] voltaram seu foco para ele. Digo nacional, pois seu trabalho é apresentado como um dos livros necessários para se pensar a escravidão nas Américas, muito bem acolhido nos Estados Unidos e na China. A questão que se coloca é, por que o autor foi preterido da discussão acadêmica, principalmente logo após sua “inserção”, como mais um pensador da escravidão e da história do negro no país. Talvez a resposta a este questionamento esteja na própria leitura feita por Moura da história social brasileira, que com grande acuidade e criticidade verificou que para a construção desta sociedade cobra-se um alto custo dos setores subalternos, em especial dos negros. Leitura esta incômoda para as classes dominantes.

O fato é que seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala*, foi eufemisticamente pouco acolhido pelos intelectuais⁴ brasileiros, pertencentes ou não ao Partido Comunista, que resistiram a sua tese.

³ Não só Clóvis Moura foi cassado como deputado estadual, igualmente Caio Prado Júnior, também neste ano, e com o mesmo cargo foi cassado devido a cancelamento do registro do Partido Comunista.

⁴ Utilizaremos da acepção baseada em Gramsci, elaborada por Décio Saes do que seja um intelectual. De acordo com Saes, os intelectuais seriam “aqueles homens que dedicam se esforço cerebral ao conhecimento do mundo social, de sua história

Talvez por suas acepções estarem em desajuste com o stalinismo⁵ pregado pelo PCB. A ligação de Moura com o PCB nunca foi de aceitação das teorias divulgadas pela Internacional Comunista, daí sua aproximação das análises de Caio Prado⁶ de Brasil, que assim como este autor, também vem utilizar o marxismo apenas como instrumento para diagnosticar e taquigrafar as realidades contraditórias das diversas fases históricas do país, só que levando em consideração a questão racial. E, por conta de sua posição, digamos radical dentro do “Partidão”, desde logo, proveniente de suas interpretações, consideradas verdadeiras aberrações por seus companheiros de partido, Moura começa a ser isolado ou “desqualificado” dentro da verdadeira e profícua bandeira de luta do PCB - a luta de classes, que a época, para os partidários do comunismo, nada tinha a ver com questão racial.⁷ Segundo Moura, os PCs brasileiros, bem como os latino-americanos tinham [e de certo modo ainda tem] dificuldades em entender a questão “raça”/classe que envolve a problemática do afro-descendente brasileiro, bem como do afro-descendente latino-americano. (Moura, C. 1994)

Outra análise sobre os intelectuais e os partidos de esquerda nos proporcionou Marco Aurélio Garcia, que coloca uma distinção entre o “intelectual de partido” e o intelectual “simpatizante”. Para Garcia o “intelectual de partido” é aquele que segue a risca a disciplina imposta pelos ditames internacionalizantes vindos do Partido Comunista Russo, já o “simpatizante” não tende ao mesmo rigor. Ainda em sua análise, entende também que a separação entre “intelectual de partido” e “simpatizante”, pode ser arbitrária, pois amiúde os dois conceitos se fundem e se confundem. Garcia nos apresenta exemplos da forma “simpatizante” de intelectual de esquerda:

“Pablo Neruda, por exemplo, morreu militante e dirigente do PC chileno e Jorge Amado chegou a ser deputado do Partido Comunista Brasileiro, mas seus perfis se ajustam mais aos de ‘simpatizantes’ do que propriamente aos de ‘intelectuais de partido’. No caso de Amado, a crise do movimento comunista dos anos 50, que provocaria tamanhos desgastes em suas fileiras e entre os ‘simpatizantes’, acabou por afastá-lo do PCB. (...) Caio Prado Júnior, que também foi deputado do PCB, a despeito de ter produzido uma das mais significativas obras sobre a realidade econômica, social e política do Brasil, sempre foi um marginal no interior do PCB, na medida em que sua produção historiográfica contraditava fundamentalmente o modelo de interpretação vigente no PC sobre o caráter da sociedade brasileira.” (Garcia, M.A.1984 in Soares, M.S.A.(org.)1985 p. 98)

O interessante é percebermos que o “intelectual de partido”, possui na acepção de Garcia, um sentido muito estrito, se referindo sempre a um intelectual acadêmico, desconsiderando o intelectual

e das relações de cada homem com este mundo. Podem, portanto, apresentar-se como intelectuais – e serem aceitos como tais – os membros de categorias profissionais como a dos filósofos, dos economistas, dos cientistas sociais, dos historiadores, dos geógrafos (quando praticam a geografia humana), e, inclusive, a dos juristas (na medida em que estes se distinguem dos técnicos ou ‘práticos’ do direito: os advogados).” (Saes, D. 1984 in Soares, M.S.A. (org.)1985 p. 178)

⁵ Segundo Löwy, “Em sua forma mais coerente e rigorosa, o stalinismo implica a obediência acrítica e incondicional a todas as tendências e manobras da direção soviética e de seus instrumentos internacionais (Comintern, Cominform, etc.)” (Löwy, M. 1979 p. 230)

⁶ Podemos dizer que a análise Mouriana foi grandemente influenciada pela interpretação marxista caiopradiana.

⁷ Não trataremos das proposições do pensamento marxista e sua influência na intelectualidade brasileira, nem tampouco de sua história no país, e sim abordaremos alguns aspectos da evolução do pensamento marxista como pano de fundo dentro da obra de Moura. Pois o autor bebe da fonte marxista para taquigrafar o Brasil, tendo como principal enfoque a realidade brasileira, e como ferramenta de análise a teoria marxiana.

“radical”. Utilizando da inteligência de Garcia, Clóvis Moura seguramente se enquadraria na ala dos intelectuais “simpatizantes”, que igualmente a Pablo Neruda, Jorge Amado e Caio Prado, não seguia disciplinarmente aos ditames do Partido Comunista. Com isso podemos igualmente explicar a marginalização de Moura no interior do Partido. Garcia expõe que os intelectuais que pretenderam assumir seu pensar individual, acabaram por sofrer de uma marginalidade que o “espírito de partido” carrega. Segundo Garcia:

“As relações intelectuais/partido aparecem também subsumidas na fórmula “o partido como intelectual coletivo”, com o que se pretende sublinhar o caráter “social” da elaboração teórica e minimizar as intervenções individuais. Sem subestimar a importância desta proposta metodológica, é importante assinalar que ela tem ocultado, na maioria dos casos, um processo monocórdico de reflexão, onde as dissonâncias teóricas são estigmatizadas como verdadeiras heresias ou, simplesmente, confinadas a posições onde não têm repercussão. Trata-se da aplicação dos princípios do “centralismo democrático” à atividade intelectual.” (Garcia, M.A. 1984 in Soares, M.S.A.(org.) 1985 p. 99)

Ou esta “exclusão” seria proveniente da própria cultura dominante brasileira que se incumbiu de deixar de lado esses intelectuais radicais, neste caso Clóvis Moura, com medo é claro, da repercussão de seu pensamento radical?

Esbarramos também em outra questão, a do intelectual inserido na universidade e daquele autônomo. Mas não é só a condição de estar ou não no meio acadêmico, essa situação carrega consigo a ilação de uma ideologia particular, que no caso de Moura, é a de não estar à venda (quer dizer, a serviço do capital), de poder ter uma desvinculada e mais ampla liberdade de expressão, sem se preocupar em agradar esse e desagradar aquele, portanto, de possuir integridade, no significado mais amplo desta palavra. Logo, de postar-se na contramão do capitalismo e de suas estruturas, no caso a academia. O problema, com relação a postura de Moura, é a de estar buscando conhecer a realidade e a partir dela produzir conhecimento através dos questionamentos feitos, sem se preocupar com carreira, política ou militância⁸. A questão aqui não é desmerecer os verdadeiros intelectuais acadêmicos, mas sim sublevar a modéstia e a coragem que possui o intelectual Clóvis Moura, que prega e vive o que realmente deveria ser a figura do intelectual, que é em nosso entendimento, o de exercer diariamente o papel da rebeldia, sendo um criador e procriador do desassossego e da dúvida, tomando partido do progresso das minorias, que no seu caso, são os negros na sua luta contra o racismo, logo, contra o capitalismo. O autor não se preocupou em

⁸ Inserimos a militância nessa nossa abordagem, pois Moura assim que amadureceu podemos dizer intelectualmente, como ele mesmo revela, conseguiu verificar a incongruência entre livre pensador e militante, ou seja, o verdadeiro intelectual em sua concepção e para evitar possíveis bifurcações de seu pensamento e conduta não deve se militar a nenhum partido. Só que esse patamar de interpretação, logo só pode ser alcançado pela vivência e pela militância. Moura entende que é possível ser crítico e de “esquerda” sem pertencer a um determinado partido, e ele prefere assim. Desde a década de 80 se desvinculou da militância, passando a contribuir intelectualmente para uma ou outra causa e proposta, mas sem levantar nenhuma bandeira partidária e sim levantando a bandeira dos excluídos do sistema, principalmente negros e não-brancos. Mas não podemos esquecer de observarmos aqui que outros intelectuais conseguiram militar e continuar sendo ótimos intelectuais, como foi o caso de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes.

carreirismo acadêmico⁹, mas sim em contribuir com uma interpretação no mínimo, autêntica da realidade brasileira, e acima de tudo em bases dinâmico-rebeldes, isto é, com uma postura crítica e, desde logo, uma proposta radical de mudança da sociedade. Portanto, podemos aplicar o conceito de “intelectual¹⁰ revolucionário” à Clóvis Moura, com todo o peso e o significado que este conceito possui e agrega. Konder analisando o papel do intelectual nos escreve: *“O artista, o escritor, o intelectual não devem “servir aos donos da vida”. (...) Devem, no entanto, preservar sua autonomia individual.”* (Konder, L. 1991 p. 48)

Ainda utilizando as acepções de Konder, podemos adotá-las para averiguar a contribuição de Clóvis Moura e seus estudos para o revisionismo da história do negro no país:

“A concepção da história como um processo no qual a dilaceração da comunidade humana, a divisão social do trabalho, a competição em torno da propriedade privada, a exploração e a opressão impedem os seres humanos de aproveitarem a crescente dominação das forças naturais para se tornarem mais livres é uma concepção que cobra daquele que a adota uma reflexão mais crítica a respeito dos caminhos que os homens têm percorrido e uma disposição mais resoluta no sentido de superar o peso morto do passado e forjar uma história nova, diferente, melhor.” (Konder, L. 1991 p. 131)

E daí podemos pensar no grande incômodo que para muitos caracterizou as proposições de Clóvis Moura. Neste ínterim ressaltamos o pano de fundo histórico da cultura brasileira na qual inseriu-se Moura. Buscamos em Carlos Guilherme Mota¹¹ a periodização para nós mais cabida aos estudos de Moura, que se inserem na “Era de ampliação e revisão reformista” que Mota data de 1957 a 1964. Esse momento se caracteriza pelo revisionismo nos estudos sociais, principalmente em leituras histórico-sociológicas que podemos inserir o revisionismo da história e historiografia no país, e um dos temas desta grande releitura, foi a revisão da história do negro. É um momento fecundo nas ciências sociais no país, pois a escola de Florestan Fernandes dá os primeiros, de muitos frutos. E não podemos deixar de mencionar para o fértil momento, a contribuição profícua da política desenvolvimentista que atingiu também a vida cultural e universitária do país.¹²

⁹ Sua postura, nos parece compreensiva no caso da questão que se coloca do poder exercido pela academia sobre pseudo-intelectuais, mais preocupados com a carreira e com os pontinhos atribuídos a participação em congressos e encontros, em que muitos desses “intelectuais” apresentam o mesmo artigo, muitas vezes só modificando o título.

¹⁰ Löwy analisa de forma bastante fecunda o que seria a categoria de intelectual, e teorizando nos escreve: “Que é um intelectual? Trata-se sem dúvida de um ser bizarro e difícil de classificar. A primeira evidência é que o intelectual pode ser recrutado em todas as classes e camadas da sociedade: pode ser aristocrata (Tolstoi), industrial (Owen), professor (Hegel) ou artesão (Proudhon). Em outros termos: os intelectuais não são uma classe, mas uma categoria social; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais.” (Löwy, M. 1979 p. 1) Portanto, não estão excluídos do sistema capitalista, por mais radicais que se apresentem.

¹¹ Ver: Ideologia da Cultura Brasileira: 1933 – 1974, pp. 17 – 51, 1994, Editora Ática, São Paulo – SP

¹² De acordo com Madeira e Veloso foram as décadas de 40 e 50 que as ciências sociais começaram a se institucionalizar, rompendo com a tradição “ensaística” dos anos de 20 e 30. Duas instituições de ensino se destacaram: a USP – Universidade de São Paulo e o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, desde logo com posicionamentos distintos. Segundo as autoras, “a USP adota critérios que afirmam a autonomia da pesquisa acadêmica e da universidade diante de outras instâncias de poder, buscando pôr em prática um ethos e os procedimentos científicos internacionalmente válidos. Surge, nessa instituição, um grupo de pesquisadores, liderados por Florestan Fernandes, que garante a continuidade dos

De acordo com a inteligência de Guilherme Mota, esse momento é um momento em que os estudos históricos se unem aos estudos sociológicos e políticos. Observa Mota:

“A temática central dessas produções [da produção intelectual dessa fase] está ligada ao estudo das mudanças sociais e políticas no Brasil, em perspectiva histórica. Muitos autores foram diretamente ao cerne do processo histórico, procurando estudar a fisionomia própria (ou não) dos modos de produção no Brasil, e suas manifestações nas diversas instâncias da realidade, não descuidando totalmente da inserção do Brasil na economia mundial. A perspectiva geral era antiimperialista, mas o estudo cuidadoso da temática da dependência ainda não se impusera.” (Mota, C.G. 1994 p.41)

E também acontece nessa fase a institucionalização dos quadros intelectuais. Ainda utilizando das análises de Mota, concordamos com sua aceção de que: *“A tradição radical [de intelectuais] – que se opõe à tradição afortunada – não se constitui em setor dominante, mas em fração diminuta da intelectualidade.”* (*ibidem*, p.51) Então, mesmo em momentos de transição a locomoção dos intelectuais, ou seja, do mundo da cultura, é lenta com relação a maior velocidade da esfera da produção, logo, os momentos de crise não foram suficientes para acelerar uma maior transformação na esfera dos intelectuais vinculados ao sistema. O que ocorreu foi que os intelectuais tradicionais tornaram-se “intelectuais orgânicos”¹³ de uma determinada classe social, neste caso muitos da classe dominante.

O poder da academia também se verifica nas citações, foi o que verificamos em muitas obras de inúmeros intelectuais brasileiros que não citam Clóvis Moura, principalmente nas décadas revisionistas de 70 e 80. Podemos cogitar que talvez não tinham realmente o conhecimento de sua análise, mas não podemos descartar a possibilidade de não citá-lo porque este autor não fazia parte do seletivo grupo dos intelectuais vinculados a academia. Interpretamos essa preterição como sendo uma questão de poder, ou seja, Moura é um intelectual autônomo, isto é, sem poder, então, cita-se um autor ou não como forma de fazer política. Logo, muitos pseudo-intelectuais por pura demagogia citam as obras de autores vinculados a determinados grupos e a instituições de pesquisa, por suposto, recheados de poder, com outra intenção dista de contribuir para a compreensão das esferas da vida, das estruturas e relações sociais da sociedade, para poder de alguma forma buscar sua modificação e transformação em prol da construção da verdadeira democracia, e da nação.

estudos sobre o modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.” (Veloso, M. e Madeira, A.1999 p.180) O ISEB, vinculado à estrutura do Ministério da Educação, por sua vez reúne um grupo de cientistas sociais, dentre eles: Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, que se propõem a elaborar um modelo de desenvolvimento para a sociedade brasileira. “Formulam também um tipo de ideal desenvolvimentista, entendido como possibilidade de inserção autônoma do país no sistema capitalista internacional. O grupo participa da elaboração do “plano de metas” do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), responsável pelo surto modernizador do período.” (*ibidem* p. 181) Ver mais sobre o assunto em Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*, 1990, Editora Ática, São Paulo –SP

¹³ Essa análise nos remete a Gramsci e seu conceito de “intelectual orgânico”, que se caracteriza justamente por intelectuais provenientes de um determinado grupo, e que passam a ser porta voz desta ou daquela organização social. Este conceito gramsciano cabe muito bem para caracterizarmos o intelectual Clóvis Moura, por suposto “intelectual orgânico” de alguns movimentos negros, que trataremos adiante. Ver: Gramsci, A., *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, pp. 3 – 23, 1978, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ

Estamos pisando em terreno minado, pois caímos na velha discussão da parcialidade ou imparcialidade das ciências sociais, e conseqüentemente do intelectual, o que não é nossa pretensão fazer, mas aproveitamos para lançarmos mão da intelecção de Michael Löwy, na qual concordamos:

“Entretanto, contrariamente ao que permite deduzir Mannheim, que tende a absolutizar esta autonomia, não há intelligentsia verdadeiramente “neutra” e acima das classes. A flutuação dos intelectuais, como aquela dos balões de ar quente na noite de São João, é um estado provisório: eles terminam, geralmente, cedendo à lei da gravidade, sendo atraídos por uma das grandes classes sociais de luta (burguesia, proletariado, às vezes campesinato).” (Löwy, M. 1979 p. 2)

No caso de Moura o seu *balão* caiu na classe proletária e excluída, que é a da maioria dos negros brasileiros. Deparamos aqui com o seguinte questionamento, por que essa exclusão. E é em cima dessa desigualdade entre negros e brancos gritante no Brasil, que Moura parte para teorizar o preconceito racial, e o grande e importante outrora papel dos negros na transformação da estrutura brasileira pretérita, bem como de seu caráter relevante para que haja as vindouras e futuras transformações.

Moura incorre no viés hegeliano de marxismo, conjetura o passado permeável à razão, e assim apropria-se do fato histórico consubstanciado para entender o processo de construção nacional. E a nação apresenta-se como uma etapa necessária na ultrapassagem das relações capitalistas de produção. Logo, nosso autor explica a realidade social brasileira a partir de bases materiais e de relações de classe, bem aos modos marxianos, mas deixando bem claro que apenas utiliza o marxismo como ferramenta para se pensar o Brasil, e não o seu contrário, o de encaixar o país num modelo engessado de marxismo. Daí sua proximidade com as análises de Caio Prado Júnior.

Moura questiona a sociologia acadêmica em sua obra: *A Sociologia posta em questão*, escrita em 1971, publicada no Brasil em 1978. É interessante analisarmos suas colocações nesse trabalho para podermos entender sua postura intelectual. Moura divide as ciências sociais, enfocando principalmente a sociologia em duas categorias: a sociologia acadêmica e a sociologia dinâmico/radical da praxis. A sociologia acadêmica é aquela estreitamente vinculada às classes dominantes e divulgadora de sua ideologia. No entender do autor, é aquela que apresenta soluções parciais para diversos tipos de conflitos, procurando bloquear soluções mais radicais. Ainda para Moura, em sua generalização sobre a sociologia acadêmica, ele deslinda que esta não contempla a dinâmica da sociedade e não contém a crítica radical ao sistema capitalista. Não pode conter essa radicalidade por que, nos explica Moura:

“(...) a sociologia acadêmica pode, no máximo, em determinados momentos, ser uma ideologia crítica de alguns segmentos, das classes dominantes, porém nunca uma ciência que esteja em consonância com o ritmo do dinamismo emergente da sociedade. É sempre um elemento estruturalmente limitado porque não acompanha as contradições que se manifestam em conseqüência

do próprio desenvolvimento do seu objeto de estudo. Em outras palavras: a sociologia acadêmica, em determinados momentos, pode, quando muito, refletir apenas uma consciência crítica, reformista, mas nunca uma consciência revolucionária.” (Moura, C. 1978 pp. 11-12)

Clóvis Moura compreende a sociologia acadêmica engessada pela estrutura estruturante, por assim dizer, do sistema capitalista, e desde logo, sem a radicalidade, dinamicidade e plasticidade que a sociologia dinâmico/radical ou sociologia da praxis revolucionária, entendida pelo autor como sendo a verdadeira sociologia, possui. E, justamente fica a cargo dessa sociologia dinâmico/radical uma proposta real de mudança social, bem como de uma nova estruturação das ciências sociais. Escreve Moura:

“A sociologia acadêmica reflete, interpreta e justifica, assim, na sua estrutura conceptual e na sua aplicação prática, a inércia social e o conservadorismo político nas suas diversas conotações. Desta forma há necessidade, nesta constelação de teorias que configura a decomposição do pensamento social e das ciências sociais acadêmicas, de uma reformulação radical dessas categorias.(...) Na sociedade capitalista – especialmente na sua etapa atual – qualquer tipo de reformismo é, portanto, uma forma refinada de impedir a revolução social. Daí o gradualismo da Sociologia acadêmica funcionar como força de retrocesso ou estagnação social. Sua vinculação com a ordem estabelecida impede-a de colocar-se ao lado daquelas forças, grupos ou instituições que são a expressão da necessidade de projeção de uma nova sociedade. Nasce, então, toda uma sistemática justificatória do que existe e condenatória do vir a ser que passa a ser considerada utopia ou pensamento quiliástico.” (Moura, C. 1978 pp. 116-117)

Por essas análises sobre as ciências sociais institucionalizadas ou acadêmicas, tecidas por nosso autor, podemos compreender a posição tomada pelo intelectual Clóvis Moura, que dentro do que entende por ser intelectual, fez e faz jus ao seu papel ou missão de intelectual pois, não só trabalhou teoricamente, mas principalmente pôs em prática suas intelecções.

E, para Moura, a intrínseca ligação entre a academia e a classe dominante da sociedade capitalista pode ser facilmente detectada pelos fomentos destinados a tal ou qual projeto feitos por agências mantenedoras estatais ou privadas que, por suposto, seguem a cartilha racionalista e teoricista da ideologia capitalista. Logo, colocando a academia numa posição de instituição tática subordinada e, portanto, auxiliar da manutenção da estrutura em vigor. Deslinda nosso autor que:

[A sociologia acadêmica é] “uma técnica refinada que racionaliza as suas contradições. Os institutos de pesquisas, as fundações de auxílio, todo o conjunto de instituições que beneficiam esse tipo de atividade através de compensadores financeiros, corrói a visão dinâmico/radical do cientista social, deixando-o ideologicamente desarmado para entender a irracionalidade global do sistema, pois, através de um condicionamento habilmente preparado, vai sendo alienado pelo próprio reflexo das idéias dominantes e passa a aceitar como ciência – embora isto não se manifeste num plano consciente – apenas aquelas técnicas altamente refinadas que são elaboradas nos círculos universitários.” (Moura, C. 1978 p. 12)

Neste pequeno trecho escrito por Moura, nos parece que ele mesmo se questionou sobre a sua “exclusão” do debate intelectual no meio acadêmico, talvez por apresentar uma posição dista da praticada nesse meio. Nessa análise nos dá a impressão que o intelectual para ser reconhecido por seus pares, deve ser moldado de uma mesma forma, com um mesmo molde, ou seja, dentro de determinados padrões. Caso essa modelagem ou padrão não seja seguido à risca, logo, como numa linha de montagem, o produto em deformidade é descartado e ou inutilizado. Cabe aí o seguinte questionamento: podemos entender que no mundo capitalista só é reconhecido como intelectual aquele que aceita a institucionalização das ciências sociais, fazendo parte dela em algum momento?¹⁴ Parte desta questão pode ser respondida com a aceção de Octávio Ianni sobre o capitalismo salientando que:

“A produção intelectual, em sentido lato, é a base da cultura capitalista, tanto material como espiritual. Isto significa que a produção intelectual compreende, por exemplo, tanto a economia política clássica como os princípios de construção e funcionamento da máquina a vapor.” (Ianni, O. 1974 p. 13)

Logo, o capitalismo corrói todas as esferas da vida e sendo assim infecta também a esfera intelectual e, portanto, apresenta-se bastante difícil digressionar-se de sua abrangência, e neste viés, observa-nos Giannotti que a esfera intelectual está atrelada a lógica capitalista:

“O autor escreve um valor-de-uso, cujo direito de reprodução cede ao editor; este o reproduz em milhares de exemplares com o fito preciso de auferir lucros, uma parte dos quais cede ao escritor. Sob esse aspecto, cientista e autor surgem como uma espécie de latifundiário ou de usurário transferindo ao capitalista industrial o direito de explorar um monopólio.” (Giannotti, J.A. 1977pp.24-25)

Entendemos que devido sua postura radical contra o capitalismo, Clóvis Moura adotou a posição de intelectual radical, ou seja, minimamente ligado ao sistema. Digo minimamente, pois por mais radical que um intelectual se apresente, não está fora do sistema. Sem mencionar a esfera da vida cotidiana, nosso autor publica livros, e é claro, já obteve em algum momento um retorno financeiro, mesmo ínfimo, proveniente de seu trabalho intelectual.¹⁵

Ainda analisando a questão do intelectual, podemos dizer que Moura põe em questão o assim denominado por Bourdieu, “campo intelectual”. Entendemos que para Clóvis Moura, o campo intelectual do qual nos fala Bourdieu é o que podemos denominar de campo intelectual-acadêmico, e não do campo intelectual como um todo. Bourdieu deslinda em seu conceito de campo intelectual que este se caracteriza *“em interesses específicos, não somente em Paris mas também em Moscou, cargos acadêmicos ou contratos editoriais, resenhas ou cargos universitários, e também sinais de reconhecimento e gratificações freqüentemente imperceptíveis para quem não pertence ao universo em questão, mas através das quais ocorrem todos os tipos de pressões e censura sutis.”* (Bourdieu,

¹⁴ O intelectual para ser reconhecido pelos seus pares, necessita de uma certa moderação no pensamento, isto é, precisa ser menos radical e não pretender a mudança da atual estrutura capitalista da sociedade para ser imediatamente reconhecido?

¹⁵ Devemos ressaltar que Clóvis Moura doou exemplares, não vendidos pela editora e que iriam ser incinerados, de sua obra Sociologia do Negro Brasileiro, para o MST – Movimento dos Sem-Terra.

P. 1983 p. 56) Podemos entender de acordo com a compreensão de Bourdieu de campo intelectual, que seu conceito é amalgamado e generalizante, não cabendo nele a ala dos intelectuais radicais, desvinculados de instituições de ensino e pouco seduzidos pela fama ou reconhecimento de sua genialidade intelectual. Podemos concordar com o conceito de campo intelectual somente em dois aspectos, quando Bourdieu ressalta as percepções dadas aos indivíduos que estão inseridos neste campo, que mesmo os intelectuais radicais sabem entender e decodificar os códigos daí provenientes, e pela questão dos jogos de poder e sua vinculação com o campo político. Devemos então levar em conta essa particularidade no que diz respeito ao campo intelectual como um todo, mas sempre considerando as diferenças entre intelectuais acadêmicos e radicais, que, por suposto comungam de distintos interesses, quer em Paris, Moscou ou outra parte do mundo.

Clóvis Moura está claramente preocupado com a transformação social, com isso norteia sua postura intelectual entendendo que o intelectual independente possui maiores e mais concretas possibilidades de fomentar a mudança da sociedade, pois não está preso a nenhum tentáculo deste sistema. Em sua ilação expõe que *“o sociólogo profissional usa de um conjunto de técnicas para servir à estrutura; não é um cientista independente que procura uma praxis para transformá-la.”* (Moura, C. 1978 p. 28)

Moura não se aliando ao Estado¹⁶, (entendido por ele como expressão das elites) muito pelo contrário, questionando-o diletantemente, juntamente com suas instituições, que para ele, se mostravam coniventes com o capitalismo, logo, guiou-se por uma atitude vinculada a uma proposta extremamente radical de mudança. Essa postura de Moura, foi entendida por muitos como sendo anti-científica, devido a não ser adepto a concessões e rearranjos políticos e sociais. Postura essa que talvez contribuiu para por mais este viés, tentarmos explicar a marginalidade de suas análises dentro da academia.¹⁷

Moura deslinda que a sociologia acadêmica está imanentemente contaminada pelo capitalismo, daí sua crítica a essa sociologia. E evidentemente sua adesão a uma sociologia antagônica a acadêmica, que ele denomina de uma sociologia revolucionária dinâmico/radical da praxis.

“Ocorre que a sociologia acadêmica também está inserida no conjunto da produção intelectual que acompanha a reprodução e a transformação das relações capitalísticas de produção no país.” (Moura, C. 1994 pp. 80 - 81)

¹⁶ Na concisa aceção de Florestan Fernandes, “O Estado é uma realidade histórica. Ele não existe e tampouco se transforma em si e por si. A primeira denúncia a ser feita contra um Estado que espolia os cidadãos de seus direitos, a Nação de seu caráter de comunidade nacional, e que só se realiza em favor do crescimento do privilégio e dos privilegiados, consiste em ressaltar que ele é usado socialmente contra a coletividade.” (Fernandes, F. 1985 in Bosi, A. 1992 p.221)

¹⁷ Lembramos aqui do conceito Foucaultiano de “formação discursiva”, que nos permite analisar como surgem os discursos, e desde logo o peso relativo de cada discurso em determinada época histórica. Podemos sumariar que os discursos são representações, cuja vigência dependerá do poder e da influência institucional que irá sustentá-la. Logo o prestígio de tal ou qual representação depende do aval favorável da instituição encarregada de conferir este poder. No caso do discurso Mouriano, não houve o aval da instituição encarregada do ordenamento e ‘controle’ dos discursos.

A década de 60, na qual apontam-se inúmeros intelectuais, dentre eles Clóvis Moura, foi uma década marcada a princípio por uma tentativa de reorganização mais democrática e justa da sociedade por parte de um setor social que, como sabemos não obteve sucesso, devido ao contra-golpe de parte das elites, concretizado na tomada do poder pelos militares e sua conseguinte ditadura. Logo, evitando o fim de alguns privilégios e a modificação da estrutura social vigente. Pelos idos de 50 e 60, com a sedimentação das faculdades e universidades e, por suposto, pela expansão dos cursos de ciências sociais e filosofia pelo país, os intelectuais transformaram-se e efetivamente tornaram-se uma corporação. Transformaram-se em atores políticos, se prostrando a favor ou contra o então regime autoritário. Neste momento ficou nítido perceber as posições dos intelectuais brasileiros, uns ligados ao então poder instituído e outros na clandestinidade, como também foi o caso de Clóvis Moura. Mas a maioria desse corpo, era composto por intelectuais acadêmicos, sob os efeitos da profissionalização e preocupados com especializações, carreira e salário. Aí que também para nosso autor está intrínseco outro problema, a fragmentação do conhecimento que leva o intelectual a uma falta de perspicácia, logo, a uma estreiteza ideológica, lógica esta imanente ao capitalismo. Moura nos deslinda que:

“O refinamento metodológico, a necessidade de corpos de especialistas em aspectos menos relevantes, cada vez mais requintados e bem remunerados, no entanto, conduz à apatia ideológica e à miopia teórica. (...) Apesar [dos intelectuais] trabalharem em equipe são cada vez mais introvertidos, virados para dentro de si mesmos, vendo em cada colega mais um concorrente na carreira universitária do que um colaborador científico.” (Moura, C. 1978 p. 27)

Quanto a questão da profissionalização do intelectual, Moura observa que, de uma certa forma o assalariamento do intelectual contribuiu para que ele juntamente com outras classes de trabalhadores pudessem conjuntamente questionar a estrutura social vigente, na busca pela real democracia e por uma renovação social. Mas, deparou-se com o fato: a classe dos intelectuais não é coesa, e muitos sucumbiram as benesses do capital e abandonaram o barco da mudança social, chegando a desqualificá-la por completo. Todavia, muitos destes intelectuais não percebem que fazem o jogo do capital. Na acepção de Moura, para realmente termos verdadeiros intelectuais é preciso buscar a concretização de uma sociedade mais justa, nos quais estes possam realmente desempenhar seu papel. (Moura, C. 1978)

Walnice Galvão em sua acepção incisiva sobre o intelectual acadêmico brasileiro nos expõe:

“(...) que, com maior ou menor boa vontade, voluntariamente ou a contragosto e mesmo com raríssimas exceções honrosas, os intelectuais brasileiros aderem à ideologia da classe dominante e procuram não enfrentar o Estado, do qual depende diretamente sua subsistência.” (Galvão, W.N. 1976 p. 41 *apud* Coutinho, C.N.2000 p.53)

Florestan Fernandes, exemplo maior de raríssima exceção de intelectual acadêmico, questiona também a especialização e a profissionalização cada vez maior dos intelectuais. Observa Florestan Fernandes:

“A especialização quase sempre é um dos requisitos da maneira pela qual se entende a profissionalização do cientista na sociedade capitalista. Ou ainda: A profissionalização responde muito mais aos requisitos de segurança econômica e de competição estreita do que às grandes ambições de trabalho.” (Fernandes, F. *apud* Pécaut. D. 1990 p. 289)

Moura também faz uma crítica a atitude de Florestan quanto sua postura de intelectual acadêmico, mas deixa claro sua admiração e respeito à este grande intelectual brasileiro, adjetivando-o por intelectual categorizado e erudito, mas que apesar de estar acertada sua análise quanto a crescente mercantilização da academia, em parte para nosso autor equivoca-se em sua postura. Pois apesar de decodificar as estratégias do sistema capitalista sob o campo intelectual, faltou-lhe a coragem para uma postura mais radical e condizente com suas proposições. Escreve Moura:

“Não vê assim o conhecido professor universitário [Florestan Fernandes] que todos esses trabalhos, realizados sob o patrocínio ou institucionalizados pela estrutura, à medida que analisam segmentos de problemas ou aspectos parciais e fragmentários de fatos ou processos da realidade social estão abrindo leques cognitivos para que os grupos e estratos dominantes dessas estruturas tenham possibilidade de ação mais efetiva naquelas áreas onde as contradições estão a exigir a substituição de formas tradicionais de liderança e controle por outras racionalizadas. Em outras palavras: aquilo que chamam formalmente de mudança social institucionalizada nada mais é do que a introdução de maneiras e técnicas diferentes e superiores de permanência dos valores tradicionais da estrutura.” (Moura, C. 1978 p. 70)

Por outro lado, Carlos Néelson Coutinho, entende que, o maior intelectual brasileiro – Florestan Fernandes, não deixou nada que possa macular sua postura moral, tanto como cidadão quanto como intelectual. Sendo um legítimo exemplo de verdadeiro intelectual radical e acima de tudo de cidadão. Testemunha Coutinho:

“(...)Florestan não contribuiu apenas com suas brilhantes reflexões teóricas, mas também com o seu extraordinário exemplo moral. O radicalismo com que ele empreendeu sua atividade intelectual e política, sobretudo na última fase de sua vida, é uma lição que nós, intelectuais marxistas (mas não só marxistas), não podemos e não devemos esquecer. Contra os trãsfugas e capitulacionistas, contra os que optaram pela falsa “democracia de cooptação”, o exemplo de Florestan Fernandes nos recorda que o lugar dos intelectuais dignos desse nome é ao lado das classes subalternas, na difícil mas cada vez mais necessária luta pela revolução democrática e socialista.” (Coutinho, C.N. 2000 p. 265)

A questão que se coloca é que tanto Florestan Fernandes, quanto Clóvis Moura fazem parte da categoria intelectuais marxistas, sendo que nosso autor contempla uma posição, podemos dizer, totalmente radical para se chegar ao socialismo, a começar pela sua postura intelectual, diferentemente de Florestan, que também buscava o mesmo propósito que Moura, mas por um outro caminho, talvez com uma maior dose de realidade.

É no mínimo interessante uma das ilações a que chega Pécaut, sobre o “mundo” dos intelectuais, que estes “formam um mundo heteróclito” (Pécault, D. 1990) ou seja, um mundo

extravagante. Não concordamos com essa acepção de Pécaut, pois entendemos que o “campo intelectual” é assim como outros campos específicos, pululados de linguagens e códigos só reconhecidos e decifráveis pelos seus componentes. Mas esta característica não permite dizermos que o mundo dos intelectuais é um singular, pelo contrário é o mesmo mundo. E este por sua vez está inserido numa sociedade, logo, os intelectuais são cidadãos como os outros cidadãos, mas com uma significativa particularidade, a de questionar o que está dado, o que está no lugar. E, o legítimo intelectual tem a função de colocar as “idéias fora do lugar”, tirá-las da “ordem”, e não só as idéias, mas essencialmente as atitudes, a começar pela sua no fomento de uma revolução verdadeiramente democrática que transforme a sociedade.

“(...) a revolução era [e é] justamente a transformação do povo em nação de um lado e, de outro, a fusão do político com o social.” (Pécaut, D. 1990 p.149)

Nos revela Carlos Néelson Coutinho em uma de suas profícuas ilações, que com a democratização da sociedade e por conseguinte da cultura, logo, e em decorrência, ocorrerá uma transformação dos intelectuais, proporcionando soerguer e consolidar um legítimo relacionamento entre uma real nação e um autêntico intelectual, ou seja, *“um relacionamento de mão-dupla”*. (Coutinho, C.N. 2000)

Clóvis Moura seguiu a risca sua premissa de que o intelectual deve ser solidário as minorias, aos subjugados, aos oprimidos, aos discriminados, quando em seu trabalho intelectual buscou enaltecer a importante participação do negro na constituição da sociedade brasileira, este discriminado, preterido, etc., e sua luta ofuscada, principalmente no que tange a incansável batalha para pôr fim a escravidão. Se colocou também como um dos porta-vozes dos negros em sua luta de séculos por uma verdadeira cidadania social e política, quando questiona o modelo atual de globalização, o capitalismo dependente brasileiro, o conceito de “democracia social”¹⁸ e a historiografia “oficial” que ofuscou e digressionou a importante participação negra na construção do Brasil.

Schwartz, em fins da década de 1980 no alerta sobre a incipiente história da resistência negra no país:

“Na verdade, enquanto houve escravidão no Brasil, os escravos se revoltaram e marcaram sua revolta em protestos veementes, cuja iteração não encontra paralelo na história de qualquer outro país do Novo Mundo. Essas revoltas dos explorados ainda não adquiriram no Brasil aquilo que Lucien Febvre denominou lapidariamente de “direito à história”. Não apenas são mal conhecidas – em geral sequer se faz idéia da sua freqüência e intensidade – senão que tratadas como episódios marginais do processo histórico brasileiro. Todavia, em que pese suas limitações e particularmente sua incapacidade para derrubar o sistema escravista, constituem o próprio tecido da luta de classes naquele período da história brasileira. Nem por haverem fracassado, deixaram de condicionar o

¹⁸ Moura contribuiu para retirar o véu da existência no país de uma democracia racial, enfocando que o capitalismo e a democracia são por essência contraditórios.

*processo histórico em quase todos os seus aspectos mais importantes.*¹⁹
(Schwartz, S. 2001 p.29)

E exalta que o trabalho sociológico-historiográfico mais interpretativo da rebelião negra²⁰, foram os de Clóvis Moura, dentre aqueles feitos pelos revisionistas da história do negro no Brasil. Escreve Schwartz:

“O interesse pela resistência escrava aumentou muito nas duas últimas décadas.[70 e 80] Isso aconteceu, em parte devido à conscientização cada vez maior da desigualdade racial no Brasil, a uma pesquisa autocrítica de exemplo e tradição historiográficas feita pelos intelectuais revisionistas e afro-brasileiros e a um clima histórico geral no qual cresce o interesse pelos atos dos escravos. (...) Mais interpretativos são os trabalhos de Clóvis Moura, que se concentram nas comunidades de escravos fugitivos (quilombos) e nas rebeliões.” (Schwartz, S. 2001 pp.39 – 40)

De acordo com nosso conhecimento sobre o revisionismo sobre os atos dos escravos, Clóvis Moura é o pioneiro a questionar a historiografia dada e a reescrever sua história e sua participação na história social do país. Para Lília Moritz Schwarcz, a interpretação de Clóvis Moura é a primeira de uma série de outras que surgiriam posteriormente, principalmente das décadas de 60 e 70, provenientes da chamada “Escola Paulista”, com os trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes. Reconhecendo o pioneirismo de Moura, Lília Schwarcz deslinda que:

“(...) alguns procuravam mostrar os sofrimentos por que passava o negro cativo, bem como sua revolta com relação à própria condição. Clóvis Moura faz a primeira tentativa no sentido de entender os movimentos de rebelião negra.” (Schwarcz, L.M. 1987 p.20)

Também para Carlos Magno Guimarães, a inteligência Mouriana foi a pioneira nos estudos valorativos da rebeldia negra, contribuindo por sua vez para a liquidação da escravidão e, desde logo, para que houvesse a transição do trabalho compulsório para trabalho livre e assalariado. Nos relata Carlos Magno Guimarães:

“Clóvis Moura, dentro desta corrente, merece destaque por ter sido quem, pela primeira vez, afirmou a importância do estudo das várias formas de rebeldia escrava para se entender a dinâmica da sociedade escravista. É dentro desta perspectiva que vê o escravo rebelde enquanto elemento de desgaste do escravismo, contribuindo para a transição para o trabalho livre.” (Guimarães, C.M. 1988 p. 20)

Daí a importância da análise “Mouriana”, pioneira em ressaltar a história e a contribuição dos negros à nação brasileira de uma forma revisionista da sua ação como ator social ativo, elencando suas revoltas e participações em inúmeros levantes. A maior força dos estudos de Moura está em identificar a grande atuação do negro, esboçando resoluções, mas detidamente se atém a sublinhar

¹⁹ Moura não entende que a rebelião negra tenha fracassado, muito pelo contrário ela contribuiu e muito para que houvesse a liquidação da escravidão, com já vimos.

²⁰ O estudo da resistência negra tenta ligar a forma e a frequência dos atos rebeldes dos escravos a situações sociais e econômicas amplas.

o papel do negro como ator social no processo de transformação da sociedade escravista, bem como futuramente, na capitalista.

“Para transformar significativamente a sociedade, é preciso conhecê-la, é preciso conhecer a fundo os homens que a integram. O sujeito precisa se familiarizar com os problemas para poder encaminhar propostas voltadas para tentar resolvê-los.” (Konder, L. 1991 p. 57)

Moura buscou conhecer a sociedade brasileira, com o intuito de seriamente tentar desvendar os liames obscuros de sua formação, com relação ao negro. Buscou diagnosticar imperfeições pelas diversas veredas interpretativas oficiais, indicando-as e, concomitantemente pesquisando rigorosamente vias alternativas, que melhor categorizadas, pudessem verter-se em caminhos seguros na interpretação da história do negro no país.

O intelectual Clóvis Moura é com certeza, em nossa acepção, um intérprete relevante da história brasileira. E sua obra uma profícua contribuição para se pensar o Brasil.

“A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar.” (Candido, A. 2000 p. 41)

Atualmente podemos dizer que a contribuição de Clóvis Moura para se pensar sociologicamente a história da formação do país, tendo como premissa a história crítica e revisitada do negro, conseguiu atingir o zênite das respeitáveis interpretações do Brasil, ou seja, o de gerar desdobramentos através de seguidores e mesmo críticos, pois como entende Antônio Cândido:

“Como se vê, não convém separar a repercussão da obra da sua feitura, pois, sociologicamente ao menos, ela só está acabada no momento em que repercute e atua.” (Candido, A. 2000 p. 20)

Atualmente muitos sociólogos e historiadores compreendem a grandeza das proposições de Clóvis Moura. E, outros tantos não, mas não deixam de as conhecer, logo, conferindo em suas críticas a afirmação valorosa dos trabalhos de Moura, capacidade que só vultosas obras possuem. Muitos movimentos negros, tomam as acepções “Mourianas” como fundamentação teórica para nortear suas ações nas diversas lutas sociais que travam. Contudo poder estar balizando movimentos negros em prol de uma verdadeira democracia e, mesmo tardiamente serem valorizadas suas intelecções no meio acadêmico, significa o reconhecimento deste singular intelectual como mais uma das importantes figuras da inteligência brasileira.

A obra de Clóvis Moura é atuante em alguns dos muitos movimentos negros, principalmente na UNEGRO – União de Negros pela Igualdade. Ressaltamos a UNEGRO, pois é um movimento negro que busca exclusivamente em Clóvis Moura sua fundamentação teórica. Na acepção de Moura de que a sociedade e o Estado brasileiro tem no racismo um de seus pilares de edificação e formação. Portanto, se apresenta extremamente marcada pelo preconceito e pela discriminação racial, e muito longe de ser uma democracia quer seja ela racial ou social, pois, democracia e capitalismo são conceitos contraditórios. Diante deste quadro nefasto, o autor propõe uma “mudança radical” do

sistema econômico e da estrutura social. E essa transformação só se dará com uma verdadeira revolução democrático-burguesa que é a revolução socialista. Segundo depoimento de Dennis de Oliveira, membro da Coordenação Estadual, da Executiva Nacional e um de seus fundadores, colido por Calderano:

“Clóvis Moura fez uma análise que a gente acha interessante do racismo brasileiro (...) Essa idéia que o Estado brasileiro foi formado com base racista. (...) É também uma homenagem ao Clóvis Moura (...) A questão racial para Clóvis Moura não é mais um estudo. É o estudo dele. E a gente acha uma injustiça da academia com ele. Eu acho que ele deu grandes contribuições, porque ele sistematizou, ele se debruçou sobre o tema. Outros também se debruçaram, mas tem outros temas também, não foi o tema central.” (depoimento citado em Calderano, M.L.C. 2002 p. 100)

Segundo a leitura de nosso autor sobre as revoltas negras, principalmente no período colonial, o negro apresentou sua potencialidade na modificação do Estado brasileiro e criação de uma verdadeira nação. E, talvez seja a grande utopia do nosso autor a transformação radical do Brasil, encabeçada por aqueles que são duplamente oprimidos, os negros.

Essa abordagem de Moura serve como inspiração e argumento para a UNEGRO nos debates sobre a questão racial e, desde logo, social no país. Nas palavras de Dennis de Oliveira:

“Você não vai superar o racismo se for mantido esse Estado brasileiro – essa é uma discussão nossa. Essa foi a grande inovação que a UNEGRO colocou. Lógico, você vai lutar por políticas públicas de combate ao racismo, ação afirmativa... nós estamos nessa luta, sem dúvida. Agora, nós temos a convicção que sem mudar esse Estado brasileiro, essa estrutura básica, o racismo não acaba. Pode melhorar, mas não acabar com o racismo.” (depoimento citado em Calderano, M.L.C. 2002 p. 108)

Moura justamente deslindando sobre a questão racial, questiona também em sua análise a dependência econômica do país e suas conseqüências nefastas para a ocorrência da democracia em todos os sentidos. Nesse ínterim temos a análise de Löwy com relação a aspectos sócio-ético-culturais que alguns dos intelectuais, que ele denomina de revolucionários, comungam e propagam com forte teor anti-capitalista proveniente de sua origem social proletária.²¹ Nos escreve Löwy:

“Hoje [esse hoje, remete-se a década de 70, o que podemos perceber que essa ação ainda é bem comum e atual], mais do que nunca, extensas camadas de intelectuais (sobretudo jovens) entram para o movimento operário, para o marxismo, para a extrema esquerda revolucionária, em conseqüência de certas determinações sócio-econômicas e movidos por motivos ético-culturais, por uma ardente, por vezes, romântica repulsa pelo capitalismo.” (Löwy, M. 1979 p. 245)

A questão é que Moura dá crédito à revolução proletária com o intuito de modificar o modelo atual capitalista, que traz consigo a desigualdade social e, desde logo, dando ênfase as diferenças de cor da pele. Mas não de uma forma romântica, e sim madura e científica, embasado nos estudos

²¹ Não entraremos na questão de intelectuais que provenientes de uma camada mais abastada da sociedade, não se identificando com sua ideologia e seus ideais de classe, debandam para o lado oposto, o de lutar e prol dos excluídos, quer sejam eles, proletários, camponeses, sem-terra, trabalhadores informais, desempregados, etc., como foi o caso, dentre muitos outros, de Caio Prado Júnior.

que faz do pretérito e da atual realidade, crê que a Revolução acontecerá, mas não será para agora. Virá como resultado de um processo lento de deterioração da sociedade que vem se apresentando, e de uma conscientização proveniente da periferia do capital. E essa revolução, no seu entender, será comandada pela classe que é majoritariamente pobre e duplamente oprimida quer social e etnicamente, que são os negros. (Moura, C. 1994)

Como podemos perceber as acepções de Clóvis Moura, mesmo não canônicas, e repletas de dissonâncias com o pensamento historiográfico e sociológico “oficial” desde a época de sua aparição (e ainda hoje), vem paulatinamente subindo preciosos degraus no *score* das mais autênticas e fecundas interpretações do Brasil, devido ao seu viés crítico e radical de entender e analisar a história social do país.

BIBLIOGRAFIA

“Os livros não mudam o mundo. Quem muda o mundo são as pessoas. Os livros apenas mudam as pessoas.” (Paulo Leminsky)

I. De autoria de Clóvis Moura*

1.1 Artigos publicados:

1952. “No Cinquentenário de ‘Os Sertões’”. *Fundamentos*, nº 28
1954. “Euclides da Cunha e a Realidade Nacional”. *Fundamentos*, nº 38
1955. “A Situação do Brasil como Nação Soberana”. *Fundamentos*, nº 40
1955. “A Independência: Fruto de Lutas Populares”. *Notícias de Hoje* (SP), 07/09/1955
1958. “A Grande Insurreição dos escravos Baianos”. *Revista Brasiliense*, nº 16
1959. “Nota sobre o Negro no Sertão”. *Revista Brasiliense*, nº 24
1968. “Uma Abordagem Sociológica do Conceito de História”. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, nº 9
1970. “Para uma Biografia de Tiradentes”. *A Tribuna* (SC), 22/07/1970
1970. “Revoltas de Escravos em São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. CLXXXI
1973. “Sobre Sociologia do Trabalho”. *A Folha* (SC), 28/11/1973
1974. “Role du noir dans l’emancipation de l’Amerique Latine”. *Le Soleil (Arts & Lettres)*, Dakar, number 1222, s/d
1974. “Uma reunião de alto gabarito científico: Colóquio sobre Negritude e América Latina”. *A Tribuna* (SC), 17/02/1974
1974. “Da Falácia da Sociologia e da necessidade de uma anti-Sociologia”. *Jornal de Debates* (SP), 23/04/1974
1974. “O precursor do Abolicionismo: Zumbi”. *Jornal de Debates* (SP), 17/05/1974
1976. “A Tragédia Camponesa de Canudos”. *Movimento* (SP), novembro/1976
1977. “O Negro após a Abolição”. *Revista de História e Arte – Belo Horizonte* (MG), nº 10
1977. “Inconfidência Mineira: uma utopia republicana”. *Movimento* (SP), abril/1977
1977. “Um Crítico Social do século XIX”. *Jornal do Comércio* (Recife), 24/07/1977
1978. “A Emergência Ideológica do Negro Urbano”. *Capoeira* (SP), 23/08/1978
1979. “Climate of terror”. *Index*, vol. 81/number 4,s/d, London

* Não elencamos sua produção literária, como crônicas e poesias.

1979. "Os grandes racionalizadores da dominação política". *Leia Livros* (SP), nº 9, setembro de 1979
1980. "João Cândido entra na História". *Correio das Artes* (João Pessoa), 23/03/1980
1984. "Preconceito racial aumenta desemprego". *Jornal do Grande ABC*, 12/03/1984
1984. "O negro busca sua verdadeira face". *Folha de São Paulo*, 18/03/1984
1984. "O racista casamento à brasileira". *Folha de São Paulo*, 23/12/1984
1985. "O regresso à mãe África". *Folha de São Paulo*, 21/01/1985
1985. "Corrupção sustentava tráfico". *Folha de São Paulo*, 21/01/1985
1985. "O racismo na sociedade brasileira". *Tribuna Operária* (SP), 18/11/1985
1986. "Será que negro vota em negro?". *Diário do Grande ABC*, 02/02/1986
1987. "A negritude reinterpretada". *Diário do Grande ABC*, 15/03/1987
1987. "O negro urbano emergente: novos aspectos da questão racial". *D.O. – Leitura* (SP) maio de 1987
1987. "Lima Barreto e a militância literária". *Princípios* (SP), nº 2 julho/1987
1988. "Rapporti Schiavisti in Brasile um secolo dopo L'Abolizione". *Movimento Operaio e Socialista*, nº 2 Roma – IT
1988. "Trajetória da Abolição em São Paulo". *Revista do Arquivo Nacional*, (Rio de Janeiro) vol. 3 – Janeiro/Junho
1988. "Quilombagem e abolicionismo: divergências e convergências". *D.O. – Leitura* (SP) janeiro de 1988
1988. "É chegada a hora de refletir". *Diário Popular* (SP), 13/05/1988
1988. "Luta em São Paulo. Uma Luta Diferente". *Jornal da Tarde* (SP), 14/05/1988
1988. "Cem anos de Abolição do Escravismo no Brasil". *Princípios* (SP), nº15 maio/1988
1988. "Cent'anni dall'abolizione della Schiavitù in Brasile". *Revista Latinoamérica*, nº 29 Roma – IT
1989. "A réplica de... e o vento levou". *Jornal do Brasil* (RJ), 18/02/1989
1989. "Escravos na utopia republicana". *Jornal do Brasil* (RJ), 16/04/1989
1989. "Uma utopia anticolonialista". *Voz da Unidade* (SP), número especial, abril/1989
1995. "A república de palmares e o seu significado sócio-político". *Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo* – Edição especial em homenagem ao tricentenário de Zumbi dos Palmares
1995. "A dinâmica político-ideológica do racismo no novo contexto internacional" in *O Negro: Identidade e Cidadania*, QUINTAS, Fátima (org.), 1995, Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, Recife – PE

1.2 Livros:

1959. **Rebeliões da Senzala**, (1ª Edição) Edições Zumbi, São Paulo – SP; 1972 (2ª Edição - ampliada) Editora Conquista, Rio de Janeiro – RJ; 1981 (3ª Edição) Editora Ciências Humanas, São Paulo – SP; 1988 (4ª Edição) Editora Mercado Aberto, Porto Alegre – RS
1964. **Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
1976. **O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel**, Editora Resenha Universitária, São Paulo – SP
1976. **Sociologia de la Praxis**, Editora Siglo XXI, México
1977. **O Negro – De Bom Escravo a mau Cidadão?**, Editora Conquista, Rio de Janeiro – RJ
1978. **A Sociologia posta em Questão**, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo – SP
1981. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**, (1ª e 2ª Edições) Editora Brasiliense, São Paulo – SP; 1982 (3ª, 4ª, 5ª Edições) Editora Brasiliense, São Paulo – SP; 1983 (6ª Edição) Editora Brasiliense, São Paulo – SP; 1984 (7ª e 8ª Edições) Editora Brasiliense, São Paulo – SP
1983. **Brasil: Raízes do Protesto Negro**, Global, São Paulo – SP
1987. **Quilombos: resistência ao escravismo**, (1ª Edição) Editora Ática, São Paulo – SP; 1989 (2ª Edição) Editora Ática, São Paulo – SP
1988. **Sociologia do Negro Brasileiro**, Editora Ática, São Paulo – SP
1989. **História do Negro Brasileiro**, Editora Ática, São Paulo – SP
1990. **As Injustiças de Clio: O negro na historiografia brasileira**, Oficina de Livros, Belo Horizonte – MG
1994. **Dialética Radical do Brasil Negro**, Editora Anita, São Paulo – SP
1997. **Bahia de todos homens**, Editora BDA, Salvador – BA
2000. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos**, Editora Expressão Popular, São Paulo – SP
2001. (org.) **Os Quilombos na dinâmica social do Brasil**, Ed. UFAL, Maceió – AL

II. De outros autores (Livros, Artigos, Teses)

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de, “Vida Privada e Ordem Privada no Império” in **História Privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional**, vol.2, ALENCASTRO, Luiz Felipe de, (org.)1997, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- AMARAL, Azevedo, **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**, 1938, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro – RJ

- ANDREWS, Georg Reid, (tradução: Magda Lopes) **Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)**, 1998, EDUSC, Bauru – SP
- ARENDDT, Hannah, **A Condição Humana**, 1988, Editora Forense, Rio de Janeiro – RJ
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, **Onda negra, Medo Branco – o negro livre no ideário das elites – Século XIX**, 1987, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- BARBOSA, Márcio (org.) **Frente Negra Brasileira: depoimentos**, 1998, Quilombhoje, São Paulo – SP
- BASARLINI, Glauco, **Mazzaropi: O Jeca do Brasil**, 2002, Editora Átomo, Campinas – SP
- BASTIDE, Roger, **Brasil, terra de contrastes**, 1980, Difel – Divisão Editorial, São Paulo – SP
- BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de, (org.) **O Pensamento de Oliveira Vianna**, 1993, Editora da Unicamp, Campinas – SP
- _____, “Gilberto Freyre e a questão nacional” in MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera B. (orgs.), **Inteligência Brasileira**, 1986, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- BEIGUELMAN, Paula, **A crise do escravismo e a grande imigração**, 1985, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- BERNARDO, Teresinha, **Memória em Branco e Preto – Olhares sobre São Paulo**, 1998, EDUC: Fundação Editora UNESP, São Paulo – SP
- BERND, Zilá, **A Questão da Negritude**, 1984, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- BLUMER, Herbert, “Movimentos Sociais” (tradução: Luiz Pereira), 1973 in PEREIRA, Luiz (org.) **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**, 1973, Zahar Editores, Rio de Janeiro – RJ
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco, **Dicionário de Política**, vol. 2, 1995, Editora UnB, Brasília – DF
- BOSI, Alfredo, **Dialética da Colonização**, 1993, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- BOURDIEU, Pierre, **Questões de Sociologia**, 1983, Editora Marco Zero, Rio de Janeiro – RJ
- CALDERANO, Maria Leticia Cotta, **Concepções e Práticas do Exercício do Poder: a experiência vivida pela UNEGRO**, 2002, (Mimeo.) UNICAMP, Campinas – SP
- CANDIDO, Antônio, **Literatura e Sociedade**, 2000, Publifolha, São Paulo – SP
- _____, **Os Parceiros do Rio Bonito**, 2001, Duas Cidades - Editora 34, São Paulo – SP
- _____, “O Segundo Império por Antônio Candido” entrevista publicada no Caderno Mais – Folha de São Paulo, 17/02/2002
- CANO, Wilson, “Base e superestrutura em São Paulo: 1886 – 1929” in De LORENZO, Helena Carvalho & Da COSTA, Wilma Peres (orgs.), 1998, Editora UNESP, São Paulo – SP
- CARDOSO, Ciro Flamarion S., “Sobre los modos de producción coloniales de América” in Cuadernos de Pasado y Presente, 1973 pp. 135 – 160, Siglo XXI, Córdoba – Espanha

- _____, **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**, 1982, Editora Vozes, Petrópolis – RJ
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel, **O Capitalismo Tardio**, 1998, Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP
- _____, & NOVAIS, Fernando Antônio, “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” 1998 in **História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea**, vol. 4, SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) 2000, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart, **História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo**, 1987, Index, Rio de Janeiro – RJ
- CARDOSO, Fernando Henrique, **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**, 1962, Difusão Européia do Livro, São Paulo – SP
- CARNEIRO, Édison, **O Quilombo dos Palmares**, 1966, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
- CARONE, Edgard, **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**, 1972, pp. 5 – 51 Difusão Européia do Livro, São Paulo – SP
- CARVALHO, José Murilo de, **Cidadania no Brasil – O Longo Caminho**, 2001, pp. 7 – 83 Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
- _____, **Pontos e Bordados – Escritos de História e Política**, 1998, pp. 15 – 64 Editora UFMG, Belo Horizonte – MG
- CATANI, Afrânio Mendes, **O que é capitalismo**, 1986, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- CHALHOUB, Sidney, **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**, 1998, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- CHIAVENATO, Júlio José, **As Lutas do Povo Brasileiro – do “descobrimento” a Canudos**, 1989, Editora Moderna, São Paulo – SP
- _____, **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**, 1980, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar, **O Negro no Rio de Janeiro – Relações de Raças numa Sociedade em Mudança**, 1998, Editora UFRJ, Rio de Janeiro – RJ
- COUTINHO, Carlos Nelson, **Cultura e Sociedade no Brasil, ensaio de idéias e formas**, 2000, Editora DP&A, Rio de Janeiro – RJ
- Da COSTA, Emília Viotti, **Da Senzala à Colônia**, 1982, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, São Paulo – SP
- _____, **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, 1987, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- Da MATTÁ, Roberto, **O que faz o Brasil, Brasil?**, 1986, Editora Rocco, Rio de Janeiro – RJ

- DAVIS, David Brion, **El Problema da la Esclavitud en la Cultura Occidental**, 1968, Paidós, Buenos Aires – Argentina
- DEGLER, Carl N., **Nem preto nem branco – Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos**, (Tradução: Fanny Wrobel), 1976, Capítulo V, Editorial Labor do Brasil, Rio de Janeiro – RJ
- DIEESE – Departamento Intersindical de estatística e estudos Sócio-Econômicos, “O trabalho da população negra” pp. 127 – 144 in **A Situação do Trabalho no Brasil**, 2001, DIEESE, São Paulo – SP
- Dos Santos, Joel Rufino, **O que é racismo**, 1985, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- FANON, Frantz, **Pele Negra, Máscaras Brancas**, (tradução: Alexandre Pomar), 1976, Edição A. Ferreira – Paisagem, Porto – Portugal
- FAZOLI FILHO, Arnaldo, **O Período Regencial**, 1990, Editora Ática, São Paulo – SP
- FERNANDES, Florestan, **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**, 1968, pp. 165 – 184, Zahar Editores, Rio de Janeiro – RJ
- _____, **O Negro no Mundo dos Brancos**, 1972, Difusão Européia do Livro, São Paulo – SP
- _____, **A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica**, 1975, Zahar Editores, Rio de Janeiro – RJ
- _____, **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, 2 volumes, 1978, Editora Ática, São Paulo – SP
- _____, “Na Revolução da democracia” (1985) in **Cultura Brasileira: temas e situações**, BOSI, Alfredo, 1992, Editora Ática, São Paulo – SP
- FRAGOSO, João Luís & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, “A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis” in **História Geral do Brasil**, LINHARES, Maria Yedda (org.) 1990, Campus, Rio de Janeiro – RJ
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho Franco, **Homens Livres na Ordem Escravocrata**, 1969, Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo – SP
- FREITAS, Décio, **O Escravismo Brasileiro**, 1982, Editora Mercado Aberto, Porto Alegre – RS
- FREYRE, Gilberto, **Casa Grande & Senzala**, 1957, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- _____, **Sobrados e Mucambos**, 1968, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro – RJ
- FRY, Peter, “A Cinderela Negra” in Revista USP, Dezembro/Fevereiro 1995/1996, São Paulo – SP
- FURTADO, Celso, **Formação Econômica do Brasil**, 1963, Editora Universidade de Brasília, Brasília – DF, e edição de 2000, Publifolha, São Paulo – SP
- GARCIA, Marco Aurélio, “Os intelectuais e os partidos de esquerda” in **Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina**, SOARES, Maria Suzana Arrosa, (org.), 1985, Editora da UFRGS, Porto Alegre – RS

- GORENDER, Jacob, **O Escravismo Colonial**, 1988, pp. 1 – 98, 579 – 598 Editora Ática, São Paulo – SP
- _____, **A Escravidão Reabilitada**, 1990, Editora Ática, São Paulo – SP
- GORZ, André, **Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo**, 1987, Forense, Rio de Janeiro - RJ
- GOULD, Stephen Jay, **A Falsa Medida do Homem**, 1999, Martins Fontes, São Paulo – SP
- GRAMSCI, Antônio, **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, (Tradução: Carlos Néson Coutinho), 1978, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
- GUILHERMO, Raúl Ruben, **O que é nacionalidade**, 1987, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, **Racismo e Anti-racismo no Brasil**, 2000, Editora 34, São Paulo – SP
- _____, & HUNTLEY, Lynn, **Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil**, 2000, Editora Paz e Terra, São Paulo – SP
- GUIMARÃES, Carlos Magno, **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**, 1983, (Mimeo.) UFMG, Belo Horizonte – MG e Primeira Edição de 1988, Editora Ícone, São Paulo – SP
- HASENBALG, Carlos Alfredo, **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**, 1979, Edições Graal Ltda, Rio de Janeiro – RJ
- HIRANO, Sedi, **Castas, Estamentos e Classes Sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber**, 1975, Editora Alfa-Ômega, São Paulo – SP
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, mito e realidade**, (tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino), 1991, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, **Raízes do Brasil**, 1995, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- IANNI, Octávio, **Raças e Classes no Brasil**, 1966, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
- _____, “A Mentalidade do Homem Simples” *in* Revista Civilização Brasileira, 1968, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
- _____, **O Ciclo da revolução Burguesa**, 1984, Editora Vozes, Petrópolis – RJ
- _____, **As Metamorfoses do Escravo**, 1988, Editora Hucitec, São Paulo – SP
- _____, **A Idéia de Brasil Moderno**, 1992, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- _____, “Tipos e Mitos do Pensamento Brasileiro”, 2001, (Mimeo. – comunicação apresentada no XXV Encontro Anual da ANPOCS – Caxambu – MG
- _____, “O Negro e o Socialismo”, 2001, (Mimeo. inédito)
- _____, & CARDOSO, Fernando Henrique, **Côr e Mobilidade Social em Florianópolis**, 1963, Editora Brasiliense, São Paulo – SP

- IGLÉSIAS, Francisco, **Trajatória Política do Brasil – 1500-1964**, 1993, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- JAGUARIBE, Hélio, [et al.]. **Brasil 2000: Para um pacto social**, 1986, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G., “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in **Viagem incompleta - A experiência brasileira (1500 – 2000), Formação: histórias**, MOTA, Carlos Guilherme (org.) 2000, Editora Senac, São Paulo – SP
- KLEIN, Herbert, S., **A Escravidão Africana – América Latina e Caribe**, 1987, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- KONDER, Leandro, **Intelectuais Brasileiros & Marxismo**, 1991, Oficina de Livros, Belo Horizonte – MG
- LAPA, José Roberto do Amaral, **Historiografia Brasileira Contemporânea: a História em Questão**, 1981, Editora Vozes, Petrópolis – RJ
- LAURIANO, José, **Claussius Clay ante el Racismo**, Morato, 1969, pp. 3 – 19 Elfo, Montevideu – Uruguai
- LIMA, Lana Lage da Gama Lima, **Rebeldia Negra e Abolicionismo**, 1981, Edições Achiamé, Rio de Janeiro – RJ
- LIMA, Oliveira, **Formação História da Nacionalidade Brasileira**, 2000, Publifolha, São Paulo – SP
- LIMA SOBRINHO, Barbosa, **Desde quando somos nacionalistas?** 1963, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
- LOBATO, Monteiro, **A onda verde e O presidente negro**, 1951, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- LOPES, Helena Theodoro, SIQUEIRA, José Jorge & NASCIMENTO, Maria Beatriz, **Negro e Cultura no Brasil**, 1987, UNIBRADE, Rio de Janeiro – RJ
- LÖWY, Michael, **Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários**, 1979, Lech Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo – SP
- LUNA, Luiz, **O Negro na luta contra a Escravidão**, 1976, Editora Cátedra, Rio de Janeiro – RJ
- MACHADO, Luiz Toledo, **Formação do Brasil e Unidade Nacional**, 1980, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura, (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, 1996, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro – RJ
- MANTEGA, Guido, “Marxismo na economia brasileira” in **História do Marxismo no Brasil, vol. II**, MORAES, João Quartim de, (org.) 1995, Editora da UNICAMP, Campinas – SP
- MARCUSE, Herbet, **Ideologia da Sociedade Industrial**, 1967, Zahar Editores, Rio de Janeiro – RJ

- MARTINS, José de Souza, **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**, 1973, Livraria Pioneira Editora, São Paulo – SP
- _____, **O Cativo da terra**, 1990, Editora Hucitec, São Paulo – SP
- _____, **Os Camponeses e a Política no Brasil**, 1995, Editora Vozes, Petrópolis – RJ
- MARX, Karl, **Miseria de la Filosofia**, 1954, Siglo XXI, Buenos Aires – Argentina
- _____, **Fondements de la critique de l'économie politique**, 1967, Anthropos, Paris – França
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista**, 1999, Editora Vozes, Petrópolis – RJ
- MATTOS, Maria Hebe de Castro, **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil Século XIX**, 1998, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro – RJ
- MATTOSO, Kátia de Queirós, **Ser Escravo no Brasil**, 1988, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- MAZZEO, Antônio Carlos, **Estado e Burguesia no Brasil – Origens da Autocracia Burguesa**, 1989, Oficina de Livros, Belo Horizonte – MG
- MEMMI, Albert, **O Racismo**, 1993, Caminho, Lisboa – Portugal
- MONTEIRO, Pedro Meira, **A Queda do Aventureiro**, 1999, Editora da Unicamp, Campinas – SP
- MONTES, Maria Lucia, “As figuras do sagrado: entre o público e o privado” 1998 in **História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea**, vol. 4, SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) 2000, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- MONTESQUIEU, B., **Do Espírito das Leis**, 1973, Caminho, São Paulo – SP
- MOTA, Carlos Guilherme, (org.), **Brasil em Perspectiva**, 1995, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro – RJ
- _____, **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**, 2000, Editora Ática, São Paulo – SP
- MUNANGA, Kabengele (org.) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**, 1996, Edusp, São Paulo – SP
- MURRAY, Charles. & HERNNSTEIN, Richard J., “The Bell Curve” in *The New Republic*, october, 1994 p. 4
- NABUCO, Joaquim, **O Abolicionismo**, 2000, Publifolha, São Paulo – SP
- _____, **A Escravidão**, 1999, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro – RJ
- NOGUEIRA, Oracy, **Tanto Preto, Quanto Branco: Estudos de relações Raciais**, 1985, T.A. Queiroz Editor, São Paulo – SP
- _____, **Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga**, 1998, Edusp, São Paulo – SP
- NOVAIS, Fernando Antônio, **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, 1995, Capítulo II, Editora Hucitec, São Paulo - SP

- NIETZSCHE, Friedrich, **Genealogia da Moral – Uma Polêmica**, 1999, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de, **O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**, 1986, (Mimeo.) UNICAMP, Campinas – SP
- ORTEGA & GASSET, J., **La rebelion de las masas: com um prologo para franceses y un epilogo para ingleses**, 1991, Calpe, Buenos Aires – Argentina
- PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil – entre o povo e a nação**, (tradução: Maria Júlia Goldwasser) 1990, Editora Ática, São Paulo – SP
- PÊCHEUX, Michel, **O Discurso – Estrutura ou Acontecimento**, 1990, Editora da Unicamp, Campinas - SP
- PIERSON, Donald, **Teoria e Pesquisa em Sociologia**, 1965, Edições Melhoramentos, São Paulo – SP
- PIERUCCI, Antônio Flávio, “Ciladas da Diferença” in *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 1990, São Paulo – SP
- PRADO JÚNIOR, Caio, **Formação do Brasil Contemporâneo**, 1970, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- _____, **Evolução Política do Brasil e outros Estudos**, 1977, 1979, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- _____, **História e Desenvolvimento – A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**, 1989, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- _____, **História Econômica do Brasil**, 1994, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- PRANDI, Reginaldo, “Raça e Religião” in *Revista Novos Estudos do Cebrap* nº42, 1995 pp. 113 – 129, São Paulo – SP
- _____, “As Religiões Negras no Brasil” in *Revista USP* nº 28, 1989 pp. 64 – 83, São Paulo – SP
- QUEIROZ, Renato da Silva, **Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**, 1983, FFLCH – USP, São Paulo – SP
- QUEIROZ, Suelly R. Reis, **A Abolição da Escravidão**, 1986, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- REIS, João José & SILVA, Eduardo, **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**, 1989, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos, (org.) **Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil**, 1996, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- RÊGO, Rubem Murilo Leão, **Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira**, 2000, Editora da Unicamp, Campinas – SP

- RIBEIRO, Darcy, **O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**, 1997, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- RIO BRANCO, Barão do, **História do Brasil**, s/d, Editora Cadinho, São Paulo – SP
- RODRIGUES, José Honório, **Independência: revolução e contra-revolução**, 1975, Francisco Alves Editores, Rio de Janeiro – RJ
- RODRIGUES, Nina, **Os Africanos no Brasil**, 1977, Companhia Editora Nacional, São Paulo – SP
- ROSENFELD, Anatol, **Negro, Macumba e Futebol**, 1993, Editora Perspectiva, São Paulo – SP
- SAES, Décio Azevedo Marques de, **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)**, 1990, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- _____, “Os intelectuais e suas associações” in **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**, SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) 1985, Editora da UFRGS, Porto Alegre – RS
- SANTOS, Milton, **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional**, 1998, Editora Hucitec, São Paulo – SP
- SARTRE, Jean Paul, **Reflexões Sobre o Racismo**, 1978, Difel/Difusão Editorial, Rio de Janeiro – RJ
- SCHWARCZ, Lília Moritz, **O Espetáculo das Raças**, 1993, Companhia da Letras, São Paulo – SP
- _____, “Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade” 1998 in **História da Vida privada no Brasil – Contrastes e Intimidade Contemporânea**, vol.4, SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) 2000, Companhia das Letras, São Paulo – SP
- SCHWARTZ, Stuart, B., **Escravos roceiros e rebeldes** (tradução: Jussara Simões), 2001, EDUSC, Bauru – SP
- SCHWARZ, Roberto, **Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**, 1977, Cap. I, Livraria Duas Cidades, São Paulo – SP
- SILVA, Janice T. da, “O Paraíso Perdido” in Revista USP, Dezembro/Janeiro/Fevereiro, 1991/1992, São Paulo – SP
- SILVA, Marcos A., **Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910**, 1982, Editora Brasiliense, São Paulo – SP
- SKIDMORE, Thomas, **Preto no Branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**, 1976, Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- SLENES, Robert W., **Na Senzala, uma Flor, esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**, 1999, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro – RJ
- SODRÉ, Nelson Werneck, **Introdução à Revolução Brasileira**, 1967, pp. 41 – 53, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ
- _____, **As Razões da Independência**, 1969, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ

- SOUZA, Neusa Santos, **Tornar-se Negro**, 1983, Graal, Rio de Janeiro – RJ
- VAINFAS, Ronaldo, **Ideologia e Escravidão – letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**, 1986, Editora Vozes, Petrópolis – RJ
- VALENTE, Ana Lúcia E.F., **Ser negro no Brasil hoje**, 1987, Editora Moderna, São Paulo – SP
- VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica, **Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**, 1999, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ
- VIANNA, Oliveira, **Instituições Políticas Brasileiras**, 2 volumes, 1987, Editora Itatiaia Ltda, Belo Horizonte – MG e 4ª edição de 1999, Ed. Senado Federal, Brasília – DF
- VIEIRA, Antônio – **Sermões**, vols. XI e XII, 1959, Lello & Irmão, Porto – Portugal
- VOGT, Carlos & Fry, Peter, **Cafundó: A África no Brasil – Linguagem e Sociedade**, 1996, Cap. I Companhia das Letras, São Paulo – SP
- WEBER, Max, **Economia y sociedad; esbozo de sociología comprensiva**, (tradução: José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eduardo García Máynes, Eugenio Ímaz e José Ferrater Mora), vol. I, 1974, Fondo de Cultura Económica, México D.F. México e edição brasileira – Editora UnB, 1999
- WILLIAMS, Eric – **Capitalismo e Escravidão**, 1975, CEA, São Paulo – SP
- WILSON, W. Jr., **The declining of significasse of race**, 1978, University of Chicago Press, Chigago
- WISSENBAACH, Cristina Cortez, “Da Escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível” *in* **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**, vol.3, SEVCENKO, Nicolau, 1998, Companhia das Letras, São Paulo – SP